

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Curso de Doutorado Acadêmico em Administração

Heltonn Winicius Patrício Maciel

**O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL: UM ESTUDO EM
ORGANIZAÇÕES DO INTERIOR DA PARAÍBA**

João Pessoa - PB

2017



Heltonn Winicius Patrício Maciel

**O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL: UM ESTUDO EM
ORGANIZAÇÕES DO INTERIOR DA PARAÍBA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Administração e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Anielson Barbosa da Silva

João Pessoa - PB

2017

M152e Maciel, Heltonn Winicius Patrício.
O empreendedorismo social no contexto rural: um estudo
em organizações do interior da Paraíba / Heltonn Winicius
Patrício Maciel. - João Pessoa, 2017.
226 f. : il. -

Orientador: Anielson Barbosa da Silva.
Tese (Doutorado) - UFPB/PPGA

1. Administração. 2. Empreendedorismo social.
3. Empreendedorismo solidário. 4. Empreendedorismo rural.
5. Cidadania. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 658(043)

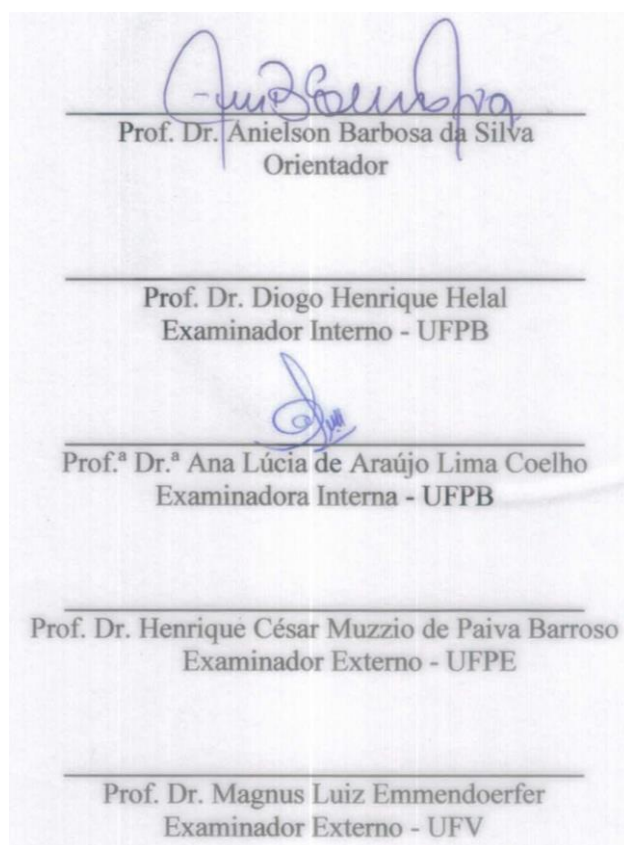
HELTONN WINICIUS PATRÍCIO MACIEL

**O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL: UM ESTUDO EM
ORGANIZAÇÕES DO INTERIOR DA PARAÍBA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em 20 de fevereiro de 2017

Banca Examinadora



João Pessoa – PB

2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Deus Todo Poderoso, que soprou no ventre da minha mãe o dom da vida. Agradeço por todo o Seu amor e cuidado para comigo e para com minha família. Ele, que em sua eterna sabedoria, sempre me ensinou e me proporcionou bênçãos espirituais que me levaram e ainda me levam a amadurecer diante dos desafios da vida. Muitas de minhas conquistas hoje eu consagro a Ele, pois nenhuma delas aconteceu no meu tempo, mas no tempo Dele, pois a vontade Dele é boa, perfeita e agradável.

Agradeço por Ele ter me presenteado com uma esposa abençoada. A você, Joselma, todo o meu agradecimento pela paciência, carinho e amor que você me proporcionou nesses sete anos de convivência, sobretudo nos momentos de grande tensão em nossa vida: quando fomos morar em uma quitinete; quando tivemos o dinheiro de nossa almejada casa própria roubado por um construtor oportunista; na saga em busca de outra casa, sem dinheiro algum para dar de entrada; nos dois acidentes de carro que sofremos, mas nos quais Deus foi conosco; no concurso para professor substituto da UFCG, no processo seletivo do doutorado, no concurso para professor do IFPB e, hoje, nas minhas idas e vindas entre Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa, em acréscimo às demais cidades mencionadas durante a pesquisa (Pombal, Bonito de Santa Fé, São Sebastião de Lagoa de Roça e Aparecida). Agradeço a Deus por ter nos unido, sobretudo por termos a mesma visão de mundo, por entendermos que sem Ele não podemos superar, que sem Ele nosso casamento não resistiria.

Sou grato aos meus familiares, a minha mãe Tânia, ao meu pai Heliomar, minhas avós Bernadete, meus falecidos avôs Genaro e Ranulfo, meus inúmeros tios, tias, primos e primas pelo apoio e pela torcida na minha caminhada. Em especial a minha tia Graça e seu esposo Michel, que, durante um ano e meio, tão gentil e amorosamente, abriram as portas de seu apartamento a fim de que eu tivesse um lugar para descansar em João Pessoa. Agradeço a minha mãe/avó Bernadete e ao meu falecido pai/avô Genaro, por terem me proporcionado a primeira educação, a caseira, a que vem de casa, aquela semente a qual, acredito eu, ser o ponto de início a partir do qual desenvolvemos o bom senso, a tolerância, o respeito, a cidadania.

Agradeço também ao Programa de Graduação em Administração (PPGA) pela oportunidade de avançar nos meus conhecimentos teóricos, local onde conheci pessoas especiais, as quais levarei para sempre em minha memória. Professores, orientadores e amigos de jornada, os quais foram de grande importância para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Em especial gostaria de agradecer a professora Márcia Costa, quem possibilitou meu primeiro avanço na jornada acadêmica, orientando-me no meu mestrado em 2009, e

iniciando minha orientação no doutorado em 2013. Com ela, aprendi muito sobre a flexibilização produtiva e seus impactos na sociedade, desenvolvendo uma maior criticidade sobre as relações de trabalho. A você professora Márcia, meu apreço e admiração.

Agradeço ao professor Dr. Anielson Barbosa da Silva, por ter aceitado dar continuidade a minha orientação de doutorado, pelo exemplo de professor e de ser humano, pelo seu incrível papel enquanto orientador (ao qual tenho como referência de hoje em diante), por sua paciência e consideração, e por ter contribuído consideravelmente no desenvolvimento de um estudo que demonstrou alternativas para enfrentar a lógica neoliberal, envolvendo a participação social e o trabalho coletivo. Sinto-me feliz e satisfeito em perceber o quanto uma ação associativa transforma a vida das pessoas e pode ser uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social, além do fomento à cidadania no contexto rural.

Agradeço aos membros da banca: prof. Dr Diogo Henrique Helal , prof^a. Dr^a Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho, prof. Dr Henrique César Muzzio de Paiva Barroso, prof. Dr Magnus Luiz Emmendoerfer. Sou grato a vossa disponibilidade, por acreditarem na pertinência e na contribuição do trabalho desenvolvido, pelas preciosas contribuições para a coesão, a clareza e o desenvolvimento do estudo e não menos importante, pelos laços firmados nesse processo.

Agradeço aos amigos, oriundos de minha vida pessoal ou profissional, que direta ou indiretamente me ajudaram e me incentivaram nesse longo processo de desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal. A vocês meus amigos, minha gratidão pelos momentos de conversas profunda sobre a vida, sobre a nossa necessidade de comunhão com Deus, sobre e desafios profissionais, e pelos curtos, mas preciosos, momentos de descontração tão importantes para refrigerar meu pensamento para o melhor desenvolvimento de meus estudos.

Agradeço também a atenção do projeto Cooperar do governo do estado da Paraíba, na pessoa da diretora operacional Mônica Melo pela abertura que me foi proporcionada para realizar a pesquisa, condição de grande importância para adquirirmos legitimidade junto às associações no interior do Estado. Por sua vez, agradeço também as associações nas pessoas de Solange, Rita, Nazaré e João Paulo por terem aberto as portas das associações para que pudéssemos analisar o empreendedorismo desenvolvido nestes locais, estendo também meu sentimento de gratidão a todos os demais associados que contribuírem com histórias tão preciosas, imprescindíveis na contribuição desta tese.

Agradeço também ao IFPB campus Cajazeiras, por ter atendido parcialmente ao meu pedido de afastamento nos últimos 6 meses de pesquisa, reduzindo minha carga horária de aulas de 16 para 10 horas por semana.

RESUMO

MACIEL, Helltonn Winicius Patrício. **O empreendedorismo social no contexto rural**: um estudo em organizações do interior da Paraíba. 226 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, UFPB, João Pessoa - PB, 2017.

Este estudo teve como objetivo analisar o Empreendedorismo Social no Contexto Rural em organizações do interior da Paraíba. Para alcançar este propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar o empreendedorismo social no contexto rural; ii) identificar fatores determinantes na configuração do empreendedorismo social no contexto rural; iii) identificar vínculos entre o empreendedorismo social e os traços do empreendedorismo solidário no contexto rural; e iv) delimitar os elementos que caracterizam o empreendedorismo solidário no contexto rural. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura acerca de uma análise crítica do empreendedorismo econômico; da questão da cidadania em uma perspectiva histórico-conceitual; do empreendedorismo social (ES) enquanto conceito e suas manifestações, bem como a partir de estudos bibliométricos; de possíveis vínculos do ES com a cidadania; e, por fim, do empreendedorismo solidário e possíveis articulações com o ES, visto que seus aspectos peculiares estão mais próximos do contexto empírico estudado. O processo de análise orientou-se pelo paradigma interpretativo e adotou uma abordagem qualitativa, uma vez que a discussão da temática foi construída a partir da análise de narrativas realizadas com presidentes e participantes de organizações oriundas ou pertencentes ao contexto rural. Emergiram categorias que complementam a análise do empreendedorismo social no meio investigado, classificadas neste trabalho como mediadores de tensão: o papel do líder da associação, o espaço comunitário, a sucessão familiar e o papel dos agentes públicos. As principais contribuições deste estudo foram: a) a elaboração de um *continuum* do empreendedorismo social, o qual apresenta de forma integrada diversas representações do fenômeno e situa aquele que foi evidenciado a partir dos estudos empíricos desenvolvidos; b) a constatação de que o empreendedorismo solidário no contexto rural (ESR) é um fenômeno que dialoga com outras variações do fenômeno central estudado, de forma que podemos entendê-lo como uma combinação de perspectivas a respeito do tema, acrescentando como fatores de distinção teórica a influência dos mediadores de tensão que exercem papel de grande relevância para o (não) desenvolvimento do ESR; c) a elaboração de uma estrutura de referência para melhor compreensão do fenômeno estudado, o qual apresenta os vínculos do fenômeno com elementos de outras perspectivas de empreendedorismo social. Percebe-se o ineditismo teórico também na forma como o fenômeno é apresentado, a qual não foi vislumbrada na literatura sobre o tema, contribuição que pode levar ao desenvolvimento de novas estruturas de referência.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreendedorismo social. Empreendedorismo solidário. Empreendedorismo rural. Cidadania.

ABSTRACT

MACIEL, Helltonn Winicius Patrício. **Social entrepreneurship in the rural context**: a study in organizations from the interior of Paraíba. 218 f. Thesis (Doctorate in Administration) - Postgraduate Program in Administration, UFPB, João Pessoa - PB, 2017.

This study aimed to analyze the Social Entrepreneurship in the Rural Context in organizations in the countryside of Paraíba. To achieve this goal, the following specific objectives were established: i) characterize social entrepreneurship in the rural context; ii) identify determining factors in the configuration of social entrepreneurship in the rural context; iii) identify links between social entrepreneurship and the traits of solidarity entrepreneurship in the rural context; and iv) delimit the elements that characterize the solidarity entrepreneurship in the rural context. Therefore, a review of literature on a critical analysis of economic entrepreneurship was carried out, the question of citizenship in a historical-conceptual perspective, the Social Entrepreneurship (ES) as concept and unfolding, as well as from bibliometric studies, the possible links between the ES and citizenship, and, finally, solidarity entrepreneurship and possible articulations with the ES, since its peculiar aspects are closer to the empirical context studied. The analysis process was guided by the interpretative paradigm and adopted a qualitative approach, since the discussion of the theme was constructed from the analysis of narratives from presidents and participants of organizations originated or belonged to the rural context. The emerged categories, classified in this work as tension mediators, complemented the analysis of social entrepreneurship in the investigated environment in some aspects: the role of the association leader, the community space, the family succession and the role of public agents. The main contributions of this study were: a) the elaboration of a continuum of social entrepreneurship, which presents in an integrated way several unfoldings of the phenomenon and situates one that was evidenced from the empirical studies developed; b) the identification that Solidarity-based Entrepreneurship in the Rural context (ESR) is a phenomenon that dialogues with other variations of the central phenomenon studied, so that we can understand it as a combination of perspectives on the theme, adding as factors of distinction the influence of the stress mediators that play a major role in the (non) development of ESR; c) the elaboration of a framework of reference for a better understanding of the studied phenomenon, which presents the links of the phenomenon itself with elements of other perspectives of social entrepreneurship. The theoretical novelty is also realized in the way the phenomenon is presented, which was not seen in the specific literature related to the subject. So this research offers a contribution that can lead to the development of new reference structures.

Keywords: Entrepreneurship. Social entrepreneurship. Solidarity entrepreneurship. Rural entrepreneurship. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Continuum do empreendedorismo	52
Figura 2 – Vínculos entre a perspectiva de empresa social e do empreendedorismo solidário	66
Figura 3 – Relação entre a estrutura narrativa e as categorias de pesquisa ..	73
Erro! Indicador não definido.	
Figura 4 – Cidades paraibanas lócus do estudo	75
Figura 5 – Foto Bolo das Oliveiras.....	86
Figura 6 – Agentes de fomento atuantes no sítio Várzea Comprida dos Oliveiras	88
Figura 7 – Agentes de fomento atuantes na COPAF.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 8 – Capacitação em educação ambiental na Ascamar.....	115
Figura 9 – Construção do Galpão da Associação	129
Figura 10 – Galpão da Associação parcialmente finalizado	129
Figura 11 – Prensa de resíduos sólidos.....	129
Figura 12 – Caminhão de coleta seletiva de lixo.....	130
Figura 13 – Cronograma semanal de atividades de coleta	131
Figura 14 – Agentes de fomento atuantes na Ascamar	133
Figura 15 - Agentes de fomento atuantes na Aspa	Erro! Indicador não definido.
Figura 16 - Continuum do Empreendedorismo inserindo a perspectiva rural e a solidária .	188
Figura 17 - Estrutura de Referência do Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação de empreendedores	18
Gráfico 2 - Produção em empreendedorismo social na base de dados Scopus	54
Gráfico 3 - Produção em empreendedorismo social na base de dados Ebsco	54
Gráfico 4 - Produção em empreendedorismo na base ISI Web of Knowledge	55
Gráfico 5 - Evolução da Publicação Nacional sobre Empreendedorismo Social de 2000 a 2012 em periódicos Qualis Capes igual ou superior ao extrato B3	56
Gráfico 6 - Produção em empreendedorismo na base Scielo	56
Gráfico 7 - Produção em empreendedorismo na base Enanpad	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abordagens do empreendedorismo social.....	51
Quadro 2 - Comparação entre resultados de pesquisas sobre empreendedorismo e cidadania	60
Quadro 3 - Categorias e indicadores da pesquisa empírica	62
Quadro 4 - Relação de subprojetos sociais atendidos pelo Cooperar.....	72
Quadro 5 - Estrutura narrativa e suas relações com as categorias de pesquisa	74
Quadro 6 - Detalhamentos a respeito dos participantes e das inserções no campo.....	77
Quadro 7 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto de Várzea Comprida dos Oliveiras, em Pombal.....	93
Quadro 8 - Missão das organizações que apoiam as famílias rurais na cidade de Pombal	93
Quadro 9 - Síntese dos achados empíricos na categoria Propósito Social - – contexto de Várzea Comprida dos Oliveiras, em Pombal.....	96
Quadro 10 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto de Várzea Comprida dos Oliveiras, em Pombal.....	100
Quadro 11 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado - – contexto de Várzea Comprida dos Oliveiras, em Pombal.....	102
Quadro 12 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto da COPAF, em São Sebastião de Lagoa de Roça	116
Quadro 13 - Missão das organizações que apoiam a COPAF na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça	117
Quadro 14 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto da COPAF, em São Sebastião de Lagoa de Roça	121
Quadro 15 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado – contexto da COPAF, em São Sebastião de Lagoa de Roça	124
Quadro 16 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto da Ascamar, em Bonito de Santa Fé.....	137
Quadro 17 - Missão das organizações que apoiam a Ascamar na cidade de Bonito de Santa Fé	137
Quadro 18 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto da Ascamar, em Bonito de Santa Fé.....	140
Quadro 19 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado – contexto da Ascamar, em Bonito de Santa Fé.....	142

Quadro 20 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto da ASPA, em Aparecida.....	150
Quadro 21 - Missão das organizações que apoiam a COPAF na cidade de Lagoa de Roça..	151
Quadro 22 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto da ASPA, em Aparecida.....	153
Quadro 23 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado – contexto da ASPA, em Aparecida.....	154
Quadro 24 - Mecanismos para a formação do espaço comunitário.....	161
Quadro 25 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã.....	173
Quadro 26 - Síntese dos achados empíricos na categoria Propósito Social	176
Quadro 27 - Síntese dos achados empíricos na categoria Áreas Críticas de Atuação.....	179
Quadro 28 - Síntese dos achados empíricos na categoria relações com o Estado.....	183
Quadro 29 – Complementação das perspectivas teóricas com o ESR.....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empreendedores segundo a motivação	18
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ascamar	Associação dos Catadores de Material Reciclado
ASPA	Associação dos Apicultores do Sertão Paraibano
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COPAF	Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EBES	Estado de Bem-Estar Social
EI	Empreendedorismo Individual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
EMES	<i>Emergence of Social Enterprise in Europe</i>
ESR	Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural
GETEC	Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (ONG)
IACOC	Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais Do Semiárido Da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Saúde, Pecuária e Abastecimento
MEI	Microempreendedorismo Individual
ONG	Organização Não Governamental
PAS	Programa de Alimentos Seguros
PNE/PB	Projeto Nordeste do Estado da Paraíba
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SIF	Serviço de Inspeção Federal

SPELL	<i>Scientific Periodicals Eletronic Library</i>			
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande			
UFPB	Universidade	Federal	da	Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 JUSTIFICATIVA E PRESSUPOSTOS DO ESTUDO	20
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	26
1.3 ESTRUTURA DA TESE	28
2 REFERENCIAL TEÓRICO	30
2.1 EMPREENDEDORISMO: CRÍTICA ACERCA DO FENÔMENO, DO SUJEITO EMPREENDEDOR E DAS POLÍTICAS DE FOMENTO	30
2.2 ENTENDENDO A CIDADANIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-EVOLUTIVA DO FENÔMENO	38
2.3 CIDADANIA: ELEMENTOS CONSTITUINTES E ENTRAVES HISTÓRICOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NO BRASIL	43
2.4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ABORDAGEM HISTÓRICA, CONCEITUAL E BIBLIOMÉTRICA SOBRE ESTUDOS NA ÁREA	45
2.4.1 Conceitos e derivações do empreendedorismo social	46
2.4.2 Empreendedorismo social e comercial: uma visão multidimensional?	49
Figura 1 - Continuum do empreendedorismo	52
2.4.3 Estudos bibliométricos e teórico-empíricos sobre empreendedorismo social	53
2.5 EMPREENDEDORISMO E CIDADANIA: VÍNCULOS A PARTIR DO ENTENDIMENTO SOBRE EMPRESA SOCIAL	58
2.6 CONSTRUINDO VÍNCULOS ENTRE A CIDADANIA E O EMPREENDEDORISMO	61
2.7 EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO: UMA MANIFESTAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL	64
2.7.1 Proposta de articulação entre o empreendedorismo solidário e as categorias da empresa social	66
2.7.2 O empreendedorismo no Nordeste rural e familiar no Brasil	67
3 PERCURSO METODOLÓGICO	69
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	69
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO DA PESQUISA	69
3.3 CONTEXTO DA PESQUISA	71
3.4 SUJEITOS DA PESQUISA	73
3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DA PESQUISA	74
Figura 3 - Relação entre a estrutura narrativa e as categorias de pesquisa	75
3.6 OPERACIONALIZAÇÃO DA COLETA DE INFORMAÇÕES EMPÍRICAS	76

3.7 ANÁLISE DAS NARRATIVAS	78
4 ANÁLISE DO CONTEXTO EMPÍRICO	80
4.1 CONTEXTO E AÇÃO EMPREENDEDORA NA COMUNIDADE VÁRZEA COMPRIDA DOS OLIVEIRAS, NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB.....	81
4.1.1 Os sujeitos da pesquisa	81
4.1.2 Contexto e os agentes de fomento ao empreendedorismo.....	82
4.1.3 Consciência cidadã ou participação comunitária?	91
4.1.4 Missão social ou propósito social?	93
4.1.5 Áreas críticas de atuação	97
4.1.6 “Novas” relações com o Estado?.....	100
4.2 CONTEXTO E AÇÃO EMPREENDEDORA NA COOPERATIVA PARAIBANA DE AVICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR (COPAF) NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA/PB	103
4.2.1 Os sujeitos da pesquisa	103
4.2.2 Contexto e os agentes de fomento ao empreendedorismo.....	104
4.2.3 A participação comunitária.....	115
4.2.4 Missão social	117
4.2.5 Áreas críticas de atuação	118
4.2.6 As relações com o Estado.....	121
4.3 CONTEXTO E AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLADO (ASCAMAR) NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ/PB	124
4.3.1 Os sujeitos da pesquisa	124
4.3.2 Contexto e a associação.....	125
4.3.3 Consciência cidadã ou propósito ambiental?.....	135
4.3.4 Propósito social.....	137
4.3.5 Áreas críticas de atuação	139
4.3.6 As relações com o Estado.....	141
4.4 CONTEXTO E AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO SERTÃO PARAIBANO (ASPA) – APARECIDA - PB.....	142
4.4.1 Os sujeitos da pesquisa	143
4.4.2 Contexto e a associação.....	143
4.4.3 O desafio de se promover uma consciência cidadã	148
4.4.4 Propósito social.....	150
4.4.5 Áreas críticas de atuação	152
4.4.6 As relações com o Estado.....	153

5 FATORES MEDIADORES DE TENSÃO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL.....	156
5.1 O PERFIL DA REPRESENTAÇÃO	156
5.2 O ESPAÇO COMUNITÁRIO	159
5.3 O PAPEL DOS MUNICÍPIOS (OU DOS AGENTES PÚBLICOS?).....	162
5.4 A QUESTÃO DA SUCESSÃO FAMILIAR.....	166
6 DISCUSSÃO TEÓRICA: EMERGÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO NO CONTEXTO RURAL.....	170
6.1 ANÁLISE INTEGRADA DOS ACHADOS EMPÍRICOS DA PESQUISA	170
6.1.1 Consciência cidadã	170
6.1.2 Propósito social.....	174
6.1.3 Áreas críticas de atuação	177
6.1.4 Relações com o Estado	180
6.2 O EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO NO CONTEXTO RURAL (ESR)	184
6.2.1 Especificidades do empreendedorismo rural para o contexto estudado	184
6.2.2 Especificidades do empreendedorismo solidário para o contexto estudado	186
6.3 PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA DE REFERÊNCIA PARA COMPREENDER O EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO NO CONTEXTO RURAL	189
6.3.1 Conceito e elementos constituintes do Empreendedorismo Solidário no contexto Rural..	190
6.3.2 Mediadores de tensão no Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural.....	193
7 CONCLUSÕES	196
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICE A – Termo de Consentimento.....	222
APÊNDICE B – O Projeto Cooperar	223

1 INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva, característico do último quartel do século XX, provocou transformações profundas na estrutura econômica e no mercado de trabalho, gerando fenômenos complexos e multidimensionais na lógica das relações de trabalho e alterando a forma como as empresas, governos e demais entidades na sociedade visualizam os mais diversos estratos sociais.

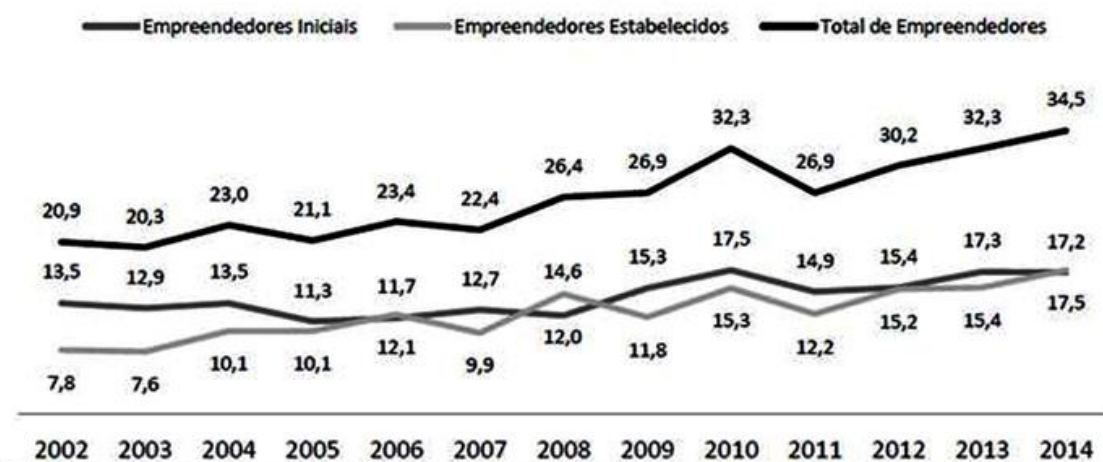
O Brasil é considerado por muitos pensadores sociais como um laboratório de políticas sociais. De acordo com Telles (2016), a política aqui, bem ou mal, funciona. A pobreza, por exemplo, teve uma grande reconfiguração após os anos 2000, com todas as ambivalências que as ações do Estado puderam promover. A primeira década do século XXI proporcionou uma mudança de patamar social e de níveis de pobreza, por menor que seja o seu impacto, por meio de políticas públicas de habitação, de saúde, de renda e de empreendedorismo. É inegável a circulação dessas práticas, dos acessos e de informação (DRUCK, 2007; TELLES, 2009).

Neste cenário de novas relações com o Estado, a pobreza se transforma em ponto de pauta de políticas públicas, seja na educação, na saúde, no lazer ou no comércio. Neste último caso, transforma-se o pobre, o autônomo, em um empreendedor, com todos os benefícios e riscos que esta condição oferece.

Hoje, o empreendedorismo tem se tornado uma das alternativas mais visadas pelos profissionais para o desenvolvimento dos mais diversos tipos de organização, nos mais diferenciados contextos. O imperativo do empreendedorismo alcança os diversos estratos da sociedade, sobretudo no contexto do empreendedor de pequeno porte, que foi demitido ou que preferiu sair da condição de assalariado para tentar melhores chances de renda enquanto “dono” do seu próprio negócio. Até mesmo em práticas de associativismo há a pertinência do fenômeno para a melhoria da vida em comunidade e para a busca da cidadania.

A participação dos empreendedores no Brasil é notória, como podemos perceber a partir do Gráfico 1, a qual revela um crescente número de pessoas que investem em abrir o seu próprio negócio. A Tabela 1 ajuda também a entender as principais motivações dos sujeitos na escolha do empreendedorismo como ramo de trabalho. Apesar de mostrar uma leve diminuição no número de empreendedores com oportunidade em 2013, dados mais recentes indicam um aumento: em 2014, a taxa subiu de 10,6% para 12,2% (GEM, 2014).

Gráfico 1 - Participação de empreendedores



Fonte: GEM Brasil (2014).

Tabela 1 - Empreendedores segundo a motivação

Motivação do empreendimento	Brasil		Regiões brasileiras									
			Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Medida											
Motivação	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Taxa de oportunidade (%)	10,7	12,3	10,1	10,9	10,3	9,3	13,9	10,9	10,4	15,2	11,2	10,6
Taxa de necessidade (%)	4,7	5,0	7,7	6,4	6,6	5,5	2,5	5,6	3,6	4,9	3,8	3,0
Razão oportunidade/necessidade	2,3	2,5	1,3	1,7	1,6	1,7	5,5	1,9	2,9	3,1	3,0	3,6
Oportunidade como percentual da TEA	69,2	71,3	56,0	62,9	60,4	62,7	84,0	66,0	73,9	75,6	74,1	78,2

Exemplo: 12,3% da população de 18-64 anos do Brasil são empreendedores iniciais por oportunidade.

Exemplo: Dos empreendedores iniciais do Brasil existem 2,5 por oportunidade para cada empreendedor por necessidade.

Exemplo: 71,3% dos empreendedores iniciais do Brasil são por oportunidade.

Fonte: GEM Brasil (2013).

Pesquisas acadêmicas sobre o empreendedorismo voltado ao micronegócio, centradas principalmente nas áreas de marketing e administração, estabelecem como seu escopo compreensivo a capacidade de otimização das transações de mercado, considerado como modelo de comportamento econômico. Entretanto, o empreendedorismo não deve ser entendido em um único plano, pois há aspectos, valores e diretrizes sociais inerentes, os quais ocupam papel central no desenvolvimento do fenômeno, gerando manifestações intermediários, híbridos e multifacetados (DORNELAS, 2008; GAIGER; CORREA, 2011; SEBRAE, 2015).

O notório aumento desse setor fez emergir preocupações com sua viabilidade e com suas chances de prosperar, uma vez que propicia ocupação e renda para muitas famílias, sendo a parcela oriunda das comunidades rurais a mais curiosa forma de desenvolvimento deste fenômeno. A lógica do empreendedorismo econômico, em que o lucro ocupa o papel

central, não se sustenta nesses contextos, em que a lógica associativa prepondera sobre ganhos isolados de capital. A dominação ideológica do capital neoliberal parece não ter aderência significativa nesses contextos, cujas políticas de fomento ao empreendedorismo estão voltadas para o bem comum, na contramão de uma lógica maior de *business-to-business*, centrada em imperativos de mercado gerencialistas e individualistas.

E quais são as consequências políticas disso, considerando que o fenômeno demonstra formas distintas de influência sobre os sujeitos empreendedores? A melhoria de direitos, o desenvolvimento de um pensamento politizado, dominado por uma lógica social e solidária, sobretudo recaindo em uma discussão sobre o papel do poder público nesse processo. O Estado, sendo um dos agenciadores do empreendedorismo, transforma o território da pobreza em algo atrativo não apenas para o mercado, mas também para a comunidade e seu entorno.

O discurso governamental fomenta o entendimento de que o empreendedor é importante para o desenvolvimento nacional, estimulando o mercado de trabalho e, supostamente, promovendo o bem-estar de milhões de trabalhadores e suas famílias. Mas o que se entende por esse assunto? Há uma lógica capitalista preponderante que limita a amplitude do fenômeno. O empreendedorismo econômico é o mais difundido na lógica das melhorias dos pequenos negócios, sobretudo no contexto urbano.

Porém, o fenômeno do empreendedorismo econômico promove um alcance limitado a políticas que visem melhorias sociais, visto que, além de estar voltado a ditames da competição, do livre comércio, da busca por ganhos individualizados, reforça um modelo ideológico capitalista que, na verdade, preocupa-se estritamente com o alcance do lucro e não com um ideal de emancipação política e civil (ESPING-ANDERSEN, 1991; THORNTON, 1999; DRAIBE, 2007; CARVALHO, J., 2008). Surgem aqui algumas inquietações: até que ponto este programa de fomento oferece de fato uma consciência cidadã? Até que ponto as políticas governamentais permitem que o indivíduo se sustente (ainda que minimamente) sem depender do mercado se, até então, não vivenciamos no Brasil uma política plena de Bem-Estar Social que se preocupe com o alcance desses direitos?

Por outro lado, como estender a análise do fenômeno do empreendedorismo no contexto das periferias? Do contexto rural? Será que o fenômeno se manifesta da mesma forma, regido pelos mesmos valores e pela mesma lógica? Como este fenômeno se materializa na perspectiva dos empreendimentos rurais? Sobretudo os familiares de pequeno porte, os quais priorizam uma perspectiva coletiva, de solidariedade comunitária e de bem-estar.

Um dos aspectos inerentes ao bem-estar volta-se para o exercício da cidadania. De maneira bastante elementar, cidadania é a condição de cidadão que goza de direitos civis e políticos. Os cientistas políticos Marshall e Bottomore (2004) acrescentam ainda os direitos sociais ao campo da cidadania. Todavia, o quadro dos direitos sociais no contexto brasileiro se mostra pouco exercido, distorcido ou mesmo desconhecido por parcela significativa da população (DINIZ; REISSINGER, 2014; TELLES, 2009).

1.1 JUSTIFICATIVA E PRESSUPOSTOS DO ESTUDO

Os programas de fomento ao empreendedorismo, como o Cooperar-PB, o Empreendedorismo Individual (EI) e o Empreender-PB, por se tratarem de programas recentes¹, embora agreguem milhares de micronegócios², possuem ainda poucos estudos que abordem diretamente o fenômeno como perspectiva ideológica que caminha na contramão dos ditames da precarização do trabalho, sobretudo quanto aos desdobramentos da ideia de responsabilização individual. Desse modo, faz-se necessária uma maior reflexão crítica sobre as contradições implícitas à lógica do empreendedorismo bem como sobre o seu potencial de fomentar a cidadania, tendo em vista a condição econômica e meritocrática do pensamento dominante sobre o fenômeno.

O programa Cooperar é um exemplo de tentativa de amenização de crise por meio do fomento de projetos de caráter estrutural, produtivo e social. da regularização do trabalho de diversos indivíduos que possuem um pequeno negócio informal. Sob a égide do discurso da ampliação das oportunidades de crescimento, sobretudo embasado no argumento da facilidade na obtenção de crédito, fortalecendo assim as instituições financeiras que se coadunam com a política neoliberal, é dito que este programa tem como instrumentalidade a inclusão social, o acesso à proteção previdenciária e às políticas públicas (SEBRAE, 2012; PASSOS, 2012). O governo afirma que programas como o MEI tem como objetivo resgatar a cidadania e contribuir para o crescimento desses trabalhadores como empresários (PORTAL BRASIL, 2016). Todavia os contratos sociais no Brasil levam a refletir sobre a pertinência de se estudar como essa relação entre empreendedorismo e cidadania se materializa. É importante ressaltar

¹ O programa Empreendedorismo Individual iniciou em 2009. De acordo com informações do Sebrae (2012), o Empreender Paraíba data de 2005, enquanto o Cooperar iniciou suas atividades em 1999.

² Cerca de 2,5 milhões de negócios foram regulamentados até 2016 em todo o Brasil. Só no Nordeste, são mais de 500 mil. Na Paraíba, existem mais de 15 mil empreendedores individuais (SEBRAE, 2016).

³ A pesquisa nos periódicos Capes foi realizada, no período de janeiro a fevereiro de 2016, buscando identificar
² Cerca de 2,5 milhões de negócios foram regulamentados até 2016 em todo o Brasil. Só no Nordeste, são mais de 500 mil. Na Paraíba, existem mais de 15 mil empreendedores individuais (SEBRAE, 2016).

a motivação social deste trabalho: contribuir com um melhor entendimento sobre que tipo de cidadania é fomentada pelo empreendedorismo, a fim de auxiliar no conhecimento dos limites e potencialidades que um fenômeno de cunho econômico tem na promoção de um fenômeno de natureza política social e civil.

Existem diversos projetos no Brasil que buscam mudar o panorama do entendimento tradicional do empreendedorismo, que o toma apenas sob um viés economicista. O projeto Cooperar, por exemplo, desenvolvido no estado da Paraíba, tem uma proposta de desenvolvimento social centrada na redução da pobreza rural/urbana. A implantação do Projeto visa à melhoria da qualidade de vida em comunidades em todo o estado, por intermédio do financiamento de Subprojetos Comunitários, voltados para a provisão de infraestrutura básica e a criação de oportunidade de ocupação e renda, baseados no capital social existente (PROJETO COOPERAR, 2016).

Ainda, salienta-se a necessidade de se realizar estudos críticos a respeito do empreendedorismo e de seus atores sociais, não apenas relacionados à identificação do seu perfil ou da melhoria econômica por meio de sua atuação, mas também é pertinente investigar criticamente a condição destes sujeitos, sobrepujando os muros progressistas que protegem, ocultam e dissimulam a precariedade do ser dono do seu próprio micronegócio. A atenção deste trabalho de tese está voltada para os pequenos empreendedores, que são rotulados no mesmo frasco ideológico dos grandes empresários, mas não apresentam as mesmas vantagens destes últimos.

No âmbito acadêmico nacional e internacional, ainda são escassos os estudos desenvolvidos criticamente sobre o tema. Uma pesquisa refinada nos periódicos Capes³, incluindo periódicos internacionais, que reúnem um arcabouço de produção científica, nos confirma tal escassez. Percebe-se a vasta amplitude dos estudos sobre o empreendedorismo, sobretudo o feminino e o social (entendido também como coletivo), mas ainda poucas iniciativas de caráter crítico e quase nulas se atreladas à cidadania. O portal SPELL (Scientific Periodicals Eletronic Library) não apresentou estudos conjuntos sobre empreendedorismo social e cidadania.

³ A pesquisa nos periódicos Capes foi realizada, no período de janeiro a fevereiro de 2016, buscando identificar estudos sobre: empreendedorismo social, cidadania e empreendedorismo solidário. Foram utilizados na busca tanto os termos em português como os termos em inglês e seus sinônimos: empreendedorismo (*entrepreneurship*), empreendedorismo social (*social entrepreneurship*), empresa social (*social enterprise*), negócios sociais (*social business*), negócios inclusivos (*inclusive business*), cidadania (*citizenship*) e civismo (*civism*). O resultado demonstrou apenas quatro trabalhos aproximados: uma dissertação de mestrado na PUC-Rio, realizada em 2009, sobre o empreendedorismo social nas favelas do Rio de Janeiro; dois artigos sobre trabalhadores chineses; e um trabalho de tese defendido na Austrália em 2007 na *Australian Graduate School of Entrepreneurship*, na área educacional, buscando vincular empreendedorismo social ao capital social.

Reforçando a pertinência deste estudo, para além dos projetos sociais, o Nordeste do Brasil tem especificidades históricas, sociais e culturais que somente agravam os problemas associados à democracia e ao pleno respeito a direitos humanos fundamentais às famílias. Políticas vêm sendo desenvolvidas no intuito de desenvolver práticas mais inclusivas e participativas para as comunidades, com o intuito de que contribuam de fato na promoção de dignidade e liberdade aos sujeitos (ARAÚJO, 2000; PITTA; COUTINHO; ROCHA, 2015). O contexto indica um panorama multidimensional, com elementos de tensão para o exercício pleno de um empreendedorismo genuinamente social, solidário, com vistas a desenvolver uma consciência cidadã nos indivíduos. Os projetos sociais/produtivos têm sido desenvolvidos nesse intuito. E, na Paraíba, agentes de fomento têm se destacado por sua abrangência e pela escassez⁴ de estudos acadêmicos a respeito de sua eficiência, sobretudo no que tange ao empreendedorismo social, solidário e provedor de consciência cidadã.

Dessa forma, políticas públicas têm se voltado para a condição de vulnerabilidade de muitas famílias, por meio de projetos que estimulam uma estruturação produtiva e, com ela, melhores condições de organização e de participação social. Nesse sentido, tornam-se relevantes investigações que busquem compreender até que ponto tais políticas realmente fomentam uma consciência cidadã nas comunidades rurais.

Tal entendimento também se fundamenta em três pressupostos: a) o empreendedorismo não deve ser entendido como unidimensional; b) o empreendedorismo social, diferentemente do empreendedorismo econômico, promove condições para o desenvolvimento de uma consciência cidadã; c) o fenômeno do empreendedorismo no contexto rural possui uma maior aproximação a uma perspectiva solidária.

Pressuposto 1 - o empreendedorismo não deve ser entendido como unidimensional.

Atualmente, o empreendedorismo possui variações, não podendo ser encarado apenas como um fenômeno que fomenta um viés economicista. Apesar de preponderante em um contexto neoliberal, a perspectiva econômica por si não sustentaria toda uma gama de manifestações do fenômeno, cujos fins superam a geração de renda, alcançando patamares mais amplos como a melhoria das condições de vida dos sujeitos. Essas condições estão além da mera oportunidade de negócio, do aumento da lucratividade e da maior eficiência e eficácia. Apenas sobre um panorama multifacetado é que o empreendedorismo pode ser

gerador de bem-estar para as comunidades, sobretudo as de natureza rural, pois seu cerne é regido por valores outros além do “*business to business*”, adquirindo contornos de um empreendedorismo classificado como social (SCHUMPETER, 1982; FILION, 1999; MALAGUTTI, 2000; BRAGA, 2012).

Há vertentes do empreendedorismo que são mais abrangentes em relação a campos mais heterogêneos à lógica estritamente comercial. De acordo com Silva, Moura e Junqueira (2015), esse novo olhar sobre o fenômeno está pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos, os quais gerariam uma transformação social. Kerlin (2006) intitula este fenômeno como Empreendedorismo Social, cujo cerne encontra-se na geração de benefícios para a sociedade. Rosolen, Tiscoski e Comini (2014) ainda acrescentam que existem entendimentos variados de empreendedorismo social, com denominações próximas, mas que possuem diferenciações: negócios inclusivos, negócios sociais, empresa social.

Um dos diálogos propostos por esta tese busca entender as possíveis derivações do fenômeno do empreendedorismo social contemporâneo. A ideia distorcida de que apenas a perspectiva econômica é suficiente para resolver os problemas sociais trafega inclusive por uma noção de que o indivíduo precisa ter bons sentimentos, bons hábitos, boa educação, isto é, ser cordial, ser dócil aos ditames do patrão. Porém, essa ideia atomizada de empreendedorismo acaba por afastar muitos indivíduos do que realmente acontece no local de tomada de decisões, intimidando a participação popular nas discussões que interferem diretamente no cotidiano da sociedade.

Pressuposto 2 - O empreendedorismo social, diferentemente do empreendedorismo econômico, promove condições para o desenvolvimento de uma consciência cidadã.

A consciência cidadã é um dos aspectos de maior distinção do empreendedorismo social, pois conduz os indivíduos para um propósito que vai além do lucro pelo lucro. A mudança na forma de pensar dos indivíduos leva-os a se reposicionar em relação à realidade e contribui na ressignificação dos acontecimentos e na delimitação dos papéis dos agentes envolvidos (FREIRE, 2001; CASTELLS, 2008). Para tanto, é necessário entender que a cidadania é um fenômeno complexo e multifacetado. Marshall e Bottomore (2004) entendem a cidadania como sendo capaz de promover direitos distintos e mutuamente complementares ao sujeito: civis, políticos e sociais. O panorama estudado pelos autores aborda o contexto da história britânica, na qual são legitimados os direitos civis no século XVII, os direitos

políticos no século XVIII e os direitos sociais a partir do século XIX. Os direitos civis defendem a perspectiva da liberdade individual e da igualdade formal. Os direitos políticos estão relacionados à possibilidade de participação nas ações governamentais seja de forma direta ou indireta. Os direitos sociais, por sua vez, são fundamentados em uma concepção de justiça social, em uma lógica de bem-estar.

A constituição brasileira entende a cidadania como aquela que promove “o sujeito de direitos”. Marshall e Bottomore (2004) acreditam que cidadão é todo aquele que exerce direitos políticos, sociais e civis. Por sua vez, J. M. Carvalho (2008) afirma que no Brasil a trajetória histórica da cidadania nessas três dimensões foi marcada por diversas fragilidades. Também se corrobora com a visão destes autores, dada a clareza das dimensões que compõem o fenômeno social, e exatamente devido à tal dimensionalidade, assim como a do contexto neoliberal, com todas as suas repercussões sobre os trabalhadores.

Porém, o entendimento de cidadania como um conjunto de direitos que abarca estas três dimensões é difícil, visto que se vivencia uma sociedade regida por um sistema econômico que sobrevive (em maior ou menor grau) do tratamento materialista desigual nas diversas partes do globo. A busca de uma igualdade neste contexto nos leva a um paradoxo produzido por desproporcionalidades sociais no gozo pleno dos direitos de ir e vir, de aquisição de renda e de conhecimento.

Deve-se entender a cidadania como um conceito amplo, que não isenta a tensão existente entre suas dimensões devido ao regime econômico preponderante. Se considerarmos a trajetória da cidadania no Brasil, observa-se que há dificuldades quanto às perspectivas da cidadania hoje. Resgatando diversos eventos históricos no Brasil, com base nos escritos de J. M. Carvalho (2008), pode-se evidenciar estas deficiências, a começar pela forma de colonização, a qual foi a favor da exploração e não do povoamento, ou seja, o objetivo era extrair as riquezas de nossa terra e destiná-la para outro país. O próprio direito ao voto foi modificado diversas vezes, provocando instabilidade de um ideal social (BOSI, 1992).

Diversos eventos históricos contribuíram para o exercício da cidadania em seu sentido pleno no contexto brasileiro, como a legitimação regulada dos sindicatos e a definição do salário-base, porém a ditadura militar e o coronelismo ceifaram perspectivas reais de cidadania. Os anos de 1980 caracterizaram-se não apenas pela centralização do Poder Executivo, mas também pelo despreparo do Poder Legislativo na elaboração de leis que pudessem realmente preservar uma cidadania plena que assegurasse direitos civis, políticos e sociais. Percebe-se neste período a exclusão parlamentar partidária, gerando uma hipertrofia legislativa. Mais recentemente, a realidade vigente ainda possui um forte e reforçado impacto

neoliberal, instituído no cenário global, predominando um regime que valoriza o economicismo e o privatismo, o que acentua a desigualdade dos direitos sociais, sobretudo daqueles relativos à renda (BRESSER-PEREIRA, 2006; COSTA, 2006; DRAIBE, 2007; DINIZ, 2007; DRUCK, 2007; SOUZA, 2007; ANTUNES, 2011; BRAGA, 2012; SALES, 2012).

O panorama nordestino não destoa do contexto nacional, na medida em que a cidadania nesta região também não tem sido exercida amplamente. O Nordeste do Brasil tem especificidades históricas, sociais e culturais que somente agravam os problemas associados à democracia e ao pleno respeito a direitos humanos fundamentais às famílias. Políticas vêm sendo implementadas no intuito de desenvolver práticas mais inclusivas e participativas para as comunidades, buscando contribuir de fato para a promoção de dignidade e liberdade aos sujeitos (ARAÚJO, 2000; PITTA; COUTINHO; ROCHA, 2015). Nesse contexto, mais especificamente na realidade paraibana, políticas públicas têm se voltado para a condição de vulnerabilidade de muitas famílias por meio de projetos que estimulam uma estruturação produtiva e, com ela, melhores condições de organização e de participação social. Assim, compreender o empreendedorismo no contexto rural pode fomentar a cidadania nas comunidades e contribuir para entender a dinâmica constitutiva deste fenômeno e suas implicações na transformação e desenvolvimento da comunidade a partir de princípios do coletivismo e solidarismo.

Pressuposto 3 - o empreendedorismo no contexto rural possui uma maior aproximação entre a perspectiva social (ou da empresa social) e solidária do fenômeno.

Em uma perspectiva econômica, o empreendedorismo não tem conseguido avançar em termos de abrangência social, em função de seu caráter individualizado, de culpabilização do sujeito e que não oferece uma visão ampliada sobre o tema. Tendo em vista a natureza instrumentalizada da visão econômica sobre o fenômeno, novas pesquisas têm sido desenvolvidas, buscando compreender outras possibilidades, dentre elas o empreendedorismo social (BAGGENSTOSS; DONADONE, 2013; CRUZ, 2012; LEAL; FREITAS; FONTINELI, 2015). Foi mister o surgimento de uma nova proposta de organização que ampliasse as possibilidades da ação organizacional: são as denominadas empresas sociais, negócios sociais ou negócios inclusivos (SANTOS; GALELLI, 2013; BARKI et al., 2015; SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015).

O empreendedorismo social transfere o cerne do fenômeno para questões mais próximas de ações de bem-estar social, possuindo níveis graduais de preocupação com a causa social. Em geral, suas manifestações estão voltadas não apenas para a criação de produtos e serviços, mas para a criação de condições que busquem auxiliar na resolução de problemas sociais. Além disso, não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de risco social (exclusão social, pobreza, miséria, risco de vida). Um dos níveis mais elevados está na representação *solidária*, cujas peculiaridades atrelam a noção de solidarismo, de compromisso social e de reciprocidade no desenvolvimento de papéis na comunidade e no apoio associativo de agentes públicos (GAIGER; CORREA, 2011; SAIZ-ALVAREZ, 2016).

A rede de pesquisadores EMES (*Emergence of Social Enterprise in Europe*) afirma que as empresas sociais são compostas por grupos de cidadãos que objetivam explicitamente beneficiar a comunidade e, dessa maneira, valorizam a independência e a diminuição de riscos econômicos relacionados às atividades socioeconômicas (DEFOURNY; NYSENS, 2012). O associativismo e o cooperativismo são possibilidades de desenvolvimento mais igualitário, construindo uma cultura de cooperação entre os participantes. O apoio mútuo e a solidariedade ensejam um processo conjunto de tomada de decisões e de responsabilização coletiva, fortalecendo os laços nessas comunidades (GAIGER; CORREA, 2011; SAIZ-ALVAREZ, 2016).

A partir desse posicionamento, três pontos merecem destaque: a) para a rede EMES, as empresas sociais são grupais e não individuais, sendo assim, a culpabilização não se dá sobre um único sujeito; b) as pessoas que fazem parte destas organizações são entendidas como cidadãos que se preocupam com condições sociais e econômicas da sociedade, ou seja, há uma expectativa de que tais sujeitos conheçam o seu papel na sociedade, buscando a diminuição dos riscos sociais para o ambiente onde a empresa atua; e c) a perspectiva solidária seria a mais apropriada não apenas para explicar as manifestações do empreendedorismo social no meio rural, como também está mais próxima de uma consciência cidadã em sentido mais amplo.

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Os pressupostos que sustentam o argumento de tese de que o empreendedorismo social possui caráter solidário, sendo necessário estudá-lo de forma seccionada, verificam como a

vertente do empreendedorismo social é capaz de gerar, além de outros fatores, bem estar social e consciência cidadã nos indivíduos.

Assim sendo, cabe indagar: **como o empreendedorismo social se configura no contexto rural do interior da Paraíba?**

Desta forma, o objetivo central desta tese é **analisar o empreendedorismo social no Contexto Rural em organizações do interior da Paraíba.**

Para tanto, buscou-se:

- I. Caracterizar o empreendedorismo social no contexto rural;
- II. Identificar fatores determinantes na configuração do empreendedorismo social no contexto rural;
- III. Identificar vínculos entre o empreendedorismo social e os traços do empreendedorismo solidário no contexto rural;
- IV. Delimitar os elementos que caracterizam o empreendedorismo solidário no contexto rural.

A multidimensionalidade do empreendedorismo social elencado como o primeiro pressuposto argumentativo da tese é demonstrada tanto em uma propositura teórica na forma de *continuum*, como também a partir de sua materialização empírica. Ainda na investigação empírica, percebe-se o entendimento de cidadania nas comunidades, indo ao encontro do segundo pressuposto cujo conteúdo afirma que o fenômeno é capaz de fomentar consciência cidadã nos indivíduos.

Por sua vez, apesar do objetivo II não estar diretamente relacionado a um pressuposto teórico, as explanações sobre tais fatores foram determinantes para a distinção do fenômeno empírico estudado. Os objetivos III e IV contribuem para o melhor entendimento desta possível relação entre perspectivas de empreendedorismo social ao contexto rural, por apresentar como cerne, a combinação de outras perspectivas, atrelada a aspectos complementares à manifestação do fenômeno.

Este trabalho de tese contribui teoricamente ao apresentar uma estrutura de referência a qual pretende elucidar um fenômeno multidimensional, o empreendedorismo social, que no contexto estudado demandou a convergência de três perspectivas teóricas: a empresa social e o empreendedorismo solidário e o empreendedorismo rural. Analisa-se sua capacidade de gerar bem-estar social e seus fatores de tensão positiva, negativa ou híbridos. Do ponto de vista social, esta pesquisa visa contribuir para uma maior compreensão sobre as reais potencialidades do empreendedorismo no âmbito rural: no desenvolvimento econômico, na

geração de bem-estar social e na conscientização política dos indivíduos, sobretudo, no seu papel de cidadão na sociedade.

1.3 ESTRUTURA DA TESE

Além deste capítulo introdutório, que apresenta, brevemente, os temas de estudo e o argumento de tese, o qual foi desdobrado em três pressupostos, bem como a justificativa e o contexto do estudo, seguem mais cinco capítulos e as conclusões

O Capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica, a qual se desenvolve em três seções: i) na primeira, por meio de uma análise crítica sobre a história do empreendedorismo e as políticas nacionais de fomento, permite-se o conhecimento do contexto específico e concepção que leva à construção do discurso empreendedor e de sua função na sociedade; ii) a segunda seção apresenta uma abordagem histórico-evolutiva do fenômeno da cidadania e a diversidade de caminhos de seu estudo, assim como a evolução histórica do seu entendimento na sociedade, e, sobretudo, da sua trajetória tortuosa no Brasil; iii) a terceira seção aborda o empreendedorismo social, o qual se entende como a manifestação do empreendedorismo que mais se aproxima de um diálogo com o entendimento de cidadania, dissertando-se sobre seus conceitos e derivações, suas possíveis dimensões, estudos bibliométricos, os vínculos entre empreendedorismo social e cidadania, e a vertente do empreendedorismo solidário.

No Capítulo 3, apresenta-se a metodologia, a qual trilhou o caminho das narrativas como método de pesquisa, assim como a operacionalização da busca empírica. A metodologia se classifica como exploratória, visto o número escasso de estudos sobre a relação entre os construtos. O instrumento de pesquisa será a entrevista narrativa, e o tratamento dado aos achados da coleta será feito através da análise sociológica do discurso.

No Capítulo 4, apresenta-se a investigação empírica do fenômeno em quatro organizações sociais sediadas em cidades distintas do interior da Paraíba. A pesquisa utilizou categorias específicas do empreendedorismo social, porém mantendo-se atenta a possíveis fatores emergentes não previstos teoricamente.

Sentiu-se a necessidade de se estabelecer um Capítulo 5, fruto dos achados emergentes no Capítulo 4, em que se dissertou sobre a pertinência de quatro elementos fundamentais para o desenvolvimento do empreendedorismo social no contexto estudado: o papel do líder, o espaço comunitário, a sucessão familiar e o papel dos agentes públicos.

No Capítulo 6, sintetiza-se a contribuição teórica desta tese, a qual se inicia apresentando uma relação entre as categorias nos quatro contextos investigados, a emergência do empreendedorismo solidário e, por fim, a sua relação peculiar no contexto estudado,

proporcionando a elaboração de uma nova manifestação teórica intitulada como Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural (ESR), possuindo como fatores de diferenciação: a combinação de elementos de duas derivações do empreendedorismo social (a empresa social e o empreendedorismo solidário) e a distinção de quatro mediadores de tensão que influenciam diretamente o desenvolvimento do ESR.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo, faz-se uma reflexão sobre a afirmação ou negação dos pressupostos levantados, assim como a abordagem a respeito dos objetivos traçados na introdução do estudo. Ainda, sugere-se uma agenda de atuação da universidade sobre o fenômeno investigado e indicam-se as principais limitações do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta inicialmente uma análise crítica sobre o empreendedorismo e as políticas nacionais de fomento. Em seguida, apresenta-se uma abordagem histórico/evolutiva do fenômeno da cidadania, a diversidade de caminhos de estudo, assim como a evolução histórica do seu entendimento da sociedade e, sobretudo, a sua trajetória tortuosa no Brasil. Finalizando a discussão teórica, aborda-se o empreendedorismo social, o qual se entende como a manifestação do empreendedorismo que mais se aproxima de um diálogo com o entendimento de cidadania. Por fim, disserta-se sobre seus conceitos e derivações, suas possíveis dimensões, estudos bibliométricos e vínculos entre empreendedorismo social e cidadania.

2.1 EMPREENDEDORISMO: CRÍTICA ACERCA DO FENÔMENO, DO SUJEITO EMPREENDEDOR E DAS POLÍTICAS DE FOMENTO

Apresentar um resgate histórico sobre o empreendedorismo, a partir de uma visão crítica, permite conhecer os contextos específicos de diferentes concepções e construções do discurso empreendedor e de sua função na sociedade. A identificação da construção discursiva do empreendedor torna possível elucidar uma visão naturalizada acerca do empreendedorismo, a qual, ao longo da história, apresenta iniciativas de definição desse fenômeno e de valorização da função do empreendedor.

Enfoca-se neste trabalho a temporalidade de 1760-1870 para determinar este período inicial, conforme Falcon e Moura (1989). Assume-se nesta investigação que o capitalismo está vinculado a um conjunto de ações individuais e coletivas em relação ao processo produtivo de distribuição e de consumo dos bens, no intuito de gerar lucro, alimentando um ciclo econômico por meio dos reinvestimentos, concedendo, assim, força e dinamicidade ao capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

A propriedade privada, a racionalização dos meios de produção, a busca incessante por lucro e o trabalho remunerado são características que particularizam o capitalismo em relação a outros modelos de produção. Sendo a Revolução Industrial uma de suas maiores impulsionadoras, cronologicamente falando, esse processo se inicia na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, na França e nos Estados Unidos a partir dos primeiros anos do século XIX, e na Alemanha apenas nas últimas décadas deste mesmo século. A lógica governamental neste período estava direcionada para o desenvolvimento econômico e

industrial, em que “o empreendedor capitalista era entendido como qualquer indivíduo que possuísse um excedente para investir na extração de lucros que aumentassem o excedente inicial” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 36).

Sobre a identificação do sujeito empreendedor, Fillion (1999) indica que tal indivíduo não é entendido apenas como o grande capitalista, mas como aquele que assume os riscos das relações de mercado. Sendo assim, eram considerados empreendedores os indivíduos donos dos pequenos negócios, seja no comércio, no artesanato, na manufatura ou mesmo na agricultura. Entretanto, nem todos os profissionais tinham a clareza e as mesmas condições de competição no mercado emergente. Apenas os declarados burgueses possuíam articulações para mobilizar a economia a seu favor.

A definição tradicional mais difundida acerca do empreendedorismo foi a proposta do economista Joseph Schumpeter. Em seus escritos dos anos 1910 e 1920, o empreendedor é compreendido, sobretudo, como um inovador que impulsiona o desenvolvimento econômico por meio da reforma ou da revolução do padrão de produção. Para o autor, o processo de desenvolvimento não pode ser entendido apenas como um crescimento da economia, mas como um processo cíclico da ação de diversos agentes que atuam nesta economia, dentre eles, o empresário.

Schumpeter (1982), em sua abordagem sobre desenvolvimento econômico, considera o empreendedor como um agente de grande importância no equilíbrio de mercado, visto que ele se encontra no espaço intermediário entre produtores e consumidores. O empreendedor busca alcançar o equilíbrio financeiro de sua empresa e o máximo de lucro. O processo de desenvolvimento econômico (e seus ciclos) é consequência do surgimento de novas combinações e novos usos de recursos, que envolvem: (a) a introdução de um novo bem ou de um bem já existente com uma nova característica; (b) a introdução de um novo método de produção; (c) a abertura de um novo mercado; (d) a descoberta de novas fontes de suprimento; e (e) o desenvolvimento de novas formas de organização.

O empreendedor é o agente que inicia essas mudanças, alterando o sistema em equilíbrio a partir da identificação de novas oportunidades: “chamamos ‘empreendimento’ a realização de combinações novas; chamamos de ‘empresários’ os indivíduos cuja função é realizá-las” (SCHUMPETER, 1982, p. 54).

López-Ruiz (2007) argumenta que os valores relacionados com a figura do empreendedor resgatam a imagem de uma conduta exemplar que não envolve apenas o aspecto econômico da atividade comercial, mas também outras áreas da vida, inclusive a vida conjugal. A figura do empreendedor passa a ser pulverizada, levando-o a deixar de ser um

sujeito para se tornar um perfil ideal a ser seguido: a doutrina neoliberal exige que todos os profissionais se comportem como empreendedores. De acordo com o autor, “para a continuidade do desenvolvimento do capitalismo torna-se imprescindível o surgimento do empreendedorismo como fenômeno de massa” (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 30).

Esse tipo de fenômeno leva a um repensar da chamada ética empresarial do trabalho, indicando a necessidade de uma estreita ligação entre o indivíduo e a empresa. Tal movimento pode ser percebido, por exemplo, em abordagens mais atuais acerca do tema empreendedorismo, uma vez que os autores transferem para as empresas as características e habilidades do empreendedor, tais como autonomia, capacidade de inovação, polivalência, capacidade de assumir riscos, capacidade de agir proativamente e competitividade agressiva (DORNELAS, 2008), associando a capacidade empreendedora à qualificação formal de indivíduos.

De acordo com a corrente de pensamento estratégica, qualquer sujeito pode ser entendido como empreendedor, desde que assuma valores inerentes ao “sonho americano” de ser o fundador de uma empresa, abrangendo o funcionário que inova em sua função ou em outros processos da empresa até alguém que tome uma iniciativa estratégica dentro de uma organização para alcançar um novo nicho de mercado, dentre outras ações (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; PIMENTEL, 2009).

Essas imagens convergem com as concepções implícitas do “sonho americano”, que difunde o pensamento de que, por meio do trabalho árduo, persistência, coragem e determinação pode-se alcançar o sucesso e a prosperidade. Tal ideal ilude o sujeito até o momento em que ele se depara com fatores que o levam a encerrar a atividade. As práticas de empreendedorismo podem ser tão nefastas que levam o sujeito a se autorresponsabilizar pelo insucesso, tornando o sucesso a sua obrigação. Logo, essa condição do ser reforça a visão do empreendedorismo como reprodução do sistema capitalista (COSTA, 2010; COSTA, BARROS; CARVALHO, 2011).

Assim, pode-se argumentar que esse processo de valorização da ascensão econômica de indivíduos empreendedores não é algo novo. No entanto,

O resgate desta valorização e a exaltação de um ‘espírito’ empreendedor na atualidade apresenta-se agora coerente com novos pressupostos pautados pela reformulação neoliberal da economia política contemporânea, na qual o espírito do capitalismo produz um repertório de explicação da realidade que toma a figura do executivo capitalista como matriz de conduta a ser disseminada pela sociedade, fundada no investimento constante e exclusivo da vontade na produção da riqueza abstrata. (COSTA, 2010, p.35-36).

Tal ideologia reforça uma noção imperativa de que o indivíduo deve dedicar sua vida ao ganho, atomizando os atributos das pessoas à dimensão econômica da vida, centralizando-a e tornando-a razão de existência (SANTOS, 2007). Braga (2012) argumenta que o discurso econômico faz com que os trabalhadores se sujeitem a relações de trabalho mais instáveis em prol do ideário da inovação, da competitividade e do empreendedorismo. Ou seja, o empreendedorismo, nessa perspectiva, promove uma cultura do trabalho resignada diante do desemprego e adaptada ao risco, à insegurança e à incerteza. Corroborando com este pensamento, Saraiva (2007) alerta para o fato de que o empreendedor é responsabilizado pelo direcionamento de sua carreira profissional, isto é, na medida em que

[...] considera como individuais as questões profissionais, que passam a ser definidas de acordo com a capacidade dos indivíduos em competir (e vencer), esta visão enfraquece o senso coletivo e instala, em definitivo, uma lógica darwiniana de todos contra todos, em que só se beneficiam as empresas, em detrimento dos indivíduos e instituições [...]. (SARAIVA, 2007, p. 5).

Ora, o enfraquecimento coletivo reflete prejuízos contra o próprio pensar social. A competição e o individualismo instauram um ambiente que desfavorece o senso de responsabilidade mútua, que pode reverberar, nutrindo efeitos nocivos de maior proporção na sociedade. O caso Mariana⁵, por exemplo, dentre diversas causas, evidencia o descaso em relação ao senso de responsabilidade coletiva. O individualismo presente na ação empreendedora é natural de uma realidade flexível do capitalismo,

[...] tornando-se símbolo de uma época que vê a si própria como hostil à rigidez, à rotina, à segurança e à certeza, e que pede a todos uma entrega incondicional à velocidade, à rapidez, à mudança incessante, ao risco, com a correspondente recusa de procedimentos formais, hierarquias tradicionais e cálculos de longo prazo. (NOGUEIRA, 2006, p.7).

O que ocorre é a naturalização da ideia do “eu empreendedor” como um atributo fundamental para o trabalhador, que “precisa autogerir a carreira, deve ser empresário de si próprio e ver a si mesmo como se fosse um negócio” (LEMOS; RODRIGUES, 2008, p. 2).

Em um contexto mais amplo, a realidade neoliberal vigente levanta a bandeira de cidadania burguesa, legitimando o direito à propriedade, ao lucro e ao livre comércio. Os

⁵ O caso Mariana refere-se ao rompimento das barragens da mineradora San Marco no subdistrito de Bento Rodrigues da cidade de Mariana-MG. O desastre ambiental provocou efeitos catastróficos não apenas no distrito como também no meio ambiente, liberando metais pesados nas águas dos afluentes locais, tornando-a imprópria para o consumo. Tal foi a proporção do desastre que estudos estão sendo feitos em estados distantes no local do acidente, como em Abrolhos, localizado no litoral do Estado da Bahia, que fica a mais de 750 km da cidade de Mariana. (BBC, 2015).

discursos desenvolvimentistas governamentais reforçam essa lógica, pois passam a defender que o progresso, nesse contexto, depende da “emancipação comercial” dos donos de negócios. Este cenário contribui para o contínuo processo de enfraquecimento dos laços coletivos de confiança, da noção de pertença a uma classe social e da experiência social de longo prazo, na mesma medida em que fortalece as atividades flexibilizadas sem garantias ou minimamente asseguradas (a empresa virtual, o *home-office*, o *part-time job*) e a experiência social de tempo fragmentado, diminuindo das pessoas possíveis condições de vida mais seguras (NOGUEIRA, 2006; BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009).

Essa nova condição de trabalho não foge da tendência neoliberal mais ampla de diminuição de seguridade social. De acordo com Antunes (2008), o empreendedorismo individual, economicamente pensado, mantém a precariedade do trabalho em uma zona incerta de ocupação e não ocupação. A força de trabalho fica desprotegida, seja por garantias e direitos, seja por uma expectativa de futuro, dada a competição acirrada existente do mercado de trabalho.

Nas últimas décadas, tem se falado muito no empreendedorismo e no perfil empreendedor como diferenciais no mercado, seja na ação daqueles que possuem negócios próprios ou na atitude empreendedora dos funcionários das empresas. O entendimento sobre o ser empreendedor possui raízes na França, nas reflexões do economista franco-irlandês Richard Cantillon, referindo-se ao indivíduo comerciante que identifica uma oportunidade de negócios, assumindo também todos os riscos associados a esse processo: esta é uma das principais características do sujeito empreendedor (DOLABELA, 2008).

Ao tratar de empreendimentismo, Harvey (1994) denuncia uma desvalorização disfarçada da força de trabalho oriunda de uma resposta instintiva do modelo capitalista. No cerne da acumulação flexível, o ideal ligado à iniciativa privada e ao olhar empreendedor vai agir como estratégia que retira o foco da sociedade das desigualdades sociais provenientes do sistema, transferindo aos trabalhadores toda a responsabilidade pelos prejuízos do insucesso do negócio.

Entende-se que a ideia de assumir riscos tem sido absorvida mais do que nunca pela filosofia neoliberal contemporânea, incorporando-a a sua ideologia: valoriza-se a independência e a autonomia do sujeito, mas o deixa à mercê das relações de mercado isentas de garantias para os pequenos e microprodutores. Entende-se que essa ideologia camufla uma teia invisível de exclusão que envolve os sujeitos empreendedores e favorece apenas aqueles que detêm o grande capital; todos possuem a mesma liberdade para negociar, mas poucos realmente usufruem da riqueza proporcionada pelo sistema. Nesse lógica, a ideologia do

empreendedorismo mantém a concentração e a centralização inerentes ao modelo neoliberal, e o discurso empreendedor conecta-se à produção capitalista, fortalecendo o senso de propriedade, de ação individual e promissora (BECK, 1999; THORNTON, 1999; GORZ, 2004).

Todavia, as chances de sucesso são mínimas ou atomizadas, sobretudo para os empreendedores de baixa renda, que somam cada vez mais indivíduos, sobretudo em contexto de transformações na dinâmica do trabalho em decorrência da flexibilização produtiva (BARBOSA, 2007). Talvez este seja o principal trunfo neoliberal para o convencimento das camadas pobres da sociedade que, excluídas dos ganhos advindos das dinâmicas concentradoras de mercado, percebem nas mínimas possibilidades de ganho do negócio próprio uma forma de alavancar sua renda em meio ao desemprego estrutural, ao subemprego e aos baixos salários pagos pelas empresas, constituindo-se esses pequenos negócios mais como meios de sobrevivência do que empreendimentos capitalistas, sobretudo no âmbito comercial.

No âmbito do empreendedorismo, muitos são os discursos de empoderamento que reforçam o ideal capitalista. A partir do momento em que o sujeito passa a adquirir poder de barganha no mercado, algo que ele certamente possuía minimamente ou do qual até mesmo era desprovido, observa-se uma maior circulação de dinheiro sob o seu comando, e este sujeito tem a falsa noção de que está, de fato, recebendo mais dinheiro, sem perceber, a priori, os elevados custos e riscos que se escondem no fascínio do volume de caixa em um contexto de promessas que são potencialmente incertas e frustradas em longo prazo (VASAPOLLO, 2005; ZORZI, 2008; SILVA, 2015).

Entretanto, se o empreendedor oriundo das camadas mais desprivilegiadas da sociedade se vê em uma situação financeiramente complicada ou se ele pretende maximizar estes ganhos, recorre a empréstimos bancários e a capacitações que irão reforçar uma lógica distorcidamente gerencialista, dando margem a processos de planejamento, organização direção ou controle direcionados apenas pela necessidade de quitar dívidas, manter o negócio funcionando, quando muito, orientandos apenas para a produção de capital (VASAPOLLO, 2005; BARBOSA, 2007).

Percebe-se uma concessão pseudoempoderadora ao empreendedor de baixa renda pelo acesso aos recursos financeiros via fomento de políticas de incentivo, funcionando como uma espécie de medida paliativa. Assim, ao mesmo tempo em que os indivíduos alcançam uma relativa autonomia na geração de renda (já que não dependem de um patrão para receber salário), o Estado também se propõe a amenizar seus problemas com os déficits de

contribuição para a previdência social, por meio de medidas que possibilitam ao empreendedor adquirir os direitos sociais condicionados, dentre outros fatores, pela contribuição previdenciária. O Estado tenta amenizar o problema causado pelas práticas de desregulação e informalidade oriundas dos novos paradigmas das relações flexíveis de trabalho. No entanto, tais medidas são paliativas e apenas amenizam as consequências. O indivíduo continua à margem e precarizado, porém agora formalizado e reconhecido como sujeito pelo Estado em seu status de vulnerabilidade (HOROCHOVSKI, 2006; ZORZI, 2008).

No Brasil, as micro e pequenas empresas são maioria quantitativa, representando mais de 90% do total de empresas no país (SEBRAE, 2015). Tal composição advém, consideravelmente, da informalidade, resultado, em muitos casos, do desemprego estrutural e das práticas de demissão voluntária incentivadas pelas grandes empresas, que, em uma perspectiva mais ampla, constituem-se em frutos das práticas de flexibilização produtiva. Tem-se aqui, então, um terreno fértil para a introjeção da lógica neoliberal por esses sujeitos a partir de diversas iniciativas genuinamente capitalistas, tais como: a filosofia do imediatismo reforçada pelas promessas de maiores ganhos de curto prazo que o negócio próprio concede; o incentivo do Estado por meio da adoção de políticas de fomento ao empreendedorismo; e os discursos de valorização da consultoria de vendas das multinacionais e empresas nacionais.

As instituições financeiras, cientes da ascensão do empreendedorismo no terceiro setor dos empreendimentos de baixa renda, passam a destinar parte de seus recursos a este mercado, oferecendo crédito em parcelas de valor aparentemente pequeno, mas de longa duração, levando os pequenos produtores a pagar muito mais pela concessão do valor inicial. De outro lado, as capacitações passam a sistematizar as ações dos pequenos empreendedores para ordenar algo que já faziam de forma intuitiva e, dentro de cada uma das palestras, o discurso do capitalismo se reforça, uma vez que a valorização de um ideal de eficiência e de eficácia ganha corpo de tal maneira na forma de pensar desses sujeitos que o espaço destinado à vida pessoal e aos valores subjetivos fica comprometida.

Muitos desses pequenos negócios, para não dizer a maioria deles, ocorrem no espaço da casa própria dos empreendedores, seja construindo um ambiente novo ou transformando algum cômodo do domicílio em um lugar de negócios. Em um primeiro momento, a vida familiar parece estar mais fortalecida, visto a proximidade física do empreendedor e de seus parentes. Os laços familiares, a priori, não apresentam danos. Porém, com o passar dos dias, a necessidade de maiores lucros passa a percorrer a mente dos proprietários, sejam estes pensamentos motivados pela ambição de se expandir o negócio, seja pelo desejo de proporcionar um maior conforto para a família (VASAPOLLO, 2005; SILVA, 2015).

De todo modo, para que essas motivações se materializem, necessita-se de uma maior intensificação da atividade, de mais atendimentos, volume de vendas, tempo no trabalho e longas jornadas. O tempo dedicado à família passa a ser gradativamente reduzido e, nesse aspecto, o empresário se vê na mesma situação ou até mesmo em uma condição ainda mais desfavorável que outrora, quando era funcionário de alguma empresa.

Entende-se que para diversos pequenos empreendedores, sobretudo no contexto urbano, não há como retroceder, pois as amarras físicas e ideológicas não lhes permitem um retorno: lucros maiores, empréstimos bancários, clientes, fornecedores, funcionários, padrão de vida familiar, ou seja, são diversos os novos elementos que o permeiam e o engessam no falso empoderamento da geração de renda. As necessidades de curto prazo passam a dominar pretensas necessidades de longo prazo, adiando ainda mais as relações familiares e as possibilidades do sujeito se afastar de suas atividades, de se aposentar. Se por um lado o empreendedorismo, em uma perspectiva econômica, promove melhoria de renda em longo prazo, proporcionando sucesso profissional ao sujeito, por outro lado, ele garante benefícios sociais mínimos e é calcado em uma lógica de exploração do trabalho e de autoexploração, que beneficia o sistema capitalista mais amplo.

Políticas públicas vêm sendo desenvolvidas na tentativa de sanar problemas associados ao desemprego estrutural e ao mercado informal. Entretanto, é necessário atentar para esforços de natureza estritamente econômica que geram iniciativas mínimas de bem-estar social. Enquanto definição, as políticas públicas possuem vários olhares e um deles entende que se trata de uma regra formulada por alguma autoridade governamental que “expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular o comportamento individual ou coletivo por meio do uso de sanções positivas ou negativas” (LOWI apud SOUZA 2007, p.68).

O programa Microempreendedorismo Individual (MEI) lançado em 1º de julho de 2009 com o objetivo de formalizar os trabalhadores que atuam no mercado informal tem o intuito de oferecer melhores oportunidades aos empreendedores, dentre eles, os de baixa renda. A formalização já alcançou mais de 150 tipos de ocupação e mais de três milhões de indivíduos em todo o país (SEBRAE, 2015). O MEI é financiado pelo governo federal e tem o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) como um parceiro fundamental na sua concretização. Há o discurso de que o sujeito que se insere nesse programa obtém vantagens.

É pertinente que se declare que não se pretendeu atribuir uma visão maniqueísta com esta seção em relação ao empreendedorismo, mas afirmar que elementos contratuais ou

econômicos não oferecem bases suficientes para compreender o fenômeno como salutar para a sociedade, sobretudo, para suas camadas menos favorecidas, mesmo que haja uma adaptação do fenômeno por meio de políticas de micro empreendedorismo se o seu cerne não for pensado de forma ampla. A maioria dos benefícios concedidos se refere a garantias mínimas relacionadas ao trabalho.

Entende-se que a redução de carga de impostos em geral, o acesso ao crédito em instituições financeiras e a sistematização de processos operacionais, por exemplo, não são suficientes para trespassar a condição econômica de forma a se promover bem estar social, quiçá uma formação cidadã, devido a aspectos entendidos como atomizados por mecanismos contratualistas que podem ser entendidos em uma noção de direitos civis, mas que não alcançam, por si só, direitos sociais e políticos os quais também fazem parte de uma condição cidadã, sobretudo no Brasil cujo contexto histórico apresenta elementos desfavoráveis ao fomento da cidadania. (MARSHALL, BOTTOMORE, 2004; J. M. CARVALHO, 2008).

2. 2 ENTENDENDO A CIDADANIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-EVOLUTIVA DO FENÔMENO

Para estudarmos a cidadania, muitas são as formas de abordagem. Pode-se discuti-la por meio dos territórios, dos direitos, de sua relação com a pobreza, com o Estado, da história, da filosofia, das transformações sociais, do desenvolvimento da democracia e da evolução do conceito (MIDGAL, 2001; RAWLS, 1997; REIS, 1998; MARSHALL; BOTTOMORE, 2004; SORJ, 2004; CARVALHO, J., 2008; TELLES, 2009; CHANDLER, 2012; BORGES; MASCHIETTO, 2014). Optou-se aqui em fazer-se um desdobramento histórico-evolutivo sobre o fenômeno, visto a sua adequação à proposta da tese.

O entendimento inicial de cidadania, de acordo com Santos (2008), está estreitamente definido com base em narrativas de pertencimento em termos territoriais. Essas narrativas não são mais adequadas para compreender as complexas relações entre cidadania e empreendedorismo porque não levam em consideração as mudanças políticas, econômicas, sociais e demográficas contemporâneas relacionadas aos processos frouxamente definidos, mas muito influentes na sociedade.

Tradicionalmente, o entendimento sobre cidadania vincula o indivíduo à comunidade política, motivo pelo qual também é objeto de interesse em diversos ramos do conhecimento, tais como a história, a filosofia, a sociologia e o direito. Do ponto de vista histórico, a cidadania possui três perspectivas principais: a antiga, voltada à tradição greco-romana; a

moderna, pautada difusamente em diversas lentes sócio-políticas; e a liberal, marcada por uma nova conjuntura social.

De forma geral, no pensamento greco-romano da antiguidade, os cidadãos consistiam na minoria dos indivíduos habitantes das cidades, posto que tal condição possuía caráter censitário e era reconhecida, restritamente, aos que reunissem condições de garantir sua subsistência sem trabalhar. A cidadania envolvia a participação efetiva dos indivíduos na administração da cidade e era atribuída tão somente a um grupo mínimo de indivíduos nascidos nela (PINSKY; PINSKY, 2003). Nessa perspectiva, o entendimento de cidadania estava limitado a uma noção hereditária, muito semelhante aos títulos de nobreza da modernidade, por parte dos indivíduos, de direitos e obrigações formalmente instituídos por declarações de direitos e/ou textos constitucionais/legais (BARROSO, 2003; BOBBIO, 2004).

A perspectiva de cidadania, na era moderna, abarca diversas transformações do pensamento humano: feudalismo, renascença, modernidade e revoluções europeias. Após percorrer a antiguidade clássica dotada de uma certa hegemonia, a cidadania, enquanto participação política, passou a ter um papel secundário no período feudal e, decisivamente, com o advento da modernidade. Para se explicar essa transição, costuma-se relacionar a cidadania a uma noção difusa de liberdade política.

Essa nova abordagem foi estabelecida pelo pensamento liberal, enfatizando a autodeterminação individual. Tal vertente entende a liberdade como ausência de interferência e/ou coerção da esfera estatal. Com a centralidade do racionalismo, ganha espaço o ideal de que cada sujeito tem a capacidade de livre escolha sobre os seus rumos, sem impedimentos pela comunidade política, configurando assim um cenário de mínima intervenção do Estado (CONSTANT, 1980; BERLIN, 2002). Ainda de acordo com Skinner (2003), citado por Bello (2007), esta concepção individual tem a sua manifestação mais genuína no estado civil, cabendo ao Estado interferir na esfera particular e exercer seu poder de coerção unicamente para proteger a propriedade privada e a integridade física dos cidadãos.

A cidadania foi difundida na sociedade com base nos espaços territoriais de uma nação. Porém, segundo Eric Hobsbawm (2004, p. 17), “não é possível reduzir nem mesmo a ‘nacionalidade’ a uma dimensão única [...]”. Assim, além dos elementos territoriais, existem os políticos e econômicos, que realmente foram decisivos para a formação dos estados nacionais. Também existem outros fatores como o idioma, a etnia, a tradição, o território, a moeda, a pátria (sentimento de adesão) e a identidade histórica e cultural (HOBSBAWM, 2004). De acordo com Bello (2009, p. 30),

além de agir como elemento de legitimação para sistemas políticos mais desenvolvidos que em épocas passadas, a cidadania era entendida como pertencimento a um determinado estado urbano. Assim, evidenciava uma lógica de inclusão da burguesia nos campos social e político, caracterizada pela formação das cidades e pelo êxodo rural, pelo advento das fábricas e desvalorização da agricultura.

Anos depois, como liberalismo econômico, a cidadania apresenta outra face, baseada em uma visão moral, assumindo a forma de “direitos naturais”, considerados fundamentais e universais, enfatizando a visão do indivíduo dotado de direitos gerais, sem a intervenção do Estado (PETTIT, 1999 apud RODRIGUES, 2010).

Com a cidadania liberal fundamentada no antropocentrismo, surge um status legal que condicionava o sujeito a um vínculo estatal para que gozasse de proteção da lei e dos direitos. Destarte, passavam os indivíduos (nem todos, vale ressaltar) de súditos/vassallos a cidadãos, os quais tinham assegurados seus assuntos mais privados (bens, riqueza, proteção, intimidade...) pelo que passou a ser entendido por direitos civis (BOBBIO, 2004).

Na obra *O Leviatã*, Hobbes afirma que a propriedade apenas surge com o advento do estado civil, pois no estado de natureza não haveria qualquer regramento para disciplinar as relações entre os indivíduos. Já para Locke (2004, p. 92), “o maior e principal objetivo, portanto, dos homens se reunirem em comunidades, aceitando um governo comum, é a preservação da propriedade”. Dessa forma, na perspectiva lockeana, a propriedade é um direito, servindo de fundamento para a criação do governo civil e para a atribuição de cidadania. Tal perspectiva de cidadania baseada no direito de propriedade pode provocar uma separação entre os homens que têm e os que não têm propriedade. Assim sendo, seriam dotados de cidadania apenas os proprietários de meios de produção?

Percebe-se uma visão atomizada que estreitará toda uma lógica a respeito da cidadania. Considera-se que há dificuldade de se conciliar a ideia de cidadania como a concepção individualista/atomista de Locke, especialmente sendo o direito de propriedade requisito para aquisição de direitos políticos (BENDIX, 2004). Esta visão perdurou durante muitas décadas, já que os direitos políticos eram restritos a uma pequena elite e os governantes sempre acabavam por representar os seus próprios interesses em nome dos seus representados, algo que ainda perdura até os dias de hoje, apesar da amplitude que se deu no desenvolvimento do conceito de cidadania.

As revoluções nos estados Unidos e na França do século XVIII apresentaram esta lógica de cidadania em seus postulados, não fugindo a um modelo de estado liberal, caracterizado por Habermas como “paradigma do direito formal burguês”, em que a

concepção de cidadania estava baseada na distribuição de direitos – valendo salientar que estes estavam relacionados à garantia da autonomia privada e à não intromissão do Estado no funcionamento do mercado – através de uma estruturação legal e formal, na qual o direito privado sobrepõe o direito público (HABERMAS, 2003).

Todavia, esta visão de cidadania voltada para o direito privado foi criticada por Rousseau (1979). Segundo o filósofo, o homem é um ser afetivo, bom por natureza e capaz de viver em harmonia. Contudo, o contato com a sociedade e apego à terra é capaz de corrompê-lo, dando, assim, origem a desigualdades sociais, econômicas e suscitando a geração de conflitos. Para o autor, a natureza humana transforma-se por meio do utilitarismo dos contratos sociais.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, consequência da Revolução Francesa, enfatizava como direitos universais e fundamentais a igualdade de todos perante a lei, a lei como expressão da vontade geral e a possibilidade de participação nas decisões e formação de leis. Interpretando esta declaração, Ribeiro (2010, p.50-51) afirma que

[...] a pessoa passa a ter significado individual e os direitos referem-se a cada cidadão, o homem passa a ser dono do seu destino, e é considerado um ser autônomo e único. A ideia de liberdade está implícita em toda a declaração [...]. A liberdade, como bandeira, pauta todo o documento que faz referência entre outros aspectos à natureza da lei, ao livre pensamento de ideias e opiniões, à força pública e à propriedade privada.

Este sentido de liberdade e de autonomia é apropriado pelo discurso empreendedor, atribuindo-o uma lógica de mercado que pouco trata dos riscos do negócio próprio. O liberalismo econômico acabou por reforçar os ditames funcionalistas no seio do entendimento da cidadania. Abramovich e Courtis (2011) sintetizam bem esta cidadania liberal, pois consideram que tal fenômeno possuiu caráter restritivo e igualdade apenas normativa, mediante os contratos utilitários e limitados à nacionalidade e à territorialidade.

A Constituição francesa de 1791 apresentou uma distinção entre cidadãos “ativos” e “passivos” (SINGER, 2003), cabendo a estes apenas o gozo de direitos civis – simbolizados pelo direito à propriedade e, portanto, na prática, exercidos apenas pelos indivíduos detentores dos meios de produção. Já àqueles que compunham uma elite seleta eram reconhecidos direitos políticos de eleger os governantes e candidatar-se em pleitos eleitorais, assegurando a sua hegemonia no controle do Estado. Algo semelhante ocorreu no Brasil do início do século XX, contexto que será tratado em seção posterior. Na Europa, propostas avançadas de

mudanças na cidadania, como o “direito à subsistência” (PAINE, 1984 apud BELLO, 2007), aplicável aos trabalhadores e não trabalhadores e subsidiado pelo Estado, não foram capazes de modificar o quadro excludente para a maioria da população, em razão da lógica utilitarista do discurso liberal.

Em concordância crítica, o pensamento de Karl Marx era contrário a tais direitos do homem e seu caráter individual e privado, pois o filósofo os entendia como direitos classistas que expressavam privilégios de classe burguesa a serviço dos proprietários. Em sua obra *A Questão Judaica*, Marx (2004) expôs as diferenças entre os “direitos humanos” e os “direitos dos cidadãos” como uma discriminação/favoritismo de classe entre a burguesia e o proletariado em formação, excluindo-se a maior parte da população do acesso ao exercício do poder político.

De acordo com Coutinho (2005), Marx não intencionou negar a validade dos direitos civis e/ou propor a eliminação da dimensão privada das pessoas, mas sim criticou a cidadania civil pelo seu caráter limitado no que tange à amplitude das necessidades das pessoas a fim de se promover uma “cidadania plena”, por ele entendida como “emancipação humana”.

Assim, Marx considerou necessário um processo de ampliação da cidadania, com uma maior abrangência dos direitos civis – inclusive com uma mudança no sentido de propriedade dos meios de produção de cunho coletivo e universal de fato, a adoção do sufrágio universal e a inclusão das demandas dos trabalhadores na arena política em termos de direitos sociais. Essa foi a pauta que veio a ser reivindicada (com todos os sucessos e insucessos) a partir da segunda metade do século XIX e durante o século XX pelos movimentos sociais.

Analisando em um contexto mais recente, Nogueira e Silva (2001) apontam quatro dimensões de cidadania: comunitária, cívico-republicana, neoliberal e socioliberal. De acordo com os autores, a última dimensão é a dominante no pensamento ocidental, sobretudo a partir de 1945.

A dimensão comunitária envolve a participação social de todos os cidadãos e a atividade comunitária a fim de se obter um bem geral a todos (em um prisma social e moral comum aos cidadãos). A dimensão cívico-republicana considera a cidadania como sinônimo de participação política por meio da tomada de decisões e dos debates públicos nas arenas políticas. A dimensão neoliberal está associada ao liberalismo clássico, e a cidadania é assumida como direito particular, enfatizando a liberdade, a autonomia individual e a propriedade privada. Os cidadãos assumem-se como consumidores de bens públicos/privados. A quarta dimensão, a socioliberal, é a mais controversa em si mesma, pois aglutina a noção de igualdade e de individualidade, incorporando a noção de uma cidadania associada a

interpretações limitadas, formais e legais, em que todos os indivíduos são considerados cidadãos iguais e livres para exercer os seus direitos e desenvolver as suas competências individuais (NOGUEIRA; SILVA, 2001; SANTOS, 2012).

Os séculos XX e XXI envolvem um período em que o mundo está dividido por grandes contrastes coexistentes no mesmo ambiente, no mesmo território: os progressos da ciência e da técnica opõem-se ao atraso tecnológico; a qualidade de vida e o bem-estar de uns opõem-se à fome e à miséria de outros. Porém, observa-se que também é um século marcado pela solidariedade humana, em que se luta pela emancipação e igualdade das minorias, pela liberdade religiosa e política, por uma melhor educação e por maiores oportunidades no mercado.

Mas e o Brasil? Não ficamos de fora desta corrente de disparidades, mas nossa história traz algumas peculiaridades no que tange ao surgimento da cidadania em nosso país.

2.3 CIDADANIA: ELEMENTOS CONSTITUINTES E ENTRAVES HISTÓRICOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NO BRASIL

Marshall e Bottomore (2004) entendem a cidadania como sendo capaz de promover direitos distintos e mutuamente complementares ao sujeito: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. O panorama estudado pelos autores aborda o contexto da história britânica, na qual são legitimados os direitos civis no século XVII, os direitos políticos no século XVIII e os direitos sociais a partir do século XIX. Os direitos civis defendem a perspectiva da liberdade individual e da igualdade formal. Os direitos políticos estão relacionados à possibilidade de participação nas ações governamentais seja de forma direta ou indireta. Os direitos sociais, por sua vez, são fundamentados em uma concepção de justiça social, em um *standard* de bem-estar. Não trataremos de justiça social aqui, pois isto demandaria uma longa discussão; limitamos nossa abordagem aos seus três elementos principais como norteadores para a análise do fenômeno.

O entendimento de cidadania como um conjunto de direitos que abarca essas três dimensões é de difícil visualização, visto que vivenciamos uma sociedade sob um sistema econômico que sobrevive, em maior ou menor grau, do tratamento materialista desigual nas três esferas defendidas nas diversas partes do globo. A busca de uma igualdade neste contexto nos leva a um paradoxo produzido por desproporcionalidades sociais no gozo pleno dos direitos de ir e vir, de aquisição de renda e de conhecimento.

Deve-se entender a cidadania como um conceito amplo, que não isenta a tensão existente entre suas dimensões devido ao regime econômico preponderante. Apoiamos a visão de José Murilo de Carvalho (2008) sobre a necessidade da intervenção do Estado em prol da minimização dessas tensões. O autor ressalta os desafios governamentais de fomento à cidadania em face das necessidades de ampliação do espaço público, dos atritos advindos do panorama internacional e de uma cultura do consumismo que corrompe o ideal de cidadania, atomizando-a a uma disputa por valores materiais esvaziados social e culturalmente. Acredita-se que, à cidadania, deve ser atribuído forte teor republicano, de ênfase em direitos políticos, como genuinamente mediadora entre o povo e suas representações, entretanto, a história brasileira não demonstrou evidência deste cunho republicano e mediador.

Levando em consideração a trajetória da cidadania no Brasil, há dificuldades quanto às perspectivas da cidadania hoje. Ao resgatar diversos eventos históricos no país, apoiados nos escritos de José Murilo de Carvalho (2008), pode-se evidenciar estas deficiências, a começar pela forma de colonização, a qual foi a favor da exploração e não do povoamento, ou seja, o objetivo era extrair as riquezas de nossa terra e destiná-la para outro país. O reflexo dessas práticas perdura até hoje, ainda que de forma mais maquiada e sofisticada.

O próprio direito ao voto foi modificado diversas vezes, provocando instabilidade de um ideal social. A imposição exercida em relação à decisão sobre quem votar, condicionada por trocas de favores, até hoje assola o exercício da cidadania na formação de nosso povo. O governo Vargas também contribuiu para este cenário, pois, apesar de legitimar o poder sindical dos trabalhadores, a criação das leis de regulação foi completamente centralizada e limitadora, e mais uma vez o povo foi desconsiderado neste processo. A ditadura militar foi o maior algoz explícito da cidadania. O Ato Institucional nº 5 foi um dos eventos mais devastadores, fechando o congresso, dissolvendo partidos políticos, suspendendo o *habeas corpus* contra os atos considerados pelos militares como crimes contra a segurança nacional, instaurando a pena de morte por fuzilamento, censurando os meios de comunicação e as representações sindicais e estudantis.

Nos anos 1980, a percepção da intratabilidade de problemas como a inflação, o déficit público, a desigualdade e a exclusão social, entre outros, gerou uma crescente perda de credibilidade do governo e das instituições políticas em geral, corroendo os fatores capazes de garantir legitimidade do sistema político. Diniz et al. (2007) denunciam tal prática como um sinal de ingovernabilidade, caracterizada não apenas pela centralização do Poder Executivo, mas também pelo despreparo do Poder Legislativo na elaboração de leis que pudessem

realmente preservar uma cidadania que assegure direitos civis, políticos e sociais. Percebe-se neste período a exclusão parlamentar partidária, gerando uma hipertrofia legislativa.

Nos anos 1990, a realidade vigente ainda possui forte impacto neoliberal instituído no cenário global, reforçado sobremaneira com o governo de Fernando Henrique Cardoso, predominando um regime que valorizava o economicismo e o privatismo. Tal característica acentuou a desigualdade dos direitos sociais, sobretudo daqueles relativos à renda. Desse modo, o privatismo nesse cenário se eleva, e o Estado brasileiro adota um discurso de empreendedorismo e passa aos agentes não governamentais a responsabilidade e a liberdade de gerenciar políticas de cunho social (IANNI, 2010). As desigualdades são acentuadas pelas empresas, que acabam por reforçar o sistema neoliberal por meio de práticas cada vez mais “meritocráticas”, em que a primazia individual se sobressai em detrimento do coletivo. Para reverter esta situação de prejuízo social, novas formas de empreendedorismo têm surgido para dirimir desigualdades, sobretudo no âmbito das políticas de governo pós-2003.

2. 4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ABORDAGEM HISTÓRICA, CONCEITUAL E BIBLIOMÉTRICA SOBRE ESTUDOS NA ÁREA

Em uma perspectiva econômica, o empreendedorismo não tem conseguido avançar em termos de abrangência social, em função de seu caráter individualizado, de culpabilização do sujeito e que não oferece uma visão ampliada sobre o tema. Tendo em vista a natureza instrumentalizada da visão econômica sobre o fenômeno, novos estudos têm sido desenvolvidos, buscando compreender outras possibilidades de estudo, dentre elas o empreendedorismo social. Nesta seção, são apresentados conceitos e relações convergentes e divergentes com o empreendedorismo em uma visão econômica, assim como estudos bibliométricos e teórico-empíricos sobre o fenômeno.

A história do empreendedorismo social confunde-se com a própria evolução do empreendedorismo, sendo um conceito recente e ainda em construção. Os primeiros estudos foram realizados no final da década de 1970, e o que denotou um caráter social foram os estudos da Psicologia que trouxeram, na verdade, um foco direcionado para o conhecimento do sujeito empreendedor, evidenciando a perspectiva individual das pesquisas (LANDSTRÖM; BENNER, 2010; LANDSTRÖM; HARIRCHI; ASTRÖM, 2012).

Na década de 1980, os estudos sobre empreendedorismo passam a relacionar o fenômeno com a inovação, e é nesse contexto que aspectos sociais são inseridos. O fator problemático é que o construto da inovação vem sendo mais estudado no âmbito dos estudos

em estratégia, o que pode distorcer o desenvolvimento genuinamente social do empreendedorismo. A partir dos anos 1990, o empreendedorismo social passa a ser mais estudado, sobretudo com o advento das ONGs e da filantropia organizacional. Aqui temos uma maior aproximação com propósitos de natureza social, inclusive com pressupostos de cidadania. A partir dos anos 2000, o conceito passa a ser estudado com maior ênfase, sobretudo no que tange a suas motivações e suas distinções em relação ao empreendedorismo comercial. (LANDSTRÖM; BENNER, 2010; LANDSTRÖM; HARIRCHI; ASTRÖM, 2012). A seguir, discutem-se alguns dos principais conceitos em torno do tema.

2.4.1 Conceitos e derivações do empreendedorismo social

Para estudar empreendedorismo social, faz-se mister considerar outras nomenclaturas que abordam o fenômeno e suas principais derivações. Para tanto, apresenta-se o entendimento sobre algumas de suas principais derivações: empreendedorismo social, empresa social, negócio social e negócio inclusivo. Será que há distinção ou apenas outras nomenclaturas em relação ao mesmo fenômeno? Ou, ainda, se na verdade trata-se de um *continuum* que varia entre dois polos: um econômico e um social?

O conceito de empreendedorismo social está pautado na criação de valor social, pois o seu propósito principal não está limitado à geração de lucros, mas inclui o fomento ao bem-estar social para as comunidades onde atuam, superando assim a dimensão econômica, de natureza mercadológica, que não foi capaz de resolver os problemas sociais decorrentes dos negócios de risco, isto é, dos negócios genuinamente economicistas.

O empreendedorismo social pode ser entendido como mais abrangente em um contexto de atuação em diversos tipos de organização. O entendimento deste novo olhar sobre o fenômeno está pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos, os quais gerariam uma transformação social (ROSOLEN; TISCOSKI; COMINI, 2014; SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015).

Galera e Bozarga (2009), citados por Rosolen, Tirconski e Comini (2014, p.89), apresentam um ponto interessante sobre o empreendedorismo social, uma vez que “a atuação do empreendedor social é vista como apoiada por um grupo, cujos membros são coletivamente responsáveis pelo cumprimento dos objetivos da empresa”. Para muitos autores, o empreendedor social não é entendido apenas como um sujeito, mas também como um grupo, uma rede ou aliança entre organizações, entre empresas e o governo, cuja finalidade principal é lidar com problemas sociais (NASSIF; PRANDO; CONSENTINO,

2010; NORUZI, WESTOVER; RAHIMI, 2010; MATITZ; SCHELEMM, 2012; BORZAGA; DEPEDRI; GALERA, 2012).

Kerlin (2006) afirma que, na visão norte-americana, o empreendedorismo social envolve o desenvolvimento de atividades socialmente benéficas. Nelas, a razão de ser está fundamentada em parâmetros econômicos e/ou sociais. Contudo, como impedir que a influência econômica não comprometa o propósito social de tais organizações entendidas como híbridas? Efetivamente, tais organizações (entendidas como sociais) participam de uma realidade cada vez mais competitiva e sedenta por lucros “sustentáveis”, em que órgãos de fomento e incentivos públicos privilegiam a inovação e a eficiência, cujos interesses sociais são distorcidos ou ilusórios (DEES, 1998; DINIZ, 2007; SOUSA, 2013).

Por sua vez, a expressão ‘empresa social’ começou a ser usada nos Estados Unidos, sobretudo pela atuação das ONGs. Esse movimento foi impulsionado pela escassez de recursos gerada pela retração do financiamento estatal iniciada no fim dos anos de 1970 (KERLIN, 2006). As ONGs possuem importância na sociedade por atuarem em áreas críticas como: saúde, moradia, combate à miséria, poluição ambiental, violência, drogas, desigualdade social, entre outras. Também abrangem áreas esquecidas ou ignoradas pelo mercado, que necessitam de maior atenção do governo, cujas políticas podem ser insuficientes no atendimento pleno de tais carências sociais.

Galera e Borzaga (2009) acreditam que hoje vivenciamos um contexto de novas formas de apoio às emergências sociais e que as empresas auxiliam o governo no papel de ajuda social. É benéfica esta intenção, mas até que ponto essas empresas podem realmente ser cobradas por exercer um papel social?

É atributo do governo se preocupar com o bem-estar do povo. Pelo menos, espera-se que os agentes públicos desenvolvam ações sociais, pois este é um de seus principais papéis, sendo constituintes de sua essência. Todavia, até que ponto o seu propósito é genuinamente social, se as ONGs vivenciam diretamente a necessidade de obter lucro? O risco que se corre envolve um discurso das empresas que se declaram sociais, mas que demonstram práticas tão ou mais comerciais se comparadas com organizações com fins lucrativos.

Herranz, Council e McKay (2011) afirmam que as ONGs referem-se a organizações sem fins lucrativos que fornecem um produto comercial e um ambiente competitivo como forma de apoiar sua missão social. Em um contexto europeu, a produção de bens e serviços está intimamente ligada à missão da empresa social (DEFOURNY; NYSSSENS, 2010; BARKI, 2015). Aqui, mais uma vez, a influência econômica está presente, colocando em xeque o legítimo alcance de uma missão de propósitos sociais.

A rede de pesquisadores EMES (*Emergence of Social Enterprise in Europe*) afirma que as empresas sociais são compostas por grupos de cidadãos que objetivam explicitamente beneficiar a comunidade e, dessa maneira, valorizam a independência e a diminuição de riscos econômicos relacionados às atividades socioeconômicas (EMES, 2016). A partir desse posicionamento, dois pontos merecem destaque: a) para a EMES, as empresas sociais são grupais e não individuais, sendo assim, a culpabilização não se dá sobre um único sujeito; b) as pessoas que fazem parte destas organizações são entendidas como cidadãos que se preocupam com condições sociais e econômicas da sociedade, ou seja, há uma expectativa de que tais sujeitos conheçam o seu papel na sociedade, buscando a diminuição dos riscos sociais para o ambiente onde a empresa atua.

Melo Neto e Froes (2002) afirmam que o empreendedor social compartilha tecnologias produtivas, aprimora a sinergia de grupos produtivos e incentiva a participação da população na esfera política, ampliando o espaço público dos cidadãos em situação de exclusão e risco. Autores como Bronzo, Teodózio e Rocha (2012) acreditam que as empresas sociais representam um grande avanço dentro das políticas públicas, resgatando possibilidades de (re)construção de novas formas de relacionamento entre o Estado, o mercado e a comunidade no resgate da cidadania.

The possibility of constructing new relationship forms that are less conflictive (or more cooperative as most of the literature prefers to emphasize) between the State, the market and civil society organizations, leading to more advanced forms of building citizenship and interaction with the communities targeted by projects, are seen as one of the great advances resulting from Tri-Sector Partnerships in Social Entrepreneurship initiatives. (BRONZO; TEODÓZIO; ROCHA, 2012, p. 477).

Além disso, também é inerente a este tipo de organização a existência de uma lógica transparente e participativa nos processos de tomada de decisão junto às esferas públicas. Nesse sentido, as empresas sociais europeias possuem maior apoio governamental se comparadas com as empresas do mesmo caráter nos Estados Unidos. E, em se tratando de cidadania, é de grande importância a existência de uma interação significativa entre empresa e governos.

Dessa forma, a responsabilização parece ser de fato conjunta, pois há um rompimento com uma perspectiva individual do empreendedorismo, o qual atribui ao sujeito a total responsabilidade pelos resultados (positivos ou negativos) do negócio. Se realmente no empreendedorismo social a responsabilização é conjunta, um questionamento se faz pertinente: as perdas também são proporcionais para todos os envolvidos? Ou será que o

empreendedor social ainda é o centro da culpabilização? Esta é uma das investigações propostas no ambiente empírico para auxiliar na resposta a essas questões.

Em se tratando dos negócios sociais, estes aproximam-se de negócios tradicionais em aspectos como produtos, serviços, clientes, mercados, custos e receitas, porém diferem no seu propósito principal, que é servir à sociedade e melhorar as condições de vida de populações de baixa renda. Também se distinguem de organizações não governamentais, pois buscam a autossustentação de suas operações por meio da venda de produtos e serviços, ao invés de doações ou de outras formas de captação de recursos (YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010).

Assim como negócios sociais, o termo negócio inclusivo adquiriu espaço no âmbito dos países em desenvolvimento, uma vez que coloca grande ênfase na inclusão social por meio do consumo. De acordo com a pesquisa bibliográfica de Rosolen, Tircoski e Comini (2014), entre os principais autores vinculados a essa linha estão Prahalad e Hart (2002), Porter e Kramer (2011) e Reficco (2011). O enfoque principal desses autores é o desenvolvimento social da população com menor poder aquisitivo por meio do acesso ao consumo, seja por via da compra ou da venda de produtos e serviços.

Mas será realmente legítimo incluir socialmente pelo consumo? Aqui temos um choque entre visões distintas e entre tradições em áreas de conhecimento. Prahalad e Porter, por exemplo, são autores de tradição na discussão sobre estratégia. Segundo eles, um crescente número de pessoas das camadas de menor poder aquisitivo tem melhorado suas condições econômicas, a partir do acesso à economia de mercado.

Todavia, melhorar economicamente a situação de pobreza não garante melhoria social; aumentar o poder de consumo não proporciona conscientização do sujeito, ou seja, não é a melhor saída (TELLES, 2009). Associações como esta contribuem para uma maior deficiência no entendimento do papel de um negócio social pela linha tênue que as separa de princípios puramente econômicos. Organizações de cunho social transitam em um contexto de mercado imerso de empresas que possuem outro tipo de propósito. Mas será que as empresas sociais não possuem interesse comercial e vice-versa?

2.4.2 Empreendedorismo social e comercial: uma visão multidimensional?

Os primeiros estudos sobre o fenômeno do empreendedorismo social importaram termos do contexto empresarial, gerando discussões entre acadêmicos e profissionais, e resultando na falta de consenso em relação à formulação de conceitos que tentaram reunir

dois tipos de atividades, consideradas, a priori, inconciliáveis: aquelas voltadas para o *business* e as voltadas para a redução de impactos prejudiciais aos aspectos sociais e ambientais. O empreendedorismo social seria, então, considerado como o oposto do empreendedorismo econômico, e ambos, como dois elementos antagônicos, mutualmente insolúveis, paralelos.

Todavia, tais fenômenos são mesmo diferentes? É correto entender que uma empresa social visa benefícios à sociedade enquanto uma empresa comercial visa apenas os ganhos econômicos? Para Austin, Stevenson e Wei-Skilern (2012), há um equívoco nessa concepção. Na verdade, não existiria uma dicotomia na relação entre ambos, mas um *continuum* entre dois polos (um social e outro econômico), em que multidimensões se localizam entre extremos. Outros autores complementam esta perspectiva afirmando que existe uma tensão nessa distinção, sendo a dimensão social o ponto central, ou seja, a forma como as pessoas são geridas/gerenciam (BAGGENSTOSS; DONADONE, 2013; CRUZ, 2012; LEAL; FREITAS; FONTINELI, 2013; SANTOS; GALELLI, 2013; BARKI et al., 2015; SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015).

Austin, Stevenson e Wei-Skilern (2012) utilizam um quadro comparativo proposto por Sahlman (1996) para analisar a diferença entre os dois fenômenos, tendo por base quatro elementos principais: as pessoas, o contexto, o negócio e a oportunidade. Todos esses elementos possuem aspectos econômicos e sociais, tornando a distinção das empresas ainda mais distante de um posicionamento polarizado.

De acordo com Haugh (2005), o empreendedorismo social ainda pode ser estudado tendo por base oito temas principais: i) a definição do âmbito do empreendedorismo social; ii) o contexto ambiental; iii) reconhecimento, oportunidade e inovação; iv) modos de organização; aquisição de recursos; v) exploração de oportunidades; vi) medição de desempenho; vii) educação e formação; viii) aprendizagem.

O assunto é contemporâneo e se encontra em estágio de desenvolvimento. Percebe-se a variabilidade de elos que conectam o empreendedorismo social a outras esferas do conhecimento. O surgimento de variações do conceito e até das abordagens pode gerar uma confusão ou falta de entendimento sobre o escopo e a amplitude de ação do fenômeno do empreendedorismo social.

Como contribuição ao entendimento do fenômeno do empreendedorismo social, apresentam-se no Quadro 1 as principais características das perspectivas de empreendedorismo social, assim como autores que discutem a temática.

Quadro 1 - Abordagens do empreendedorismo social

PERSPECTIVA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL	ABORDAGEM/CARACTERIZAÇÃO	AUTORES PRINCIPAIS
Empreendedorismo social	• Criação de valor social; • Geração de bem-estar para as comunidades; • Transformação social; • Mudança social; • Apoio de grupos, redes, e alianças entre organizações; • Resolução/amenização de problemas sociais.	Galera e Bozarga, 2009; Nassif, Prando e Consentino, 2010; Noruzi, Westover e Rahimi, 2010; Matitz e Schelemm, 2012; Bozarga, Depedri e Galera, 2012; Dees, 1998.
Empresas sociais	• Atuação em áreas críticas na sociedade; • Missão de caráter social; • Grupos de cidadãos; • Diminuição de riscos econômicos; • Novas formas de relacionamento com o Estado.	Dess, 1998; Kerlin, 2006; Defourny e Nyssens, 2010; Bronzo, Teodózio e Rocha, 2012; Barki, 2015.
Negócios sociais	• Venda de produtos/serviços como atividade principal; • Propósito social; • Melhoria das condições de vida na sociedade; • Autossustentados.	Defourny e Nyssens, 2010; Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega, 2010.
Negócios inclusivos	• Ênfase na inclusão social; • Acesso ao consumo; • Geração de renda.	Prahalad e Hart, 2002; Austin, 2002; Reficco, 2011.

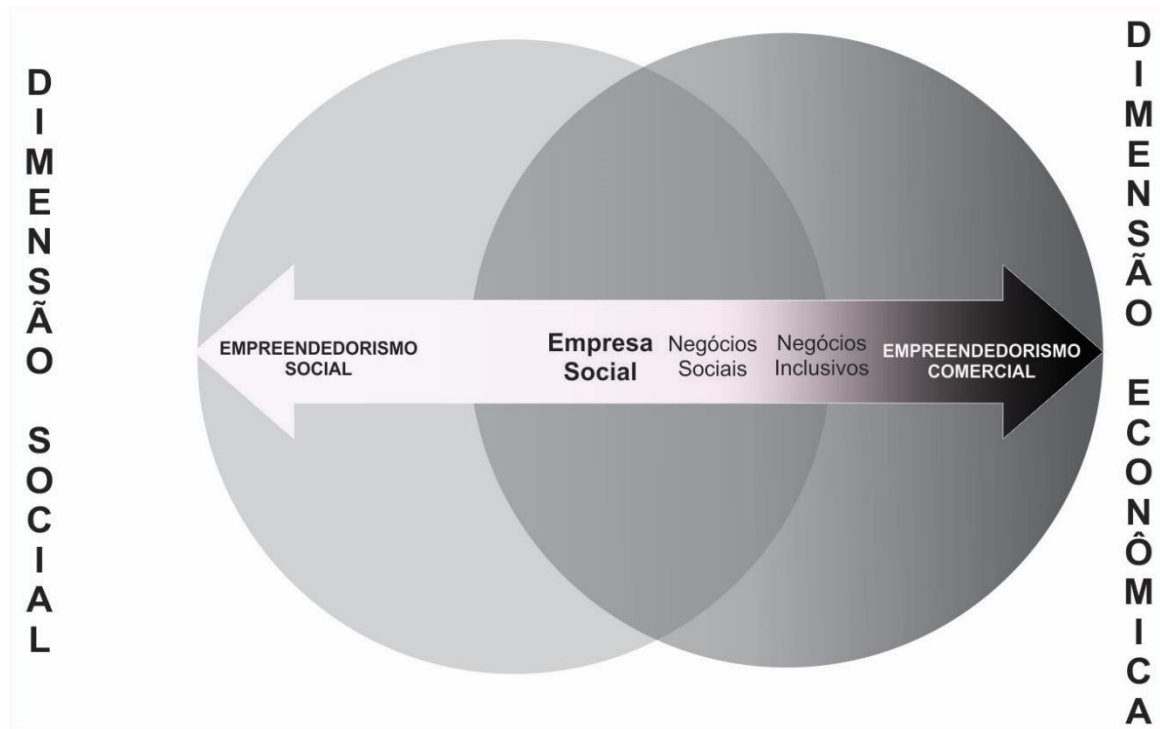
Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

É comum a todas as terminologias o propósito social, porém, em algumas derivações, ele é mais intenso que em outras. Tanto o empreendedorismo social como as empresas sociais buscam diminuir problemas presentes na sociedade. Este propósito não parece ser tão intenso nos negócios sociais e aparenta ser pouco influenciador nos negócios inclusivos, estando este último inserido no campo dos estudos sociais, por promover oportunidade de consumo e geração de renda para as camadas de baixa renda.

O empreendedorismo social enfatiza elementos mais visionários que as outras terminologias, pois é portador de um ideal maior e abarca a transformação social daqueles que trabalham com algum propósito em que a sociedade é o elemento central. Para o conceito de *empresas sociais*, esse ideal ainda se mostra influenciador pela ênfase no papel cidadão das pessoas que compõem tais organizações. Já os *negócios sociais* estão mais próximos de um

contexto de mercado, apesar de se manterem semelhantes aos conceitos anteriores. Por fim, os *negócios inclusivos* podem possuir ou não um ideal social, já que o fator preponderante de distinção é proporcionar acesso ao consumo/venda e à maior geração de renda. A partir dessa leitura, pode-se imaginar uma gradação das terminologias apresentadas e sua aproximação/distanciamento do empreendedorismo preponderantemente social.

Figura 1 - *Continuum* do empreendedorismo



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A Figura 1 busca representar a relação das derivações associadas ao fenômeno do empreendedorismo social com dimensões mais amplas que influenciam os conceitos. Entende-se nesta tese que tais derivações não são desconexas umas das outras. Na verdade, existem separações muito tênues entre os conceitos de empreendedorismo social, que nos leva a classificar tal relação como um *continuum* que transita entre polos de natureza social e de natureza econômica. As terminologias estudadas transitam neste *continuum* de um extremo a outro, dependendo da abordagem que fazem sobre o fenômeno.

Ao longo dos últimos anos, o tema relacionado ao enfrentamento das questões sociais tem estado presente em diferentes agendas de pesquisadores, da sociedade civil organizada e do governo. Corroborando com a reflexão dessas questões, as ações de empreendedorismo social buscam contribuir no enfrentamento dos problemas sociais.

Destaca-se que a busca pela mudança social tem no empreendedorismo social a possibilidade de gerar ações inovadoras por organizações que atuam tanto no setor público como privado, com o objetivo de promover a transformação social. Tal mudança é polêmica quando se analisam as políticas públicas que fomentam o empreendedorismo. De acordo com Shane (2009), o empreendedorismo não é a melhor saída para desenvolver políticas públicas que visem o bem-estar social, pois, além de promover poucos postos de trabalho, está estimulando a sociedade de risco (BECK, 1999). Mason e Brown (2013) se posicionam de forma contrária; segundo os autores, a geração de renda e o dinamismo econômico podem trazer desenvolvimento para a sociedade.

O desafio de possibilitar transformação social e desenvolvimento não é impossível no que tange a políticas que visem o fomento de empreendedorismo. Entretanto, o teor social precisa ser condição *sine qua non* nesse processo, estando ele em patamares de grande significado. A preocupação social precisa ser clara tanto nas declarações públicas (missão organizacional) quanto nas políticas e práticas organizacionais que almejem a melhoria social do contexto onde estas organizações estão inseridas.

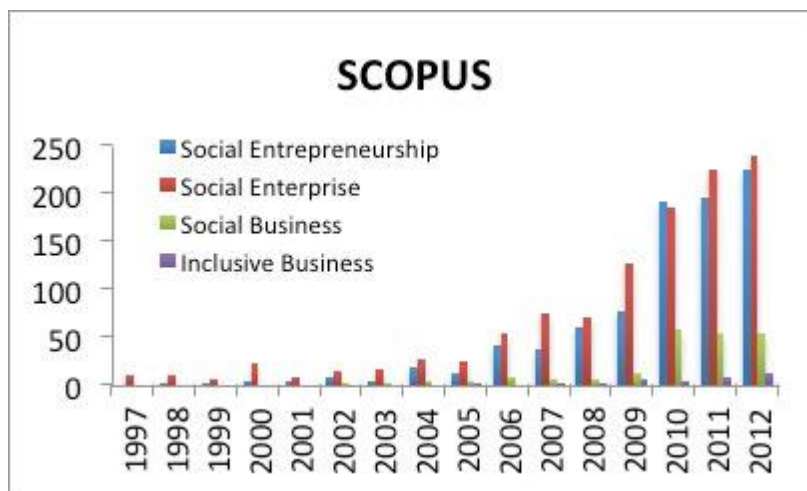
A criação de valor se configura como ponto central do empreendedorismo social que se caracteriza em atividades e processos que promovem mudança social. Nesse sentido, o empreendedor social é relevante para a identificação de oportunidades e soluções para os problemas sociais. Teoricamente, a sua atuação visa acelerar o processo de mudanças, além de inspirar outros atores a se engajarem em uma causa comum, por meio do compartilhamento de conhecimentos, experiências e recursos no processo de gerar uma teia social que viabilize laços de solidariedade e troca. O desafio é fazer com que a autonomia dos atores nas suas decisões, tomadas de forma coletiva e horizontal, possibilitem uma democratização no enfrentamento das demandas sociais.

2.4.3 Estudos bibliométricos e teórico-empíricos sobre empreendedorismo social

Em geral, na academia internacional e nacional, o empreendedorismo social tem ganhado maior evidência a partir de 2008. Os estudos estrangeiros apresentam maior corpo se forem comparados com os estudos nacionais sobre o tema, o que demonstra ainda um campo considerável para ampliação no panorama brasileiro. Mesmo no contexto internacional, estudos que aliam o fenômeno à cidadania não são explícitos, apenas se fizermos uma associação indireta por meio dos estudos sobre negócios inclusivos, que ainda são escassos.

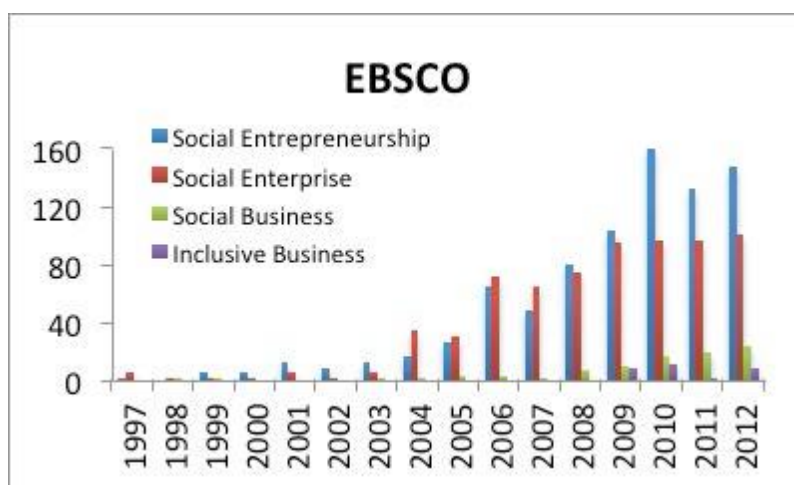
Os Gráficos 2, 3 e 4, extraídos da pesquisa de Rosolen, Tircoski e Comini (2014), demonstram o contexto da pesquisa internacional em três bases de grande circulação.

Gráfico 2 - Produção em empreendedorismo social na base de dados Scopus



Fonte: Rosolen, Tircoski e Comini (2014, p. 94).

Gráfico 3 - Produção em empreendedorismo social na base de dados Ebsco



Fonte: Rosolen, Tircoski e Comini (2014, p. 95).

Gráfico 4 - Produção em empreendedorismo na base ISI Web of Knowledge

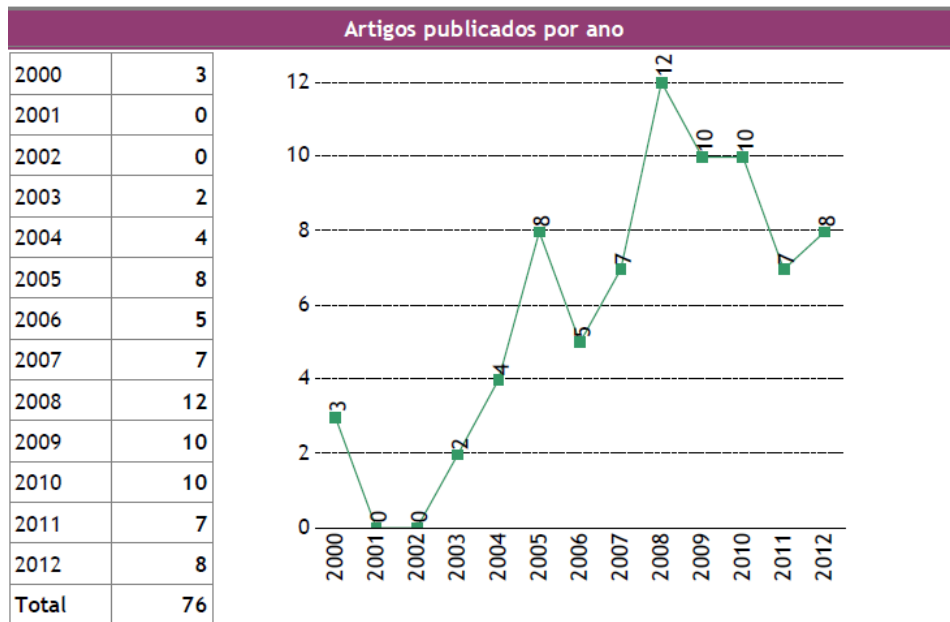


Fonte: Rosolen, Tircoski e Comini (2014, p.95).

Analisando a evolução dos gráficos, percebe-se que os estudos ganharam maior evidência em 2010. Os termos de maior evidência são ‘empreendedorismo social’ e ‘empresas sociais’. As terminologias associadas a ‘negócios sociais’ e ‘negócios inclusivos’ ainda apresentam pouca discussão no cenário internacional. De acordo com Rosolen, Tircoski e Comini (2014), esses dois últimos termos foram identificados em estudos latinos e asiáticos, demonstrando poucas produções em relação às duas outras nomenclaturas anteriores. Isso se dá, em comparação, pela peculiaridade do fenômeno nestas regiões do globo e pelo caráter recente dos estudos acadêmicos sobre negócios sociais e negócios inclusivos.

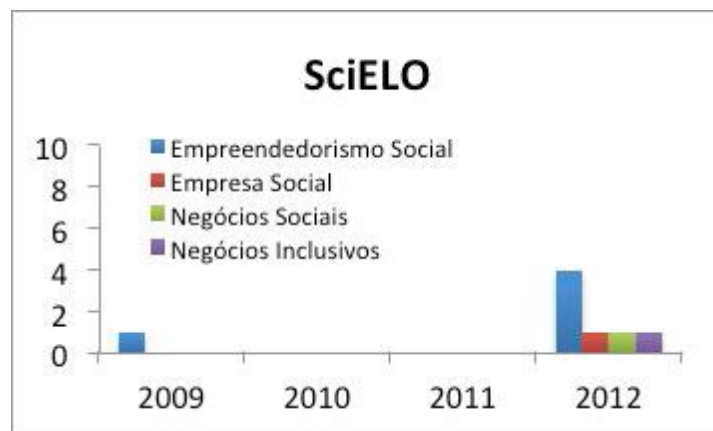
De acordo com Campos et al. (2012) e Rosolen, Tircoski e Comini (2014), a produção brasileira também apresenta maior frequência de aparição dos termos em 2012, porém os números ainda são inferiores se comparados com as bases estrangeiras, como indicam os Gráficos 5, 6 e 7 a seguir.

Gráfico 5 - Evolução da Publicação Nacional sobre Empreendedorismo Social de 2000 a 2012 em periódicos Qualis Capes igual ou superior ao extrato B3



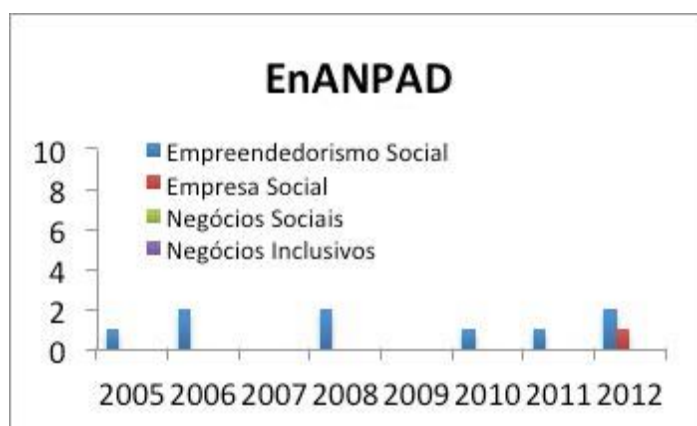
Fonte: Campos et al. (2012, p. 73).

Gráfico 6 - Produção em empreendedorismo na base Scielo



Fonte: Rosolen, Tircoski e Comini (2014, p. 101).

Gráfico 7 - Produção em empreendedorismo na base Enanpad



Fonte: Rosolen, Tircoski e Comini (2014, p. 101).

As informações das bases Scielo e dos anais do Enanpad analisados por Rosolen, Tircoski e Comini (2014) são complementadas pela investigação de Campos et al. (2012), que pesquisaram 33 (trinta e três) periódicos indexados à base Qualis da Capes. Esta última pesquisa, por sua vez, realizou a investigação usando palavras-chave diferentes: ‘empreendedorismo social’, ‘terceiro setor’, ‘cooperativas’. Ambas as pesquisas revelaram que ainda há um baixo número de publicações nacionais em relação ao empreendedorismo social e às empresas sociais, evidenciando, assim, o potencial para avanço de pesquisas sobre o fenômeno.

E quais os resultados de tais estudos? Recentemente, no âmbito dos estudos teóricos, temos dois eixos principais. Um deles leva em consideração um maior número de pesquisas sobre o entendimento do termo ou de modelos que buscam desenvolver o conceito de empreendedorismo social (HAUGH, 2005; DACIN; DACIN; MATEAR, 2010; DEFOURNY; NYSSSENS, 2010; AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILERN, 2012). Já outros focam seus resultados em diretrizes para a formação educacional dos empreendedores sociais (PACHE; CHOWDHURY, 2012; SMITH et al., 2012).

Para finalizar a discussão sobre o fenômeno, optou-se por discutir estudos empíricos que tratam sobre o fenômeno. Escolheram-se revistas nacionais e internacionais sobre o tema, assim como artigos apresentados em eventos nacionais e internacionais. A busca foi feita por meio da base de dados apresentada na seção de bibliometria.

Apresentam-se, a seguir, alguns achados de pesquisas empíricas que nos levam a algumas reflexões pertinentes. O intuito não é o de apresentar o comportamento individual global, mas o de sinalizar alguns pontos de tensão/coesão de alguns estudos empíricos

nacionais e internacionais para poder visualizar desafios práticos e conceituais sobre achados de pesquisa e, assim, verificarmos possíveis interações com a cidadania.

Nos estudos pesquisados, os objetivos das pesquisas buscaram analisar aspectos relacionados a elementos internos e externos à figura do empreendedor social. Na dimensão interna, tem-se elementos como identidade, valores, experiências, práticas e competências. Já em uma perspectiva externa, os estudos envolvem o sujeito e sua relação participativa/conflituosa com o ambiente.

Percebe-se a forte preocupação com o desenvolvimento local das comunidades onde o empreendedorismo social atua, estando explícita a preocupação com a resolução de problemas sociais. Todavia, muitos dos problemas sanados referem-se a aspectos de caráter econômico das comunidades, sobretudo em relação à melhor distribuição de renda e ao consumo. Tal caráter não exclui melhorias ambientais e sociais, porém há uma menor ênfase nestes últimos aspectos. Um dos estudos brasileiros, inclusive, salienta a dificuldade nas relações de parceria com entidades governamentais. O forte apelo gerencial na formação do empreendedor social também pode ser um fator que desnaturalize as propostas conceituais sobre o fenômeno.

A forte influência dos imperativos de mercado pode distorcer a natureza conceitualmente construída sobre o empreendedorismo social, prejudicando propostas que visam ao fomento à cidadania.

2.5 EMPREENDEDORISMO E CIDADANIA: VÍNCULOS A PARTIR DO ENTENDIMENTO SOBRE EMPRESA SOCIAL

Poucos são os artigos que tratam objetivamente os dois fenômenos constituintes desta tese: empreendedorismo e cidadania. Foi analisada a base de dados da Capes e, apesar de os dois temas serem amplamente discutidos, não foram constatados estudos em quantidade expressiva que buscassem analisar os dois em conjunto. As maiores aproximações verificadas em bases internacionais foram encontradas em três artigos, estando cada um deles focado em estudar a relação dos dois fenômenos em regiões diferentes do globo: China e Tanzânia. Ambos os países são extremamente distintos em sua história e desenvolvimento, mas trazem elementos semelhantes em relação à forma como a cidadania foi estudada em meio a organizações empreendedoras imersas em um contexto neoliberal.

Do ponto de vista teórico, nenhum dos três textos abordou teorias que constituem a cidadania de acordo com a visão de Marshall e Bottomore (2004), que a encaram como direitos civis, sociais e políticos. Todavia, a aproximação com a natureza desse fenômeno se

deu por meio da apresentação teórica de políticas de bem-estar social, mais precisamente as políticas públicas ao molde keynesiano.

Segundo Carvalho (2008), existem muitas correntes teóricas sobre o keynesianismo mas, independentemente das possíveis interpretações teóricas ou conceituais, há alguns pressupostos comuns a estas correntes, especialmente no que tange à natureza da política econômica. Um desses pressupostos comuns defende a “inabilidade de economias empresariais em gerar e, principalmente, manter o pleno emprego dos recursos disponíveis e da força de trabalho” (CARVALHO, J., 2008, p. 570).

Vale salientar que o economista Keynes não defendia a estatização da economia, porém acreditava que o Estado deveria controlar as ações das empresas no mercado, sobretudo por meio de medidas fiscais e da maior atuação em áreas desinteressadas pelo mercado. Este seria então um dos principais meios de intervenção, o que pode ser observado, ainda que ligeiramente, na relação destes aspectos com o empreendedorismo voltado para o desenvolvimento de pequenos produtores/comerciantes (KEYNES, 1992; BRESSER-PEREIRA, 2006; DRAIBE, 2007).

O desafio é verificar se tais intervenções do Estado e de suas políticas no incentivo ao empreendedorismo conseguem alcançar aspectos inerentes à cidadania, desenvolvendo o sujeito empreendedor não apenas na dimensão econômica, mas também na esfera social e no pensamento político.

Os estudos encontrados possuem maior teor empírico, mas com pequena reflexão teórica a respeito dos vínculos entre a cidadania e o empreendedorismo. Todavia, os achados das pesquisas trazem reflexões interessantes sobre o encontro destes fenômenos, conforme sintetizados no Quadro 2.

Quadro 2 - Comparação entre resultados de pesquisas sobre empreendedorismo e cidadania

Sujeitos de pesquisa	Autor/ Ano da pesquisa	Achados envolvendo a relação entre cidadania e empreendedorismo
Empreendedores em favelas do Rio de Janeiro	Lima, 2008	Fragilidade social na busca por oportunidades de trabalho; Condições para o desenvolvimento de grupos produtivos; Associativismo e comércio justo; Comércio internacional por meio do Sebrae-RJ; Baixa interação com o serviço público.
Imigrantes chineses na Itália	Barbu, Dunford e Weidong, 2013	Acesso desigual aos direitos civis; Influência cultural nas relações de trabalho; Políticas de trabalho mais rigorosas para os chineses.
Trabalhadores chineses	Parry, 1999	Fortes restrições ao direito civil; Relações sindicais frágeis ou inexistentes; Formação política do sujeito voltada a interesses econômicos;
Estudantes na Tanzânia	Dejaeghere, 2013	Educação centrada em uma política econômica; Desenvolvimento de uma postura individualizada na sociedade; Aprendizado associado à prática; Maior preocupação com ganhos e lucro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Refletindo sobre os principais achados de pesquisa desses quatro estudos, percebe-se ainda uma relevante emergência do desenvolvimento cidadão de jovens e adultos que atuam no mundo do trabalho. A base educacional ainda se mostra preponderantemente econômica nesses países e inclui de forma tímida as discussões sociais e políticas, que deveriam ter mais espaço. Tais evidências fortalecem ainda a pequena associação entre cidadania e empreendedorismo nesses locais do mundo, o que torna a presente pesquisa ainda mais pertinente, dada a escassez de estudos no continente latino-americano, sobretudo no Brasil, que é um dos países onde o empreendedorismo constitui-se em um fenômeno de grande relevância para o desenvolvimento nacional, visto que ainda há pouca participação política, muitas fragilidades sociais e o foco de atuação do empreendedorismo social ainda concentra-se no eixo econômico. No contexto da realidade paraibana, o estudo também se configura como relevante na medida em que, historicamente, vigora uma cultura conservadora, dominada por uma política neoliberal, mas que se esforça, de algum modo, em proporcionar maior acesso a direitos sociais, embora ainda pouco desenvolvida enquanto formação política.

A partir das reflexões teóricas sobre o empreendedorismo e a cidadania, foi desenvolvida uma estrutura de referência conceitual para tratar objetivamente dos vínculos entre esses dois construtos. Para tanto, será adotado o conceito de empresa social, uma vez

que é a abordagem teórica do empreendedorismo social que mais se aproxima da uma possível convergência entre os fenômenos.

Vale aqui resgatar as principais características das empresas sociais: a) atuam em áreas críticas na sociedade, buscando diminuir riscos econômicos; b) possuem missão de caráter social; c) são formadas por grupos de sujeitos que possuem consciência de cidadania; d) apresentam novas formas de relacionamento com o Estado (DEES, 1998; KERLIN, 2006; DEFOURNY; NYSENS, 2010; BRONZO; TEODÓZIO; ROCHA, 2012; BARKI, 2015).

2.6 CONSTRUINDO VÍNCULOS ENTRE A CIDADANIA E O EMPREENDEDORISMO

Saber como o empreendedorismo fomenta a cidadania demanda um recorte conceitual, uma vez que a relação direta entre esses dois construtos gera conflitos epistemológicos pela natureza distinta de ambos. Para proporcionar pontos de interseção do empreendedorismo com a cidadania, é necessário seccioná-lo para que aproximações possam ser realizadas.

Um primeiro aspecto a considerar é a polarização do empreendedorismo entre suas duas vertentes principais: uma tradicional, de cunho economicista, e outra mais recente, de caráter social. Apesar desta aparente dicotomia, não se pode separar todas as organizações empreendedoras em um polo ou em outro: existe um *continuum* que as posiciona de maneira mais próxima ou distante dos polos comercial e social, como foi proposto na Figura 1 (página 52).

A aproximação da vertente social do fenômeno com a cidadania se dá por meio do recorte do empreendedorismo mais amplo. Entretanto, mesmo no empreendedorismo social, existem várias formas de entendimento e variações conceituais. Optou-se pela vertente do empreendedorismo social a partir da lógica de empresa social, compilada no Quadro 3, em que foram sintetizados os entendimentos sobre tal perspectiva a partir da construção de quatro categorias principais sobre o fenômeno e seus respectivos indicadores.

Quadro 3 - Categorias e indicadores da pesquisa empírica

CATEGORIAS	INDICADORES
MISSÃO SOCIAL	Declaração da missão institucional
	Valores
	Visão
	Relação com a área crítica de atuação
ÁREA CRÍTICA DE ATUAÇÃO	Razões de escolha
	Ações desenvolvidas
	Melhorias percebidas
NOVAS RELAÇÕES COM O ESTADO	Recursos recebidos
	Suporte burocráticos
	Incentivos
	Participação nas políticas públicas
CONSCIÊNCIA CIDADÃ	Entendimento de cidadania
	Papel na sociedade
	Conscientização dos indivíduos

Fonte: Quadro adaptado a partir da perspectiva de empresa social (DESS, 1998; KERLIN, 2006; DEFOURNY, NYSSSENS, 2010; BARKI, 2015; BRONZO; TEODÓZIO; ROCHA, 2012).

A missão social é uma categoria direcionada à empresa social e é entendida como institucional, preocupada em contemplar elementos de ordem social que estejam relacionados com a área crítica de atuação na comunidade. E quais valores emergem desta missão? Existe uma declaração formal de tais valores? São indagações inerentes à investigação empírica realizada. Além disso, pretendeu-se reconhecer a capacidade visionária, ou seja, como a missão social contribui para o futuro da organização e, sobretudo, para o futuro da comunidade (DESS, 1998; KERLIN, 2006).

As áreas críticas de atuação na comunidade emergem como uma categoria de ordem causal/operacional, pois buscou-se conhecer, junto aos agentes, as motivações para intervenção em uma dada realidade, as ações desenvolvidas e os resultados esperados. Por outro lado, será que estes resultados são percebidos pelos beneficiados? É importante frisar que a análise dos resultados não foi encarada como uma avaliação da política pública atuante sobre as organizações estudadas, mas sim de como essas ações estão despertando a cidadania nos indivíduos beneficiados e nos agentes de disseminação (DEFOURNY; NYSSSENS, 2010; BARKI, 2015).

A categoria referente às novas relações com o Estado é entendida bilateralmente, a partir dos seguintes aspectos: quais recursos e incentivos as empresas sociais têm recebido do governo e como elas têm participado das diretrizes formadoras das políticas de bem-estar promovidas pelo Estado? A partir desta categoria, busca-se conhecer quais recursos e

incentivos estas empresas sociais proporcionam para os beneficiados, como estes indivíduos participam das estratégias das empresas sociais e, mais importante que isso, como a ação das empresas sociais tem auxiliado os beneficiados a participar das políticas de Governo (BRONZO; TEODÓZIO; ROCHA, 2012).

A consciência cidadã, elo principal com o construto da cidadania, a priori, é a principal característica que vincula o fenômeno da cidadania à empresa social, pois ela permite o despertar do sujeito enquanto agente vigilante de políticas desenvolvidas pelos representantes políticos, demonstrando conscientização política e seu papel na sociedade (KERLIN, 2006; BARKI, 2015). Para que a consciência cidadã seja melhor compreendida, optou-se aqui por vincular seu entendimento à visão de cidadania adotada neste trabalho.

Os direitos civis relacionam-se com a empresa social por meio do direito à propriedade e, neste caso, à empresa e ao patrimônio advindo desta. Os direitos civis também garantem o ato de fazer contratos e de ter acesso ao Estado. É importante que seja salientado que tais garantias também buscam alcançar outros sujeitos e organizações, mas como nesta seção o foco está nas relações entre cidadania e empresa social, pelo menos a priori, direcionam-se os direitos de cidadania para a tipologia de empreendedorismo social escolhida.

Os direitos políticos estão relacionados à participação política de tais empresas, isto é, até onde elas possuem influência sobre a formação das diretrizes das políticas públicas e dos benefícios destinados às áreas de risco. Nessa dimensão, também é importante que se analise a postura dos sujeitos que fazem parte das organizações, como também o despertar político que elas proporcionam nos indivíduos beneficiados, tornando-os mais conscientes do seu papel junto às autoridades políticas locais.

Os direitos sociais se referem ao bem-estar: saúde, lazer, meio ambiente, infraestrutura e segurança são áreas em que tais empresas sociais geralmente atuam e para as quais buscam melhorias, diminuindo o risco econômico provocado pelos efeitos de ordem utilitária das práticas capitalistas neoliberais. Entende-se que os direitos sociais são capazes de promover laços de solidariedade entre indivíduos e possuem grande importância no entendimento do empreendedorismo social. Tais laços foram melhor compreendidos a partir dos estudos sobre empreendedorismo solidário.

2.7 EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO: UMA MANIFESTAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A origem do empreendedorismo solidário vem da perspectiva da economia solidária. Assim como ocorre com o fenômeno da cidadania, a economia solidária também é tratada tangencialmente ao empreendedorismo. O elo situa-se no empreendedorismo social, mais especificamente no empreendedorismo solidário, já que esta perspectiva, de acordo com Saiz-Alvarez (2016) e Gaiger e Correa (2011), melhor qualifica a proposta social de atuação do fenômeno.

Vale salientar que a noção de Economia solidária difere-se do entendimento de Economia social, sendo esta última noção tratada de modo secundário neste trabalho. Para Bialoskorski Neto (2004), existe, de um lado, a economia solidária, e de outro, a economia social. A diferença básica entre ambas reside exatamente no objetivo econômico e na neutralidade política que são característicos da economia social. Vale ressaltar que a economia solidária não nega o mercado, ao contrário, reconhece-o como um mecanismo significativo na regulação das condições materiais de qualquer sociedade, diferenciando-se da economia social. No entanto, reserva-lhe a necessidade de intercâmbio e encontro entre os sujeitos, tira proveito de sua estrutura e das possibilidades que oferece para levar a cabo os empreendimentos que maximizem os vínculos de reciprocidade (GAIGER, 1998; LISBOA, 2001).

O conceito de empreendedorismo solidário abrange um conjunto de experiências econômicas levadas a cabo por inúmeros grupos sociais, havendo sua progressiva multiplicação e diversificação. Tais experiências caracterizam-se por algum grau de socialização dos meios empregados na atividade econômica, por dispositivos de cooperação no trabalho, pela gestão democrática e participativa e por envolvimento em ações mais amplas, a partir do entorno dos empreendimentos.

Em geral, convergindo aspectos econômicos, políticos e sociais, tem-se como produto características organizacionais de empreendimentos solidários. Laville (2009) considera que essas organizações são capazes de equilibrar os diferentes padrões de interação econômica, potencializando os elementos de reciprocidade, mercantis e redistributivos, junto a uma inserção de um espaço comunitário com vistas a melhorias no bem-estar dos indivíduos. Coraggio (2007), em sentido semelhante, defende que esses empreendimentos ampliam o sentido de convivência social, incorporando neste conceito não somente a satisfação das necessidades materiais, mas a provisão de qualidade de vida de todas as pessoas.

O empreendedorismo solidário também pode ser entendido como associativo, pois explora as virtudes da comunidade de trabalho, na mesma proposta em que se sublinha como a natureza associativa e cooperativa dos empreendimentos é capaz de gerar potencialidades de desenvolvimento social (RAZETO, 1990). A ação nessas formas de organização vai além da simples produção, transcendendo para o sentido mais amplo de conscientização dos indivíduos e politização das atividades, via atuação no espaço comunitário, reverberando no público (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

De acordo com Gaiger e Correa (2011), são traços singulares do empreendedorismo solidário: a) práticas de reciprocidade na busca da viabilidade econômica; b) articulação associativa com agentes públicos; c) convergências entre empreendedorismo e solidarismo; e d) desenvolvimento de papéis na comunidade.

As práticas de reciprocidade envolvem processos conjuntos de geração de renda em que todos os participantes recebem ganhos semelhantes e proporcionais ao esforço despendido nas ações de produção. Neste ponto é recomendado que as associações estabeleçam, coletivamente, limites para que todos os participantes tenham a oportunidade de produzir e comercializar seus produtos.

A articulação associativa com agentes públicos remete-se à parceria genuína com representantes públicos, como as prefeituras, o Estado ou governo, ou mesmo órgãos vinculados a ele. Em uma relação de cooperação entre associação e Estado, ambos oferecem contrapartidas de acordo com suas competências para o desenvolvimento local. Os agentes públicos devem oferecer os recursos, a estrutura e as condições ambientais viáveis para que a associação possa melhorar a produção, a geração de renda e a sua sobrevivência ao longo do tempo.

A convergência entre empreendedorismo e o solidarismo ocorre pela combinação de quatro elementos distintos: no âmbito do empreendedorismo, eficiência (capacidade produtiva) e viabilidade sustentável, e em relação ao solidarismo, autogestão (participação coletiva) e cooperação social (compromisso social).

Por fim, o desenvolvimento de papéis na comunidade se refere à criação ou aperfeiçoamento do saber produtivo dos sujeitos na comunidade que participam direta ou indiretamente da associação/cooperativa. Percebe-se que tal organização possui como propósito não apenas o desenvolvimento dos participantes em si, mas indiretamente ela proporciona melhorias para o bem-estar dos indivíduos da comunidade onde está inserida.

2.7.1 Proposta de articulação entre o empreendedorismo solidário e as categorias da empresa social

Tanto o empreendedorismo solidário como a empresa social podem ser entendidos como manifestações do empreendedorismo social. De acordo com os estudos evidenciados por Rosolen, Tircoski e Comini (2014), a perspectiva da empresa social já é teoricamente aceita como sendo uma representação do empreendedorismo social. Apesar de o empreendedorismo solidário não ter sido previamente apresentado nos estudos bibliométricos indicados no item 2.4.3, foi notória a relação entre ambos os fenômenos. A caracterização desses vínculos está indicada na Figura 3.

Figura 2 - Vínculos entre a perspectiva de empresa social e do empreendedorismo solidário



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A ideia de cooperação declarada no empreendedorismo solidário se coaduna com o entendimento de missão social da empresa social, pois ambos enfatizam o compromisso social que as atividades devem apresentar. O bem comum, o bem-estar da comunidade, demonstra também ser um elo entre a consciência cidadã e o desenvolvimento de papéis na comunidade. As associações e cooperativas possuem um papel muito importante na transformação social das comunidades, pois elas são celeiros que fomentam a criação ou o desenvolvimento de competências produtivas e cognitivas.

Os agentes públicos também estão presentes em ambas perspectivas de empreendedorismo social, já que as novas relações com o estado precisam assumir uma

postura associativa, ou seja, de suporte, de ajuda às comunidades, contribuindo assim para a diminuição da criticidade das chances de vida nas comunidades por meio de geração de renda conjunta e das relações de reciprocidade entre os sujeitos na comunidade. Os vínculos entre os fenômenos demonstram que o empreendedorismo social mais amplo possui ramificações passíveis de complementação em seus postulados teóricos. Tal constatação reforça a emergência da sensibilidade na pesquisa para elementos que não estão explicitamente relacionados à literatura consultada. Dessa forma, o caminho metodológico precisa considerar aspectos que possam emergir do campo, isto é, ramificações ocultas pertinentes a uma ampliação do fenômeno em tela.

2.7.2 O empreendedorismo no Nordeste rural e familiar no Brasil

O Brasil apresenta uma base de heterogeneidade social e econômica. E esta coexistência de espaços sociais sob lógicas e tempos distintos torna sua análise ainda mais complexa. Produtores rurais também são diferenciados. No que tange aos processos que levaram à remodelação da estrutura produtiva nordestina, antigas economias sobrevivem e/ou são modificadas, concomitantemente à geração de novos cultivos e formas de se viver dos frutos da terra. Assim, a economia rural no Nordeste apresenta áreas dinâmicas intensa e áreas tradicionais, pois dentro de si mesma apresenta vários nordestes, ou seja, várias peculiaridades entre os estados (ARAÚJO, 2002).

De acordo com Rocha *et al* (2011), abrangendo o território de vários estados, principalmente Paraíba, Pernambuco e Alagoas, encontram-se a pecuária Intensiva do Agreste, cuja existência está associada à expansão da pecuária comercial de corte e de leite. No Agreste nordestino, apesar do dinamismo econômico, nas áreas onde ocorreu o avanço da pecuária intensiva foi notável a diminuição de sítios (pequenas propriedades), gerando concentração fundiária e redução da agricultura familiar tradicional.

Entretanto na Paraíba, a agricultura familiar tem encontrado fôlego graças a uma junção de fatores, desde de políticas públicas, entidades de apoio, e a perseverança da tradição familiar na produção rural. Grande parte da economia paraibana se baseia no setor da agricultura (principalmente de cana-de-açúcar, abacaxi, algodão, e nas hortas de subsistência como milho e feijão), e na pecuária (de modo mais relevante, a criação de bovinos, na microrregião de Sousa e Borborema, e caprinos, na região do Cariri) (HISTÓRIA DA PARAIBA, 2010).

No sertão da paraíba, que historicamente se estruturou sobre a pequena produção de subsistência, teve intensificado o êxodo rural e reduzida a produção de alimentos para os mercados locais até o ano de 2000, processo que foi arrefecido com as novas dinâmicas da agricultura familiar no interior da Paraíba. O sertão semiárido corresponde às porções do interior nordestino, antigas áreas onde imperava o binômio algodão-pecuária, que não engendraram novas dinâmicas econômicas, sobretudo no tocante à formação de associações e cooperativas. Nestas áreas prevalecem a agricultura alimentar e a pecuária, mais voltada à criação de caprinos e de bovinos (ROCHA, *et al* 2011).

Em relação a gestão, as cooperativas da agricultura familiar adotam um modelo participativo, no qual toda e qualquer operação é contraída com o consentimento de todos, ou da maioria, tendo como principal espaço de discussão e deliberação dos assuntos a assembleia geral com práticas de divisão igualitária dos resultados. Por essas práticas, atreladas a outras de cunho comunitário, as organizações sociais são campo fértil a gestão social porque possibilitam a discussão e oportunizam as famílias a serem ativas na gestão dos empreendimentos que participam. Portanto, o empreendedorismo no Nordeste rural, mais precisamente no campo nas pequenas propriedades conta com forte interação entre familiares e comunidade (ROCHA *et al*, 2011).

Tais relações serão mais amplamente estudadas dos próximos capítulos. Em seguida, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa e os capítulos de resultados que buscam compreender como o fenômeno do empreendedorismo social se materializa no campo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Após o resgate teórico sobre os fenômenos correlacionados ao empreendedorismo social, em uma perspectiva crítica, conceitual, e relacional, faz-se mister apresentar a trilha metodológica da investigação empírica do estudo. Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos que delimitam o percurso realizado pelo pesquisador para analisar o empreendedorismo social no contexto rural do sertão da Paraíba, caracterizando o tipo de pesquisa e a perspectiva epistemológica, assim como o contexto, os sujeitos, o processo de coleta e análise dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O fenômeno do empreendedorismo social no contexto investigado foi analisado a partir de uma combinação e ampliação de perspectivas teóricas sobre o fenômeno, articulando as dimensões da empresa social com os traços do empreendedorismo solidário, no intuito de identificar os elementos que constituem o empreendedorismo social no contexto rural.

Para tanto, conheceram-se os agentes estimuladores dos fenômenos, assim como os beneficiados. Desta forma, privilegiou-se neste trabalho de tese a pesquisa qualitativa, por entendê-la como sendo capaz de melhor investigar movimentos sociais, por meio das experiências e dos significados construídos pelos sujeitos a respeito do fenômeno. Nesta abordagem, o investigador acadêmico esteve interessado em compreender fenômenos sociais, focalizando nos significados que os sujeitos atribuem ao empreendedorismo social e de que modo esse processo empreendedor fomenta não apenas a cidadania e o solidarismo, mas outros elementos relevantes, os quais foram captados a partir da forma como as experiências são vividas ou sentidas no ambiente de trabalho (MERRIAM, 2009; GRAY, 2012).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO DA PESQUISA

O método narrativo foi escolhido como posicionamento metodológico, pois entende-se que ele é adequado ontologicamente, já que a realidade é considerada como socialmente construída por meio das interações sociais. Os indivíduos percebem subjetivamente a realidade como dotada de uma realidade objetiva e intersubjetivamente a legitimam, dotando-a de uma materialidade que possibilita o convívio humano em uma rede de significados comuns. Desta forma, a epistemologia para entender o fenômeno é interpretativa (GEERTZ,

1989; GAIGER; CORREA, 2011). São as próprias pessoas, por meio de suas interações e ações, que atribuem valor e veracidade à realidade objetiva, absorvendo-a ao longo de diversos processos de socialização (BERGER; LUCKMANN, 2003).

As narrativas ajudam a conhecer histórias não construídas e fragmentadas no tempo/espço, atribuindo novo significado aos eventos em um dado contexto. De acordo com Yannis Gabriel (2004) apud Alves e Blikstein (2006), as narrativas podem desafiar a racionalidade e a hegemonia dos fatos, colocando-as até mesmo em um segundo plano. Ainda, podem contradizer o discurso formalmente posto, assumindo uma função de antinarrativa ou contranarrativa. Desta forma, a escolha metodológica auxilia o alcance do nosso objetivo de pesquisa, no sentido de analisar o contexto de associações no sertão paraibano, desafiando verdades postas de que o empreendedorismo possui um caráter unidimensional, sendo incapaz de fomentar cidadania nos indivíduos.

Os estudos das narrativas são oriundos da Linguística Geral e têm como objetivo o resgate de experiências passadas, tendo a função de constituir os sistemas imaginários e simbólicos de uma sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2003). De acordo com Todorov (1980), as narrativas podem ser classificadas em três tipos: a) mitológicas, apresentando uma sucessão de acontecimentos combinada por funções de transformação, identificando fatos e personagens; b) gnoseológicas, em que predominam as transformações qualitativas; e c) ideológicas, que evidenciam algo abstrato que antecede a própria narrativa. Tais tipologias não são isoladas, podendo ser identificadas em uma mesma narrativa. A presente tese se aproxima da tipologia gnoseológica, já que evidencia desdobramentos qualitativos do fenômeno do empreendedorismo social.

O objetivo da análise narrativa é investigar o conteúdo das histórias para que, desta forma, a realidade seja melhor compreendida (PENTLAND, 1999; COUSIN, 2009), levando em consideração a trajetória dos sujeitos, a ação e a comunicação, conforme a narratologia proposta por Alves e Blikstein (2006). Levando em consideração a trajetória dos sujeitos, a ação e comunicação conforme a narratologia proposta por Alves e Blikstein (2006). Nesse processo de melhor compreensão da realidade foi utilizada a entrevista narrativa, cuja estrutura buscou conhecer fatos da vida dos entrevistados, a começar: a) pela relação familiar, principais desafios do contexto familiar, b) sua relação com a produção rural, com a vida em comunidade. c) a interação com os agentes públicos: benefícios e desafios d) seu entendimento sobre cidadania.

Para muitos entrevistados, este último elemento foi tratado tangencialmente na interação com alguns dos entrevistados, já que, apesar de terem entendimento sobre

empreendedorismo e cidadania, não sabiam necessariamente como expressar ou conceituar esses temas. Nesses casos, as perguntas giravam em torno de questionamentos como: “você se sente mais cidadão hoje? ”, “você se vê como um empreendedor (a). Como? ”.

Cada fato relatado na história foi considerado singular, havendo intervenções com perguntas complementares a depender da narração dos entrevistados. De acordo com o proposto por Cousin (2009), buscou-se captar incidentes críticos sobre determinados episódios: o que e como aconteceu, onde ocorreu, quem estava envolvido, que sentimentos emergiram durante e depois dos acontecimentos e como eles impactaram nos valores e nas crenças do sujeito narrador da história.

3.3 CONTEXTO DA PESQUISA

A priori, o contexto da pesquisa esteve relacionado ao projeto Cooperar Paraíba (cujo cerne é apresentado no apêndice B deste trabalho de tese) , focado na redução da pobreza rural. Todavia, a inserção no campo possibilitou a identificação de vários agentes de fomento, o que não invalida o percurso inicial escolhido, visto que abriu as portas para o acesso ao meio rural, condição que validou a percepção da amplitude de atuação de agentes públicos e privados no fomento ao empreendedorismo social de associações e cooperativas do alto sertão da Paraíba. Os critérios de escolha utilizados levaram em consideração: o volume de recursos repassados (cerca de 1,3 milhões de reais), o tipo de atividade (agricultura, coleta seletiva, avicultura e apicultura), a área geográfica (sertão e alto sertão paraibano) e a acessibilidade. Da lista disponibilizada pela gerência do projeto Cooperar, foram escolhidas 4 instituições: 3 associações e 1 cooperativa. Juntas elas mobilizaram mais de 1 milhão de reais do projeto Cooperar, beneficiando 276 famílias.

Quadro 4 - Relação de subprojetos sociais atendidos pelo Cooperar

Subprojeto	Famílias Beneficiadas	Comunidade(s)	Município	Entidade	Valor Aprovado R\$
RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS	113	POPULARES, JARDIM DAS NEVES, CEAP E ALTO BELO HORIZONTE	BONITO DE SANTA FÉ	ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLADO DE BONITO DE SANTA FÉ	399.832,25
MINI INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	20	VÁRZEA COMPRIDA DOS OLIVEIRAS	POMBAL	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE VÁRZEA COMPRIDA DOS OLIVEIRAS	110.444,44
APOIO À AVICULTURA	97	COPAF	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	COOPERATIVA PARAIBANA DE AVICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR	662.373,20
APOIO À APICULTURA	46	ASPA	APARECIDA	ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO SERTÃO PARAIBANO	-

Fonte: Elaborado a partir do Cooperar PB (2016).

A caracterização detalhada de cada instituição é apresentada no Capítulo 4. A primeira instituição pesquisada foi a Associação Comunitária Rural de Várzea Comprida dos Oliveiras, situada na zona rural da cidade de Pombal. A segunda associação investigada foi a Ascamar, que realiza a coleta seletiva e está localizada em Bonito de Santa Fé, a qual, apesar de não estar localizada fisicamente no meio rural, é formada por descendentes de agricultores, e muitos deles ainda vivem na zona rural e atuam na agricultura como complementação de sua renda. A terceira associação foi a de Lagoa de Roça. A última foi a associação de apicultores, na cidade de Aparecida, no alto sertão do Estado, a ASPA (Associação dos Agricultores do Sertão Paraibano). Apesar de ter sido atendida pelo programa Cooperar, a ASPA não constava na lista disponibilizada, portanto, o Quadro 4 não apresenta números respectivos a esta associação.

3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos de pesquisa são divididos em dois grandes grupos: a) os agentes que estimulam o empreendedorismo social: em nosso contexto, representados pelos indivíduos que assumem o papel de líderes das entidades locais, agentes dos subprojetos e a diretoria operacional do Cooperar; b) os beneficiados pelos projetos sociais, ou seja, as famílias beneficiadas. Entende-se aqui que, se fosse escolhido apenas um desses grupos, poderia ocorrer um viés que prejudicaria a compreensão acerca dos vínculos entre os fenômenos, posto que os beneficiados entendem ou aprimoram a sua visão sobre empreendedorismo e cidadania a partir de tais subprojetos sociais.

Em meio à diversidade de subprojetos sociais do Cooperar, tivemos que elencar critérios de escolha. Para tanto, levaram-se em consideração os seguintes aspectos: a) maiores volumes de recursos recebidos; b) maior quantidade de famílias beneficiadas; c) diversidade em relação ao tipo de produção envolvida; d) região geográfica no estado da Paraíba. O volume de recursos ajuda a compreender como questões estruturais têm favorecido as famílias no desenvolvimento de seus potenciais empreendedores e na geração de cidadania. Já considerar a maior quantidade de famílias beneficiadas proporcionaria maiores chances de acesso a elas. A maior diversidade em relação ao tipo de produção ajudaria a entender se tal relação entre os fenômenos possuía influências da natureza da atividade exercida. Em relação à região geográfica, busca-se investigar o campo empírico de forma a termos sujeitos das regiões que compõem o Estado: Sertão, Agreste e Litoral.

Em relação aos sujeitos participantes da pesquisa, foram convidados a participar sujeitos-chave no processo de desenvolvimento do empreendedorismo social. Iniciou-se, assim, um processo gradativo de conquista de credibilidade e de confiabilidade em relação à imagem do pesquisador, desde instâncias mais elevadas até as mais próximas ao contexto estudado. Desta forma, foi imperativa a necessidade de apoio institucional de um dos maiores provedores às associações rurais: o projeto Cooperar. A partir deste suporte, o acesso às comunidades rurais foi mais eficiente, guiando-nos aos presidentes das associações, que fortaleceram o elo com demais associados e agentes de fomento.

Os sujeitos de pesquisa foram divididos em dois grandes grupos: a) agentes que estimulam o empreendedorismo social: no contexto estudado, representados pelos indivíduos que assumem o papel de líderes das entidades locais, agentes dos subprojetos e a diretoria operacional do Cooperar; b) beneficiados dos projetos sociais, ou seja, as famílias

beneficiadas. O item 3.6 detalha de forma mais específica os principais sujeitos que participaram da pesquisa.

3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DA PESQUISA

O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo foi a entrevista, que possibilitou conhecer a trajetória dos sujeitos, suas experiências sobre o empreendedorismo social e captar os significados que subsidiaram a análise do fenômeno do empreendedorismo social no contexto rural. O instrumento levou em consideração os níveis de narratologia propostos por Alves e Blikstein (2006): a trajetória do sujeito na atividade, envolvendo as dificuldades enfrentadas, dilemas familiares, formas de superação, redes sociais de apoio e agentes privados ou públicos envolvidos nesse processo. Os pontos centrais envolvidos na entrevista dialogam com a estrutura da entrevista narrativa, em consonância com as categorias de empresa social previamente elencadas, e são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Estrutura narrativa e suas relações com as categorias de pesquisa

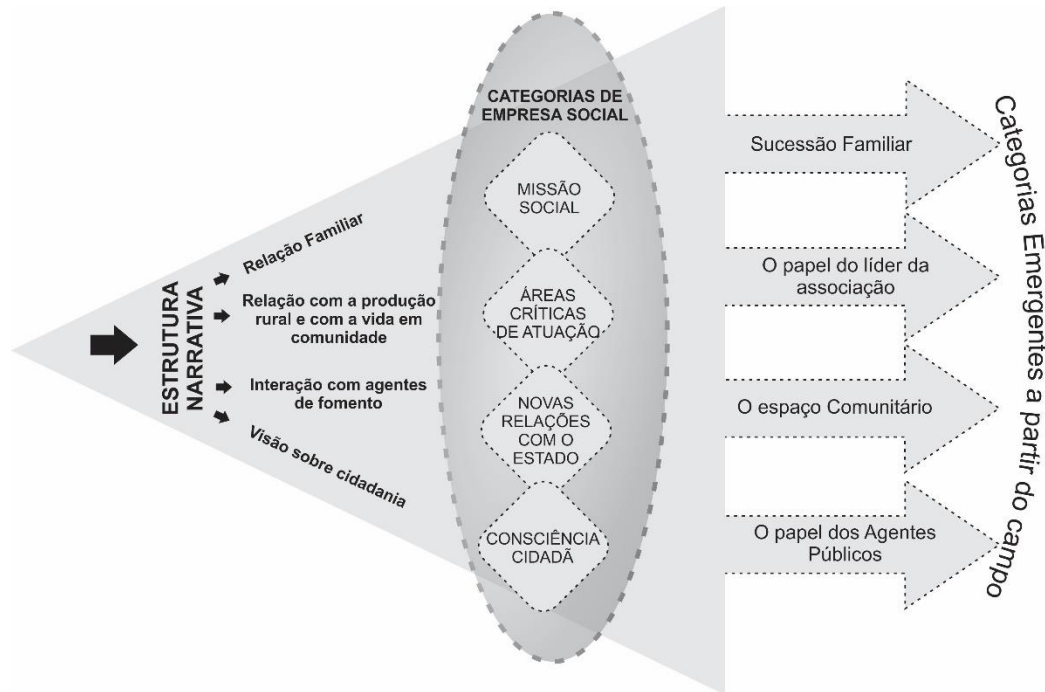
ESTRUTURA NARRATIVA	CATEGORIAS	INDICADORES
A relação familiar, principais desafios do contexto familiar	MISSÃO SOCIAL	Declaração da missão institucional
		Valores
		Visão
		Relação com a área crítica de atuação
A relação com a produção rural e com a vida em comunidade	ÁREA CRÍTICA DE ATUAÇÃO	Razões de escolha
		Ações desenvolvidas
		Melhorias percebidas
Interação com os agentes públicos, benefícios e desafios	RELAÇÃO COM O ESTADO	Recursos recebidos
		Suporte burocráticos
		Incentivos
		Participação nas políticas públicas
Visão pessoal e sentimentos sobre ser um cidadão	CONSCIÊNCIA CIDADÃ	Entendimento de cidadania
		Papel na sociedade
		Conscientização dos indivíduos beneficiados

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A partir das narrativas, percebeu-se o surgimento novas categorias de pesquisa, as quais foram entendidas como mediadores de tensão, pois além de estarem mediando a relação entre sujeitos e entidades, eles apresentaram aspectos propulsores e inibidores do fenômeno estudado e que podem ser considerados como os fatores determinantes que impactam na

configuração do empreendedorismo social no contexto rural. A figura 3 ilustra os vínculos entre a estrutura narrativa e as categorias da pesquisa.

Figura 3 - Relação entre a estrutura narrativa e as categorias de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

As narrativas iniciaram pelas relações familiares, uma vez que compreender as mudanças do contexto familiar auxiliou na captação do entendimento de missão social dos sujeitos. A partir da discussão sobre o contexto familiar, conduziu-se a narrativa para os espaços comunitários, isto é, para a produção e vida em comunidade, de forma a identificar os avanços ou possíveis retrocessos em relação às áreas críticas de atuação e salientar a participação de agentes de fomento nesse processo, sobretudo em relação à participação do Estado e de políticas de apoio rural. Por fim, solicitou-se que as narrativas abordassem a visão e o sentimento individual dos sujeitos enquanto cidadãos e seu papel na sociedade. Aproveitaram-se esses momentos também para indagar, aos líderes das associações e da cooperativa sobre sua percepção enquanto sujeitos empreendedores.

O estudo desenvolvido envolveu a apresentação de um termo de consentimento (APÊNDICE A), o qual levou em consideração os seguintes aspectos: participação voluntária na pesquisa; isenção de responsabilização legal do participante; garantias do não uso de procedimentos que oferecessem risco ao participante; confidencialidade dos nomes completos dos participantes; não pagamento pela participação no estudo.

3.6 OPERACIONALIZAÇÃO DA COLETA DE INFORMAÇÕES EMPÍRICAS

O processo de investigação empírica iniciou-se com o contato junto ao projeto Cooperar, do Governo do Estado da Paraíba, haja vista sua amplitude de atuação, capacidade de captação de recursos e convergências com a proposta social do fenômeno investigado. O primeiro contato feito com a gerência operacional do projeto data de 15 de janeiro de 2016, ocasião em que se pediu autorização para a marcação da primeira entrevista de reconhecimento do projeto, a qual realizou-se no dia 28 do mesmo mês. Nesta primeira entrevista, obtiveram-se informações sobre a trajetória do projeto, suas principais áreas de atuação, desafios e perspectivas futuras. Na mesma ocasião foi disponibilizada uma lista com vários subprojetos (Quadro 4) atendidos pelo projeto Cooperar.

A segunda entrevista com o Cooperar aconteceria em 24 de março de 2016, mas foi adiada para o dia 7 de abril por necessidades internas ao setor operacional. Nesta ocasião, foram disponibilizados documentos do projeto, como a Carta Consulta, com informações específicas sobre o projeto Cooperar, e a Intenção de interesse, documento que foi utilizado junto ao Banco Mundial para a captação de recursos para o desenvolvimento rural por meio de ações de infraestrutura e produção.

Em se tratando das associações visitadas, o primeiro contato foi realizado via telefone, e neste contato inicial o pesquisador se identificou e destacou o apoio do projeto Cooperar na pessoa da gerente operacional. Um dia antes da visita, ligava-se para confirmar a entrevista no dia seguinte e, assim, evitar deslocamentos frustrados.

A abordagem geralmente iniciava com o presidente da associação, salientando que a pesquisa teve o apoio da diretoria operacional do Cooperar, a qual era comprovada por meio dos e-mails de contato com o órgão, caso fossem solicitados pelo entrevistado. A partir do contato com o presidente da associação e sua posterior entrevista, pediu-se indicação de associados que também pudessem contribuir. Em seguida, visitaram-se os associados indicados em seu local de trabalho ou em sua residência (em caso de autorização prévia) e apresentava-se a pesquisa e o apoio do presidente da associação. Esta cautela se fez necessária de forma a conseguir-se maior confiabilidade dos entrevistados durante a exposição de seus relatos.

O primeiro contato com a associação em Pombal foi excelente. Ao chegar na rodoviária, o pesquisador foi logo recepcionado pelo Sr. Antônio, um motorista da cidade que se prontificou em oferecer transporte para a comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras.

Tanto a presidente como as agricultoras que se propuseram em participar da pesquisa demonstraram grande hospitalidade em receber o pesquisador, tanto no espaço comunitário, como em seus respectivos lares. O primeiro contato com esta associação se deu, coincidentemente, em um dia em que elas estavam discutindo uma capacitação que iria acontecer na área de panificação, já que um dos projetos da instituição é a padaria comunitária.

A hospitalidade foi um traço que se repetiu nas demais ocasiões em maior ou menor grau. Em Lagoa de Roça, chegou-se também a visitar a casa e o sítio pessoal da presidente da associação. Na Ascamar, em Bonito de Santa Fé, e na Aspa, em Aparecida, não visitamos a casa da maioria dos entrevistados, mas a recepção foi hospitaleira da mesma forma. A inserção no campo é condição necessária para a investigação do fenômeno em tela. Conforme Gaiger e Correa (2011, p.39):

Seja para incrementar a base empírica das elaborações teóricas em curso, seja para rever e aprimorar modelos conceituais adequados ao universo do empreendedorismo com feições associativas, o exame dessas questões requer dispositivos analíticos apropriados e sucessivas incursões de campo.

Foram feitas pelo menos duas inserções no campo, de forma a conseguir quantidade de elementos consideráveis para reflexão sobre como o fenômeno do empreendedorismo social se manifesta no contexto rural estudado. O Quadro 6 detalha o número de participantes na pesquisa, bem como as inserções feitas no campo.

Quadro 6 - Detalhamentos a respeito dos participantes e das inserções no campo

Local	Sujeitos	Inserções no campo	Duração das entrevistas	Duração da visita nos espaços comunitários
Cooperar	1 gerente operacional	2 inserções	2 horas (sendo cerca de 1 hora em cada visita)	Não se aplica
Associação Várzea Comprida dos Oliveiras	1 presidente da associação	3 inserções em campo	2 horas e 35 minutos	45 minutos
	2 agentes de fomento		1 hora e 20 minutos	
	2 agricultoras		1 hora e 40 minutos (sendo cerca de 50 minutos para cada agricultora)	
Ascamar, em Bonito de Santa Fé	1 presidente da associação	2 inserções em campo	2 horas e 11 minutos	20 minutos
	3 catadoras		2 horas e 10 minutos	

			(respectivamente: 40 minutos, 54 minutos e 32 minutos)	
COPAF em Lagoa de Roça	1 presidente da associação	4 inserções	3 horas e 42 minutos. (dividida em dois dias: 2 horas no primeiro e 1 hora e 42 minutos no segundo dia)	1 hora e 45 minutos
	2 avicultores		1 hora e 33 minutos (respectivamente 50 minutos e 43 minutos)	
Aspa em Aparecida	1 presidente da associação	2 inserções	2 horas e 14 minutos	30 minutos
	2 apicultores		1 hora e 50 minutos (respectivamente 1 hora e 10 minutos e 40 minutos)	
Total	16 sujeitos	13 inserções ao campo	22 horas e 32 minutos	3 horas e 33 minutos

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Foram realizadas 13 visitas no campo para investigar o fenômeno. O número de horas das entrevistas não contemplou a totalidade de tempo despendido em cada visita, pois, além das entrevistas, dedicou-se tempo para conhecer o processo produtivo nos respectivos locais. Foram, no total, cerca de 26 horas dedicadas à visitação empírica do fenômeno para coletar material e subsidiar a análise e reflexão do empreendedorismo social no contexto das associações rurais.

3.7 ANÁLISE DAS NARRATIVAS

As categorias de análise das narrativas foram elaboradas a partir das características das empresas sociais, que, enquanto definição, mais se aproximam de um entendimento amplo sobre empreendedorismo social e sua relação com a cidadania. Tais categorias sofreram alterações sutis, mas necessárias, no decorrer da pesquisa de campo, inclusive considerando outras vertentes do empreendedorismo social, como também características do contexto estudado.

O suporte documental foi relevante para a pesquisa, pois, além de possibilitar as informações sobre os subprojetos no interior do Estado, forneceu elementos complementares para a análise da declaração de fomento de outros agentes institucionais de fomento por meio de seus respectivos sites institucionais.

Levou-se ainda em consideração os desdobramentos analíticos propostos por Alves e Blikstein (2006) sobre narratologia. Segundo os autores, a análise narrativa se desenvolve em três níveis hierárquicos: o nível dos indícios (eventos), o nível da ação e o nível da comunicação (interação sujeito/ação/evento), integrados entre si. No nível dos indícios identificam-se as expressões evocadoras, geralmente representadas por advérbios, adjetivos, expressões superlativas. No nível da ação, verifica-se o protagonismo dos sujeitos nos eventos narrados. E no nível da comunicação, analisa-se o dito e o não dito, o aparente e o não aparente no discurso a partir do contexto.

O nível dos indícios se deu a partir da identificação de palavras chave de relevância apresentadas nas narrativas sobre as respectivas categorias, não estando diretamente associadas a advérbios ou adjetivos, mas a substantivos evocados com maior ênfase pelos entrevistados, os quais foram sintetizados em quadros ao final da discussão de cada contexto investigado.

No nível da ação, verificou-se o papel dos agentes de fomento públicos ou privados que foram importantes no desenvolvimento do empreendedorismo social no contexto estudado. O terceiro nível emergiu a partir das reflexões sobre elementos da análise que não se encaixavam nas categorias de pesquisa formuladas, os quais apresentavam aspectos positivos e negativos em relação ao fenômeno estudado, considerou-se então eles elementos como mediadores de tensão, pois estabelecem um nível de comunicação intermediários entre sujeitos e fenômeno.

Segundo Merriam (2009), a confiabilidade pode se referir à consistência com que um procedimento de pesquisa irá estudar um fenômeno sob diferentes critérios, dentre eles: a elaboração de reflexões relevantes sobre o fenômeno em estudo, a realização de uma descrição detalhada, a confirmação das informações pelos sujeitos de pesquisa e a saturação amostral.

A reflexividade das narrativas foi elaborada a partir das narrativas gravadas, levando em consideração os vínculos com as categorias analíticas e seus respectivos indicadores, porém atentando também a elementos geradores de novos aspectos de análise. A elaboração de uma descrição detalhada foi feita a partir da transcrição das narrativas, as quais foram devidamente organizadas em arquivos individualizados para cada entrevistado. A saturação amostral ocorreu no terceiro contexto investigado, mas, como havia-se traçado quatro associações, devido à distinção do tipo de atividade desenvolvida, procedeu-se com a investigação do quarto contexto. O contato com a Aspa em Aparecida nos confirmou muitos aspectos evidenciados já nos outros três contatos, como, por exemplo, a noção de cidadania, a

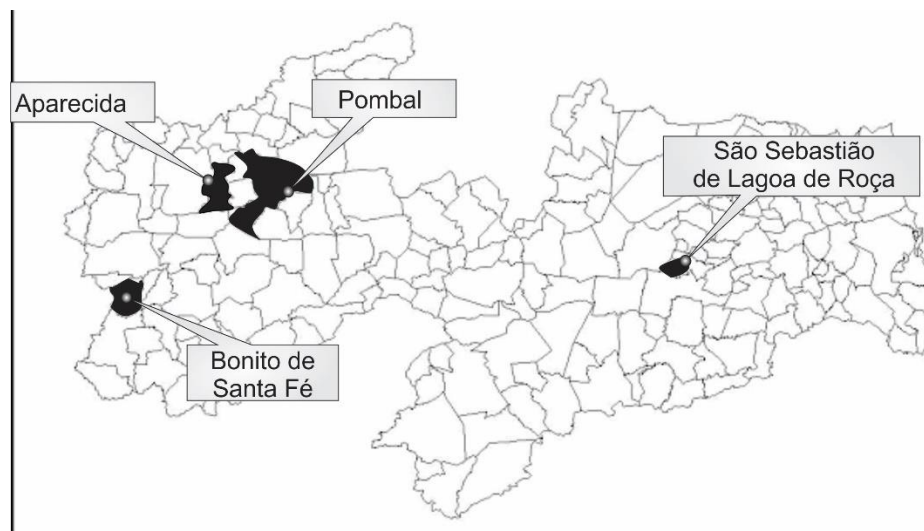
importância da participação da comunidade, dos líderes e dos agentes públicos e a existência de um espaço comunitário voltado não apenas para a produção, mas para o planejamento e capacitação dos associados.

Após as transcrições das narrativas, os protocolos foram enviados por e-mail para os presidentes das associações para que pudessem confirmarem as informações compartilhadas por eles e pelos produtores rurais participantes. Maior detalhamento do processo empírico é apresentado no Capítulo 4, a seguir.

4 ANÁLISE DO CONTEXTO EMPÍRICO

A análise do contexto empírico levou em consideração o desenvolvimento do empreendedorismo social em organizações sociais dispostas em 4 cidades paraibanas (figura 4), sendo 3 associações e 1 cooperativa: Associação Comunitária Rural de Várzea Comprida dos Oliveiras, situada na zona Rural de Pombal; a COPAF – Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar, na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça; a Ascamar - Associação dos Catadores De Material Reciclado de Bonito de Santa Fé; e a ASPA – Associação de Apicultores do Sertão Paraibano, localizada na cidade de Aparecida.

Figura 4 – Cidades Paraibanas lócus do estudo



Fonte: Adaptado de Mapas de Paraíba (2017)

Cada associação/cooperativa foi analisada de acordo com a mesma estrutura de investigação: apresentam-se os sujeitos que participaram da entrevista narrativa, o contexto da cidade onde as associações estão localizadas, abordando inclusive o desenvolvimento da associação, os principais problemas e desafios enfrentados, as entidades de fomento as quais

exercem grande importância no desenvolvimento do empreendedorismo social e, por fim, as categorias da pesquisa: *a) Consciência cidadã, b) Propósito social, c) Atuação em áreas críticas e d) Relações com o estado*. Das quatro categorias previamente definidas, duas demonstraram a necessidade de adequação de nomenclatura devido à sua manifestação no campo.

A categoria da missão social foi modificada para propósito social, devido, dentre outros aspectos, a não existência de uma declaração formal de missão social em algumas associações, o que não interfere no desenvolvimento das associações pois elas entendem, subjetivamente, a importância e o propósito social de seu trabalho. A categoria anterior “novas relações com os estados” desconsiderou o adjetivo “novas”, pois entendeu-se que as relações estabelecidas com o poder público não sinalizam algo novo na histórico contextual investigado, além de ainda apresentarem problemas culturais de longa data.

4.1 CONTEXTO E AÇÃO EMPREENDEDORA NA COMUNIDADE VÁRZEA COMPRIDA DOS OLIVEIRAS, NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB

O contato com a comunidade de Várzea Comprida se deu a partir de uma lista disponibilizada pelo Cooperar, organização que se mostrou disponível por meio da diretoria operacional. Na ocasião, quando se entrou em contato com órgão, após entrevista de conhecimento das ações do Cooperar da Paraíba, foi disponibilizada uma lista de subprojetos na Paraíba, sendo esta a origem do contato com a comunidade rural de Pombal. A inserção no campo foi bastante proveitosa, pois a comunidade de Várzea demonstrou ser hospitaleira com a visita: pôde-se participar de reuniões com as associadas, visitar o lar de algumas delas e conhecer seus respectivos processos produtivos, tanto na produção rural agroecológica como na fabricação de bolos.

Esta seção se inicia apresentando os sujeitos de pesquisa, o contexto e os agentes de fomento. Em seguida, apresentam-se as categorias de empreendedorismo social norteadoras da pesquisa na localidade e as primeiras impressões de como entender as dimensões propostas.

4.1.1 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos de pesquisa que contribuíram para esta análise foram o Sr. Beto, agente que promove o desenvolvimento das comunidades rurais; Sra. Solange, presidente da

comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras; Sra. Bonita e Sra. Nêm, agricultoras da comunidade. Antes de tratar sobre o panorama do empreendedorismo social na cidade de Pombal, é pertinente que se conheça um pouco da trajetória desses atores sociais.

O Sr. Beto, 42 anos, casado, 2 filhos, é natural da cidade de Lagoa, próximo a Catolé do Rocha, tendo nascido na zona rural. Beto vivenciou um período de nossa história em que a oportunidade estava no sul do país, mas ele sempre se perguntava se esta era a única alternativa. Determinado a permanecer em solo paraibano, buscou estudar e se capacitar na área de agropecuária, formando-se como técnico nessa área, e iniciou sua vida profissional na entidade Pastoral da Terra, onde desenvolvia trabalhos junto às comunidades agrárias para melhoria produtiva. Hoje ainda atua neste contexto, sendo um agente da Pastoral. São mais de dez anos dedicados ao setor rural nas cidades de Pombal, Cajazeiras e, mais recentemente, em São João do Rio do Peixe.

Solange, 40 anos, casada com Ednaldo, 45 anos, 1 filho de 9 anos. Ela nasceu na comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras, localizada na zona rural da cidade de Pombal-PB, filha de pais agricultores. Estudou até o ensino fundamental e ainda lastima não ter conseguido avançar nos estudos por conta das circunstâncias da vida. Hoje, ela não apenas continua a atividade agrícola herdada de seus pais, como também é presidente da Associação de Várzea Comprida dos Oliveiras, onde, de acordo com ela, “tem contribuído para o desenvolvimento produtivo da comunidade”.

Mais duas agricultoras contribuíram para o estudo, são elas: a Sra. Maria das Dores, mais conhecida como “Bonita” pela comunidade, 37 anos, casada, tem uma filha (6 anos); e Francenilda, cujo apelido é “Nêm”, 42 anos de idade, casada, possui uma filha, Maria Clara, de 9 anos. Ambas sempre viveram da agricultura e pretendem continuar na zona rural. Durante a entrevista, demonstraram muita satisfação e identificação com o que fazem, apesar de não desejarem que suas filhas continuem vivendo da terra. Elas agradecem muito a Solange pela iniciativa de presidir a associação. De acordo com Dona Bonita, “Se não fosse a liderança de Solange, não teríamos melhorado tanto”. Francenilda ainda diz que, apesar de gostar muito de trabalhar com hortaliças, tal ofício tem provocado danos à sua saúde, e cogita a hipótese de mudar de ramo e deixar apenas o marido cuidando da lavoura.

4.1.2 Contexto e os agentes de fomento ao empreendedorismo

Pombal possui uma população estimada em 32.443 habitantes (IBGE, 2016). O Município está localizado na mesorregião do sertão do estado da Paraíba. Sua área territorial é

de 218,7 km², com população de 32.110, estando a 372 km da capital João Pessoa - PB. É a 4ª cidade mais antiga do estado da Paraíba, com a expectativa de vida média da população estimada em 66,2 anos. O município tem 25.955 eleitores, 11.284 domicílios residenciais e 721 estabelecimentos comerciais. A economia é preponderantemente agrícola, mas há evidente comércio interno e algumas fábricas. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2015), a média ficou entre 3.7 e 4.1 para os anos iniciais do ensino fundamental, índices considerados medianos, tendo em vista que, nos países desenvolvidos, índices abaixo de 6 são considerados insatisfatórios.

De acordo com Beto, agente da Pastoral da Terra, devido ao longo período de estiagem, a cidade de Pombal teve que perfurar poços artesianos para suprir a necessidade de água para as famílias da zona rural. Ação feliz para muitas famílias, já que foram encontradas vazão de água na maioria dos poços. Apesar de a vazão de água não ser tão intensa, ela demonstra ser suficiente para os plantios. Outro ponto positivo na cidade é que há mobilização de várias instituições para o desenvolvimento do empreendedorismo social, direta ou indiretamente, pois, apesar de algumas dessas organizações não terem sido mencionadas especificamente como provedoras de tal fenômeno, as ações relatadas fazem referências às suas características.

A associação local foi criada em 1993 e legalmente reconhecida em 1994. Ao ser questionada se a burocracia foi difícil, Solange negou enfaticamente. Todavia, a presidente da associação reconheceu que tal legitimidade ocorreu com a ajuda de outra comunidade próxima, informando todos os papéis e documentos que eram necessários, assim como todo o processo a ser desenvolvido junto ao cartório da cidade de Pombal.

No âmbito da agricultura familiar, a cidade de Pombal apresenta quantidade considerável de cultivos de hortaliças, mas os agricultores também apresentam outros tipos de plantio, como milho, feijão e outras atividades econômicas complementares, como a fabricação de doces e bolos. Sobre tais recursos produtivos, vale apresentar elementos da experiência que a comunidade vem desenvolvendo na criação de uma padaria comunitária.

4.1.2.1 A produção de hortaliças

A comunidade possui uma herança produtiva muito fortemente fundada na agricultura. As famílias com as quais se teve contato sempre sobreviveram do cultivo de hortaliças, pois seus chefes são filhos de pais agricultores. Coentro, cebolinha e alface são alguns dos principais produtos da comunidade. Há ainda aqueles que criam gado para complementar a

renda com o leite e derivados. Todos os sábados eles seguem para as feiras municipais para vender seus produtos, sendo estas um dos maiores observatórios de oportunidades para as agricultoras. A ideia de se comercializar outros produtos como bolos e doces surgiu das interações sociais que ocorrem nesses lugares.

A necessidade de vender ao consumidor final tem ganhado nova proporção: as mulheres pretendem vender para organizações, tanto que, atualmente, há a possibilidade de vender hortaliças em supermercados e escolas da cidade de Pombal. Todavia, a certificação de produto orgânico abriria novas portas às agricultoras. Elas poderiam expandir a produção ou mesmo ter outras alternativas de escoá-la, sobretudo frente a possíveis ameaças de mudanças de partidos políticos no poder. Dessa forma, o risco de se manter refém de um prefeito diminuiria.

4.1.2.2 A padaria comunitária

Uma das conquistas de grande relevância para a comunidade está sendo a construção de uma padaria para todos do sítio. Conseguiu-se acompanhar parte de sua construção/capacitação e seus vínculos com o empreendedorismo social.

Com a associação organizada, as mulheres tiveram a ideia de criar uma padaria comunitária para diversificar os produtos oferecidos e ampliar as alternativas de renda. A construção do espaço comunitário foi realizada junto à Pastoral da Terra, tendo o Sr. Beto como agente de condução dos recursos. A legalização desta vez não foi simples, pois eles tiveram que adequar o espaço construído de acordo com as normas de vigilância sanitária para poder receber recursos da Pastoral.

Em relação à padaria comunitária, foi observado o elevado comprometimento das mulheres em relação a esta atividade. Na pesquisa de campo, observou-se uma reunião da empresa com uma representante de um projeto municipal, o Empoderar, que tinha agendado uma reunião com as mulheres sobre uma capacitação da área de panificação. O projeto Empoderar estava com alguns problemas: a) formação de duas turmas de capacitação com 18 alunos em cada uma delas, totalizando 36 pessoas para poder disponibilizar o curso; b) contribuição da comunidade com os insumos necessários para o curso; c) acomodação para o instrutor do curso.

Para sanar estes problemas, foram propostas as seguintes soluções: como a associação era composta de apenas 21 mulheres, precisariam então de mais 15 alunos. A ideia sugerida pela agente do Empoderar foi complementar com jovens da comunidade que tivessem idade

superior a 16 anos. A maioria das mulheres da associação apoiou a ideia, mas uma delas fez um questionamento importante: “Precisamos saber se os jovens irão querer participar”. O questionamento desta agricultora leva à reflexão sobre até que ponto os jovens estão envolvidos com as causas da comunidade, algo que foi levantado pelo Sr. Beto, agente da Pastoral da Terra, em sua narrativa.

Além disso, para resolver os problemas das matérias-primas, a associação se comprometeu em fornecer parte dos insumos necessários para o curso, como leite e ovos, por exemplo. Isto mostra o envolvimento das mulheres na busca por melhorias no processo de fabricação, abrindo mão de parte da produção individual em seus respectivos cultivos para adquirir novos conhecimentos. A outra parte dos insumos seria fornecida pelo projeto municipal Empoderar.

A resolução do impasse da acomodação do instrutor foi uma das resoluções que mais chamou a atenção. A associação reservou a capela da comunidade para receber o instrutor, preocuparam-se com o quarto, a qualidade do colchão, a disponibilização de um frigobar, estabeleceram um rodízio do preparo de refeições em que cada mulher iria se prontificar em oferecer café da manhã, almoço, lanche e janta em dias alternados. O primeiro fator que leva a uma reflexão é o local onde o instrutor seria recebido: a capela da comunidade, um local de grande valor simbólico para a comunidade, recinto onde os sujeitos se reúnem para receber bênçãos. Este mesmo local foi disponibilizado para o instrutor, o que leva à percepção de que as mulheres da associação têm apreço semelhante entre a sua fé e a busca por conhecimento. Uma foto de um dos dias de fabricação nos foi concedida na realização entrevista (Figura 5).

Figura 5 - Equipe Bolo das Oliveiras



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

A fabricação de bolos tem se mostrado como uma grande oportunidade para a comunidade. E aqui, mais uma vez, percebeu-se a importância do município neste processo de fabricação, visto que a prefeitura compra R\$ 11.000,00 reais em bolos da comunidade. A vantagem acaba se tornando ambígua, já que as mulheres de Várzea Comprida dos Oliveiras demonstraram preocupação com a ameaça da não continuidade desta compra considerável da prefeitura frente à incerteza da gestão da prefeita atual.

E além disso tudo que eu expliquei, o que mais alavancou esse grupo foi ela comprar 11 mil, não dá pra gente fazer mais coisa porque o grupo é grande, é muito grande, é 21, retira todas as despesas, tudo que é feito, e o restante que fica divide por 21, Então não se torna um lucro maior porque é muita gente, se tivesse um grupo de 5 pessoas o lucro seria outro. (Solange, presidente da associação).

Ficou claro no discurso das agricultoras o medo de não ter para quem vender a produção iminentemente potencializada com a concretização da padaria comunitária. Apesar do medo aparente, a determinação da presidente da associação é notória; segundo ela, “o prefeito que assumir o poder tem a obrigação de continuar a apoiar a comunidade”.

4.1.2.3 Entidades de apoio (ou agentes de fomento ao empreendedorismo?)

As entidades de apoio são uma das grandes características do fomento ao empreendedorismo social na região. Uma primeira organização relatada foi o Cooperar, que

proporcionou recursos a mulheres que estão à frente de famílias rurais. A elas foi concedido incentivos financeiros para a estruturação de negócios de fabricação de bolos na cidade. Segundo os relatos, antes mesmo de essas mulheres trabalharem com bolos nos mercados, elas já negociavam suas hortaliças nesses locais e tinham também a predisposição para fazer bolos em suas casas. Com o dinheiro repassado, elas conseguiram inclusive adquirir veículos para transportar os bolos.

Aqui elas passaram por um problema: o veículo do tipo picape comprado não tinha cobertura em sua cabine traseira, o que impedia a certificação do produto para ser vendido nas escolas da cidade, gerando custos que não tinham sido previstos no gasto dos recursos. Esta situação leva a refletir que as concessões de recursos financeiros não levaram em consideração a certificação dos produtos, algo que foi também evidenciado pela diretora operacional do projeto Cooperar. De acordo com a presidente da associação, os subprojetos do Cooperar no eixo produtivo buscavam melhorar a estrutura de produção das famílias, entretanto, tais aprimoramentos não levavam em consideração a necessidade de cumprir requisitos de certificação. De acordo com Mônica, diretora operacional do Cooperar, a nova fase do projeto PB Rural Sustentável levará em consideração esta necessidade.

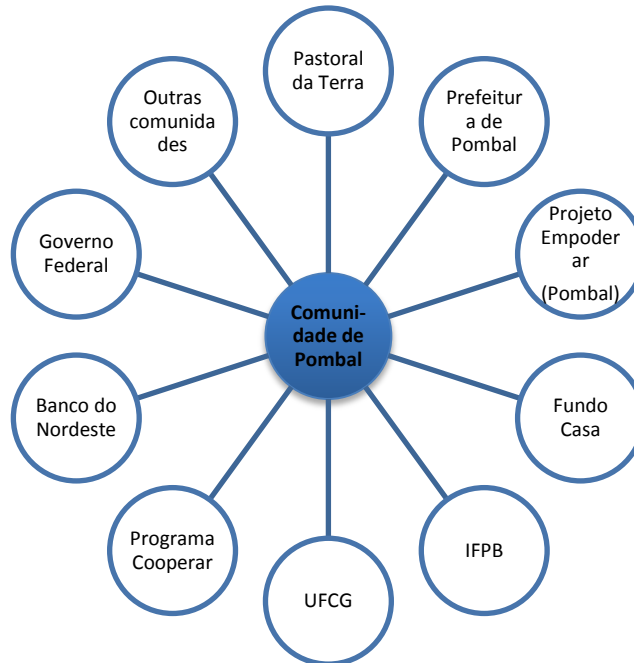
Ainda há outras instituições provedoras de empreendedorismo social na cidade de Pombal: a Comissão Pastoral da Terra, que recebe recursos de uma organização alemã, e a Misereor, para aprimorar a estrutura dos negócios das famílias do campo. A prefeitura também investe nesta área, oferecendo recursos para as famílias rurais. E, mais recentemente, outra organização conhecida como Fundo Casa tem desenvolvido projetos de energia solar para as famílias rurais.

Nos últimos dez anos, o Brasil constituiu uma nova agenda nas políticas públicas. A partir de uma reorientação da ação do Estado e uma diferente proposta de governo, buscou-se atender demandas de grandes parcelas da sociedade brasileira. A taxa de investimentos do setor público cresceu em 51% no período de 2003 a 2012 e, como parte desse programa, expandiram-se não apenas investimentos em logística e energia, mas também em infraestrutura social e urbana, a exemplo do Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos, incluindo obras de saneamento, infraestrutura viária, equipamentos para estradas vicinais, educação, saúde, dentre outros (BUTTO et al., 2014). Tais ações valeram-se de um discurso de amplo processo de estímulo à participação social.

As maneiras pelas quais esse objetivo pode ser alcançado variam de acordo com os meios propostos, o que, por sua vez, está relacionado com o contexto ideológico, que adota uma visão coletiva de cidadania. Em se tratando de um construto que promove relações com o

empreendedorismo social, percebe-se a geração de uma perspectiva que reforça a importância de se entender o empreendedorismo social como um fenômeno que reduz a pobreza política/social de uma comunidade (RODRIGUES, 2015; BUTTO et al., 2014; LIMA, 2008; KERLIN, 2006; DESS, 1998). Tal esforço tem apresentado uma considerável rede de mobilização de agentes de fomento, apresentada na figura 6.

Figura 6 - Agentes de fomento atuantes no sítio Várzea Comprida dos Oliveiras



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Estes agentes fomentam o empreendedorismo a partir de suas ações, que, por sua vez, remetem às dimensões adotadas na fundamentação teórica: consciência cidadã, missão social, atuação em áreas críticas e novas relações com o Estado. A consciência cidadã é desenvolvida a partir do incentivo à participação popular; a missão social, a partir das declarações institucionais de tais entidades; a atuação nas áreas críticas, a partir da melhoria da infraestrutura local que proporciona bem-estar às famílias; e as novas relações com o Estado através de projetos que beneficiam a comunidade por meio de políticas públicas. Percebe-se o protagonismo de diversas entidades no desenvolvimento da comunidade de Várzea Comprida.

As políticas governamentais também foram enfatizadas na fala das entrevistadas.

Aí veio o PRONAF que melhorou muito, incentivo do Pastoral da Terra e esses programas que Lula criou e lá vem. O Lula criou a merenda escolar, né? 30% que antigamente nós não tínhamos direito de vender, quem tinha direito de vender pra

merenda escolar era quem ganhava licitação né? Mas Lula criou o agricultor familiar. (Solange, presidente da associação).

Elas creditaram o desenvolvimento, *a priori*, ao governo Lula, mas, no decorrer da narrativa, outras entidades, sobretudo internacionais, receberam também o crédito pelo desenvolvimento rural: a Pastoral da Terra foi uma das protagonistas, auxiliando na construção do espaço da associação; o Banco do Nordeste, oferecendo crédito para a compra de equipamentos de irrigação; o governo estadual, levando energia elétrica para a comunidade de Várzea Comprida; o Fundo Casa que, em parceria com o IFPB, levou energia solar para a comunidade; e a UFCG, que proporcionou acompanhamento nutricional para a região. O governo municipal também teve papel importante, pois, além de levar água encanada para a região, também compra as hortaliças da comunidade para a merenda escolar das escolas de Pombal e ainda auxilia na indicação de projetos, elaborando-os em muitas ocasiões para prospecção de recursos para a comunidade.

Um exemplo da atuação do Cooperar na região foi a construção de poços artesianos e de cisternas para armazenamento da água da chuva. A elaboração do projeto foi feita por agentes do município que pleitearam junto ao Cooperar a possibilidade de levar o recurso para Várzea Comprida. É certo que o interesse municipal permeia a garantia de votos para a continuidade do mandato das famílias. Mas também é notória a potencialidade de mobilização da comunidade para buscar tais recursos.

As mulheres entrevistadas não possuem letramento suficiente para escrever tais projetos, todavia elas não descansam enquanto não conseguem encontrar meios de resolver os problemas da comunidade, buscando pessoas capacitadas para a elaboração e certame em editais de incentivo governamental.

Uma das vivências relatadas pelas agricultoras foi recorrente e demonstra ter grande importância para o desenvolvimento empreendedor da comunidade: a panificadora comunitária. De acordo com os relatos, a ideia se iniciou a partir da percepção das próprias agricultoras nas feiras livres. Ao levar as hortaliças para o mercado, percebiam o interesse dos clientes por outros tipos de produtos, como bolos e doces, e elas passaram a produzi-los individualmente.

Concomitantemente, e com a ajuda de agentes do município, a comunidade pleiteou recursos do programa Cooperar para a aquisição de equipamentos, fardamento e de um veículo para o transporte dos bolos.

A logomarca foi elaborada por alunos do curso de Engenharia de Alimentos da UFCG, *campus* Pombal. Além da logomarca, os alunos, juntamente com a professora Dra. Mônica

Tejo Cavalcanti, elaboraram um guia nutricional para a fabricação dos bolos através da Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba (IACOC).

A questão da titulação e do reconhecimento de outras entidades ainda afeta a percepção das mulheres enquanto cidadãs e empreendedoras. Aos serem questionadas sobre se elas se viam enquanto cidadãs, elas afirmaram que sim e que essa condição é reforçada por meio de sua participação junto à prefeitura, a qual escuta e atende as reivindicações da comunidade. Ou seja, para elas, ser cidadão é ter suas necessidades atendidas, cumprindo com o seu papel (produtivo).

Aí começou o governo de Poliana em 2000, não 2008, e pra nós aqui alavancou, foi uma prefeita melhor, num sei se você já ouviu falar, aqui não tinha água encanada, e nós conseguimos um projeto de água nas torneiras, todo mundo aqui tem água nas torneiras, a gente conseguiu este carro que lhe mostrei, todo dia tem água, de 6 da manhã às 12 horas a bomba tá ligada, todo mundo tem água, só que a gente fez um controle de 12 horas desligar a bomba porque se deixasse o dia o povo ia instruir o dia todo, aí desliga de 12 e só liga no outro dia. (Solange, presidente da associação).

De modo semelhante, ao serem questionadas se elas se viam enquanto empreendedoras, as mulheres não sabiam dizer, apesar de demonstrarem em suas práticas a sua potencialidade de observar o mercado, buscar investir em novos produtos, novos processos, aproveitar as oportunidades que surgem e preservar o bem comum da comunidade. A presidente da associação, Solange, ainda vai mais além nesse questionamento ao afirmar que ela ainda não se sente plenamente empreendedora por não ter a certificação de produtos orgânicos. Segundo ela, “só me reconhecerei como empreendedora mesmo quando as pessoas me virem como orgânica”.

Manifestações de empreendedorismo social mostram-se bem desenvolvidas, e as agricultoras demonstram tal vínculo por meio das vivências relatadas na comunidade, na organização da associação e nas feiras livres. O problema, aparentemente, se dá: a) no âmbito das certificações; b) na limitação cognitiva das mulheres; e c) na pseudogenuinidade das ações políticas da prefeitura.

As certificações ainda são um entrave para a comunidade de Várzea Comprida. As capacitações produtivas que até então beneficiaram as famílias não se preocupavam com este aspecto, pois até então a pretensão das mulheres era negociar nas feiras livres com produtos melhores desenvolvidos em seus plantios.

As mulheres da comunidade não têm o hábito de escrever os projetos. Elas preferem demandar esta atividade para pessoas de confiança, seja da Pastoral da Terra, da prefeitura ou

de seus indicados. Pelos relatos das mulheres entrevistadas, os jovens também não parecem demonstrar tal interesse, pois ainda se dissemina a ideia de que o melhor preparo se dá no saber fazer algo, ou seja, na capacitação de produção. Juntamente a esta percepção relatada, acrescenta-se uma pouca legitimidade das políticas das prefeituras, pois, no contexto da comunidade, elas reforçam tanto a limitação cognitiva das famílias como também geram uma maior dependência das atividades de elaboração de projetos.

As limitações percebidas no labor empreendedor das famílias não anulam o potencial da comunidade e nos ajudam a promover uma reconfiguração de significado das categorias de pesquisa.

4.1.3 Consciência cidadã ou participação comunitária?

Sobre a consciência cidadã, as agricultoras abordaram a participação na comunidade e o ativismo social, engajando as demais nas mais diversas atividades coletivas. O papel percebido pelas mulheres está diretamente relacionado ao seu desenvolvimento: as capacitações, as instrutorias e os acompanhamentos das mais diversas entidades têm proporcionado considerável saber produtivo. O papel social das mulheres supera a questão puramente econômica da atividade, alcançando outros patamares e buscando proporcionar um futuro com maiores oportunidades para os filhos e para a comunidade.

De acordo com Putnam (1996, p.31), “cidadãos são imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”. Isso é o que se percebe nas falas das entrevistadas, mas também foi algo que pode ser visto em uma das reuniões da associação a respeito de uma capacitação na área de panificação. Laços de confiança são fortalecidos numa perspectiva de longo prazo, que, apesar de não terem sido gerados pela atividade empreendedora, são, de forma complementar, nutridos por ela.

Mas tudo isso aqui a gente conseguiu juntos, a comunidade se uniu para ter essas melhorias. Lembro bem da comadre Maria do Carmo, se não fosse por ela eu não tinha como levar minha filha no posto de saúde porque ela tava passando mal e o médico não tava aqui porque era um domingo. Bati na porta dela e ela me acudiu e se não fosse a ponte que fizeram não teria chegado rápido em Pombal. Do mesmo jeito a gente se preocupa com o outro, a gente se une para resolver nossos apereios. (D. Nem, agricultora).

A consciência cidadã, elo principal com o construto da cidadania, representa uma das principais características que vincula o fenômeno da cidadania ao empreendedorismo social.

Defourny e Nyssens (2010) enfatizam o teor social do empreendedorismo, seja no âmbito das políticas de renda, seja no contexto da sustentabilidade (BRONZO; TEODÓZIO; ROCHA, 2012). Contudo, há de se considerar as relações políticas da comunidade com os representantes do Estado se houver a intenção de se fomentar a cidadania. A noção de bem-estar social precisa despertar no sujeito a vontade de ser um agente detentor de direitos civis, sociais e políticos (TELLES, 2009; BARBU; DUNFORD; WEIDONG, 2013).

Apesar do terreno fértil para o desenvolvimento da cidadania, existem desafios. O usufruto de uma cidadania em níveis plenos talvez ainda não seja possível de perceber na comunidade. A postura dócil, do não questionamento e do não incentivo à continuidade da prática agrícola ainda é percebida na fala das agricultoras. São sinalizações de prováveis desafios futuros para as famílias da comunidade, pois a atividade de sucessão e da não iniciativa pode fragilizar a continuidade da dinâmica empreendedora.

Meu pensamento é que minha filha estude, se forme, seja uma boa mocinha, e trabalhe que nem eu, que viva na agricultura, agora primeiro ela tem que estudar, fazer a vida dela né, vou ensinar a ela a fazer doce. E ser uma boa menina é não ser respondona, ser educada, saber entrar e sair nos cantos, saber lidar com a vida. (D. Bonita, agricultora).

Sofri muito cultivando esta terra, não quero isso pra minha filha, eu quero que ela estude, se forme e construa sua vida na cidade, na capital. A vida no campo é muito sofrida. Não quero isso pra ela não. Eu gosto muito, mas tenho muitas dores nas pernas na coluna, não quero que ela tenha esses problemas de saúde. (D. Nem, agricultora).

Agricultoras planejam um futuro para a juventude na comunidade, por acreditarem que não há potencialidades da região em longo prazo, mesmo que a presidente da associação e a própria transformação da comunidade demonstrem o contrário. A postura de educação dócil pode levar a uma formação passiva, fruto de uma cultura conservadora, mas que demonstra uma gradativa mudança, sobretudo diante da forma dinâmica com a qual a presidente da associação conduz a comunidade. Mas enquanto processo não se pode ainda confirmar uma postura cidadã que alcance as três esferas propostas por Marshall e Bottomore (2004), já que a postura política perante as mudanças na sociedade não está presente ainda na concepção das agricultoras entrevistadas, mas também pode ser observada na reunião de diretrizes para capacitação na área de panificação. Nesta ocasião, colocou-se a possibilidade de formar uma turma com os jovens da comunidade. Todavia, algumas agricultoras se posicionaram contrariamente a esta sugestão posta pela agente do Empoderar (programa municipal de capacitação).

Quadro 7 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto de Várzea Nova dos Oliveiras, em Pombal

CATEGORIA TEÓRICA	INDICADORES	ACHADOS DA PESQUISA - SIGNIFICADOS			
CONSCIÊNCIA CIDADÃ	Entendimento de cidadania	Participação na comunidade, coesão social			
	Papel na sociedade	Desenvolvimento da agricultura familiar	Contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar	Educação dos filhos	Bem-estar da família
	Conscientização dos indivíduos beneficiados	Empoderamento das pessoas do campo	Participação nas políticas da prefeitura	Interação com a associação, capacitação	Interação com as outras mulheres da comunidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Assim como a categoria Consciência Cidadã necessitou de uma adequação de significados de acordo com os achados da pesquisa, a categoria da Missão Social também mereceu semelhante mudança.

4.1.4 Missão social ou propósito social?

O empreendedorismo social na zona rural de Pombal possui traços de manifestação sistêmica, pois não se desenvolve apenas pela predisposição do indivíduo empreendedor, mas de toda uma rede de apoio de entidades que possuem em comum uma natureza cujo cerne não é direcionado pelo fator lucro, pelo menos não de maneira isolada. Tanto o projeto Cooperar como a Comissão Pastoral da Terra, o Fundo Casa e a prefeitura de Pombal possuem missões de caráter político e/ou social.

Quadro 8 - Missão das organizações que apoiam as famílias rurais na cidade de Pombal

Prefeitura	Atender aos fundamentos da constituição: cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa assim como o pluralismo político. (Adaptado da Constituição de 1988)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	A CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010).
Misereor	É comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. (MISEREOR, 2016)
Energia solar	Promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia e a justiça social mediante o apoio e fortalecimento de capacidades e iniciativas da sociedade civil na América do Sul (FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA, 2016).
Cooperar	Reduzir a incidência da pobreza na zona rural do Estado (PROJETO COOPERAR, 2016).

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Dignidade, cidadania, trabalho, transformação, redução da pobreza, sustentabilidade e justiça social são palavras de grande significado nas declarações destas missões. Pode-se assumir a cidadania como elemento inicial de discussão do Quadro 8, tendo em vista a sua amplitude, que pode ser vinculada a todas as demais expressões.

Cidadania e dignidade fazem parte dos princípios fundamentais da constituição brasileira e podem ser entendidas como elementos que enfatizam a valorização do ser humano em um país onde exista justiça social promovida por meio de uma transformação da condição precária de muitos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Por sua vez, o conceito de justiça social está fundamentado em um ideal moral e político que se preocupa com questões de igualdade de direitos, garantias de direitos básicos e, ainda, solidariedade coletiva, enfatizada pela dimensão comunitária e de participação social de todos os cidadãos e a atividade comunitária, a fim de se obter um bem geral para todos (em um prisma social e moral comum aos cidadãos) (NOGUEIRA; SILVA, 2001; SANTOS, 2012).

De várias maneiras, a noção de justiça social deriva da luta pela melhoria das condições sociais daqueles que vivem em situação precária, sobretudo no que tange à diminuição da vulnerabilidade econômica. Quando indagadas se a vida tem melhorado depois da atuação dos projetos, as agricultoras responderam:

E foi indo, eu não tinha caixa d'água, eu fiz a caixa d'água, usando os recursos instalando uma coisa que melhorasse minhas condições de vida. E comecei fiz outro, conversei até com o gerente "Enô eu tô com uma situação muito difícil lá, Banco do Nordeste de Pombal", eu disse "Enô", contei a situação, "eu tenho um empréstimo no PRONAFE, eu sei que enquanto eu não quitar eu não posso tirar outro título, você sabe", aí fiz aquela conversa, "queria que você fizesse uma visita lá, e visse que eu tô com as hortas é passando sede por conta de uma bomba, que não dá, a água tem no poço mas a bomba não bombeia", e ele disse "eu vou olhar", e foi aí me ajeitou lá no banco, eu tirei um semiárido, um recurso no semiárido, que é um tipo de projeto também que tem que era cinco mil, e esses cinco mil eu comprei a bomba, comprei mais mangueira, foi suficiente, e a gente mesmo instalava, só os meninos que vinha sentar a bomba aí a gente pagava cento e poucos, quando foi um dia, a gente foi em Campina, eu tava em um seminário lá, passou uns vídeos lá, com aquelas pessoas arando aquelas hortaliças com um tratozinho, e eu fiquei encantada, eu disse "meu Deus" com uma maior vontade de comprar, que ia suprir a necessidade de trabalho maior (Solange – presidente da associação).

Tem meu PRONAF, aí fiz um empréstimo que me dá o direito de tirar 4 mil e meu esposo 4, aí compramos um trator e uma roçadeira elétrica pra roçar e cortar, e foi indo esta perseverança sabe, cada dia mostrava uma coisa, graças a Deus eu tenho meu poço equipado bomba lá já tem sobrando pra quando dismantelar já ter outra, tenho minhas hortaliças lá, tenho meu canto de vender já que é importante, que eu vendo em três supermercados na cidade, já embandeijadozinho, passado o plástico

filme, com o selinho de origem, não é certificação, mas é um selo de onde vem a produção e assinado por quem responde eu sei que foi assim a luta. (Solange, presidente da associação).

Mudou muito, a gente não tinha quase de que pegar né? Faz muitos anos que graças a Deus a vida da gente vem melhorando muito, porque antes muita gente era quem dava as coisas pra gente antes da gente trabalhar, mas depois que a gente começa trabalhar tudo melhora né? porque a gente vai viver com o que a gente ganha, o pouco que a gente ganha dá pra ir se virando. (D. Bonita, agricultora).

Muita coisa na vida da gente melhorou, porque sempre a gente tem aquela rendinha garantida pra o seu consumo, pra vestir, pra calçar, pra comer, pra gente comprar as coisas, pra alimentação, ter seu dinheirinho e não precisar depender de ninguém ter sua renda própria da gente. (D. Nem, agricultora).

Aqui tem o posto de saúde, tem médico, tem dentista, tem assistência muito boa, tem dentista 3 vezes por semana, tratamento de dente, obturação, 3 vezes por semana, a saúde aqui graças a Deus com esse posto aqui melhorou muito, porque a gente se deslocava pra cidade, porque pra arrancar um dente a gente era obrigado a gente ir de madrugada e ainda voltava que não tinha, a gente não pegava ficha pra fazer uma obturação, pra arrancar, pra nada, e aqui a gente você vai faz sua fichinha pronto, se obtura, se arranca faz tudo aí no posto. Tem a escola aí que a professora é concursada de Pombal. (D. Bonita, agricultora).

Tem bastante, muito. Que eu antigamente não tinha nada disso, agora já têm uma aguinha nas torneiras, já planta, as verduras já tem pra onde tirar, já vem aquela agricultura, chega lá é só entregar o projeto e receber o dinheiro, é bom demais, mudou muito. De primeiro, você plantava um mói de coentro, às vezes nem plantava. (D. Nem, agricultora).

A partir da análise das falas, percebe-se que a nomenclatura de missão social parece não se adequar ao contexto estudado, já que foi concebida em um contexto empresarial. O campo manifesta tal questão de outra forma. A associação não possui uma declaração de missão formalizada, todavia a declaração das agricultoras possui significado social da atuação da entidade em Várzea Comprida dos Oliveiras.

Uma declaração formal de missão social apenas pode ser identificada em relação aos agentes de fomento que atuaram na comunidade. Apesar de não conhecer formalmente tais declarações, as agricultoras mostram-se cientes das propostas dos projetos. Os valores percebidos pela comunidade materializam-se na observação das melhorias estruturais e profissionais. Percebe-se a grande força tangencial dos valores para a comunidade, expressões que são valorizadas não apenas pelo aspecto verbal, mas sobretudo processual e material das declarações dos projetos. Os exemplos da eletrificação, abastecimento, armazenamento de água, irrigação, associação e a padaria comunitária mostram que são a síntese da percepção dos valores, da visão e da redução da vulnerabilidade econômica.

Apesar de não existir uma sistemática formalizada para o alcance dos objetivos na comunidade, as agricultoras, tacitamente, interagem nesse processo, anotando os pontos principais do objetivo e de seus desdobramentos. De acordo com Nassif, Prando e Consentino

(2010), a atuação do empreendedor social é vista como apoiada por um grupo, cujos membros são coletivamente responsáveis pelo cumprimento dos objetivos da empresa. A responsabilização, no caso da comunidade de Várzea, é conjunta, isto é, agentes e comunidade se comprometem com o desenvolvimento local. Desta forma, reforça-se o entendimento de que o empreendedor social não depende de um único sujeito, mas da mobilização de um grupo, uma rede ou aliança entre organizações, entre empresas e o governo, cuja finalidade principal é lidar com problemas sociais (GALERA; BOZARGA, 2009).

Uma declaração formal de missão social apenas pode ser identificada em relação aos agentes de fomento que atuaram na comunidade. Apesar de não conhecer formalmente tais declarações, as agricultoras mostram-se cientes das propostas dos projetos. Os valores percebidos pela comunidade materializam-se na percepção das melhorias estruturais e profissionais. Percebe-se a grande força tangencial dos valores para a comunidade, expressões que são valorizadas não apenas pelo aspecto verbal, mas sobretudo, processual e material das declarações dos projetos. Os exemplos da eletrificação, abastecimento, armazenamento de água, irrigação, associação e a padaria comunitária mostram que são a síntese da percepção dos valores, da visão e da redução da vulnerabilidade econômica e são sintetizados no Quadro 9.

Quadro 9 - Síntese dos achados empíricos na categoria Propósito Social - -- contexto de Várzea Nova dos Oliveiras, em Pombal

CATEGORIA	INDICADOR	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
PROPÓSITO SOCIAL	Declaração da missão institucional	Conhecimento do propósito central, mas não das diretrizes detalhadas
	Valores	A partir da reestruturação do campo Profissionalização da atividade rural Melhoria dos produtos cultivados Melhor espaço para trabalhar
	Alcance de objetivos	Reestruturação da comunidade (eletrificação, abastecimento, armazenamento de água, irrigação, associação, padaria comunitária)
	Atuação	Novas oportunidades de renda Elaboração de novos produtos: bolos, doces e hortaliças

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Apesar de não existir uma sistemática formalizada para o alcance dos objetivos na comunidade, as agricultoras, tacitamente, interagem nesse processo, anotando os pontos principais do objetivo e de seus desdobramentos. De acordo com Nassif, Prando e Consentino (2010), a atuação do empreendedor social é vista como apoiada por um grupo, cujos membros são coletivamente responsáveis pelo cumprimento dos objetivos da empresa. A responsabilização, no caso da comunidade de Várzea, é conjunta, isto é, agentes e comunidade se comprometem com o desenvolvimento local. Desta forma, reforça-se o entendimento de que o empreendedor social não depende de um único sujeito, mas da mobilização de um grupo, uma rede ou aliança entre organizações, entre empresas e o governo, cuja finalidade principal é lidar com problemas sociais (GALERA; BOZARGA, 2009).

4.1.5 Áreas críticas de atuação

De acordo com os relatos, os motivos que levaram a comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras a ser beneficiada pelos projetos sociais apresentam uma junção de fatores críticos da comunidade com condições organizacionais mínimas.

De acordo com relatório do projeto Cooperar (2014), os indicadores socioeconômicos destacavam que o Estado da Paraíba era excepcionalmente pobre, mesmo para os padrões nordestinos: 55% da população era considerada pobre (em comparação com 22% em âmbito nacional), e 2/5 das famílias paraibanas ganhavam menos da metade do salário mínimo por mês, o que correspondia a US\$ 202. Em 2003, somente 32% das residências da Paraíba tinham acesso à água encanada, 57% dispunham de algum tipo de esgotamento sanitário e 64% tinham acesso à eletricidade. Para o Brasil como um todo, esses percentuais são respectivamente de 58%, 72% e 82%, e para a área urbana da Paraíba são 88%, 95% e 99%. A taxa de analfabetismo atingia 22% da população com 15 anos ou mais, em comparação com 18% para o Nordeste e 9% para o Brasil. O estado da Paraíba por sua vez, apresentava índices muito baixos em relação à infraestrutura das famílias, além de apresentar índice de desenvolvimento humano inferior a 0,058 (COOPERAR, 2014).

Apesar desse cenário, a escolha das comunidades beneficiadas com os projetos leva em consideração toda a organização burocrática delas e nem todas possuem assistência suficiente ou mesmo interesse para tal. A comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras foi feliz neste aspecto, pois desde 1994 já estava legalizada, mas esta não é a realidade de outras comunidades na Paraíba. Isso se evidencia na fala da presidente da associação, pois, de acordo

com Solange, um dos recursos da Pastoral para estruturação física da padaria comunitária atrasou um ano após aprovação do projeto, pois outras comunidades que também foram contempladas não tinham as documentações necessárias. Sendo assim, este contexto de desenvolvimento comunitário necessita de um repensar das formas de beneficiamento, pois, apesar da notória precariedade de muitas delas, não há meios burocráticos que facilitem a sua legalização, seja por falta de lideranças ativas nas comunidades ou pela negligência das autoridades políticas locais.

Apesar de não se ter acesso aos números do IDH recentes, as falas dos entrevistados reforçam que houve melhorias significativas após a atuação dos projetos: a rede elétrica, a água encanada, o aumento e a diversificação da produção, a criação de vias de acesso mais rápidas até a cidade de Pombal, as capacitações e o transporte escolar são sinais que indicam a redução da precariedade da região. Galera e Borzaga (2009) acreditam que hoje vivenciamos um contexto de novas formas de apoio às emergências sociais e que o empreendedorismo social auxilia o governo no papel de diminuição da vulnerabilidade econômica. De acordo com Haugh (2005), o empreendedorismo social desenvolve o contexto ambiental, aprimora o reconhecimento de oportunidades e inovações intraorganizacionais, organiza a comunidade, modifica os modos de produção, melhora a educação, formação e o processo de aprendizagem das comunidades.

A partir das falas das agricultoras e de acordo com os postulados teóricos adotados preliminarmente, a categoria de área crítica de atuação apresentou indicadores cuja manifestação se confirma na fala das agricultoras. Elas não demonstram ser leigas no que se refere às razões de escolha e às atividades desenvolvidas, sendo pontuais em sua percepção do motivo que levou os projetos a escolherem a comunidade de Várzea Comprida.

Atuar de forma a reverter quadros de vulnerabilidade econômica e social parece se materializar como um dos principais pilares do empreendedorismo na região. De acordo com a presidente da associação, as ações dos projetos devem ser continuadas. E esse é um dos grandes dilemas enfrentados pelas agricultoras: a não perenidade dos projetos. Todavia, há de se discutir até que ponto realmente um projeto deve oferecer recursos para uma comunidade. Parece existir uma zona nebulosa que dificulta a visualização dos principais motivos que levam a esta necessidade de acompanhamento constante. Eis algumas falas consideráveis:

Os projetos aqui às vezes demoram a liberar recursos porque algumas comunidades demoram a enviar a papelada toda. O nosso não, é tudo certinho. Solange tem tudo organizado na associação, mas aí como as outras não são, a gente fica esperando, pois o dinheiro só sai todo de uma vez para todo mundo. (Nem, agricultora).

Nós queríamos que a Pastoral ficasse sempre conosco, pois eles nos ajudam muito. Eles já estão conosco há mais de 10 anos, o projeto ia acabar, mas aí nós pedimos que eles ficassem um pouco mais aqui para nos ajudar. Mas eles estão para encerrar o projeto pois já ficaram muito tempo aqui. Vai ser uma pena, pois nós sempre precisamos de apoio dessas entidades, é difícil caminhar com as próprias pernas, apesar de ser necessário. (Solange, presidente da associação).

Seja por uma certa morosidade na redução dos riscos ou por um possível comportamento passivo em relação ao “andar com as próprias pernas”, a percepção da necessidade constante de assessoria e suporte pode levar, precipitadamente, a uma percepção de aparente conformismo e o entendimento de que sempre se precisa de ajuda de alguma organização para que se possa produzir eficientemente.

Deve-se considerar ainda o elemento da coesão social na comunidade, o qual pode gerar e, ao mesmo tempo, desenvolver o potencial integrador e o diálogo possível entre interesses diversos. As agricultoras entram em cena no ambiente de diálogo, de maneiras distintas, levando consigo demandas acumuladas de processos históricos de pobreza.

Ao incorporá-los no desenvolvimento rural, portanto, deve-se adotar estratégias específicas de promoção de recursos de forma sustentável. O problema não se resolve apenas com o estímulo e com a participação dos atores sociais, mas com a combinação entre maior protagonismo e promoção de um empreendedorismo social claramente orientado para inclusão dos mais pobres e mais excluídos na geração de renda e bem-estar (SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015; BUTTO et al., 2014; DESS, 1998). Para isto, é fundamental considerar que as mulheres rurais não representam um bloco homogêneo, mas incorporam outras desigualdades sociais, especialmente as de cognição, de nível de instrução, de cultura e de mobilização social.

De acordo com Defourny e Nyssens (2010) e Barski (2015), o empreendedorismo social transforma os atores sociais em agentes proativos, que conseguem desenvolver suas ações com o apoio de entidades de fomento. Todavia, qual a duração deste apoio? Quem define este tempo? Se, por um lado, a responsabilidade for delegada às entidades de apoio, como saber se as comunidades assistidas estão em condições de continuar o trabalho sozinhas?

Por outro lado, se a decisão for capitaneada pelas comunidades, até que ponto estarão sendo sinceras em afirmar que (não) precisam da continuidade da ação das entidades de fomento? Aqui talvez fosse necessária a atuação de um terceiro agente, com funções de fiscalização, mas também de orientação, desvinculado a ambos os lados, para verificar a real

condição de (não) continuidade das ações junto à comunidade assistida. Esta lacuna não é identificada nos pressupostos teóricos que balizaram a fundamentação deste trabalho.

Quadro 10 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto de Várzea Nova dos Oliveiras, em Pombal

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
ÁREA CRÍTICA DE ATUAÇÃO	Razões de escolha	A vulnerabilidade econômica, geográfica e climática Dinâmica da comunidade Escassez de água e de recursos. Existência de uma associação
	Ações desenvolvidas	Infraestrutura Produção Eletrificação, abastecimento, armazenamento de água, irrigação, associação, padaria comunitária
	Melhorias percebidas	Maior atuação das mulheres nas comunidades Novas formas de renda, politização da comunidade Aprendizado, liderança, profissionalização, Empreendedorismo coletivo, melhores condições de vida Necessidade de continuidade dos projetos

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

4.1.6 “Novas” relações com o Estado?

O protagonismo do empreendedorismo social em Pombal não pode ser entendido de forma isolada, mas como uma rede de apoio às pequenas comunidades que precisam de uma liderança atuante, de uma comunidade dinâmica e de abertura das entidades políticas locais.

Melo Neto e Froes (2002) afirmam que o empreendedor social compartilha tecnologias produtivas, aprimora a sinergia de grupos produtivos e incentiva a participação da população na esfera política, ampliando o espaço público dos cidadãos em situação de exclusão e risco. Autores como Bronzo, Teodózio e Rocha (2012) acreditam que as empresas sociais representam um grande avanço dentro das políticas públicas, resgatando possibilidades de (re)construção de novas formas de relacionamento entre o Estado, o mercado e a comunidade no resgate da cidadania.

Sobre este aspecto, percebemos a importância da atuação da liderança comunitária junto à prefeitura para a obtenção de benefícios. Esta evidência leva a reflexões relevantes. De acordo com a Constituição Federal, o poder público municipal tem o papel de preservar os princípios gerais que regem a Constituição no contexto das cidades, oferecendo condições para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, ouvindo os anseios da comunidade, dentre outras funções. Ou seja, cidadania e dignidade também fazem parte das preocupações

dos prefeitos. É sabido, em nosso contexto histórico, sobretudo regional, do tortuoso caminho da cidadania em nosso país e em nosso estado, sobretudo com a herança no coronelismo histórico que teima em permanecer arraigado na cultura e nas relações de poder.

O prefeito que assumir o poder tem a obrigação de continuar a apoiar a comunidade, eles não podem continuar uma atividade com a gente e parar assim do nada. Como é que ficamos? Não podemos ficar desamparados. Sei que já fizeram muito pela gente, mas a gente ainda precisa do apoio deles, a gente tem que ter os projetos né? E eu não sei como faz, e sei quando tem porque eu me informo, mas escrever mesmo só com eles, com o apoio de Beto também. (Solange, presidente da associação).

A prefeitura é muito boa pra gente, se o outro candidato assumir, a gente fica com medo né? De não continuar com o que fazem hoje, de não dar apoio. Mas Solange disse uma vez que ele tinha que nos ajudar, que era obrigação. Eu não acho que seja obrigação não, porque sempre que tem troca de político ele vai favorecer os deles né?. (D. Bonita, agricultora).

O bom é que sempre temos ajuda nos projetos para chamar recursos pra gente, a padaria está saindo do papel graças às pessoas que nos ajudam nisso [...]. Eu não sei fazer esses projetos não, mas graças a Deus que tem quem faça por nós. (D. Nem, agricultora).

É fato que a comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras foi beneficiada, mas se percebe uma linha tênue entre o papel do prefeito e uma possível manobra política que enclausura o cidadão ao partido A ou B. É notório que a comunidade está se capacitando, produzindo e isso faz parte de uma melhoria da capacidade da comunidade. Todavia, há algumas pontas soltas neste processo.

Primeiro, a comunidade não elabora os projetos (pois desconhece a forma como são feitos), os quais são feitos pela prefeitura ou seus indicados, como Beto, citado por Solange. Então, apesar de toda a capacidade produtiva da comunidade, ela ainda é dependente da capacidade cognitiva de entes políticos ou de seus indicados. Ainda, não se levam em consideração iniciativas que visem à capacitação intelectual das comunidades. É bem verdade que as comunidades rurais, sobretudo das gerações de pais e avós, não possuem letramento deveras avançado, mas o que dizer dos jovens das comunidades? Será que eles querem ser capacitados para tal? Na entrevista com as agricultoras, é clara a preocupação com a educação de seus filhos, mas poucas são aquelas que desejam que eles vivam do ofício rural no futuro.

Não foram entrevistadas mulheres com filhos adolescentes, mas, de acordo com o relato de suas companheiras, há o engajamento deles em capacitações na área produtiva e não na elaboração de projetos para o campo. Com isso, percebe-se que há uma tendência de condução do conhecimento de forma que a autonomia da comunidade não seja plena, e isso

provoca efeitos sobre o agir cidadão das famílias rurais, que apresentam elevada dinâmica produtiva, mas pouco desenvolvimento em atividades de maior necessidade intelectual.

Outro fator complicador é que uma das características do empreendedorismo social proposta por Dess (1998), Kerlin (2006) e Defourny e Nyssens (2010) não se sustenta para o campo analisado. Segundo os autores, a empresa social complementa ações governamentais visto à escassez de recursos. Para o empreendedorismo na zona rural de Pombal, temos uma situação relativamente inversa: existem recursos próprios para a diminuição da vulnerabilidade econômica, porém há relevante participação de recursos de outras fontes para tal. Logo, no campo das relações com o Estado, não se percebe algo de “novo”, mas uma prática de assistência às famílias rurais, o que não é demérito, mas necessita de uma maior reflexão sobre até que ponto os benefícios devem permanecer nas mesmas regiões.

O delineamento do fenômeno no campo investigado começa a sinalizar que a tipologia adotada (empresa social), a qual mais se aproximou teoricamente com a proposta de estudo, não se adequa harmonicamente, sendo mister uma readequação dos termos ou das categorias investigadas de forma a evidenciar com maior fidedignidade como o empreendedorismo social se manifesta na comunidade. Todavia, ainda é prematuro até aqui propor esta readequação, visto que outras realidades foram investigadas e merecem igual tratamento.

Quadro 11 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado – contexto de Várzea Nova dos Oliveiras, em Pombal

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS	
RELAÇÕES COM O ESTADO	Recursos recebidos	Entidades estrangeiras e políticas públicas nacionais	Projetos e recursos próprios, mas preponderantemente de outras entidades (Estado, Bancos, ONGs)
	Suporte burocráticos	<i>Não se aplica ao entrevistado</i>	Documentos da associação
	Incentivos	Melhoria das condições de vida do campo	Benefícios para a comunidade
	Participação nas políticas públicas	Agente de desenvolvimento	Reivindicações constantes

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O próximo caso revela, de modo semelhante, as potencialidades do empreendedorismo social na comunidade de São Sebastião de Lagoa de Roça. Nesta região, o fenômeno tem mobilizado a comunidade para o desenvolvimento econômico e social da zona rural.

4.2 CONTEXTO E AÇÃO EMPREENDEDORA NA COOPERATIVA PARAIBANA DE AVICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR (COPAF) NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA/PB

Chegou-se à COPAF por meio da lista disponibilizada pela diretoria operacional do Cooperar. Nazaré, presidente da cooperativa, contribuiu com a pesquisa não apenas narrando sua história de vida, mas também indicando outros avicultores para contribuir com o estudo. Apresenta-se a seguir os sujeitos de pesquisa, o contexto e os agentes de fomento. Em continuidade ao caso, apresentam-se as categorias de empreendedorismo social norteadoras da pesquisa na localidade e as análises das dimensões propostas.

4.2.1 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos de pesquisa que contribuíram para esta análise foram a Sra. Nazaré, atual presidente cooperativa; o Sr. Volney, avicultor da região; e Joaquim, representante da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA), entidade de pesquisa agropecuária no Estado da Paraíba.

A Sra. Nazaré, 45 anos, 3 filhos, é filha de agricultores cuja família deu origem a 13 irmãos. É natural da cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, a qual será tratada a partir de agora como “Lagoa de Roça”, visto que é a forma como Nazaré e os demais cidadãos fazem menção ao município. Cresceu em um período no qual as oportunidades de desenvolvimento se localizavam apenas no sul do país. Enfrentou diversos desafios para estudar, pois há 30 anos o acesso ao centro urbano mais próximo (Campina Grande) era difícil: estradas sem estrutura e transportes precários obstaculizavam o anseio daqueles que queriam avançar nos estudos. Antes de empreender no ramo da avicultura, gerenciou uma distribuidora de alimentos em Recife. Em Campina Grande, esteve à frente de um restaurante no centro da cidade. Hoje, juntamente com seu esposo Ednaldo e sua filha Kaellyne, gerencia sua granja, que possui cerca de 4.000 galinhas para a produção de ovos.

O Sr. Volney, 30 anos, solteiro, é filho de pai agricultor e mãe professora. Começou sua trajetória profissional trabalhando no comércio de Campina Grande. Todavia, a violência era iminente, e então decidiu trabalhar na terra da família, embora não com hortaliças, mas com avicultura, devido aos longos períodos de estiagem. Hoje, o produtor cria 400 galinhas

destinadas à produção de ovos, visando desenvolver sua granja a fim de alcançar mil unidades.

O Sr. José tem 52 anos, é casado e pai de 3 filhos. Ele é avicultor há 10 anos, mas iniciou a atividade rural com a prática agrícola, plantando hortaliças, milho, feijão e batata. Devido aos grandes períodos de estiagem, sentiu a necessidade de mudar de ramo na atividade rural, e em contato com demais avicultores da região, decidiu mudar para a avicultura e tem estado satisfeito com a mudança.

4.2.2 Contexto e os agentes de fomento ao empreendedorismo

São Sebastião de Lagoa de Roça é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Esperança, estado da Paraíba. Sua população em 2013 foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 11.495 habitantes, distribuídos em 50 km² de área. Fundado em 1961, está localizado a uma altitude de 641 m. O município de São Sebastião de Lagoa de Roça emancipou-se politicamente pela lei estadual nº 2651 de 20 de dezembro de 1961, com território desmembrado de Alagoa Nova.

Lagoa de Roça há 30 anos possuía uma estrutura precária em relação às estradas. O acesso a centros urbanos apresentava dificuldades no que tange à comercialização do cultivo agrícola dos pequenos produtores. Segundo a Sra. Nazaré, o acesso à educação era precário, e a cidade apenas oferecia o ensino fundamental I. De acordo com ela, “filho de agricultor tinha que se contentar em tentar passar pra estudar no estadual da Prata ou no Anita Cabral localizadas em Campina Grande. Eu fiz esse bendito exame de admissão e passei”. O relato da atual presidente da associação sobre os caminhos e busca pelo conhecimento mostram desafios desde sua juventude.

Foi quando fundaram a escola de jovens e adultos pela igreja e a gente voltou, depois a gente retornou pra Campina pra fazer o científico, indo e voltando todas as noites. Trabalhava de dia e estudava de noite. Tinha o carro da prefeitura que trazia a gente. A gente vinha de rural. O trajeto era terrível, não era asfaltado. Quando você chegava em Lagoa de Roça tinha uma “ladeirinha” assim (mostrando com as mãos bem inclinadas). Na época do inverno, que chovia muito, eram assim, trinta dias sem parar, então aquilo virava um atoleiro, aí a gente pegava ou carro, tinha um carro na frente do atoleiro. Eles traziam a gente até onde tinha o atoleiro, a gente tirava o sapato, subia as calças, entrava no atoleiro, isso de seis horas da noite (risos). Muito sacrifício pra vir pra estudar. (Nazaré, presidente da associação).

Na época da minha mãe e do meu pai estudar era muito difícil, a escola daqui só tinha o primeiro grau, pra chegar em Campina a estrada era muito ruim, ainda mais quando chovia. Eles preferiram cuidar da terra, que era o seu sustento. As idas pra Campina só eram pra negociar o que eles produziam no sítio. Já comigo foi diferente

porque as estradas tinham melhorado. Eu consegui estudar, mas era muito cansativo, saía de manhãzinha para trabalhar no comércio e depois ia estudar à noite, só chegava em casa depois das 10 horas da noite. Nesse meio tempo eu fui até assaltado na estrada. Prefери então mudar e continuar o trabalho da minha família, mas não no cultivo de hortaliças e sim na produção de ovos. (Volney, avicultor).

Eu não tenho o 1º grau, só sei assinar meu nome mesmo e ler alguma coisa, mas Deus me deu sabedoria pra lidar com os apereios da vida (risos) e sempre tive contato com pessoas que conhecem mais as letras, não é? Nazaré sempre traz umas novidades na cooperativa e eu acho muito bom. Meu filho mais velho trabalha comigo, os dois mais novos querem estudar, o do meio quer trabalhar no comércio, a mais nova quer ser professora (risos), mas sempre que dá eles nos ajudam também. (José, avicultor).

Trabalhar e estudar também foi um dos grandes desafios de vida para Nazaré e Volney, que demonstraram persistência, tendo que enfrentar situações adversas para dar continuidade aos estudos. Ela entende que buscar informações era importante, e José confirma tal constatação. Esse entendimento será determinante para a maneira como ela desempenha sua função hoje e como ela percebe o empreendedorismo social.

4.2.2.1 Da associação à cooperativa de avicultura

O primeiro desafio de D. Nazaré foi encontrar algum grupo que já atuasse na avicultura. Ficou sabendo no próprio Sebrae que estava nascendo um grupo na cidade de Esperança, que estava sendo orientado pela EMEPA.

Disseram que estava nascendo um grupo em Esperança. Aí eu fui atrás e estava realmente nascendo um grupo lá junto à EMEPA, que é uma instituição que trabalha com produtos da agricultura, que faz pesquisa. A Embrapa tinha desenvolvido a linhagem e a EMEPA estava colocando em prática. Aí a gente foi atrás disso quando eu cheguei eu fui na Emater e disseram que o grupo ia ser Lagoa de Roça, Lagoa Seca e Esperança. Aí muito atrevidamente eu fui, eu era a única mulher no grupo. Eu queria fazer o curso e eles me olharam meio atravessado porque eu vim do comércio, eu vim de Recife, da agricultura e tudo. Mas aí eu fiz o curso e fui quebrando. Eu não sei se foi por respeito ou se foi por imposição. Porque muita gente me acha autoritária, eu não sou autoritária, eu defendo aquilo que eu quero. Muito deles não podiam investir no aviário porque não tinham dinheiro. Aí eu disse “eu me disponho em ser a cobaia”. Aí perguntaram como começar, aí eu disse que queria começar com mil galinhas. Aí disseram não, a gente quer começar com 200. Duzentas galinhas eu também não queria porque não vai render nada. Porque elas não iam fazer nem sequer 180 ovos e para vender em padaria eu não quero. Aí pelo sim pelo não a gente resolveu colocar 600 galinhas, pondo em risco o meu nome. Aí começaram a produzir muito ovo. E começaram a moer e pra não perder resolvi doar muitos deles, doei na Emater, no São Vicente de Paula. Por mais que eu tivesse trabalhado no comércio era uma coisa nova. Eu não sei porque eu não despertei que a galinha ia pôr tantos ovos e que ovo não dura, o prazo de validade dele é 21 dias. Consegui colocar ainda alguns ovos em padaria e em minimercados dos meus sobrinhos. Onde aceitasse sem nota a gente tava botando. (Nazaré, residente da cooperativa).

A EMEPA é muito boa porque ela dá orientações sobre como produzir melhor, eles trazem o conhecimento e a gente adapta à nossa realidade daqui. Eles são bem abertos pra conversar conosco em relação à produção. Eles me ajudaram até a procurar recursos pra melhorar a minha produção e assim não ter que ficar parado. Eu já estou com um segundo espaço pra usar quando a minha postura terminar. (Volney, avicultor).

No início quando Nazaré entrou no grupo a gente achou meio estranho mesmo né? (risos) ela não era que nem a gente, mas tinha o sítio. Mas com o passar do tempo a gente passou a confiar mais nela [...] ela é meio mandona mesmo (risos) mas do meu sítio cuido eu (risos), mas ela ajuda muito a gente, traz a EMEPA pra cá [...] A postura de ovos não pode ser sempre no mesmo lugar pois as galinhas cavam demais e isso atrapalha o solo. Depois de 6 meses, a gente tem que limpar o galinheiro e tratar para poder receber as galinhas. Por isso a gente tem que outros lugares. (José, avicultor).

A postura de Nazaré na busca por informação é característica dos empreendedores. Percebe-se, nesse sentido, a importância da rede de especialistas que trabalham em favor das comunidades rurais, e mais uma vez o destaque das entidades de apoio nesse processo de desenvolvimento do empreendedorismo na zona rural. Todavia, se por um lado a cultura a incentivou a acreditar na avicultura em virtude de sua trajetória de vida, por outro as barreiras do preconceito também se fizeram presentes. A resistência dos demais integrantes do grupo acompanhado pela EMEPA tinha a intenção de intimidar a participação de D. Nazaré, que não se deixou abater e adquiriu legitimidade, muito em decorrência de seus traços de personalidade, que, sejam autoritários ou não, ajudaram em sua permanência no grupo.

Outro fator que fortaleceu o respeito para com D. Nazaré é que o grupo necessitava de recursos para a aquisição de um espaço adequado para a construção de um aviário. Esse foi um de seus trunfos, pois ela disponibilizou o seu sítio para isso. Todavia, enquanto negócio, era uma situação nova para a D. Nazaré, que se viu em uma situação complicada tendo tantos ovos com prazos curtos para o consumo. Assim, o que ela não se dispunha a fazer teve que ser repensado: apesar de sua visão de futuro não incluir vender para pequenos negócios, como as padarias, ela se viu na necessidade de mudar seu posicionamento, inclusive tendo que doar boa parte da produção.

Concomitantemente à produção de ovos, veio a necessidade da formalização para ampliação dos recursos destinados à avicultura da região. O Sebrae ajudou os produtores nesse processo, como também disponibilizou um veterinário para o acompanhamento da criação. Com isso, a produção se diversificou para a venda também de frango de corte que, inclusive, era mais vantajosa para aqueles produtores que precisavam de um retorno mais rápido sobre o investimento. Em 2008, ocorreu um dos grandes dilemas para D. Nazaré:

Eu disse ao grupo que só ficaria ali se fosse para empreender, para crescer: eu queria vender no Hiper Bompreço, vender no mercado. Muitos deles são resistentes. Outro são políticos. E começou a ter uma rixa, um choque de ideias. Eu queria ir para o comércio e eles queriam ficar naquela mesma situação de levar o balaio toda semana pra feira. Aí comecei em busca de parceiros. Eu fui na universidade, no CEMAR, nos bancos, e isso começou a causar uma disputa interna. Isso começou a me incomodar, eu não era presidente da associação porque eu achava na época que alguém de lá que deveria ser. O presidente deveria ser um agricultor familiar e **quem estava no comando da associação era um vereador** [...]; E nisso começou a se criar uma rixa lá na associação: que eu não mandava em nada lá, que quem mandava era o presidente e que eu queria tomar o lugar dele aí eu disse o seguinte, na hora dessa discussão eu disse que não precisava passar por aquilo, que eu não estava lá para dividir, eu disse no dia que entrar pra dividir, eu saio: “Eu estou saindo hoje”. [...] Quando eu voltei de João Pessoa, se reuniu um grupo e foi conversar comigo, aí eu disse assim: “se você sair a gente tá saindo também”. Eram cinco pessoas de 15 que faziam parte da associação. A diretoria saiu toda, só ficou ele lá [o vereador], aí disseram: vamos voltar, vamos voltar. E eu disse: “não tem condições de trabalhar com este rapaz, ele tem medo de sombra e se ele acha que eu vou querer me candidatar ele está enganado, não existe esta pretensão e eu não quero mais, eu não quero”. Aí eles falaram: “mas e aí? A gente vai ficar à deriva?” Então eu fui no Sebrae e conversei com João Alberto, pois nós devíamos satisfação a quem fomos atrás. Eu disse “João Alberto aconteceu isso e isso e eu estou saindo”. Ele disse que eu não podia abandonar os agricultores e eu disse: “Já abandonei!” Aí ele disse: “não, repense! Forme outro grupo”. Mas aí eu disse: “não vai ser conflitante não? Dois grupos em uma cidade pequena, desse tamanho, um contra o outro”. Ele disse: “D. Nazaré, se eles não querem, se a Sra. não quer ir pra lá, forme outro grupo”. Aí eu disse que ia conversar com os meninos. Daí eu perguntei: “querem formar outro grupo?” Aí eles disseram: “queremos”. Aí eu disse “então vai formar um grupo com o objetivo de comercialização”. (Nazaré, presidente da cooperativa).

Eu fiquei sabendo da fama de Nazaré quando ela saiu da associação. Porque aqui no sítio todo mundo se conhece. Mas quando ela saiu foi quando eu comecei a dar mais atenção para o que ela fazia, fiquei sabendo que eles queriam abrir uma cooperativa e me interessei a participar, porque eu também via nela uma pessoa que buscava a melhoria pra gente, mas eu também não fico parado, eu busco novidades na área, mas é melhor quando as pessoas que estão à frente também vai atrás das coisas. (Volney, avicultor).

O pensamento empreendedor de Nazaré pretendia desenvolver a associação, insistia na ideia de vender para grandes redes de supermercados da região como forma de tornar o produto da (até então) associação mais evidente e também buscava elevar a renda dos associados. Apesar de estar à frente de muitas ações de busca de conhecimento, ela entendia que a melhor representação para uma associação de avicultura era um agricultor vinculado ao PRONAF, não porque ela não tivesse capacidade, mas porque acreditava que a liderança de uma associação de avicultura tem que ser ocupada por um produtor de longa data, que entenda do negócio e viva de tal produção. Ao que parece, o avicultor que fez da criação sua trajetória de vida transmite mais credibilidade, coesão grupal e legitimidade não apenas para os associados, mas também para as entidades de apoio e para o mercado. A representação puramente política para direcionar a organização se demonstrou a menos adequada nesse processo.

Todavia, o líder da associação possui uma força motivacional que envolvia todos os demais participantes, os quais, apesar de olharem com desconfiança no início, viram em Nazaré uma líder que poderia orientá-los para o desenvolvimento de suas criações. A preocupação em agregar valor ao grupo, o poder de mobilização da comunidade para desenvolver a cooperativa, a saga incessante em busca de novas oportunidades de negócio, a habilidade de tomada de decisão e a legitimidade atribuída pelas entidades de apoio foram fatores pessoais decisivos nesse processo. Volney, avicultor de 30 anos e que está na cooperativa desde 2009, assim como José, que conhece Nazaré de longa data, desde muito antes do início da associação em 2003, legitimam a sua capacidade de liderança. Segundo José, a capacidade dela de buscar informações para enfrentar as dificuldades e de unir o grupo foram muito importantes para formalização da COPAF. Uma das oportunidades decisivas para o desenvolvimento da recém-criada cooperativa aconteceu em uma ação do governo estadual. Nessa época, umas das maiores necessidades para o grupo era a construção de um abatedouro comunitário.

4.2.2.2 A odisseia do abatedouro comunitário

Talvez tratar a construção do abatedouro como uma odisseia seja uma afronta à obra original, todavia, resguardadas as devidas proporções e contextos, acredito que se possa encará-la desta forma, de acordo com o relato da presidente da associação. A necessidade de um abatedouro foi bem apresentada por Volney, um dos cooperados:

Porque antes a gente abatia em casa assim, juntava os produtores e fazia o abate manual, só que foi aumentando o projeto, aumentando a quantidade de frango, depois eles não aceitava mais a gente abatesse dessa forma, aí a gente começou a levar pra Esperança, pra o abatedouro que tinha lá, aí abatia deixava já congelado já prontinho pra entregar já, aí eles não aceitava mais porque não tinha a certificação, não tinha a certificação, e tinha que receber o frango com selo de inspeção estadual pelo menos, aí foi proibido, aí todo mundo que tivesse abatedouro de frango teria que entregar com o selo, aí foi aí que a gente viu que se não tivesse ele a gente ia ter que parar e a gente não tinha como criar frango só pra vender no mercado livre, porque tinha que ter a certificação pra gente vender tanto pro governo quanto o mercado, aí a gente conseguiu depois de muita luta fazer este projeto com um valor menor, aí o governo do estado apoiou, o projeto Cooperar também, e a gente conseguiu fazer. [...] A gente fica receoso né? acredito que não é uma atividade que num é voltada pra um grupo só de pessoas, não é voltado só pra Lagoa de Roça, não é só pra minha família, são 82 cooperados se eu não me engano, são 82 famílias do território da Borborema. A gente tem associado, aqui em Lagoa Seca, tem em barra, acho que o interesse do governo era saber que o projeto não era exclusivo, porque tem abatedouro aqui e tem outro em Monteiro, mas pra gente é inviável sair daqui pra abater um frango em Monteiro, e até o desgaste, acho que ele não suportava o transporte porque ele é diferenciado né? Aí acho que o incentivo era pra fortalecer a agricultura daqui, e as cidades que tão se ligando que tão se associando a gente sabe

que aqui vai ser uma referência né? pra agricultura, que o incentivo deles é saber que o nome deles vai ser divulgado. [...] Porque a prefeitura chegou com o terreno, o Cooperar chega e investe também, o governo do estado investiu também, eu acho que foi o que eles precisavam pra sinalizar pra o agricultor “olha, ei, tô apoiando aqui também”, a gente deu um pontapé inicial porque se a gente fosse esperar pelo BNDES ou tentar com o próprio dinheiro do bolso do agricultor é um valor muito alto, milhões pra um agricultor, mesmo sendo para 82 agricultores é um investimento muito alto, é um investimento alto, acho que foi um incentivo que a gente precisava, acho que agora tá dependendo mais da questão da finalização, ter caminhões com refrigeração pra fazer entrega, essas coisas que tá concluindo, mas acredito que o mais difícil já foi, a estrutura que a gente tem ali era a parte mais burocrática né? não é fácil conseguir o restante, mas acredito que só a gente conseguir abater de tá com esse SIF, e futuramente já com selo federal, podendo entregar em outros estados, a gente sabendo que já tá né? falta só a questão de transporte pra fazer a parte da entrega, mas acho que o pontapé já foi iniciado, né?. (Volney, avicultor).

Quando Ricardo Coutinho entrou no poder naquela visita dos 100 dias há 6 anos atrás ele fez uma visita em vários municípios e tudo mais, aí a gente falou com ele, botou uma carta no bolso do paletó dele e pediu pra ele ler, isso tudinho que eu tô dizendo pra você a gente colocou na carta. Dissemos que tínhamos uma atividade bem interessante e já tinha estudos e mais estudos da EMBRAPA, da EMEPA, que a solução para o semiárido aqui da gente, porque o pessoal não tem terra, nem tem água, o que tem mais hectares, tem 5 hectares. Aí mostramos tudo isso pra ele, e ele foi sensível e mandou um secretário nos visitar, o secretário executivo de planejamento. Aí ele telefonou, marcou uma reunião com a gente, preparamos e recebemos ele, foi quando ele disse: “o que é que vocês querem?” Nós dissemos que queríamos um abatedouro. Mas abatedouro é muito caro [disse o secretário], então eu disse: “ou é isso ou a gente não quer nada”. Ele olhou pra minha cara e disse: “Como não quer nada?” A gente já sabe criar, a gente já tem ovos certificados, os ovos já estão nos supermercados e a gente tem o frango pra colocar no mercado, e nós precisamos do abatedouro pra isso, se não for isso a gente não quer ajuda nenhuma. Aí ele disse: “bem eu não posso dizer nada a vocês, eu vou levar a proposta para o governador”.

E na prefeitura local não existia apoio, o que existia era perseguição. Isso tudo por causa do vereador da antiga associação. Agora hoje ele queria estar com a gente e não está. Antes ele tinha medo de eu tomar o lugar dele, hoje ele quer estar conosco e nós não queremos, porque ele é uma laranja podre, e a laranja podre pode contaminar as outras. Aí Ricardo Coutinho foi sensível com a gente e marcou uma reunião com o secretário do planejamento. (Nazaré, presidente da cooperativa).

Percebe-se aqui que as disputas políticas agem como indutoras e também como complicadoras do fomento ao empreendedorismo social. No âmbito local, a prefeitura foi contra a cooperativa, muito em razão da influência do antigo presidente da associação, da qual todos os associados foram gradativamente saindo e se inserindo na COPAF. A doação do terreno foi uma forma de mostrar a cooperativa que a prefeitura queria apoiá-los. Na verdade, a prefeitura não queria perder o potencial produtivo da cooperativa, já que outra cidade (Esperança) tinha interesse em ceder terreno para o grupo. Entretanto, a doação do terreno irá revelar intenções duvidosas do município, como se percebe nas falas seguintes da presidente da associação. Em contrapartida ao governo municipal, o governo estadual demonstrou legítimo interesse no desenvolvimento do grupo, não por possuir recursos plenos, mas

primeiramente por enxergar uma cooperativa comprometida com a produção e por ter recursos do Banco Mundial para a construção do abatedouro.

O abatedouro, por sua vez, demonstrou ser o primeiro grande passo para a certificação dos frangos. Abater nas casas não garantia a expansão da atividade para os avicultores, a necessidade de investimento era iminente, mas a vulnerabilidade econômica impedia o avanço da construção. Aqui se percebe a grande importância da intervenção governamental para o desenvolvimento das comunidades rurais, sobretudo no que tange ao seu potencial de desenvolvimento social. A reunião dos representantes da COPAF com o governo do Estado proporcionou não apenas a consolidação dos recursos, mas também uma ampla análise do fenômeno do empreendedorismo social.

Aí marcaram essa reunião em João Pessoa, fomos em dez, aí ele chamou todos os secretários e tava o Cooperar [...] Aí ele [o governador] disse: “quem tem dinheiro para ajudar esse pessoal?” Todos os secretários diziam que não tinham verba para nos ajudar, aí o Cooperar disse: “eu tenho”. Aí Dr. Roberto Vital disse: “eu conheço vocês, não conheço as pessoas, mas conheço a história, porque vocês receberam uma visita lá duas vezes, uma comissão do cinturão verde, fui eu que mandei. E nós não sabemos porque vocês não vieram atrás da gente”. Foi quando eu disse: “porque até então nós pensávamos que quem tinha vez era parente de deputado”. Mas aí ele disse: “Não, mas agora está diferente, está mudado, a gente mostra a nossa conversa diretamente com o produtor, a gente mostra a necessidade deles. Agora é com vocês”. [...] Aí Dr. Roberto disse: de quanto vocês precisam? Aí nós dissemos: “1 milhão de reais”. O Cooperar só financia 50 mil dólares, então eu disse: “não dá nem pra começar”. Aí discussão vai, discussão vem, 7 caneladas eu dei pra João Pessoa por causa desse projeto. Íamos eu a vice-presidente e o presidente, que era um agricultor. Aí estávamos nessa luta eu e ele, eu e ele. Até pra ir pra feira na Emater de madrugada toda semana era eu e ele. Meu esposo não podia ir porque ele ainda estava na ativa. Ele passava por aqui com a caminhoneta carregada de frango e de ovo, mais de ano nessa peleja, vendendo em todo canto. Aí fomos conversar com Dr. Roberto Vital e ele disse: “1 milhão não sai, mas vamos ver se sai 500 mil, vamos ver se a gente consegue convencer o Banco Mundial”, aí eu disse: “leve o Banco Mundial lá”. [...] A gente tinha conseguido o terreno com a prefeitura, que tínhamos conseguido antes da briga interna. Além disso tinha a cidade vizinha, esperança que estava interessada em doar um terreno pra gente, daí o prefeito de Lagoa de Roça na época decidiu doar o terreno para que o abatedouro fosse na cidade de Lagoa de Roça. Aí depois de muita discussão com o Banco Mundial, eles liberaram, aí vamos pra ponta do lápis e planilha com Galba. Ele disse: “dá pra gente fazer, não dá pra encerrar, a gente pega o projeto na metade mas só dá se a gente construir, se botar uma construtora não dá, nem pra 70%, vamos encarar?” Eu disse “vamos embora. Esse dinheiro só dá se a gente construir”.

Dr. Roberto Vital: “Como que vocês vão construir sem uma construtora?”

Nazaré: “a construtora leva 40%, quantos sacos de cimentos, quantos tijolos isso não poderia ser?”

Dr. Roberto Vital: “Nunca que o Banco Mundial irá permitir isso, como é que vocês vão assinar carteira, contratar engenheiro, e essas coisas todinhas?”

Nazaré: “A gente contrata, a gente faz tudo, de mestre de obra a tudo que o senhor imaginar a gente faz. Confie na gente.”

Dr. Roberto Vital: “Marca a reunião com o Banco Mundial!”

Chegou lá e o cara do Banco Mundial disse assim pra ele: “você é louco? Você está querendo confiar meio milhão de reais na mão de agricultor familiar?”. E ele disse na minha cara porque americano não tem isso não. Então eu disse: “confie na gente”.

“Se não acontecer vocês têm como devolver o dinheiro?”

“A gente tem, eu tenho a minha casa que vale mais do que isso”.

Aí foi em cima, foi em baixo e a gente começou. Aí veio a primeira parcela. Aí a história começa agora. Aí o que acontece: tem a terraplanagem, quando a gente colocou a máquina dentro do terreno, o terreno era um lixão há 30 anos atrás, aí o terreno fez isso (movimentando as mãos pra baixo) afundou. (Nazaré, presidente da associação).

Eles tiveram que cavar muito porque era um lixão ali. Eu estava meio desconfiado se isso ia sair mesmo, mas como eu via todo mundo ajudando, eu ajudei também. Quando todo mundo está junto as coisas saem mais fácil, né? Toda vez que Nazaré voltava trazia novidades das reuniões. Ela dizia que eles estavam negando as coisas, mas que ela ia insistir até conseguir e contava com nosso apoio. (José, avicultor).

O governador tinha a clara intenção de ajudar os cooperados, todavia nenhuma ação é desinteressada: o esforço demonstrado representou uma ação velada de interesse para a próxima campanha de reeleição, a qual iria ocorrer no mesmo ano. As ações junto à COPAF iriam evidenciar o governo para a toda região metropolitana de Esperança, até porque a cooperativa reúne diversos agricultores (mais de 80 famílias atualmente). Logo, o potencial de votos daquela região seria relevante para a candidatura do governador. É claro que tais intenções não são explícitas, mas a história do nosso país está repleta destas ações, em que a iminência das eleições acaba por despertar o lado mais “social” das políticas de governo.

Ainda em relação ao apoio das entidades públicas, e como já indicado antes da fala de Nazaré, a doação do terreno, apesar de aparentar boas intenções, teve um intuito velado de prejudicar a construção do abatedouro, pois, afinal de contas, o terreno destinado outrora para um lixão seria um fator complicador e provavelmente atrapalharia a construção, podendo minar, assim, o desenvolvimento da cooperativa. Nazaré acredita que a escolha do terreno tenha sido, no mínimo, influenciada pelo vereador presidente da antiga associação, mas como não há provas, fica-se apenas com o benefício da dúvida.

Mais uma vez, o posicionamento incisivo da presidente da associação foi determinante. O compromisso com a associação e o ato de assumir o risco de perder sua casa foram notórios na fala da entrevistada. O uso recorrente da expressão “confie na gente” levanta significados que foram transmitidos por D. Nazaré. O confiar resgata a palavra dada na cultura das famílias rurais, representando o compromisso fidedigno com as convicções e com a necessidade de garantir as chances de sobrevivência em meio às oportunidades, além de demonstrar o apelo mediante a vulnerabilidade econômica das famílias. Nazaré não representava apenas a COPAF, mas todas aquelas famílias que precisavam do abatedouro para melhorar a qualidade de vida. Por fim o confiar também se refere à construção de laços de

longo prazo que levam a uma necessidade de acompanhamento constante entre comunidade e entidades governamentais.

Outro ator social que se destacou no desenvolvimento do projeto do abatedouro comunitário foi Galba Falcão Aragão, professor do IFRN, especialista em gerenciamento de projetos, atualmente afastado para desenvolvimento de pesquisa de doutorado, segundo D. Nazaré. Todo o desenvolvimento escrito do projeto foi feito e refeito por ele, bem como todas as adequações para atender a legislação vigente, os aspectos técnicos, até mesmo em aportes estruturais que vieram a ser desenvolvidos em seguida, como na estação de tratamento de águas, que foi necessária para a obtenção das primeiras certificações.

Apesar de uma possível intenção de prejuízo à cooperativa, o efeito foi o inverso, uma vez que uma mobilização ainda maior foi desencadeada, reverberando da direção da cooperativa para a comunidade, em um efeito de completo engajamento social e de fortalecimento relacional com as entidades de apoio que puderam confirmar com maior ênfase o compromisso do fazer e do concretizar da COPAF. A construção do abatedouro é a prova de tal constatação desta pesquisa de tese.

4.2.2.3 A construção do abatedouro comunitário

A construção do abatedouro foi um dos relatos de maior notoriedade da mobilização da comunidade em prol do bem comum. As ações desenvolvidas demonstram a competência da liderança da cooperativa, mas também evidenciam a cultura das famílias do interior prontas para o trabalho e para a ação.

Aí o que acontece, a gente fez as contas, se a gente plantasse a laje, saía mais barato do que aterrar, aí a gente resolveu fazer a laje. Mas como é que a gente vai fazer 400 e tantos metros de laje num dia só? Aí fizemos um mutirão, todos os cooperados. A gente fez uma reunião, contamos a história, a gente não tinha dinheiro pra pagar pedreiro. [...] Foram 49 homens trabalhando na laje e as mulheres na cozinha. Meu sobrinho emprestou aquela máquina que faz concreto, era uns fazendo na máquina e outros na mão. Fizemos uma fila indiana pra carregar os baldes com cimento porque era bem mais rápido. Fizemos um café da manhã grande, com cuscuz, com ovo com pão, com suco, café, leite, com tudo que você possa imaginar. [...] Quando a gente terminou era dez e meia da noite. Foi de 5 da manhã a 10:30 da noite. Aí terminamos o abatedouro aos trancos e barrancos. Começamos a construir em 2011 e no final de 2011 ele estava pronto. E o abatedouro foi inaugurado em 2014. Foram três anos de muita luta, de prestação de conta, de tribunal em cima. O Banco Mundial não cobrava, quem ficava em cima era o Cooperar, a engenheira é que ficava em cima o tempo todo. (Nazaré, presidente da cooperativa).

Foi um dia cansativo, mas que foi muito bom, todo mundo lá junto construindo, daí a gente olha pra lá e a gente se sente dono também, todo mundo ajudou a construir né? Eu, minha esposa, meus filhos estavam lá, os meninos comigo ajudando na laje

e minha filha e minha esposa na cozinha ajudando na comida. Ali eu vi que as coisas iam andar, tava tudo dando certo mesmo que demorado pra sair. (José, avicultor).

A organização grupal é fundamental para o enfrentamento das dificuldades vividas pelas comunidades, visto que ela propicia a participação social nas decisões e proporciona aos sujeitos melhores condições de vida por meio de medidas produtivas e de coesão social. Tal mobilização pode ser entendida como um processo que suscita a elaboração de ações que procurem promover a participação visando ao aumento da atividade de indivíduos e comunidades, a eficácia política, maiores chances de justiça social e a melhoria da qualidade de vida. A mobilização comunitária sinaliza passos relevantes na trilha da transformação social.

De acordo com Frantz (2012), o mutirão é entendido como uma estratégia que deve ter como resultado o aumento da capacidade dos indivíduos e coletivos para definirem, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas, além de desenvolverem a capacidade de analisar criticamente o meio social e político.

Seria equivocado afirmar que a ação de construção do mutirão em Lagoa de Roça pode ser entendida como de fomento à capacidade dos indivíduos de analisarem criticamente o meio político da região, até porque ainda se vivencia na cidade a forte cultura do coronelismo nas campanhas políticas da região. É certo que não se pode limitar a racionalidade política apenas a períodos eleitorais, todavia são momentos nos quais as intenções e pensamentos ganham forma por meio das manifestações sociais e, portanto, são aqui utilizadas como forma de referenciar o pensar político.

As entrevistas feitas com D. Nazaré ocorreram em período de campanha para a prefeitura da cidade, e durante a visita ao sítio da presidente da cooperativa, foram observados comentários sobre as candidaturas locais. Muitos dos comentários retratavam a continuidade de famílias tradicionais, a violência para os que se lhes opõem e a manipulação das massas. Em conversa com demais trabalhadores do sítio e com membros da família, a presidente diz:

Não entro na política porque não vale a pena, como vocês sabem já se matou e morreu por causa dessas brigas pra prefeito. Agora eu não voto em porque já estão no poder há muito tempo, e também não voto em porque isso só mostra uma mudança de prefeito, mas que na prática não tem mudança. Eu irei votar em, apesar de saber que ela não vai ganhar, mas precisamos mostrar que há pessoas que pensam diferente em Lagoa de Roça. (Nazaré, presidente da associação)

Rapaz, a política daqui é complicada. Tem sempre o povo que vende o voto né? Eu já fiz isso, e falo com vergonha. Mas hoje não faço mais, porque é muito ruim pra todo mundo. Mas ainda tem gente que vende, e que tá na cooperativa, você acredita (risos)? A gente fala, fala, mas não tem jeito. Mas eu acho que tá mudando sim, só que demora, né?. (José, avicultor).

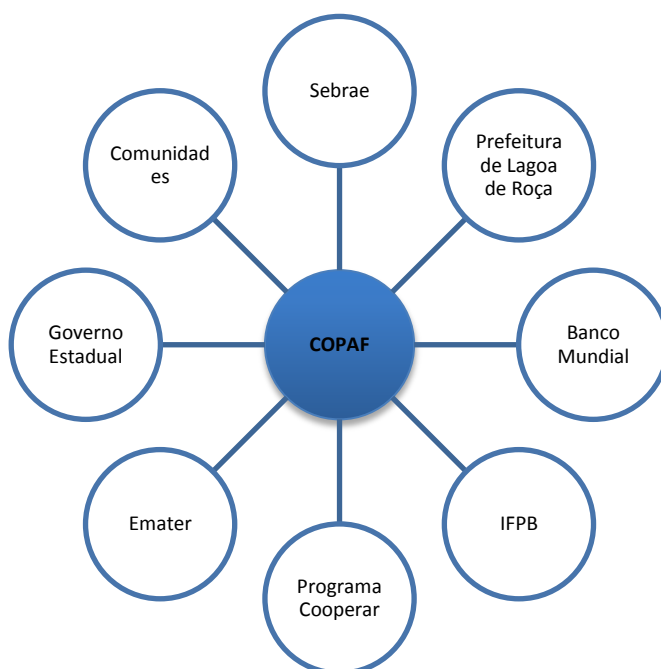
Durante a fala da presidente, foi percebido que muitos dos trabalhadores acenavam positivamente com o que ela dizia, talvez não por suas convicções individuais, mas pela conveniência do momento. Tal análise não cabe necessariamente nesta tese, mas sinaliza que a ação política, crítica ou não, afeta o cotidiano dos sujeitos e da COPAF. A ação comunitária leva à mudança de postura em relação às convicções políticas, e o agir comunitário leva os sujeitos a refletirem sobre suas capacidades de ação sobre o lugar onde vivem, não apenas modificando a geografia do lugar, mas sobretudo mudando a sua forma de pensar e de ver a política, por exemplo.

Esta transformação é processual e ocorre a longo prazo. As raízes culturais do coronelismo e seus impactos sobre o imaginário social ainda são resistentes, porém passíveis de mudança. Essa transformação é condicionada por um agir social, não apenas no que tange aos sujeitos de uma comunidade, mas também pelo envolvimento de outras entidades. As trajetórias de criação da cooperativa e da construção do abatedouro indicam a atuação de diversos agentes na sustentação do empreendedorismo social na região.

4.2.2.4 As entidades de fomento

A rede de apoio em São Sebastião de Lagoa de Roça possui diversas ramificações, envolvendo, principalmente, agentes públicos de comento ao empreendedorismo social. Na Figura 7, ilustram-se os agentes que atuam na COPAF:

Figura 7 – Agentes de fomento atuantes na COPAF



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Estes agentes fomentam o empreendedorismo a partir de ações intimamente relacionadas à fundação da cooperativa e à construção do abatedouro, que, por sua vez, remetem às dimensões adotadas na fundamentação teórica (consciência cidadã, missão social, atuação em áreas críticas e novas relações com o Estado): o Banco do Nordeste e o governo federal por meio da concessão do Pronaf como forma de desenvolvimento do meio rural; o IFPB por meio da elaboração dos projetos que foram desenvolvidos, tanto do abatedouro como da estação de tratamento de água; o governo do estado com os recursos para a estação de tratamento; o Banco Mundial e o Cooperar com a construção do abatedouro; as comunidades que trabalharam da obra; a Emater com as pesquisas de avicultura e de melhoria das práticas de criação; e o Sebrae com as ações gerenciais e de formalização da cooperativa.

O protagonismo das entidades de apoio forma uma rede que leva a considerações importantes na análise das dimensões do empreendedorismo social, sobretudo naquelas que se evidenciaram em relação ao caso da cidade de Pombal: a participação comunitária e a missão social.

4.2.3 A participação comunitária

Aqui, mais uma vez, em relação à consciência cidadã, percebe-se a ênfase na participação comunitária, o ativismo social da liderança, engajando os demais avicultores nas mais diversas atividades coletivas.

Na conscientização da comunidade, trabalhou-se o grupo, o bem comum da atividade produtiva. Isso fez enorme diferença no trabalho grupal, pois redimensionou as possibilidades de ações transversais. Nesse sentido, a organização grupal mostrou-se efetiva e necessária para que houvesse a consideração da perspectiva do que é, ou deve ser, coletivo, reconhecendo-o como legítimo, o que caracteriza um encontro dialógico o qual pressupõe que a comunicação entre os sujeitos é o caminho para o desenvolvimento de recursos pessoais, sociais e materiais (JOVCHELOVITCH, 2011). Laços de confiança são fortalecidos a partir da construção conjunta de um sonho comum, em uma perspectiva de longo prazo, que, apesar de não terem sido gerados pela atividade empreendedora, são, de forma complementar, nutridos por ela.

A ação em comunidade valoriza mais a atividade, valoriza mais a sua família, as vezes você tá na atividade mas num tá envolvido só, eu tô aqui mas minha família tá lá cuidando, se chega gente pra comprar ou tiver algum problema eles tão lá tomando conta, é a parte que a família á junto, direto ou indiretamente tá todo mundo envolvido. (Volney, avicultor).

Apesar do terreno fértil para o desenvolvimento da cidadania, existem desafios a serem enfrentados. Todavia, o embate político local pode agir como uma espécie de catalisador que acelera a velocidade do agir cidadão, não com base em discursos feitos em palanques públicos, mas por meio da ação de ajudar o outro, da reciprocidade para o trabalho.

Enquanto processo, a postura cidadã plena proposta por Marshall e Bottomore (2004) toma corpo por meio de lentes diferenciadas, A cultura coronelista de décadas não pode ser ignorada, pois está arraigada no seio das famílias, desafiando a conscientização política que é necessária para a ação cidadã plena. Contudo, não há como negar que a postura dos cooperados apresenta aspectos de uma promissora politização, pelo menos no que tange a assuntos específicos de seu contexto: a avicultura.

Quadro 12 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto da COPAF, em São Sebastião de Lagoa de Roça

CATEGORIA TEÓRICA	INDICADORES	ACHADOS DA PESQUISA – SIGNIFICADOS
CONSCIÊNCIA CIDADÃ	Entendimento de cidadania	Participação na construção do abatedouro
	Papel na sociedade	Bem-estar da família

	Conscientização dos indivíduos beneficiados	Busca por recursos no governo do estado, nas feiras de negócio, nas reuniões da cooperativa
--	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A missão social pode ser entendida desta forma, visto que a cooperativa possui um nível relevante de formalização, com ações sistematizadas a partir do entendimento de uma empresa social.

4.2.4 Missão social

O empreendedorismo social na cooperativa de Lagoa de Roça possui caráter sistêmico, pois não se desenvolve apenas na declaração da COPAF, mas em toda uma rede de apoio de entidades que possuem em comum uma natureza cujo cerne não é direcionado pelo fator lucro, pelo menos não de maneira isolada, e, diferentemente de Lagoa de Roça, possuem um plano de negócios construído sistematicamente para atender as necessidades dos avicultores.

Quadro 13 - Missão das organizações que apoiam a COPAF na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça

Cooperar	Reduzir a incidência da pobreza na zona rural do Estado (COOPERAR, 2016).
COPAF	Produzir e comercializar frangos e ovos caipiras e outros produtos da agricultura familiar, atendendo às necessidades dos nossos clientes e promovendo o bem-estar social e econômico dos nossos colaboradores e parceiros de forma justa, solidária e sustentável.
Emater	Promover o desenvolvimento Rural Sustentável, coordenando, articulando e executando Assistência Técnica e Extensão Rural em benefício da sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Bem-estar social e econômico, redução da pobreza, sustentabilidade e justiça social são palavras de grande significado nas declarações destas missões. Pode-se assumir a cidadania como elemento inicial de discussão do Quadro 8, haja vista a sua amplitude, que pode ser vinculada a todas as demais expressões.

A noção de justiça social deriva da luta pela melhoria das condições sociais daqueles que vivem em situação precária, sobretudo no que tange à diminuição da vulnerabilidade econômica. O abatedouro tem sido um avanço considerável, mas o alcance da justiça social não se faz apenas com a melhoria do processo produtivo, mas da vida das famílias.

A declaração formal de missão social pode ser identificada em relação aos agentes de fomento que atuaram na comunidade. Existe uma sistemática formalizada para o alcance dos

objetivos na comunidade, sobretudo por meio de planejamentos estratégicos da Cooperativa. De acordo com Nassif, Prando e Consentino (2010), a atuação do empreendedor social é vista como apoiada por um grupo, cujos membros são coletivamente responsáveis pelo cumprimento dos objetivos da empresa. A responsabilização, no caso da cooperativa, é conjunta, uma vez que agentes e comunidade se comprometem com o desenvolvimento local.

Pelo fato de terem sido acompanhados de perto por entidades com forte apelo gerencial como o Sebrae, os representantes da COPAF desenvolveram um plano de negócio que cumpre com os requisitos formais; analisando o ambiente interno e externo, as ações de marketing, o controle financeiro e o plano operacional.

Todavia, o empreendedorismo social vai além do plano de negócio, pois leva a um despertar de valores e dimensões que não podem ser limitadas a um plano cartesiano de uma análise SWOT, ou de uma matriz BCG, visto que compreende elementos de fluidez político-social que levam em consideração a herança cultural, as políticas de governo e a mobilização social.

Desta forma, reforça-se o entendimento de que o empreendedor social não depende de um único sujeito, mas da mobilização de um grupo, uma rede ou aliança entre organizações, entre empresas e o governo, cuja finalidade principal é lidar com problemas sociais (GALERA; BOZARGA, 2009).

4.2.5 Áreas críticas de atuação

De acordo com os relatos, os motivos que levaram a comunidade de Lagoa de Roça a ser contemplada com os recursos do Banco Mundial apresentam uma junção de fatores críticos da comunidade com condições organizacionais mínimas. A escolha da comunidade beneficiada com o abatedouro levou em consideração a organização burocrática, toda a composição de membros necessários para a formação de uma cooperativa, os registros documentais etc. A COPAF foi feliz não apenas por este aspecto, mas porque já existia uma rede de produção desenvolvida nas pequenas propriedades de Lagoa de Roça e região.

O abatedouro foi inaugurado recentemente, no ano de 2015, mas as falas dos entrevistados indicam que houve melhorias significativas após a sua construção, embora não creditem tal avanço apenas à construção e funcionamento do local, mas a toda a trajetória da cooperativa, desde seu nascituro até os dias atuais. Isso mostra que a redução da vulnerabilidade é processual e não afeta apenas a questão econômica. No processo de desenvolvimento comunitário, há ações conjuntas advindas de diferentes direções, mas que

convergem no mesmo sentido. O governo estabelece políticas e regulamentos que criam um ambiente favorável para as iniciativas locais. O mercado contribui com o escoamento do processo produtivo. E o terceiro setor (aqui protagonizado pelos avicultores) capacita a comunidade para o desenvolvimento sustentável.

A partir das falas dos avicultores e de acordo com os postulados teóricos adotados preliminarmente, a categoria de área crítica de atuação apresentou indicadores cuja manifestação se confirma. A contrapartida das iniciativas comunitárias aparenta ser condição *sine qua non* para a abertura de possibilidades de atuação das entidades de apoio no desenvolvimento local.

Atuar de forma a reverter quadros de vulnerabilidade econômica e social parece se materializar como um dos principais pilares do empreendedorismo na região. De acordo com a presidente da cooperativa, a ação dos projetos deve ser continuada, e as entidades educacionais possuem grande papel nisso. Um dos grandes dilemas enfrentados pelas agricultoras de Pombal parece se repetir no contexto de Lagoa de Roça: a não perenidade dos projetos. Todavia, há que se discutir até que ponto realmente um projeto deve oferecer recursos para uma comunidade.

Segundo os avicultores, as pesquisas deveriam privilegiar a vivência no campo devido ao potencial que estes lugares possuem para o desenvolvimento do país. E, segundo Nazaré, tal privilégio não se refere à pesquisa e ao registro em si, mas à necessidade de continuidade dos trabalhos acadêmicos nestas regiões. Tal fala alertou o pesquisador sobre a emergência da reversão de algo que já é propagado há muito em nossa sociedade, que, embora se apresente um cenário de mudanças, ainda existem comunidades desassistidas no que tange a um acompanhamento periódico dos centros acadêmicos. Eis as primeiras impressões relatadas pela entrevistada no momento inicial de seu relato:

Eu acho que é enriquecedor. Pois tem que ter coragem pra entrar nesse mundo, a universidade nunca se interessou por esse trabalho, isso dito por próprios professores de lá. É louvável que agora eles estejam abrindo as portas para esse trabalho. Poderia ser bem maior a ajuda, mas o produtor ele tem uma autoestima tão baixa, tão baixa, que ele não sabe aproveitar e não sabe buscar, e aí as universidades que infelizmente não têm um estudo, uma assistência continuada. Então você faz aquele projeto e depois abandona não só no mestrado, no doutorado e qualquer projeto aí, deixe aquilo lá e os agricultores que não sabem levar pra frente, que não são empreendedores, é uma guerra sem fim pra que eles entendam que eles precisam buscar a informação. Existe uma barreira, por exemplo, que eu acho o fim. Tem um agronegócio só para os grandes. Se você tem uma horta e produz pouco você não é agronegócio. E tem alguns sindicatos e algumas ONGs que querem manter o pessoal aí, dizem que eles não são mais familiares, são agronegócio mas mantém ele ali... Palavra bonita né? é empreendedorismo. O Sebrae usa demais, mas não existe a continuidade dos trabalhos. Você faz seu doutorado, estou lhe criticando sem lhe

conhecer, mas veja só, você faz seu doutorado, pesquisa lindo e maravilhoso pra ficar lá na prateleira da universidade. Tem muito disso. Mas agora tão querendo mudar essa história. Tomara que seja sustentável, a universidade se sustenta com dinheiro público né? então ela precisa atender às demandas da sociedade. (Nazaré, presidente da cooperativa).

Eu acho muito importante a atuação da universidade, porque ela pode nos ajudar a melhorar, o problema é que muitas vezes fica só no papel, a gente vê o pessoal vindo, olhando, observando, mas depois nada acontece. Seria bom que acontecesse como na EMEPA, no Sebrae, que o pessoal vem mas age depois. A gente aplica o que aprendeu. (Volney, avicultor).

Universidade? Nunca foram lá em casa não. Acho que eles poderiam ajudar sim, na universidade tem tanta gente que estuda, né? Eles poderiam ir lá no sítio e ajudar a gente a melhorar...O Sebrae ajuda, vai lá, mostra como devo fazer, minha esposa é bem atenta (risos), ela ajuda também. (José, avicultor).

As falas revelam crítica, mas não descrença. Elas expõem com muita simplicidade e objetividade grandes gargalos na eficiência dos estudos desenvolvidos no nosso país. Os entrevistados entendem a importância de se investigar o meio rural, e justamente por isso reforçam que as pesquisas ainda não são eficientes para a comunidade rural, pois não há a continuidade dos projetos. Afirma, ainda, que os agricultores não têm condições de desenvolver sozinhos projetos que não foram construídos por eles, pelo menos não a priori, pois ainda há a necessidade de proporcionar suporte adequado para os agricultores rurais. A atividade agrícola, como dito, requer coragem devido ao árido contexto dos sujeitos. Os conflitos são permanentes, seja com as políticas locais, com a falta de chuva ou com os projetos intermitentes. Tais projetos são muito importantes para o desenvolvimento das comunidades rurais, mas não geram autonomia, pois, no contexto rural, o que se revela é uma necessidade de contínuo trabalho de parceria.

Outro fator complicador é o rótulo investido sobre os agricultores familiares, algo semelhante ao que foi posto na fundamentação teórica deste trabalho a respeito do “sonho americano” e seus imperativos sobre o perfil do sujeito empreendedor (SARAIVA, 2007; COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011; SANTOS, 2007; BRAGA, 2012). A multidimensionalidade do fenômeno impede uma compreensão unilateral do ser. Intitular a atividade da agricultura familiar como agronegócio, segundo a Sra. Nazaré, não contribui para o desenvolvimento dos pequenos produtores.

A crítica sobre as ideias cognitivas aborda também a expressão ‘empreendedorismo’, a qual ainda é estranha para o contexto investigado. Segundo Nazaré, os agricultores familiares da região não são empreendedores, não por incapacidade, mas porque necessitam de um suporte continuado. Entende-se a pertinência da fala de Sra. Nazaré sobre tal fragilidade: ora, tratam-se de famílias que vivem da agricultura por décadas, cujo histórico de busca pela

educação demonstra percalços de longa data que não desmerecem a potencialidade e a capacidade dos produtores rurais. Nomenclaturas elaboradas ou repletas de sistematizações sobre novas formas de gerir o meio rural são naturalmente estranhas para tal público e necessitam de adequação e atuação continuada.

Quadro 14 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto da COPAF, em São Sebastião de Lagoa de Roça

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
ÁREA CRÍTICA DE ATUAÇÃO	Razões de escolha	Cooperativa formalizada Busca incessante da comunidade por alternativas de obtenção de recursos Campanha eleitoral
	Ações desenvolvidas	Construção do abatedouro Capacitação nas formas de criar avinos Sistematização da gestão
	Melhorias percebidas	Maior atuação dos avicultores nas comunidades, Melhorias na captação de renda Aprendizado, liderança, profissionalização Necessidade de continuidade dos projetos Maior atuação das universidades

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

As falas ainda alertam para o papel das universidades através das pesquisas, das dissertações de mestrado, das teses de doutorado, que acabam não sobrepujando os muros acadêmicos. É claro que não se pode generalizar tal impressão, e que as universidades vêm contribuindo com o desenvolvimento do país nos mais diversos campos do conhecimento. Todavia, a região rural de Lagoa de Roça ainda carece de uma atenção mais sistematizada tanto por parte de instituições de ensino como também de outras instituições públicas.

4.2.6 As relações com o Estado

As relações da COPAF com o Estado apresentaram influências distintas em relação ao fenômeno do empreendedorismo social. Diferentemente do que ocorreu em Pombal, Lagoa de Roça apresentou uma realidade em que agentes municipais atuaram negativamente, buscando atender interesses que desvirtuavam o real intuito da associação, pois, segundo relatos, a associação era mecanismo de manobra para manipulação de votos.

O que eles queriam mesmo era prejudicar nossa cooperativa, quem já se viu doar um terreno que foi um lixão? Mas acabou sendo aquela história do limão né? Deram um

limão pra gente e a gente fez uma limonada (risos). Dona Nazaré ficou aperreada, mas ela não esmoreceu não, foi a luta junto com a gente, quando a gente tirou a sujeira que tinha, o terreno parecia um açude seco, uma vala enorme de grande, pense numa fundura (risos). Mas foi até bom, porque a sujeira do abatedouro fica todinha embaixo lá, no subsolo. (José, avicultor).

É bem verdade que a prefeitura doou o terreno, mas o que eles queriam mesmo é que o abatedouro não fosse pra Esperança, porque lá também tinha um terreno pra ser doado. Eu acho que eles queriam que o abatedouro ficasse na cidade pra se valerem dele nas campanhas políticas. (Volney, avicultor).

Isso não quer dizer que a atuação do governo do Estado, em outra mão, tenha sido isenta de interesses pessoais, entretanto, houve sensibilidade em relação a uma causa coletiva, o que não pôde ser vislumbrado na relação com o governo municipal a partir dos relatos. Apesar de o município ter ajudado com a doação do terreno para a cooperativa, este possuía um grande complicador: o fato de ter sido outrora um lixão, o qual foi omitido pelo poder público local, intencionalmente ou não.

As ações aparentes e não aparentes indicam que as relações de poder também são fatores que devem ser considerados nas interações com o Estado. Os significados aparentes, não aparentes e outros mais difusos acabam por agir sobre essas relações com a cooperativa, fortalecendo ou minando laços com entidades públicas. A ação da doação do terreno em Lagoa de Roça faz resgatar temas ligados ao poder.

Há diversas formas de se estudar o poder. Dependendo da lente que se use para analisá-lo, seu estudo poderá abordar aspectos constitutivos do fenômeno: suas manifestações aparentes, seus aspectos ocultados, seu caráter individual, abstrato ou mesmo advindo de uma coletividade. Pfeffer (1994) estuda o poder sobre uma perspectiva organizacional, de interação entre seus atores, por meio de rupturas com as normas por meio do comportamento e das ações visíveis. Já Bourdieu (2000) estuda o fenômeno sob uma lente bidimensional, analisando o poder não aparente, aquele que está oculto por trás dos símbolos de sua manifestação.

Para Castells (2008), o poder da identidade também leva os sujeitos à mobilização em prol de um bem coletivo. No caso em análise nesta pesquisa, vivia-se um conflito aparente, despertado pela divergência de interesses quanto à escolha do terreno. Apesar de não apoiar a cooperativa, a prefeitura não queria perder meios de produção para outra cidade. Logo, sua contraposição à organização levou à doação de um terreno inapropriado. Sua intenção não aparente provocou maior coesão do grupo, que, diante da dificuldade, mobilizou-se para superar as dificuldades.

A ação das lideranças direcionando as ações, o suporte de especialistas na área de produção e o envolvimento da comunidade transformaram o que foi uma dificuldade em laços ainda mais fortes. Desta forma, tem-se mais uma evidência do protagonismo de caráter coletivo do empreendedorismo social em Lagoa de Roça.

Melo Neto e Froes (2002) afirmam que o empreendedor social compartilha tecnologias produtivas, aprimora a sinergia de grupos produtivos e incentiva a participação da população. Neste caso dos cooperados, levando em consideração as interações no espaço comunitário e o desenvolvimento do seu papel na redução de situações de risco, acredita-se que eles representam um grande avanço no resgate da cidadania. Autores como Bronzo, Teodózio e Rocha (2012) acreditam que as empresas sociais representam um grande avanço no resgate da cidadania.

Sobre este aspecto, percebemos a importância da atuação da liderança comunitária junto ao governo Estadual para a obtenção de benefícios. Esta evidência leva a reflexões relevantes. De acordo com a Constituição, o poder público estadual tem o papel de preservar os princípios gerais que regem a constituição no contexto das cidades, oferecendo condições para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, ouvindo os anseios da comunidade, dentre outras funções. Ou seja, a cidadania também faz parte das preocupações dos governadores.

Diferentemente da comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras, onde foi percebida uma linha tênue entre o papel do prefeito e uma possível manobra política, em Lagoa de Roça, a COPAF não se deixa manobrar, defendendo sua causa independentemente de partido político e seguindo contra uma corrente cultural de compra de votos, resistindo e fomentando a consciência política dos sujeitos que fazem parte da cooperativa.

Assim como o empreendedorismo na zona rural de Pombal, onde há relevante participação de recursos de outras fontes para tal, em Lagoa de Roça, vivencia-se situação semelhante, somada ainda ao grande investimento com recursos próprios na produção. Logo, no campo das relações com o Estado, não se percebe algo de “novo”, mas uma prática de assistência à cooperativa. Isso não é demérito, mas necessita de uma maior reflexão sobre até que ponto os benefícios devem permanecer nas mesmas regiões.

Mais uma vez, o delineamento do fenômeno no campo investigado sinaliza que a tipologia adotada (empresa social) a qual mais se aproximou teoricamente à proposta de estudo não se adequa harmonicamente, sendo mister uma readequação dos termos ou das categorias investigadas de forma a evidenciar com maior fidedignidade como o empreendedorismo social se manifesta na comunidade. E aqui mais uma variável se torna

presente: as relações de poder com o estado, as características do poder aparente, não aparente e do poder difuso que se manifestaram a partir dos relatos dos entrevistados.

Quadro 15 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado – contexto da COPAF, em São Sebastião de Lagoa de Roça

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
RELAÇÃO COM O ESTADO	Recursos recebidos	Projetos e recursos próprios, mas preponderantemente de outras entidades (Banco Mundial via Cooperar)
	Suporte burocrático	Documentos da associação
	Incentivos	Benefícios para a comunidade
	Participação nas políticas públicas	Reivindicações constantes junto ao governo do Estado
	Relações de poder	Poder aparente – ajuda à COPAF Poder não aparente – tentativa de boicote à cooperativa cedendo um lixão Poder difuso – capacidade de coesão da comunidade para superar desafios

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O próximo caso revela de modo semelhante as potencialidades do empreendedorismo social na comunidade de Bonito de Santa Fé. Nesta região, o fenômeno tem mobilizado ex-servidoras do município na formação de uma associação de coleta seletiva de lixo.

4.3 CONTEXTO E AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLADO (ASCAMAR) NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ/PB

A Ascamar, assim como a COPAF, foi contatada a partir da lista disponibilizada pelo Cooperar. Foi a cidade visitada mais distante da capital (520 km). A recepção foi feita por Francisco, irmão da presidente da associação, Rita. São apresentados a seguir: os sujeitos de pesquisa, o contexto onde estão inseridos, a trajetória da associação desde o seu início e desenvolvimento, assim como a análise das categorias de pesquisa.

4.3.1 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos de pesquisa que contribuíram para esta análise foram a Sra. Rita, presidente da associação de catadores de material reciclável (Ascamar); Sra. Francinalda,

mais conhecida como Naldinha; e Maria do Carmo, ambas sócias e catadoras. Antes de tratar sobre o desenvolvimento e a ação da associação na cidade de Bonito de Santa Fé, é pertinente que se conheça um pouco da trajetória desses atores sociais.

A Sra. Rita tem 37 anos, é casada, mãe de dois filhos e natural da cidade de Bonito de Santa Fé. Seus pais eram agricultores, tirando da terra o sustento da família. Apesar de ajudar os pais, Rita preferiu procurar outro caminho para si: atuou durante 10 anos como gari e hoje é presidente da associação de catadores de materiais recicláveis, a Ascamar. Inicialmente, ela foi contratada como temporária pelo município para ocupar a função de gari, não só ela, mas muitas outras mulheres na região optaram por esse caminho. Todavia, com o cancelamento dos contratos comissionados e a realização de concurso público, Rita e outras 120 mulheres ficaram desempregadas. Para sanar este problema, a prefeita da cidade juntamente com Rita e outras mulheres recém-desempregadas tiveram a ideia de construir uma associação de coleta seletiva como forma de garantir outra forma de sustento. Nesse meio tempo, Rita cursava Pedagogia.

A Sra. Francenilda, mais conhecida como Naldinha, 42 anos, divorciada, possui 5 filhos, dos quais 4 têm idades inferiores a 17 anos e ainda moram com ela. A trajetória profissional de Naldinha é semelhante à de Rita, com a diferença que Naldinha não avançou nos estudos, possuindo apenas o ensino fundamental incompleto. Apesar do pouco conhecimento formal, ela demonstra ser uma pessoa otimista e perseverante, além de gostar e se identificar com o que faz.

Maria de Fátima tem 62 anos de idade, é viúva, já tem seu primeiro bisneto e gosta de ser chamada de Carminha. Hoje aposentada, ela complementa sua renda com o que ganha na associação de catadores. Mãe de 4 filhos e avó de 6 netos, ela viveu durante muito tempo da agricultura; todavia, as longas secas fizeram com que ela mudasse de ramo, sendo também uma egressa dos serviços gerais do município, cujo contexto é apresentado a seguir.

4.3.2 Contexto e a associação

O Município de Bonito de Santa Fé está localizado na região oeste do Estado da Paraíba, Alto Sertão, na Microrregião de Cajazeiras. Sua área territorial é 218,7 km², com população de 10.925 (IBGE, 2016). Dista cerca de 520 km da capital, com acesso a partir da BR-230 e da PB-400. O povoado pertencia ao município de São José de Piranhas e foi desmembrado em 1938. A emancipação política do município, então denominado de Bonito, ocorreu pela lei estadual nº 1164, de 15-11-1938, desmembrado de Jatobá e constituído de

dois distritos: Bonito e Monte Horebe. Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31-12-1943, o município de Bonito passou a denominar-se Bonito de Santa Fé. A lei estadual nº 2608, de 05-12-1961, desmembrou o distrito de Monte Horebe do município de Bonito de Santa Fé, elevando-o à categoria de município.

De acordo com Costa (2013), visando a minimizar os impactos ambientais gerados pelos resíduos sólidos, o município adotou uma política pública de implantação da coleta seletiva, mediante o apoio à formação da associação dos catadores e sua capacitação e a promoção da educação ambiental junto à comunidade. Esta última iniciativa foi desenvolvida pelo professor Tarcísio Valério da Costa, economista na Universidade Federal da Paraíba, lotado na Pró-reitoria de Extensão, no desenvolvimento da função de extensionista, através de apoio aos movimentos sociais com programa de capacitação e constituição de organização não governamental, na área urbana e rural. O professor ainda ocupa a função de Diretor Executivo do Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (GETEC) (ONG). A Figura 8 demonstra as ações de capacitação executadas.

Figura 8 – Capacitação em educação ambiental da Ascamar



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com Rita, foi uma excelente oportunidade para renovar seus conhecimentos sobre a preservação do meio ambiente, e essas ações deveriam se repetir constantemente. Ao receber o certificado, ela se sentiu valorizada e motivada para o trabalho. Ao que parece, as certificações legitimam o trabalho dos catadores e fortalecem as ações. A continuidade de

curso nesta área demonstra ser forte propiciadora de condições para que os catadores se motivem, sobretudo no que tange à presidente da associação.

4.3.2.1 O contexto do surgimento da Associação

Rita, assim como os demais catadores da associação, trabalhava diretamente para a prefeitura de Bonito de Santa Fé antes da criação da Ascamar. Ela e os demais atuavam na limpeza das ruas da cidade por meio de contratos temporários que eram constantemente renovados. Eis que a prefeitura recebeu processos na justiça para que fizesse concurso público para a limpeza das ruas da cidade, e isso provocou preocupação imediata nas mais de 100 pessoas que trabalhavam como temporários na limpeza.

A criação da Ascamar foi uma excelente oportunidade para elas, para a comunidade, para o meio ambiente, para a cidade e para a disseminação de práticas sustentáveis. De acordo com o relato de Rita, a criação da associação também se deu para que as famílias dos agentes de limpeza não tivessem prejuízos severos em sua fonte de renda. Esta seria a principal motivação: evitar que mais de 100 mulheres envolvidas com atividades de limpeza não ficassem desempregadas. Portanto, a razão não foi apenas ambiental, mas também de garantia de preservação de fontes de renda para as famílias, bem como política em relação à continuidade do partido político na gestão do município, visto que a demissão maciça dessas mulheres poderia impactar negativamente em candidaturas futuras.

4.3.2.2 A escolha da presidente e os primeiros passos da associação

Um dos primeiros impasses na legalização da associação foi a escolha da presidente. De acordo com Rita, não se encontravam mulheres dispostas a assumir tal responsabilidade. Em reunião com a secretaria do município, foi sugerido que Rita assumisse a presidência por dois motivos: “proximidade” com a prefeita e o fato de ser a única na reunião que estava estudando em um curso superior (Pedagogia).

Rita então assumiu, desde 2010, a representação da Ascamar, e segundo ela, a decisão se deu pela necessidade e também pela admiração das ações que visam à preservação do meio ambiente, mas não por identificação com o papel de líder. Este fator acaba se tornando um complicador, pois limita a ação da presidente na organização.

O Projeto Cooperar apoia ação de beneficiamento de resíduos sólidos recicláveis na Ascamar. Inicialmente, a associação tinha 113 catadores de lixo, que agora são agentes

ambientais. Hoje, esse número reduziu-se para 43. Os recursos iniciais incluíram a compra de fardamento, luvas e todo equipamento individual necessário para a atividade diária. A líder dos agentes acredita que o projeto de sucesso está atraindo o interesse de outros moradores da cidade.

De acordo com entrevista concedida ao site Paraíba Total (2012), o representante do Banco Mundial, Edward Bresnayan, em visita à Bonito de Santa Fé, enfatizou a importância das parcerias com o poder público municipal, estadual e federal, além do associativismo, para que haja maior facilitação na captação dos recursos. “Vimos exemplos de mudança tecnológica e de processos que vão melhorar o desenvolvimento local. Gestão, planejamento e coordenação dos esforços são os caminhos para inclusão produtiva e o Estado, o Banco Mundial e o Governo Federal têm interesse em contribuir com essa meta de inclusão produtiva”, destacou.

Indagada sobre a diminuição drástica do número de associados, Rita afirma que a causa se deu pela redução do número de compradores de material reciclado e pelo desinteresse de muitos associados, que preferiram mudar de ramo para terem maior renda.

Outro fato curioso é que foi informado no *site* jornalístico Paraíba Total e em relatório do programa Cooperar que, em 2012, os associados firmaram convênio com a prefeitura local no valor de R\$ 27 mil mensais. Além desses recursos, rateados entre os 113 associados, eles tinham renda extra com a coleta seletiva e a venda de papel, papelão, vidro, pneus, ferro e outros materiais recicláveis. Em contrapartida, na entrevista feita com catadores e com a presidente da associação, é dito que o valor de repasse é de R\$ 400,00 para cada catador. Esse dado apresenta a grande diminuição do valor recebido pelos catadores. Segundo Naldinha, várias são as fontes de renda para que eles possam criar suas famílias.

Hoje eu tenho Bolsa Família, mas que não dá para sustentar meus filhos, ganho R\$ 250,00, mas daí eu consigo inteirar com o que ganho varrendo as ruas e com a associação. Na associação eu chego a tirar R\$ 400,00 por mês, mais R\$ 300,00 varrendo as ruas. É bastante cansativo, mas o pessoal ajuda e daí o serviço fica mais maneiro. Minha menina mais velha de 16 anos fica em casa cuidando dos outros dois. Teve uma vez que minha filha queria comprar uma roupa nova para ir pra festa da cidade, se eu não tivesse estas fontes de renda eu não teria como ajudá-la. Com esse dinheiro também pude comprar uma geladeira nova, uma televisão e pude comprar o material escolar dos meninos.

4.3.2.3 Os agentes de fomento

Para consolidar a iniciativa, os agentes ambientais e a prefeitura solicitaram apoio do Cooperar. Com recursos na ordem de R\$ 399 mil liberados no ano passado pelo Banco

Mundial, eles estão construindo um galpão, um escritório para a associação, e adquirindo um caminhão (figura 12), balanças e uma prensa (figura 10) para facilitar o carregamento do material reciclado e o transporte até as empresas compradoras, localizadas em municípios da região. As Figuras 9 e 10 apresentam etapas da construção do galpão da associação.

Figura 9 - Construção do galpão da associação



Fonte: Paraíba Total (2015).

Figura 10 - Galpão da associação parcialmente finalizado



Fonte: Paraíba Total (2015).

Figura 11 – Prensa de resíduos sólidos



Fonte Dados da pesquisa (2015).

Figura 22 - Caminhão de coleta seletiva de lixo



Fonte Dados da pesquisa (2015).

A presidente da Associação dos Catadores e Material Reciclável de Bonito de Santa Fé, Rita da Silva Miguel, em entrevista ao Paraíba Total (2012), disse que até então o trabalho tinha sido árduo, no sol, na chuva. “Com a construção do galpão e a aquisição do caminhão (figura 11) e dos equipamentos, nosso trabalho vai ser feito de forma mais organizada e o Cooperar tem sido um parceiro importante”, revelou Rita.

Apesar da importância dos parceiros na manutenção das condições higiênicas do trabalho, os relatos ainda apresentam a permanência da condição árdua da atividade, em relação a outros fatores: lixo e equipamentos de proteção inadequados. A população não tem contribuído de forma eficiente com a coleta. Segundo a presidente Rita, no início, com a contribuição das escolas, a comunidade participava mais ativamente das ações de coleta

seletiva: a coleta do lixo na cidade é alternada. A Figura 13 apresenta os dias da coleta seletiva feita pela cidade.

Figura 33 - Cronograma semanal de atividades de coleta



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em três dias da semana acontece a coletiva seletiva. Todavia, a participação das escolas não tem sido contínua, e, conseqüentemente, os associados perderam força no processo contínuo de conscientização. Conforme a presidente, apesar do decreto legal no município, ele não é suficiente para a mobilização comunitária. Segundo ela, as escolas fazem a grande diferença nesse processo. Em sua narrativa, ela relatou:

Antigamente a comunidade ajudava mais, tinha as escolas que nos ajudavam a fazer o trabalho de conscientização. As coisas hoje estão mais difíceis, muita gente saindo, pouca empresa pra comprar os materiais recicláveis, isso tem dificultado nossas ações. Me lembro do dia em eu fui na casa de D. Lourdes para coletar o lixo seco, foi mês passado, ela disse que não tinha separado, que tinha esquecido e que estava desanimada, não via melhoria pois a vizinha dela já tinha deixado de fazer a separação. Isso me deixou chateada, pois o trabalho da reciclagem é muito bonito, pois preserva o meio ambiente. Mas eu acredito que as coisas possam melhorar, até porque tem outros que fazem a separação direitinho. (Rita, presidente da associação).

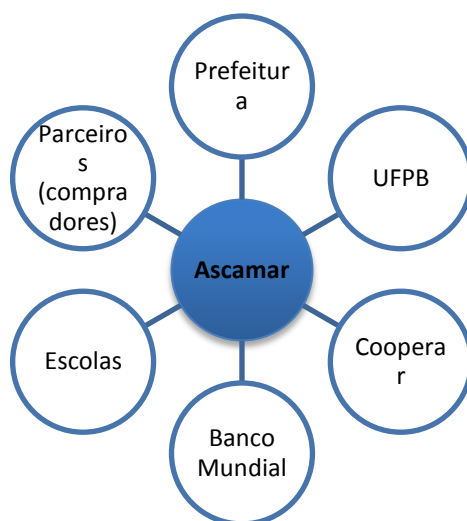
Um dos aspectos de grande relevância na pesquisa foi o relato de um incêndio na associação quando ainda não existia o galpão. Em 2011, a associação ainda não tinha espaço próprio e funcionava em um terreno alugado do Sr. Antônio de Medeiros, o qual morava próximo ao local onde o lixo era processado. As impressões revelam certo descrédito em relação à punição de agentes criminosos e aos currais eleitorais ainda presentes na cidade.

Em 22 de agosto de 2011 nossa associação sofreu com um incêndio criminoso. Aconteceu de madrugada e se não fosse pelo Sr. Antônio nós teríamos perdido todo o material já prensado para um cliente, eram mais de 4 toneladas de material. Eu estava dormindo em casa quando D. Zezinha correu até a porta da minha casa dizendo que a associação tava pegando fogo, eu e meu marido corremos pra lá e vimos que a situação tava controlada já. O pobre do Sr. Antônio queimou até as mãos pra evitar que o fogo se espalhasse. A polícia foi chamada mas não deu em nada, até hoje não sabemos quem foi que tocou fogo. Mas eu tenho quase certeza que foi alguém dos vereadores, não posso falar porque não vi, mas eu lembro que quando estávamos aprovando as atividades da associação na câmara dos vereadores tinha muitos deles que não apoiavam, achavam que com essa nova fonte de renda eles perderiam apoio político por parte de nós da associação. Aqui é assim, se você não se junta a eles, você paga o preço.

O que se vê ainda é uma prática coronelista assumindo formas diferentes dentro dos contextos históricos, mudando suas práticas de acordo com as necessidades vigentes, saindo ou se deslocando dos currais das fazendas, do discurso rude dos proprietários de terra, e se estabelecendo nas câmaras municipais com o novo discurso de democracia. Trata-se do coronelismo político, sendo este último tão ameaçador quanto o primeiro. A política municipal brasileira não é fenômeno simples, pois ela possui um complexo de características muito peculiares, distintas dentre muitas outras características de políticas locais de outras partes do mundo. O coronelismo é, sobretudo, uma forma de preservação do poder privado dos antigos senhores de engenho, grandes proprietários de terras e ricos comerciantes, remanescentes da era colonial. Um aspecto que se destaca no coronelismo é a liderança do coronel como chefe político local. Era comum a posse de títulos de ensino superior e, pela modéstia do campesinato, muitas vezes trabalhadores que prestavam serviços nas terras aclamavam como doutores a qualquer um dos filhos e parentes do grande latifundiário das redondezas, o "coronel". Essa figura, além da fortuna, gozava também do prestígio na política municipal. Seja qual for o chefe político municipal, o coronel é quem comanda a maioria dos votos locais, também chamados de "voto de cabresto" (JANOTTI, 1989; LEAL, 1997; CERVI, 2016).

Após a investigação com associados, percebe-se que a rede de apoio é mais tímida se comparada com a que foi investigada no sítio de Várzea Comprida dos Oliveiras, localizado na zona rural de Pombal.

Figura 4 – Agentes de fomento atuantes na Ascamar



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Vale salientar que, em termos de recursos, o Banco Mundial atua através do programa Cooperar do Governo do estado da Paraíba. Portanto, a fonte possui apenas um canal, diferentemente do caso de Pombal, em que os recursos são advindos de várias instituições (Cooperar, Banco do Nordeste, Fundo Casa, Pastoral da Terra). Além disso, a associação de Pombal possui agentes muito próximos à comunidade: Sr. Beto da Pastoral, o Sr. Enoque do Banco do Nordeste, e Giceli do Empoderar. Talvez existam outras fontes de fomento para associações como a Ascamar, o que acontece é que elas não chegam até a associação. Indagada em relação às fontes de fomento, Rita relatou:

Não tenho como ir em outros lugares para ver questões de parceria, tenho que cuidar da casa, das crianças e o trabalho aqui é muito desgastante. Ainda consegui um fornecedor em Campina para vender material compactado, mas é muito difícil. As cidades vizinhas também não nos apoia, tentei falar com os secretários de Monte Horebe e São José de Piranhas mas acabou não dando certo. Eles disseram que não tinham como fazer a coleta seletiva para que a gente pudesse coletar. O que eu acho é que eles não queriam mesmo porque eles têm rixa com a prefeitura daqui de Bonito. Minha mãe já me dizia que as famílias de lá e daqui não se batiam, parece que era questão de terra, não sei. A secretaria aqui nos ajuda, escreve nosso projeto em prêmios, em recursos do Cooperar, o que é muito bom, se não fosse por eles eu não sei como nós estaríamos agora. Mas é bem difícil tocar a associação, pois ninguém se interessa em buscar outras coisas pra cá. Como eu lhe disse, eu estou à frente porque ninguém mais se interessa, e como eu era a única que cursava ensino superior, decidiram que eu ficaria à frente, mas não é algo que eu me sinto muito à vontade, queria que tivesse alguém comigo para lidar com assuntos da associação, buscar empresas pra comprar, pra vir deixar o lixo seco.

Os desafios enfrentados pela Ascamar parecem ser preocupantes. A rede de apoio, além de ser menor, parece estar passando por uma queda de eficiência interna e externa.

Interna pois há problemas de sucessão, e a falta de interesse dos associados em ocupar a função de liderança compromete o futuro; além disso, a própria escolha da liderança não levou em consideração outras habilidades. Apenas o fato de um integrante possuir ensino superior não o faz mais capacitado para ocupar tal posição. Todavia, o contexto dos associados levou este elemento a ser diferencial para a escolha. Fica notória a insatisfação da presidente da associação em ocupar o posto. Apesar de ser uma profissional estimada pelos pares, a falta de uma liderança mais atuante no negócio comunitário tem contribuído para a ausência de dinamismo na Ascamar.

Outro fator complicador se refere aos conflitos de geração em geração que parecem se perpetuar nos municípios do interior do estado paraibano. As desavenças políticas entre municípios acabam por gerar uma herança imprópria para os cidadãos: o desserviço em relação ao bem-estar da população. Incentivar a coleta seletiva seria um benefício para a cidade, diminuindo o lixo nas ruas e nos aterros sanitários, como também seria interessante para a associação Ascamar, pois contribuiria na manutenção da renda complementar dos associados.

Ao que parece, apesar do volume de investimento feito e das possibilidades de realização de viagens internacionais, as barreiras têm se manifestado muito fortemente. Os embates políticos entre municípios e a não identificação da presidente com a função de líder têm provocado certa estagnação da associação. É importante que se diga que as atividades não estão paradas, mas o engajamento de outrora parece estar esvaindo-se frente às dificuldades.

Para o contexto da Ascamar, a necessidade de desenvolvimento gerencial parece ser urgente para a sua continuidade, além disso, o fortalecimento da rede de apoio também demonstra ser algo que merece reflexão e reformulação. É importante que se diga que tal atividade tem se tornado importante para os associados. Na fala de Maria de Fátima, catadora que cedeu uma entrevista para o Cooperar:

Antes eu não tinha nada, porque eu não tinha emprego, não tinha a quem pedir, meu marido morreu e eu não consegui a pensão dele, e aí eu fui trabalhar pra enfrentar, pra eu ter o que dar de comer para meus filhos, para eu dar roupa, pra eu comprar chinelo, pra eu comprar material pra escola. Hoje eu estou fazendo uma construção na minha casa, eu estou fazendo uma cozinha e um banheiro, penso eu que vá dar certo, porque primeiro a gente tem que pôr Deus na frente. (Maria de Fátima, Cooperar, 2013).

Muitos dos associados têm complementado a renda da família, podendo melhorar suas condições de vida. E é por isso que um maior acompanhamento e envolvimento de outros projetos sociais é relevante para a continuidade e o desenvolvimento da associação. A partir

dos relatos na Ascamar, pode-se gerar reflexões sobre como o empreendedorismo social tem se manifestado.

4.3.3 Consciência cidadã ou propósito ambiental?

Em relação à consciência cidadã, percebe-se a ênfase em aspectos que tangenciam a cidadania. O ativismo social que se apresenta gira em torno da conscientização ambiental da comunidade.

De acordo com as entrevistas, o ativismo social exercido junto à comunidade buscou promover uma maior conscientização ambiental no que tange à separação do lixo doméstico. Nesse sentido, a organização grupal mostrou-se efetiva e necessária para que houvesse a participação da comunidade, pois envolveu outros tipos de organização, como a escola pública do município e a secretaria de meio ambiente. Entretanto, a participação política da comunidade não avança para outras áreas que merecem atenção da população. De acordo com a presidente da associação Rita,

Seria muito bom que a população também participasse de outras demandas do município, como saúde, educação, segurança. As pessoas fazem sua parte separando o lixo, mas não é todo mundo, a gente tem que lembrar direto da importância de separar o lixo. Mas o que eu acho é que se a gente não ficar em cima lembrando, a comunidade não ajuda. (Rita, presidente da associação).

Eu voto em quem nos ajuda, quando o assunto é sobre a associação, eu me interesso, porque eu sei que minhas colegas apoiam, mas quando vai pra outros assuntos, como saúde, violência, eu não tenho muito o que fazer porque o povo é acomodado, ninguém faz nada pra melhorar. Os políticos também não estão preocupados. Oxe, se a gente mesmo teve um incêndio criminoso porque fomos contra a vontade dos vereadores da cidade, imagine se agente ficasse reclamando dos problemas da cidade?. (Naldinha, associada da Ascamar).

A fala das mulheres é de grande importância para que se possa refletir sobre o processo de resistência de práticas coronelistas na cidade. O silêncio imposto aos cidadãos leva-os a um estado de inércia política, minando possibilidades de exercício pleno da cidadania. Os atos criminosos tentam solapar o desejo de melhoria da comunidade por meio da aplicação de uma organização que visa não apenas à preservação do meio ambiente como também à geração de uma fonte de renda complementar para as trabalhadoras. O autoritarismo político faz calar a voz da comunidade e a sujeita às práticas viciadas de venda de voto, de subserviência política e do assistencialismo barato realizado em períodos de campanha.

De acordo com Souza (2003), o princípio da dignidade humana de todos os cidadãos não foi incorporado pelo conjunto das classes sociais, construindo-se uma hierarquia social que ignora a igualdade como princípio das relações sociais e do funcionamento do Estado. A violência, de todas as ordens, nesse caso, foi o elemento central no plano das relações sociais – e cabe salientar que essa prática continua sendo uma expressão significativa na comunicação entre os diversos grupos e agentes sociais.

Outra reflexão importante é a relevância das organizações de ação efetiva para que os sujeitos possam se fortalecer em relação a suas reivindicações. Elas têm capacidade de agir sobre o desejo do coletivo em prol de mudanças, legitimando-se enquanto grupo perante o poder público local. Isso reforça a comunicação coletiva entre associação e município, a fim de desenvolver recursos pessoais, sociais e materiais, de acordo com Jovchelovitch (2011). Laços de confiança são fortalecidos a partir da construção conjunta de um sonho comum, em uma perspectiva de longo prazo, e, apesar de não terem sido gerados pela atividade empreendedora, são, de forma complementar, nutridos por ela, assim como na COPAF, cooperativa de Lagoa de Roça.

Todavia, tais laços podem ser comprometidos se não houver apoio constante, como foi visto até aqui. O empreendedorismo social apresenta natureza coletiva, dependendo de uma rede de apoio para que possa agir adequadamente, assim sendo, são vários os elementos que compõem este processo, como o apoio do poder público, da comunidade, dos participantes da associação, bem como uma forte liderança à frente da associação, que a conduza para um desenvolvimento contínuo.

Enquanto processo, a postura cidadã plena proposta por Marshall e Bottomore (2004) toma corpo por meio de lentes diferenciadas. A cultura coronelista está arraigada nas famílias que possuem tradição no poder público municipal, o que desafia a conscientização política necessária para a ação cidadã plena.

Ainda bem que a prefeitura é do nosso lado, porque eu tenho medo de [nome de vereador], ele é muito confuso, quer que a gente fique dependendo sempre deles pra viver, e não é certo, a gente tem que trabalhar com outras coisas também porque e se a prefeitura perder? Como a gente fica? Eu não falo nada porque tenho medo, já incendiaram material nosso né? daí a gente fica quietinha. (Maria de Fátima, catadora).

A postura dos associados apresenta aspectos de uma relativa politização, forte em relação ao meio ambiente, e a busca por alternativas de recursos, mas é frágil em relação às intimidações impostas pelo contexto. A fala de Maria de Fátima é notória neste sentido, e os

significados que emergem evidenciam um desejo sufocado por melhorias do contexto político local que tem contribuído para limitações da consciência cidadã dos associados e da comunidade.

Quadro 16 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto da Ascamar, em Bonito de Santa Fé

CATEGORIA TEÓRICA	INDICADORES	ACHADOS DA PESQUISA - SIGNIFICADOS
CONSCIÊNCIA CIDADÃ	Entendimento de cidadania	Participação na conscientização ambiental da comunidade
	Papel na sociedade	Bem-estar das famílias
	Conscientização dos indivíduos beneficiados	Busca por recursos no governo do estado, nas feiras de negócio, nas reuniões da associação
	Inibidores	Intimidação do poder legislativo local

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A ideia de cidadania dos associados é materializada a partir das ações declaradas nos relatos. Elas revelam um direcionamento social para a mobilização em favor de causas ambientais, que merecem seu espaço, mas que limitam o pensamento cidadão mais amplo devido às causas políticas contextuais.

Apesar dos fatores contrários em relação à postura cidadã, a Ascamar tem apresentado avanços. Embora a associação possua nível relevante de formalização, não possui uma declaração de missão social, porém se percebe um propósito delineado a partir da fala das entrevistadas.

4.3.4 Propósito social

O empreendedorismo social na Ascamar em Bonito de Santa Fé possui traços de manifestação sistêmica. Nesse ponto, é semelhante à Associação de Pombal, pois não se desenvolve apenas pela predisposição do indivíduo empreendedor, mas de toda uma rede apoio de entidades que possuem em comum uma natureza cujo cerne não é direcionado pelo fator lucro, pelo menos não de maneira isolada. Porém, o fator que diferencia o propósito social da Ascamar é que não há uma rede de apoio bem desenvolvida como em Pombal. A rede é menor, o que dificulta o desenvolvimento da associação e do empreendedorismo social.

Quadro 17 - Missão das organizações que apoiam a Ascamar na cidade de Bonito de Santa Fé

Cooperar	Reduzir a incidência da pobreza na zona rural do Estado (COOPERAR, 2016).
Escola Monsenhor Moraes (EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (Escola Pública Estadual)	Educar e contribuir efetivamente para a formação de cidadãos éticos, responsáveis, socialmente solidários e comprometidos com o bem comum, totalmente preparados para a construção de um conhecimento interdisciplinar, autônomo, criativo e que responda à sociedade com ações concretas e fundamentadas nos valores cristãos (Dados da Pesquisa, 2016)
Ascamar (propósito social a partir da fala das entrevistadas)	Despertar entre os associados o sentimento de solidariedade e do objetivo comum. Desenvolver os associados para a satisfação do bem comum. Contribuir para a preservação do meio ambiente (Adaptado a partir das entrevistas, 2016).
Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento)	Atuar como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento para atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades (BANCO MUNDIAL, 2016).
Prefeitura de Bonito de Santa Fé	Atender aos fundamentos da constituição: cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa assim como o pluralismo político (Adaptado da Constituição de 1988).

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Bem-estar social e econômico, redução da pobreza, sustentabilidade e ética são palavras de grande significado nas declarações destas missões. Pode-se assumir a cidadania como elemento inicial de discussão do Quadro 8, haja vista a sua amplitude, que pode ser vinculada a todas as demais expressões.

A noção de justiça social deriva da luta pela melhoria das condições sociais daqueles que vivem em situação precária, sobretudo no que tange à diminuição da vulnerabilidade econômica. O galpão comunitário tem sido um avanço considerável, mas o alcance da justiça social não se faz apenas com a melhoria do processo produtivo, mas da vida das famílias.

A declaração informal de missão social pode ser identificada a partir das falas das entrevistadas, as quais foram indagadas de forma objetiva sobre qual seria o propósito da associação. As respostas foram sintetizadas na missão que aparece no Quadro 9.

As entrevistadas revelam o desejo do compromisso solidário entre os associados com vistas a desenvolver a associação e preservar o meio ambiente. Todavia, o bem comum também aborda o bem-estar da comunidade em geral: cidadãos do município que também são atendidos pela associação e que também devem contribuir com a sociedade. Mas o que aparenta estar implícito? Ao que parece, os discursos sinalizam para um desânimo gradativo, em que a empolgação de outrora cede espaço para a não continuidade da mobilização social dos cidadãos, seja pela não expansão da rede de apoio, seja pela inadequação da gestão da Ascamar ou ambos.

De acordo com Nassif, Prando e Consentino (2010), a atuação do empreendedor social é vista como apoiada por um grupo, cujos membros são coletivamente responsáveis pelo cumprimento dos objetivos da empresa. Desta forma, reforça-se o entendimento de que o empreendedor social não depende de um único sujeito, mas da mobilização de um grupo, uma rede ou aliança entre organizações, entre empresas e o governo, cuja finalidade principal é lidar com problemas sociais (GALERA; BOZARGA, 2009).

A responsabilização no caso da cooperativa é conjunta, isto é, agentes e comunidade devem se comprometer com o desenvolvimento local. Na Ascamar, complicadores sociais, políticos e culturais arrefecem o potencial do empreendedorismo social da associação: a falta atual da mobilização dos cidadãos, o desgaste da liderança, os conflitos políticos da prefeitura com as cidades vizinhas, o autoritarismo histórico que influencia o poder legislativo são alguns dos exemplos que puderam ser evidenciados na pesquisa de campo.

4.3.5 Áreas críticas de atuação

De acordo com os relatos, os motivos que levaram Bonito de Santa Fé a ser contemplado com os recursos do Banco Mundial apresentam uma junção de fatores críticos da comunidade com condições organizacionais mínimas. A escolha da comunidade beneficiada com o galpão levou em consideração a organização burocrática, toda a composição de membros necessários para a formação de uma associação, os registros documentais etc.

Não obstante, existem outros motivos que fizeram da Ascamar uma organização-alvo para os investimentos públicos. De acordo com os relatos, muitos associados residem em casas precárias e insalubres, que estão localizadas em áreas públicas e privadas, e cujo acesso ao terreno se dá através de ocupação, de compra informal, ou, muitas vezes, de heranças de família.

Minha família mora no mesmo lugar há mais de 30 anos. Meu avô tinha um sítiozinho e depois ele vendeu pra gente vir morar na cidade de Bonito. A casa não tem tanto conforto, mas tem ventilação, dá pra viver. De vez em quando aparece um rato, uma barata, mas a gente mata. A casa é pequena, mas dá pra todo mundo. São dois quartos, uma cozinha, um banheiro, uma sala e temos até um quintal. Tem muita casa por aí que não tem. Uns moram de aluguel, outros o terreno foi cedido e o pessoal mesmo construiu, meio que na sabedoria né? Tive um vizinho que o teto caiu com uma chuva que deu há muito tempo atrás, graças a Deus ele não tava em casa. A gente ajudou a subir o teto de novo, mas acho que se der a mesma chuva... sei não (risos). (Naldinha, associada).

Os moradores são trabalhadores pobres do setor formal ou mesmo do setor informal, cuja renda familiar é de até um salário mínimo de acordo com Rita, presidente da associação. Conforme com as entrevistadas, se não fossem os programas sociais, elas não teriam como cobrir as necessidades básicas. A busca de uma complementação para o atendimento de suas necessidades levou os associados a buscarem a ajuda da prefeitura.

O galpão foi inaugurado recentemente, ainda no ano de 2015, mas as falas dos entrevistados indicam que houve melhorias significativas após a sua construção. Porém, eles não creditam tal avanço apenas à construção e ao funcionamento do local, mas a toda a caminhada da Ascamar, desde seu surgimento até os dias atuais. Isso nos mostra que a redução da vulnerabilidade é processual e não afeta apenas a questão econômica.

No processo de desenvolvimento comunitário, há ações provenientes de diferentes direções, mas que convergem no mesmo sentido. De acordo com Bronzo, Teodózio e Rocha (2012), o governo estabelece políticas e regulamentos que criam um ambiente favorável para as iniciativas locais. E o terceiro setor (aqui protagonizado pelas catadoras) capacita a comunidade para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 18 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto da Ascamar, em Bonito de Santa Fé

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
ÁREA CRÍTICA DE ATUAÇÃO	Razões de escolha	Cooperativa formalizada Busca incessante da comunidade por alternativas de obtenção de recursos
	Ações desenvolvidas	Construção do galpão Capacitação dos associados
	Melhorias percebidas	Melhorias na captação renda Aprendizado, liderança, profissionalização Necessidade de continuidade dos projetos

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Atuar de forma a reverter quadros de vulnerabilidade econômica e social parece se materializar como um dos principais pilares do empreendedorismo na região. De acordo com a presidente da associação, a ação dos projetos deve ser continuada, e as entidades educacionais possuem grande papel nisso. Entretanto, um maior apoio dos poderes públicos também se faz necessário, tanto para legitimar quanto oferecer o suporte devido para atração de investimentos e recursos que possibilitem o desenvolvimento continuado da Ascamar.

4.3.6 As relações com o Estado

As relações da Ascamar com o poder público apresentaram influências distintas em relação ao fenômeno do empreendedorismo social. Diferentemente do que ocorreu em Lagoa de Roça, em Bonito de Santa Fé há apoio do município, sobretudo no tocante à necessidade de oferecer uma outra forma de renda às catadoras demitidas.

Como já elucidado por Rita, a criação da associação não partiu dela, e sim do município, que procurava uma alternativa para que as catadoras não ficassem sem a fonte de renda advinda da relação com o município, depositando nela a função da representação das catadoras. Isso leva à reflexão de que não houve iniciativa da comunidade para a criação da associação, diferentemente do que ocorreu nos contextos de Pombal e de Lagoa de Roça.

De certo modo, essa tem sido uma das principais causas do aparente declínio da associação e das dificuldades de se conseguir material reciclável. A dificuldade de relacionamento com os municípios circunvizinhos também foi transferida para a Ascamar, a qual não consegue estabelecer parcerias com as cidades próximas.

A prefeitura na pessoa representada pela secretária de meio ambiente está sempre nos ajudando. Ela nos apoiou na criação da associação e hoje estamos aí com nossa fonte de renda. O ruim é que antes, quando a gente limpava as ruas da cidade, dependíamos só do município, agora temos que correr atrás de outras empresas pra conseguir material pra reciclar. É bom e ruim né? (risos). (Maria de Fátima, catadora).

A gente tem muita dificuldade pra conseguir material de outras cidades, porque a prefeitura tem rixa né? Daí tenho que viajar e pedir nas empresas mesmo. Já fui até em Campina Grande pra conseguir material pra cá, a distância atrapalha também. (Rita, presidente da associação).

Melo Neto e Froes (2002) afirmam que existem desafios impostos ao empreendedor social. Um deles está relacionado ao trabalho coletivo, que não se limita a compartilhar tecnologias produtivas, mas também incentiva a participação da população. Esta não vem atendendo adequadamente ao contexto da Ascamar como outrora, o que tem agravado uma situação potencial de risco à continuidade das atividades da associação na cidade. Tal cenário, conforme Bronzo, Teodózio e Rocha (2012), diminui a credibilidade da associação em sua contribuição para possíveis avanços no resgate da cidadania.

Assim como o empreendedorismo na zona rural de Pombal, onde há relevante participação de recursos de outras fontes para tal, em Bonito de Santa Fé vivencia-se situação semelhante, somada ainda ao grande investimento com a criação do galpão, a compra da máquina compactadora de lixo e do caminhão de coleta. Logo, no campo das relações com o

Estado, não se percebe algo de “novo”, mas uma prática de assistência à associação. Mais uma vez, destaca-se que isso não é demérito, mas necessita de uma maior reflexão sobre até que ponto os benefícios devem permanecer nas mesmas regiões.

Uma das principais contribuições deste trabalho reside no delineamento do fenômeno no campo investigado, sinalizando que tipologias adotadas (tais como a empresa social), que, teoricamente, se aproximam como proposta de estudo, não se adequam de forma harmônica, sendo mister uma readequação dos termos ou das categorias investigadas de forma a evidenciar com maior fidedignidade como o empreendedorismo social se manifesta na comunidade.

Em comparação com os demais casos, a Ascamar apresentou algumas fragilidades: a participação limitada nas políticas públicas devido à resistência do poder legislativo local, a rivalidade entre prefeituras próximas e a condição de dependência que prejudica o fomento à autonomia da associação.

Quadro 19 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado – contexto da Ascamar, em Bonito de Santa Fé

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
RELAÇÃO COM O ESTADO	Recursos recebidos	Banco Mundial e Cooperar Prefeitura
	Suporte burocráticos	Documentos da associação
	Incentivos	Complementação da renda familiar Preservação do meio ambiente
	Participação nas políticas públicas	Não há, exceto no que tange a ações de meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O próximo caso revela, de modo semelhante, as potencialidades do empreendedorismo social na comunidade de Aparecida. Nesta região, o fenômeno tem mobilizado agricultores do município na formação de uma associação de apicultura.

4.4 CONTEXTO E AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO SERTÃO PARAIBANO (ASPA) – APARECIDA - PB

Esta seção se inicia com uma apresentação dos sujeitos de pesquisa, do contexto onde estão inseridos, a trajetória da associação desde o seu início e desenvolvimento, assim como a análise das categorias de pesquisa.

4.4.1 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos de pesquisa que contribuíram para esta análise foram o Sr. João Pereira (João do Mel), presidente da ASPA; Sr. Hélio Roque, associado e empresário; e Carlos Silva, artesão e apicultor. Antes de tratar sobre o desenvolvimento e a ação da associação na cidade de Aparecida, é pertinente que se conheça um pouco da trajetória desses atores sociais.

O Sr. João Pereira, mais conhecido como João do Mel, nasceu na zona rural de Aparecida, casado, 38 anos, pais de dois filhos, apicultor mas também atuante em outros segmentos, como a agricultura de subsistência e a criação de caprinos em seu sítio. Seus pais ainda são vivos, aos quais dedica toda a sabedoria e vocação que tem hoje. Desde 2004, atua na ASPA, passando pelos mais diversos cargos: associado, secretário, tesoureiro, vice-presidente e, atualmente, presidente da associação.

A Sr. Hélio, 42 anos, casado, um filho, é empresário, fabricante de caixas destinadas à criação de abelhas, atuou no Projeto de Articulação do Semiárido e já foi presidente da associação. Também é vereador na cidade, onde atua como opositor ao prefeito atual. Candidatou-se em 2016 a prefeito da cidade, mas não foi eleito. Tem contribuído consideravelmente com a ASPA a partir dos conhecimentos adquiridos na região Sudeste do país em projetos voltados à apicultura.

Carlos Silva, 35 anos, é apicultor e artesão, mais conhecido como “mudinho”. A surdez não intimidou o desenvolvimento de seu potencial produtivo. Seus pais possuem uma padaria há mais de 30 anos na cidade e sempre apoiaram o filho em seu trabalho, cujos frutos têm auxiliado na complementação da renda familiar e no seu lazer.

4.4.2 Contexto e a associação

Aparecida é um município brasileiro do estado da Paraíba localizado na microrregião de Sousa, com área territorial de 295 km². De acordo com o IBGE, no ano de 2014, sua população era estimada em 8.174 habitantes. O município foi criado pela lei nº 5.896 de 29 de abril de 1994. No dia 3 de outubro de 1996, realizou-se a sua primeira eleição para prefeito, vice-prefeito e vereadores.

De acordo com o IBGE (2016), entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,227), seguida por Longevidade e por Renda . O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Aparecida é 0,578, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599).

Na agricultura, destaca-se a produção de coco, banana, goiaba e manga, bem como algodão, feijão e milho. Na pecuária, o rebanho bovino, caprino e a avicultura merecem destaque, sobretudo os caprinos de corte, por serem mais resistentes à seca e terem um retorno mais rápido. Há eventos na cidade que buscam expor a produção local. A cidade tem recebido investimentos na produção agrícola utilizando a tecnologia das Mandalas, a qual tem o propósito de diminuir o consumo de água e tornar a irrigação mais eficiente, visto que a região enfrenta grande seca na qual os poços artesianos não são capazes de sustentar a irrigação do solo. O artesanato local também se destaca, sobretudo na produção de redes.

4.4.2.1 O contexto do surgimento da associação

João do Mel, assim como os outros apicultores da região, não encara a apicultura como atividade principal: seu caráter é secundário devido às condições climáticas do sertão. A criação de abelhas já existia na região há décadas, mas há 10 anos tal produção não era entendida como apicultura. Existiam os “meleiros”, que se tratavam de agricultores que criavam as abelhas de forma rudimentar, usando fumaça para afastá-las, extraindo o mel a partir de um processo unicamente manual, espremendo os favos e filtrando o mel com a ajuda de um pano. A profissionalização da atividade iniciou-se em 2003, contando com 13 associados. Nesse período, Hélio Roque retorna para o sertão trazendo novidades no setor da apicultura. A iniciativa e o conhecimento a respeito da formalização de associações, juntamente com a vontade de outros produtores da região, levou à abertura da associação.

Em relação ao Estado, de acordo com os entrevistados, não há apoio municipal.

Há 16 anos é a mesma pessoa que governa o município, e eles são tucanos mesmo. Teve uma vez que nós estávamos distribuindo cesta básica, e eles diziam que nós estávamos distribuindo ovo podre. Quer dizer, ficavam manifestando contra. Aqui a gente ainda tem muito agricultor que apesar de ser beneficiado pelos projetos sociais apoia o governo local que critica tais medidas. (João do Mel, presidente da associação).

Ainda temos uma batalha longa, pois muitos dos nossos companheiros agricultores ainda apoiam a prefeitura local pelo velho voto de cabresto, pelos favores aqui e ali

que são dados. Mesmo sabendo eles que são oposição de um governo que outrora beneficiou os mesmos agricultores através de projetos sociais. (Hélio, apicultor).

Assim como em Bonito de Santa Fé e em Lagoa de Roça, a política local tem atuado como um agente complicador das ações da ASPA, uma vez que não compra os produtos feitos por ela e propaga uma suposta má reputação dos produtos disponibilizados pela associação. Percebem-se elementos que demonstram uma perseguição política velada, fruto da luta entre partidos políticos. Não se prioriza o bem-estar da população, mas os interesses partidários, que não necessariamente têm a qualidade de vida da população como prioridade.

Os relatos dos entrevistados tangenciam características coronelistas que assolam a região há um longo período. Um aspecto que se destaca no coronelismo é a liderança do coronel como chefe político local. Era comum a posse de títulos de ensino superior e, pela modéstia do campesinato, muitas vezes, trabalhadores que prestavam serviços nas terras aclamavam como doutores a qualquer um dos filhos e parentes do grande latifundiário das redondezas, o "coronel". Essa figura, além da fortuna, gozava também do prestígio na política municipal. Seja qual for o chefe político municipal, o coronel é quem comanda a maioria dos votos locais, também chamados de "voto de cabresto" (JANOTTI, 1989; LEAL, 1997; CERVI, 2016).

De acordo com João do Mel, um outro complicador são as estatísticas de produção de mel na Paraíba.

Vem um comprador de Pernambuco ou do Ceará, compram 15 kg de mel, levam para o estado dele e colocam o rótulo de lá, por isso que a Paraíba não aparece nos números. E enquanto associação nós não podemos negociar no comércio. Outro problema é o SIF que nós não conseguimos tirar. Agora pra um particular o SIF sai bem rapidinho. Você vai em Catolé do Rocha, que é um dos maiores produtores de mel no nosso estado, e estão lá embargados, sem o SIF. Então o que você acha? Há ou não manipulação dos processos de certificação?. (João do Mel, presidente da associação).

Nossas estatísticas são até boas. Mas poderiam ser melhores se tivéssemos nossa forma de produção legalizada. Em Catolé do Rocha tem uma produção expressiva no estado, Triunfo, Pombal (em menor quantidade) também. Acredito que a cooperativa poderá nos ajudar muito em relação a isso e a elevar os números da Paraíba. (Hélio, apicultor).

O produto paraibano não é legitimado nos números regionais de produção de mel. A impossibilidade de negociar em níveis comerciais maiores impede que o produto da terra se faça conhecido. Além disso, o ato de rotular o produto como sendo de outro estado prejudica a visibilidade dos associados na ASPA, ou seja, os interesses de comercialização suplantam a valorização da produção rural, da origem agrícola que proporcionou o mel. Os esforços agora

estão na mudança do estatuto de associação para cooperativa na tentativa de superar este problema. Apesar das dificuldades relatadas, atualmente a ASPA possui 43 sócios em 11 municípios, alguns deles no Ceará, no Vale do Piancó e mais um núcleo em São Bentinho, com 24 produtores. Vários agentes de fomento contribuíram para o crescimento da associação.

4.4.2.2 Agentes de fomento

Inicialmente, os representantes da ASPA acessaram créditos do BNDES, com os quais construíram a casa do mel, um local próprio para o primeiro tratamento do mel que chega nos favos extraídos dos apiários. Foram feitas várias capacitações para que a associação recebesse o recurso e, assim, construísse a casa do mel.

O sindicato dos trabalhadores rurais também é um órgão presente na associação. Seu papel principal é trazer informações relevantes para o desenvolvimento da apicultura, como também representá-la em reuniões municipais quando os sindicatos têm tal abertura. Além disso, antes de terem local próprio para as reuniões, o sindicato também fornecia o espaço para capacitações ou reuniões de rotina da ASPA.

Um programa que deu muita força para a ASPA e vem desenvolvendo ações conjuntas até os dias atuais é o Projeto Cisternas, o qual angaria recursos junto ao programa P1+2⁶ do governo federal, proporcionando a utilização de técnicas que dão acesso à água potável e à água de produção. Segundo João do Mel, se não fossem os programas como o P1+2, o êxodo rural seria bem maior.

Em 2014, Hélio Roque soube de um edital de recursos do Banco Mundial por meio do Cooperar. A ASPA, então, com o apoio do Cooperar, lançou um projeto e foi beneficiada. Com a liberação de recursos na ordem de R\$ 394 mil, a associação construiu o entreposto comercial, um escritório, um automóvel e um local destinado às reuniões. O valor também auxiliou na aquisição de maquinários para o beneficiamento do mel coletado pela associação.

A construção do entreposto teve o suporte do Ministério da Saúde, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que definiu o melhor local para a construção, levando em consideração a distância da zona urbana, a fim de se evitar a poluição advinda do trânsito de

⁶ O programa P1+2 tem como objetivo promover a Convivência com o Semiárido das famílias de pequenos produtores rurais, garantindo, num processo de formação e mobilização social, o acesso e manejo sustentável de terra e de água suficientes, para consumo humano e produção de alimentos de origem animal e vegetal para autoconsumo e geração de renda. O 1 significa a luta pela distribuição de terra e o 2 faz menção aos dois tipos de água: potável e de produção (ASA BRASIL, 2016).

veículos, como também a distância de árvores centenárias protegidas por lei. O terreno foi doado pelo assentamento Acauã. Tudo foi informado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que o terreno fosse doado à ASPA. Além disso, a construção do prédio foi feita por meio de licitação, diferentemente das outras entidades estudadas. O prédio do entreposto foi inaugurado no ano de 2015. Mas, semelhantemente aos outros casos, a associação também mobilizou a comunidade para desenvolver atividades de suporte, como a limpeza do terreno, por exemplo.

Figura 5 – Agentes de fomento atuantes na ASPA



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ao longo da atuação da ASPA, pode-se verificar a contribuição de diversas instituições no desenvolvimento da associação e, por conseguinte, dos produtores locais. O projeto de cisternas auxilia os produtores no armazenamento de água necessário para a criação das abelhas, visto que elas precisam de uma boa vegetação para retirar o pólen necessário para a produção do mel, além de ser um vetor de comunicação e de propagação do nome da ASPA para outras localidades. O projeto de articulação do semiárido e o sindicato dos trabalhadores rurais, periodicamente, traziam informações de novas tecnologias e alternativas de produção de convivência com a seca. A apicultura, por exemplo, não agride o meio ambiente e não precisa desmatar o terreno para a criação dos animais, como acontece com a criação de bovinos.

O Banco Mundial, juntamente com o Cooperar, contribuiu para a construção do entreposto, que capta o mel dos associados e o vende aos atravessadores; não apenas do entreposto, mas também do local do armazenamento e beneficiamento do mel, do veículo de

transporte e do local de reuniões. O BNDES ajudou com a construção da casa do mel, local onde os associados produzem a cera usada nos apiários e fazem o primeiro tratamento de extração do mel das colmeias. Ainda, o Assentamento Acauã doou o terreno usado para a criação do entreposto.

4.4.3 O desafio de se promover uma consciência cidadã

Em relação à consciência cidadã, percebe-se a ênfase em aspectos que tangenciam a cidadania em seu ponto mais superficial: o adequado exercício dos direitos sociais e o entendimento da importância das capacitações para os processos produtivos.

De acordo com as entrevistas, tratar de consciência cidadã é algo ainda subjetivo e que demanda tempo e transformação social a partir das novas gerações. De acordo com os entrevistados, a atividade ainda é composta por apicultores acima dos 40 anos de idade e que já estão arraigados por uma cultura coronelista de longa data. Entretanto, os novos apicultores demonstram nova forma de pensar e de agir na associação e na cidade de Aparecida. Muitos deixaram de desmatar o meio ambiente a partir da apicultura, pois ela não agride o local, mas sim o preserva.

Eu lido com abelhas porque é algo que não precisa estar alimentando direto, não precisa cortar e nem queimar árvores, a gente convive em harmonia com a seca. Tem o problema da água, mas a gente consegue superar com outras atividades [...]. Meus pais sempre me apoiam no que faço, é uma atividade rentável, mas que mostra também às outras pessoas que eu sou capaz, que eu tenho como produzir renda. Já ganhei 800 reais em uma única coleta de mel. (Carlos, apicultor – texto construído a partir da tradução da linguagem de sinais).

Lidar com os apicultores daqui é difícil, você tem que insistir, falar uma coisa duas ou três vezes para eles entenderem a importância do que nós estamos falando. Mas é um grupo muito bom, quando eles compram a ideia eles se esforçam e ajudam mesmo. (João do mel, presidente da associação).

A associação é bastante unida, o problema é o governo local, que é contra nós e inflama os demais moradores da cidade contra a ASPA. Mas nós trabalhamos, mostramos no dia a dia que não nos deixamos desanimar por atitudes mesquinhas da prefeitura. Nós fizemos oposição nessa última eleição ao prefeito. Fomos vencidos, mas não vamos desistir de continuar tentando. (Hélio Roque).

A consciência cidadã é um desafio para a ASPA, a priori, pela necessidade de se legitimar perante o poder municipal e perante os moradores da zona urbana da cidade, visto que, de acordo com os relatos, a cidade é dominada pela visão do prefeito, que defende a extrema direita no município de Aparecida. Apesar da resistência dos apicultores mais

antigos, há o pensamento de que se trata de um grupo unido em prol do desenvolvimento da associação. E este é um aspecto relevante quando se fala em consciência cidadã.

É preciso que os sujeitos da comunidade se vejam como detentores de poder coletivo para mudar o seu contexto. A fala do Carlos é categórica nesse sentido: não se deixando abater pela deficiência, ele consegue, por meio do trabalho e da interação com os membros da ASPA, legitimar-se como apicultor e como artesão.

Existem fatores limitantes, como a cultura da compra e do beneficiamento imediato do voto, que ainda assolam a comunidade urbana e rural, mas a associação tem atuado em sentido contrário a esta forma de pensar e agir e gradativamente, conseguindo mudar a mentalidade de alguns produtores rurais.

A mudança na forma de pensar pode levar o sujeito a descobrir novos horizontes e, embora este estudo não tenha como propósito a reflexão filosófica, vale aqui enfatizar o que afirma Edgar Morin sobre a necessidade do ser humano em buscar novos ares para o desenvolvimento em comunidade: “o conhecimento deve ser permanentemente revisitado e revisado pelo pensamento”, e, ainda, “o pensamento é, mais do nunca, o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade” (MORIN, 2000, p. 18).

O problema do conservadorismo político na região parece ser urgente e deve ser tratado com medidas que levem os sujeitos a repensarem seu papel na comunidade. O empreendedorismo social parece ser uma das alternativas com vistas a diminuir a influência do coronelismo histórico, haja vista sua proposta de maior participação popular em sua trajetória social e econômica, mas que também ganha novos contornos políticos.

Tal fenômeno social atua de forma processual, com ênfase na capacidade da sociedade de se organizar e defender seus interesses e na construção de novos atores sociais que representam distintos interesses e que atuam em defesa da cidadania. O empreendedorismo social talvez seja um caminho para dinamizar as sociedades, sobretudo, no contexto rural (GOHN, 2004; OLIVEIRA, 2011; GUO; BIELEFELD, 2014).

Outra reflexão importante é a relevância das organizações de ação efetiva para que os sujeitos possam se fortalecer em relação a suas reivindicações. Elas têm uma capacidade de agir sobre o desejo coletivo em prol de mudanças, legitimando-se enquanto grupo perante o poder público local. Isso reforça a comunicação coletiva entre associação e município a fim de desenvolver recursos pessoais, sociais e materiais, de acordo com Jovchelovitch (2011). Laços de confiança são fortalecidos a partir da construção conjunta de um sonho comum, em numa perspectiva de longo prazo, que, apesar de não terem sido gerados pela atividade

empreendedora, são, de forma complementar, nutridos por ela, assim como na COPAF, cooperativa de Lagoa de Roça.

Enquanto processo, a postura cidadã plena proposta por Marshall e Bottomore (2004) toma corpo por meio de lentes diferenciadas, A cultura coronelista de décadas não pode ser ignorada, uma vez que está arraigada no seio das famílias que possuem tradição no poder público municipal, o que desafia a conscientização política que é necessária para a ação cidadã plena. A postura dos associados apresenta aspectos de uma relativa politização, forte em relação ao meio ambiente, mas frágil em relação a outros aspectos de sua realidade.

Quadro 20 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã – contexto da ASPA, em Aparecida

CATEGORIA TEÓRICA	INDICADORES	ACHADOS DA PESQUISA - SIGNIFICADOS
CONSCIÊNCIA CIDADÃ	Entendimento de cidadania	Participação na política local, melhores chances de sobrevivência
	Papel na sociedade	Melhoria do bem-estar das famílias, desenvolvimento da comunidade, preservação ambiental.
	Conscientização dos indivíduos beneficiados	Participação nas capacitações, acompanhamento, mobilização contra as políticas de direita

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Os achados da ASPA mostram um forte desejo de mudança política na cidade de Aparecida em prol do desenvolvimento local, que não beneficie apenas os apadrinhados pelo governo local, mas que agregue outras organizações produtivas que contribuem para a comunidade. Apesar de não terem uma missão formalizada, o propósito social da ASPA vai além da produção de mel tão somente, pois trata-se de uma atividade secundária. Ao que parece, sua maior contribuição tangencia aspectos outros de consciência cidadã na participação política da cidade.

4.4.4 Propósito social

O empreendedorismo social na ASPA em Aparecida possui traços de manifestação sistêmica. Nesse ponto, é semelhante às associações de Pombal e de Bonito de Santa Fé, pois não se desenvolve apenas pela predisposição do indivíduo empreendedor, mas de toda uma rede de apoio de entidades que possuem em comum uma natureza cujo cerne não é direcionado pelo fator lucro, pelo menos não de maneira isolada. Porém, o fator que diferencia o propósito social da ASPA é que não há uma rede de apoio bem desenvolvida

como em Pombal. A rede é menor, o que dificulta o desenvolvimento da associação e do empreendedorismo social nela.

Quadro 21 - Missão das organizações que apoiam a COPAF na cidade de Lagoa de Roça

Cooperar	Reduzir a incidência da pobreza na zona rural do Estado (COOPERAR, 2016).
ASPA (propósito social a partir da fala dos entrevistados)	Estimular a produção de mel no município, legitimando o produto do sertão paraibano por meio de uma comunidade ativa e que pensa criticamente sobre sua realidade (Adaptado a partir das entrevistas, 2016).
Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD)	Atuar como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento para atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades (BANCO MUNDIAL, 2016).
Sindicato dos trabalhadores rurais	Representar a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (agricultor(a) familiar), defendendo, organizando, mobilizando, apoiando e prestando serviços cada vez mais qualificados, visando o desenvolvimento sustentável, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária (Dados da pesquisa, 2016).
Articulação do Semiárido (ASA-PB)	A ASA/PB constitui um espaço coletivo de reflexão e elaboração de proposições de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável no estado. Enquanto articulação, assume espaços de representação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável, Conselho de Segurança Alimentar, entre outros. (ASA-PB, 2015)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Bem-estar social e econômico, redução da pobreza, e sustentabilidade são palavras de grande significado nas declarações destas missões. Pode-se assumir a cidadania como elemento inicial de discussão do Quadro 21, haja vista a sua amplitude, que pode ser vinculada a todas as demais expressões.

No contexto estudado, delineia-se como uma das principais preocupações do empreendedorismo social o bem comum. Os programas e os projetos que operam sobre a base territorial, quer resultem da inspiração de bem-estar social, quer se enquadrem nas políticas públicas ou de interesse público/social, dependem cada vez mais da interação com entidades locais e regionais, da colaboração entre atores locais diversos e da participação coletiva dos cidadãos e suas organizações, que possibilitem um maior poder de influência aos atores locais, sobretudo às comunidades (GONÇALVES; CRISTÓVÃO, 2012).

A declaração informal de missão social pode ser identificada a partir das falas dos entrevistados, os quais foram indagados de forma objetiva sobre qual seria o propósito da associação. De acordo com Nassif, Prando e Consentino (2010), a atuação do empreendedor social é vista como apoiada por um grupo, cujos membros são coletivamente responsáveis pelo cumprimento dos objetivos da empresa. A responsabilização no caso da cooperativa é conjunta, isto é, agentes e comunidade se comprometem com o desenvolvimento local.

Desta forma, reforça-se o entendimento de que o empreendedor social não depende de um único sujeito, mas da mobilização de um grupo, uma rede ou aliança entre organizações, entre empresas e o governo, cuja finalidade principal é lidar com problemas sociais (GALERA; BOZARGA, 2009).

4.4.5 Áreas críticas de atuação

De acordo com os relatos, os motivos que levaram Aparecida a ser contemplada com os recursos do Banco Mundial apresentam uma junção de fatores críticos da comunidade com condições organizacionais mínimas. Assim como em Bonito de Santa Fé, a escolha da comunidade beneficiada com o entreposto levou em consideração a organização burocrática, toda a composição de membros necessários para a formação de uma associação, os registros documentais etc.

Todavia, existem outros motivos que fizeram da ASPA uma organização-alvo para os investimentos públicos. De acordo com relatos, muitos associados residem em casas precárias e insalubres, que estão localizadas em áreas públicas e privadas, e cujo acesso ao terreno se dá através de ocupação, de compra informal, e muitas vezes, de heranças de família.

A ASPA melhorou muito a condição dos apicultores da região, mas não porque ela agiu sozinha. Do governo Lula pra cá, os programas sociais deram um grande suporte. Você consegue imaginar o apicultor conseguir comprar uma moto com uma produção de mel? Juntar R\$ 4.500,00 e dar à vista? É algo que antes não se imaginava. E se não tivéssemos este longo período de estiagem, seria uma maravilha. Hoje eu posso oferecer educação para meus filhos, antes eu tinha que ir 3 horas da tarde, chegava onze horas da noite e eu ainda caminhava 5 km a pé, sozinho até a minha casa. Hoje com o nosso trabalho e com o governo que passou eu tenho condições de oferecer escola particular para os meus filhos. Hoje eu tenho uma moto, um carro por conta desse trabalho, porque nós tivemos oportunidade. (João do Mel, presidente da associação).

Hoje minha fonte de renda depende também da apicultura, se não fosse ela, eu não digo pra você que eu não teria o que comer, mas ela me ajuda a ter uma condição melhor, hoje eu ajudo meus pais não apenas com minha mão de obra, mas com dinheiro também, e eu fico feliz com isso. Gosto do que eu faço. (Carlos, apicultor texto construído a partir da tradução da linguagem de sinais).

A ASPA tem ajudado as famílias a melhorar de vida e melhorar também sua forma de pensar. Nós trazemos novas informações de como criar as abelhas, mas também nos preocupamos em disseminar a importância de melhorar de vida, de melhorar a vida do vizinho, de viver melhor em comunidade. Isso é muito importante. Muitos têm uma condição de vida melhor hoje, eu digo não graças apenas ao nosso esforço, mas também porque nossa atividade despertou neles a busca por novas alternativas de viver. (Hélio, apicultor associado).

De acordo com os relatos, as famílias rurais que participam da ASPA entendem que a atividade na apicultura é secundária, mas isso não a faz menos importante, pois ela complementa a renda. Percebe-se que se não fossem os programas sociais, eles não teriam como melhorar sua condição de vida. A busca de uma complementação para o atendimento de suas necessidades levou os associados a buscarem a ajuda de instituições de fomento.

Atuar de forma a reverter quadros de vulnerabilidade econômica e social parece se materializar como um dos principais pilares do empreendedorismo na região. De acordo com o presidente da associação, a ação dos projetos deve ser continuada, e as entidades públicas possuem grande papel nisso.

Quadro 22 - Síntese dos achados empíricos na categoria Área crítica de atuação – contexto da ASPA, em Aparecida

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
ÁREA CRÍTICA DE ATUAÇÃO	Razões de escolha	Organização formalizada Comunidade de apicultores existentes Complementação para a agricultura familiar
	Ações desenvolvidas	Construção do entreposto e da casa de mel Capacitação dos associados
	Melhorias percebidas	Melhorias na captação renda Profissionalização da atividade Necessidade de continuidade dos projetos prejudicada pela mudança de governo

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

4.4.6 As relações com o Estado

As relações da ASPA com o poder público local apresentam conflitos que tentam prejudicar o desenvolvimento da associação. Entretanto, a organização não apresenta sinais de retroação ou declínio. Ao que parece, as dificuldades de relacionamento com a prefeitura têm levado a organização da ASPA a buscar novas fontes de recursos, até mesmo como forma de

demonstrar ao poder público local que ele não é a única fonte de fomento ao empreendedorismo social.

Verifica-se que a necessidade de apoio do poder local não deve ser entendida como algo preponderante em todos os contextos. Para a ASPA, a contrariedade tem levado a liderança da comunidade de apicultores a buscar novas informações e, além disso, desenvolver raciocínio político e crítico da realidade que os cerca, como também o desejo de despertar tal aspecto nos demais participantes da ASPA.

Aqui, começa-se a perceber um outro elemento que faz parte do desenvolvimento do empreendedorismo social: o empoderamento das comunidades rurais, pois ele cria a capacidade no ator individual ou coletivo de usar os seus recursos econômicos, sociais e políticos para atuar com responsabilidade no espaço público, na defesa de seus direitos e na tentativa de influenciar as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos (ROMANO, 2002). É bem verdade que, em Aparecida, a influência da ASPA ainda é minoritária, mas ela tem ajudado os participantes a criar uma resistência que antes inexistia na cidade. A noção de empoderamento está, assim, profundamente associada à noção de participação na comunidade, na melhoria das condições de vida, que se foi consolidando, entre contratos e compromissos associados ao desenvolvimento do empreendedorismo social.

Quadro 23 - Síntese dos achados empíricos na categoria Relações com o Estado – contexto da ASPA, em Aparecida

CATEGORIA	INDICADORES	PRINCIPAIS ACHADOS NAS NARRATIVAS
RELAÇÃO COM O ESTADO	Recursos recebidos	Banco Mundial e Cooperar BNDES
	Suporte burocráticos	Documentos da associação
	Incentivos	Complementação da renda familiar Preservação do meio ambiente
	Participação nas políticas públicas	Sinalização de um possível empoderamento da comunidade rural

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Entende-se a necessidade de se fazer uma discussão dos resultados de uma forma comparada, para que se possa efetivamente dar uma contribuição teórica e empírica ao fenômeno estudado. Entretanto, durante a inserção no campo e sua concomitante análise, identificaram-se alguns elementos que emergiram desse processo e que não estavam

previamente explícitos na literatura analisada no referencial teórico sobre o fenômeno em estudo, ou seja, o empreendedorismo social.

Nesse sentido, antes de apresentar um capítulo de discussão dos resultados de forma integrada, é apresentado a seguir um capítulo intermediário com os elementos que emergiram desse processo.

5 FATORES MEDIADORES DE TENSÃO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL

Este capítulo dedica-se à discussão sobre pontos de convergência entre os lugares de investigação. Como esses fatores emergiram em mais de um caso, a discussão deste capítulo é feita de forma integrada entre os casos. Como eles não estavam previstos na literatura estudada, houve a necessidade de trazê-los para discussão. A reflexão conjunta dos relatos indicou fatores que ajudam a compreender o fenômeno do empreendedorismo social de maneira mais ampla.

A investigação no campo ajudou a complementar o estudo das dimensões que compõem o fenômeno, indicando o surgimento de quatro fatores de discussão: o perfil das representações, o lugar comunitário, o papel dos agentes públicos e a questão da sucessão familiar.

5.1 O PERFIL DA REPRESENTAÇÃO

De acordo com Parente et al. (2011, p.268), “o fenômeno do empreendedorismo social emerge no contexto de crise e desafios sociais, econômicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades contemporâneas”. Os relatos das representações evidenciam uma trajetória de vida em que a necessidade de sobrevivência era constante: a dificuldade na geração de renda; no acesso à informação (através do ensino) e aos centros de comercialização; e na labuta entendida como sofrida, retirando da terra o sustento. Todas as lideranças entrevistadas são descendentes de agricultores e puderam ver no esforço de seus progenitores a necessidade de transformar o contexto em que nasceram. Uns buscaram melhorar aquele cenário, outros buscaram outras oportunidades para si ou para as novas gerações. O fato é que o contato com a terra na infância e na juventude arraigou na visão de mundo das lideranças o desejo de transformação de sua condição.

Em Lagoa de Roça e na zona rural de Pombal, as intenções de desenvolvimento local foram evidentes. A inquietação e o descontentamento com o fato de que melhores chances de vida apenas eram conseguidas fora da região levaram as lideranças a repensar sua postura diante da terra de seus pais e de buscar meios de tornar a morada da casa uma fonte atrativa e sustentável de geração de renda e de melhoria das condições de vida.

De acordo com Dees (2001), os empreendedores sociais são pessoas que agem em prol da coletividade, procurando promover transformações e mudanças sistêmicas sustentáveis.

Caracterizam-se também pelo objetivo de criar impacto (gerar melhorias efetivas) e não pela criação de riqueza (DEES, 2001).

Eu trabalho aqui, mas não faço nada sozinha. Se não fosse a comunidade unida a gente estava parado, não tinha feito tanta coisa boa aqui. [...] o bom é que a gente cresce junto, aprende coisas novas, ensinamos nossos filhos e por aí vai. (Solange, presidente da associação de Várzea Comprida dos Oliveiras - Pombal).

O que seria da COPAF se não fossem os avicultores? Nada! Se não fosse por eles, a cooperativa não existiria. Toda essa estrutura (o abatedouro comunitário), as capacitações... não seria possível. Não é fácil lidar com eles, mas trabalhar em grupo é assim mesmo, tem as brigas mas a gente se une depois, é como em uma família. (Nazaré, presidente da COPAF – Lagoa de Roça).

Foram elas que me colocaram aqui né? Devo muito a elas pelas oportunidades que tive, pelo aprendizado. Às vezes eu penso até em sair, mas quando lembro delas isso me dá fôlego para continuar a batalha diária. (Rita, presidente da Ascamar – Bonito de Santa Fé).

A promoção do desenvolvimento dos participantes e a sua inclusão na sociedade através da aprendizagem de novas competências, desenvolvendo o empreendedorismo e promovendo a mudança de mentalidades, são fatores extremamente importantes para que o empreendedorismo e a inclusão sejam tecidos como uma trama de relações entre os agentes envolvidos. O trabalho da liderança atribui ao esforço coletivo seu desempenho e sua intenção de ação, tanto no desenvolvimento de novos saberes como na resolução de conflitos e na motivação para continuar exercendo o papel de líder.

O empreendedorismo social se preocupa com a criação de soluções para os problemas sociais, novas estratégias de inclusão social, projetos sociais inovadores e ações empreendedoras autossustentáveis. O empreendedor social trabalha com o “negócio social”, uma vez que o social cria novos negócios com base nos princípios de solidariedade e trabalho coletivo (MELO NETO; FROES, 2002); PADILHA, NUNES, 2010). Esse aspecto foi identificado nas associações/cooperativa estudadas, especialmente ao se observar a trajetória que norteia e sustenta sua criação. Nesse aspecto, Chell (2007) observa que o modelo de empresa social se reveste de objetivos pró-sociais que orientam sua missão de alcançar resultados sociais. Sua sobrevivência depende de ajuda externa que sustentem seu objetivo e missão social.

O empreendedor social é alguém que associa a sua paixão com a razão, procurando sempre uma oportunidade para capacitar grupos vulneráveis e frequentemente com menos oportunidades, não deixando que as possíveis barreiras iniciais limitem o seu trabalho e

ideias. Assim, quando detecta uma oportunidade, foca no que a mudança pode oferecer em vez de focar nos problemas que podem surgir (GUO; BIELEFELD, 2014).

Bernardino e Santos (2014), ao estudar o empreendedor social em Portugal, dizem que “os dados revelam que os empreendedores sociais partilham de traços de personalidade comuns [...] marcado[s] por um elevado nível de extroversão, de abertura à experiência e de conscienciosidade” (BERNARDINO; SANTOS, 2014, p. 47). Os empreendedores sociais possuem uma perspectiva relativa à evolução das concepções de desenvolvimento e de responsabilização conjunta dos indivíduos, assim como uma consciência das ações que alicerçam a comunidade, posicionando-se como seus impulsionadores. Tais elementos convergem com o perfil dos representantes, pois afirmaram em suas falas a importância de se desenvolver os trabalhos de forma conjunta, em que todos têm responsabilidades e direitos sobre os recursos fornecidos pelos agentes de fomento e sobre os recursos produzidos como formas de melhoria da renda familiar.

Participantes da COPAF e do Sítio de Várzea Comprida dos Oliveiras afirmam que as condições de vida hoje estão melhores e que a atuação de seus respectivos líderes influenciou nesse processo. Todavia, é importante enfatizar que as mudanças não ocorreram apenas pela ação das presidentes, mas por uma mobilização conjunta, em que parcela relevante é atribuída à busca incessante de conhecimento de recursos, a priori, pelas representantes das associações. Em se tratando das novas competências, foi percebido o aprendizado de novos processos de cultivo, de fabricação e de participação no cotidiano da comunidade.

Essas competências foram e são desenvolvidas nos processos de capacitação fornecidos pelos agentes de fomento, bem como pelo conhecimento tradicional e pelo compartilhamento comunitário. Estas formas de desenvolvimento de competências podem ocorrer concomitantemente, o que gera uma fonte potencial de conflitos entre a tradição e as novas formas de produção. As novas formas de tecnologia precisam ser analisadas (enquanto pertinência) e ser adaptadas ao contexto e à condição cognitiva dos trabalhadores rurais.

A liderança na Ascamar de Bonito de Santa Fé mostra menor ação por diversos fatores: preconceito social em relação à atividade exercida, disputas políticas entre municípios que atrapalha a formação de novas parcerias para a obtenção de materiais de reciclagem, poucos projetos atuantes na associação, diminuição do número de associados, e, por fim, pouca identificação da liderança com o cargo exercido apesar do gosto pela área de meio ambiente.

A liderança comunitária não atua sozinha: ela necessita do engajamento comunitário em prol da melhoria do contexto local. Não se trata de uma postura de liderança restrita

apenas a uma ação bilateral de mandar/obedecer. Para além das questões de legitimidade e de consentimento, trata-se de um processo orgânico de envolvimento com a questão social que transcende o espaço da casa e se amplia para a criação de novos espaços de integração comunitária.

5.2 O ESPAÇO COMUNITÁRIO

Durante as investigações empíricas, um elemento foi enfatizado em todos os contextos visitados: o espaço comunitário, um lugar destinado para a reunião dos associados, produção e compartilhamento. De acordo com Frantz (2012, p. 90), “movimentos sociais, associações, cooperativas ou outras práticas sociais, podem se constituir em lugares privilegiados para a reconstrução do coletivo, dos laços sociais rompidos, de reconhecimento e identificação cultural dos indivíduos”.

O espaço social é moldado pela atuação coletiva. O lugar comunitário proporciona aos associados ou cooperados momentos de interação e compartilhamento de técnicas, sentimentos, reivindicações, problemas e possíveis formas de resolução. Também é o espaço para o aprendizado, para a troca de experiências e para o fortalecimento do grupo. É certo que tal espaço não é imune a conflitos, que ocorrem e podem levar à maior ou menor coesão da organização.

Entretanto, o reconhecimento e a adesão às formas de organização solidária, associativa ou cooperativa, geralmente não ocorrem de outra maneira se não por intermédio de um processo de educação plural, envolvendo não apenas conhecimento, mas também conscientização, produto da interação dos indivíduos, da confiança advinda dos laços tradicionais entre as famílias e do seu diálogo a respeito das experiências de vida.

Ah! Eu me sinto muito bem quando venho pra cá, a gente conversa, vê as amigas, fala da vida, mas também trabalha. De vez em quando a gente discute, mas é normal, é como se fosse uma família só [...], mas é bom que tudo que é novidade, a gente fica sabendo na associação e com a padaria será melhor ainda. O treinamento está sendo ótimo porque a gente tá aprendendo como fazer de forma limpa, com cuidado, tudo nos conformes. Depois de viver aqui eu fiquei mais atenta às coisas na cidade também, a gente tem que participar né?. (Maria das Dores, agricultora em Pombal).

É muito importante termos este espaço para discutir as estratégias da cooperativa, entendemos que é nele que todos têm espaço pra sugerir, pra dar ideias. As divergências são naturais, cada cabeça é um mundo, mas o importante é que conseguimos chegar a um denominador comum, ou pelo menos tentamos chegar. (Volney, avicultor).

O entreposto de mel é muito importante para nossa associação, é nele que conseguimos não apenas juntar o mel produzido pelos associados, mas também definir nosso plano de ação e fazer reuniões também. Todos participam. (João do Mel, apicultor).

Aqui é muito bom. A gente não fica no sol, fazemos as coletas na sombra, temos a máquina de compacta o lixo. Quando a gente quer lanchar a gente vem aqui pra cima. Eu gosto muito. Aqui a gente brinca, conversa e trabalha também né? (risos). Quando teve o curso ele foi aqui também. Trabalhar aqui me deixou mais alerta ao que o povo está fazendo, e os políticos também. (Francinalda, catadora).

Os relatos dos sujeitos evidenciam a importância do lugar comunitário, não apenas como espaço dedicado ao labor coletivo, mas como um espaço de interação multidimensional. É nele onde há momentos de crescimento profissional, pois também é destinado à capacitação e ao conhecimento de novas técnicas de produção. Também é nele onde os sujeitos trocam experiências de trabalho, contribuindo com a continuidade do saber produtivo advindo da tradição atrelado também a novos conhecimentos.

Esses espaços sociais são compreendidos tanto nos estudos sobre a dinâmica cooperativa como também em pressupostos mais amplos, como os aprendizados educacionais. Ambas as vertentes corroboram no sentido de que tais espaços sociais predispõem os sujeitos ao sentimento e à atitude solidária, em que os consensos são construídos tanto pela comunicação dos sujeitos, pelo diálogo e interlocução de seus saberes quanto pela prática social de seus afazeres pela vida (RECH, 2012; ALBRECHT; OLCZEWSKI, 2014; ASSMAN, 1998). Esses espaços vão além do labor, dos processos produtivos e do aprendizado técnico, mas abarcam a interação e as trocas de vivências familiares. Os conflitos são expostos nas reuniões, nas quais não há preocupação em velar ou omitir. São espaços onde as discussões são postas e há o esforço de resolver diferenças pessoais, a fim de manter o grupo mais unido e interativo.

Essas organizações sociais propiciam um maior espaço social para os trabalhadores rurais com o intuito de dar não apenas voz a essas pessoas, mas torná-las sujeitos ativos na sociedade. Nestes locais, evidencia-se a formação de líderes sociais na defesa dos objetivos dos trabalhadores de sua classe (BAVARESCO; PAINI; COLETO, 2015). Isso fica evidente nos discursos da empreendedora de Pombal, ao destacar a necessidade de participar para ficar mais atenta ao que acontece na cidade, e da trabalhadora da cooperativa de catadores, quando afirmou que trabalhar na cooperativa mudou a maneira de perceber a atuação de políticos e também os fatos que acontecem na cidade.

Com relação ao quadro social, será tão mais autêntica a cooperativa, quanto mais efetivo o trabalho com vistas à organização dos cooperados, donde o êxito de

qualquer proposta que vise a um relacionamento transparente, descentralizado/participativo, fiel e duradouro. Vem daí também a geração de novos líderes, a permitir a reoxigenação, de tempos em tempos, no âmbito dos estamentos diretivos. Mobilizar/ativar o quadro associativo, pela nucleação das diferentes unidades em que baseado, ou nos órgãos ou entidades de representação, significa, em resumo, valorizar os cooperados. (DOMINGUES, 2002, p. 31).

De acordo com Silva, Vieira e Bernardo-Rocha (2006), os espaços sociais também são geradores de mecanismos capazes de atuarem sobre a identidade cultural dos produtores, em suas relações interpessoais, na difusão de conhecimento no meio rural e na inserção social do homem do campo.

Quadro 24 - Mecanismos para a formação do espaço comunitário

Mecanismos	Evidências empíricas da pesquisa
Construção de um grupo coeso	Mudanças na composição da associação Embate político com agentes públicos
Reflexões conjuntas	Capacitações Reuniões periódicas
Uso coletivo de recursos	Fabricação de bolos em Pombal Fabricação de ração e abatimento de frangos em Lagoa de Roça Uso da compactadora de lixo reciclável em Bonito de Santa Fé Estoque de mel e refinamento em Aparecida
Trabalho conjunto	Fabricação de bolos em Pombal Construção dos espaços comunitários Programação das atividades das associações/cooperativa (planejamento)
Laços Sociais	Fortalecimento a partir do compartilhamento de uma causa comum.

Fonte: Adaptado de Silva, Vieira e Bernardo-Rocha (2006); Dados da pesquisa (2017).

Afirmar que o grupo é coeso não significa dizer que ele está isento de conflitos, mas que é capaz de, em maior ou menor grau, aumentar a pressão/resistência política e o poder de negociação. Se não fosse tal coesão social, a COPAF não teria conseguido verbas necessárias para a construção do abatedouro comunitário, o entreposto de mel não teria saído do papel em Aparecida, a Ascomar não teria vencido a represália manifestada através de um incêndio

criminoso, nem a comunidade de Pombal teria desenvolvido tantas ações junto aos agentes de fomento, como a padaria comunitária e os sistemas de irrigação.

As reflexões conjuntas aprofundam conhecimentos e (re)descobrem as potencialidades locais. Elas auxiliam no conhecimento de novas técnicas produtivas, seja na extração do mel, na fabricação de bolos, na separação do lixo reciclável ou no cultivo de aves. O uso coletivo de recursos por parte dos membros da cooperativa aumenta o senso de comunidade, de zelo com os materiais usados com vistas a permitir as mesmas condições de uso pelos demais associados. O trabalho conjunto busca motivar e aumentar as responsabilidades individuais dos membros das cooperativas, demonstrando esforço coletivo no desenvolvimento prático de projetos que visam à continuidade das associações

O revigoramento dos laços sociais diminui o sentimento de dependência, exclusão e impotência que podem caracterizar populações menos favorecidas, todavia há muito o que se trilhar em relação aos laços políticos, pois ainda existe a dependência em relação à elaboração de projetos e a persistente influência de uma cultura paternalista na região que, apesar de ser benevolente em alguns casos, enclausura por outro.

Esses espaços sociais apresentam ações coletivas e de definição de interesses que consideram as relações internas e externas, no caso específico das cooperativas populares, percebe-se elevada interação social no exercício da cooperação e da solidariedade, pois assim ajudam a entender melhor formas de produção em que o lucro não é fator motivador principal ou preponderante (CATTANI, 2003).

Essas experiências são geradoras de um ambiente propício para o fomento de capital social - sobretudo quando indicam ações de solidariedade, responsabilidade pessoal e grupal, criação de confiança entre os membros, comportamentos que fomentam uma possível conscientização política, iniciativa pessoal e apreço ao trabalho. Ao que parece, quando essas experiências se articulam com outras similares, transformam-se em catalisadoras de capital social, passando este a ser utilizado para se alcançar objetivos não apenas produtivos e sociais, como também de cidadania, visto a maior participação ou atenção da comunidade ao que acontece no meio político das cidades.

5.3 O PAPEL DOS MUNICÍPIOS (OU DOS AGENTES PÚBLICOS?)

As políticas públicas de fomento ao empreendedorismo social revelam-se primordiais para o desenvolvimento das comunidades rurais. Elas contribuem não apenas para a melhoria dos processos produtivos, mas também fomentam a integração social dos indivíduos. Algo

recorrente na fala dos entrevistados é que tais iniciativas públicas devem permanecer de forma a manter o campo como lugar de oportunidade e desenvolvimento para as gerações futuras.

O desenvolvimento pessoal está intimamente ligado ao desenvolvimento das comunidades, visto que, nesses contextos, o conhecimento tende a fluir socialmente de famílias em famílias, de geração em geração, demonstrando a forte condição social do empreendedorismo. Ainda há famílias em que os pais preferem que os filhos busquem outras oportunidades de crescimento profissional, haja vista uma percepção de sofrimento fortemente entrelaçada ao labor rural.

Felizmente, em relação ao desenvolvimento das comunidades, o qual gera não apenas o fomento a novas formas de renda e melhorias sociais, mas também uma notória e latente evolução da forma de se pensar política, a postura cidadã das comunidades organizadas tem se mostrado relevante. A maior atenção e ação da comunidade em resposta à movimentação dos agentes públicos revela uma maior atividade cidadã, assim como uma maior percepção dos direitos políticos e sociais inerentes à cidadania. Entender o papel da comunidade e do município no oferecimento de condições adequadas para a continuidade da produção familiar é uma conquista cognitiva que tem se manifestado nessas comunidades rurais.

Cabe ao município aproveitar os incentivos e apoios existentes nas políticas nacionais e estaduais, incorporando-as em seu planejamento integrado e sustentável, promovendo a transformação dos espaços locais e pensando o desenvolvimento de maneira planejada, organizada, integrada, participativa e sustentada. Organizar cooperativas, associações, grupos de apoio às micro e pequenas empresas, viabilizar aportes creditícios, entre outras ações, propicia modificações comportamentais e estruturais, fazendo do espaço local a chave para o desenvolvimento nacional e global (BRONZO, 2011; DANTAS, 2012; ROBERTO et al., 2014).

De acordo com Flory, Andreassi e Teixeira (2013, p. 28),

O desenvolvimento (das políticas de apoio as comunidades rurais), a partir das menores células políticas – os municípios – não pode ocorrer de modo acidental e ocasional, mas deve ser construído e pensado de maneira integrada e sistêmica, envolvendo os diversos segmentos que compõem o organograma do município: segmentos sociais, econômicos e ambientais, embasados pelos segmentos administrativos, políticos, institucionais, tecnológicos e jurídico-legais. [...] Cabe aos municípios a definição de critérios indicadores do desenvolvimento desejável e possível para os interesses locais e regionais, objetivos a serem atingidos a curto, médio e longo prazos.

O pensamento sistêmico das atividades do município em relação às comunidades rurais é necessário. Contudo, é importante frisar a possibilidade de os agentes municipais se

depararem com comunidades que não possuem tal conhecimento, sendo necessário um acompanhamento mais próximo delas, auxiliando-as nesse processo de sistematização das atividades. Isso também não significa que elas estão organizadas. Entretanto, tal elemento se dá como consequência de todo um processo cultural e histórico onde as famílias, de geração em geração, passam tacitamente, suas técnicas, modos de produzir e formas de se organizar.

Percebe-se que, apesar das iniciativas de educação formal inerentes ao processo de profissionalização da associação, a aprendizagem social é determinante para a continuidade da atividade empreendedora. As mudanças nos processos de produção precisam levar em consideração a legitimidade social advinda das comunidades para poder se consolidar neste meio, e para que isso seja possível é mister a adaptação das técnicas para que elas possam ser socialmente absorvidas pelas comunidades rurais.

Vale reforçar que existem dificuldades na concepção e na operacionalização dos projetos devido à pseudoautonomia proporcionada, o que demandaria iniciativas governamentais de fomento por meio de capacitação em gestão de projetos. É importante que os programas de incentivo estaduais e federais sejam incorporados na estrutura organizacional do município, onde necessariamente estejam previstos e planejados os programas de inclusão, promovendo a capacitação de pessoas da comunidade não apenas nas melhorias dos processos produtivos, mas também na construção escrita dos projetos que pleiteiam recursos públicos. Incentivar-se-ia, assim, e no longo prazo, uma possível autonomia tão apregoada nos ditames do empreendedorismo, mas que nem sempre condiz com a realidade, já que a natureza deste fenômeno social é coletiva.

Inclui-se, nesse processo, o oferecimento de cursos profissionalizantes e de qualificação que não só proporcionem a formação de novos empreendedores e profissionais de mercado, mas principalmente acompanhem seu desenvolvimento, para que haja continuidade e permanência das ações propostas nos planejamentos dos Municípios. Sobretudo, faz-se premente **a legitimação política das cooperativas e das associações**, já que, no contexto investigado, há aquelas que ainda sofrem perseguição política, descaso ou consideração inferiorizada por parte dos agentes públicos, que consideram tais organizações apenas como massa de manobra para sua continuidade política no município.

Apesar do apoio da prefeitura, tal necessidade de legitimação se dá na Ascamar de Bonito de Santa Fé, pois os relatos evidenciaram situações de tensão, como o incêndio criminoso e a dificuldade de se estabelecer parcerias com outros municípios devido aos conflitos com a prefeitura da cidade. Semelhantes conflitos em decorrência de um terreno

também foram relatados no contexto das associações em Aparecida (ASPA) e Lagoa de Roça (COPAF), onde há divergências políticas entre as associações e os prefeitos.

A necessidade de legitimação configura-se como um dos maiores desafios para o desenvolvimento sem amarras do empreendedorismo social, haja vista suas raízes históricas e culturais de longa data. Em Lagoa de Roça, percebem-se as intenções veladas de prejuízo à COPAF com a doação de um terreno, *a priori*, impróprio para o desenvolvimento de uma atividade produtiva, assim como a indiferença do município para com a produção familiar. Já em Aparecida, o poder da prefeitura local, de acordo com os relatos dos apicultores, age de forma a boicotar o produto da ASPA.

O cenário de Pombal e de Bonito de Santa fé apresenta um quadro aparentemente diferente, no qual os municípios se mostram apoiadores das associações, todavia tal apoio não se demonstra genuíno. Em Pombal, por conta da vontade política, ocorrem oscilações quando outros grupos tomam posse da governança municipal e põem em risco a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela associação rural. Em Bonito de Santa Fé, ocorre a utilização da Ascamar como massa de manobra, que, apesar de gerar uma fonte de renda alternativa, não atua de forma a maximizar a rede de apoio da associação devido aos seus entraves políticos com outros municípios.

É preciso repensar o papel dos agentes públicos municipais, proporcionando uma efetiva participação dos grupos organizados que contribuem não apenas para a economia local, como também para a promoção de melhores condições de vida e de pensamento político. E isso evoca questões mais amplas como a melhoria da formação dos políticos e a maior reivindicação do povo, que precisa desenvolver, de fato, a sua consciência política não apenas no voto, mas em todo o processo de acompanhamento de seus representantes. Desta forma, pode-se pensar em uma aproximação a uma cidadania plena, e o empreendedorismo social tem se comportado a gerar, gradativamente, condições que possibilitem tal aproximação, mas que não são únicas, sobretudo pelo seu caráter processual e coletivo no que tange ao apoio de diversos agentes de fomento.

A autonomia dos municípios brasileiros, prevista no artigo 30 da Constituição de 1988 (BRASIL, 2009), tanto assegura como limita atribuições, direitos e prerrogativas sob três aspectos: o político, na composição do governo e na edição de normas locais; o administrativo, que prevê organização e execução de serviços públicos; e o financeiro, que envolve decretos, arrecadação e aplicação de impostos municipais. Constitui-se o município como ponto-chave para a efetivação de políticas públicas nas comunidades rurais, algo indispensável para as dimensões continentais do País. É por meio do planejamento integrado,

legitimador e sustentável que as comunidades locais podem decidir seus assuntos de interesse imediato e as suas propostas para o futuro, utilizando os repasses de verbas estaduais e federais a que têm direito e explorando suas potencialidades com vistas a um desenvolvimento do empreendedorismo social e da cidadania.

5.4 A QUESTÃO DA SUCESSÃO FAMILIAR

A questão da sucessão familiar emergiu a partir das reflexões sobre os contextos investigados, *a priori*, pela ênfase dos agricultores sobre a continuidade dos projetos sociais com vistas a captar recursos para a melhoria e desenvolvimento das atividades rurais. Assim sendo, refletiu-se não apenas na necessidade sinalizada pelos entrevistados, mas também nas gerações futuras. Sua abordagem se faz mister visto sua capacidade de exercer forte influência sobre a perenidade da atividade rural desenvolvida nas associações/cooperativa estudadas.

A sucessão é um processo inserido no contexto da reprodução social, em que o estabelecimento rural não é somente um lugar de produção, mas também o local do convívio familiar. O processo de sucessão está diretamente interligado com a questão da continuidade do estabelecimento/produção da agricultura familiar (SPANVELLO, 2008). Não é recente a constatação da importância deste tema no meio rural. Abramovay et al. (1998, p. 17) indicam a importância da sucessão no contexto da agricultura familiar ao afirmarem que “a questão sucessória no campo não pode ser encarada como um tema microeconômico da administração empresarial. O que está em jogo neste processo, mais que o futuro de certas empresas e famílias é o próprio destino de boa parte das regiões”, já que os investimentos na agricultura familiar têm evitado o forte êxodo rural de outrora.

Almeida (1986) indica que a sucessão/reprodução na agricultura familiar envolve tanto uma reprodução de ciclo anual (ou no curto prazo) como também um ciclo geracional (ou no longo prazo). A primeira abordagem representa “[...] como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo” (ALMEIDA, 1986, p. 67). Esse ciclo tem por foco a lógica econômica da família, o que engloba aspectos como trabalho e consumo. Já a segunda abordagem leva em consideração como a unidade familiar se perpetua, tendo por foco “[...] a lógica de parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança” (ALMEIDA, 1986, p. 67). Nesse ciclo, incluem-se as questões relativas à formação das novas gerações de agricultores, em termos de sucessão e de troca de comando do estabelecimento familiar. A preocupação com a

continuidade das unidades produtivas é recorrente nas cooperativas e associações agropecuárias.

A sucessão ocorre não apenas do ponto de vista legal, em que os filhos herdam a terra, mas também no que tange à sucessão profissional, dos saberes acumulados ao longo do tempo pela transferência formal ou tradicional dos conhecimentos sobre a produção e sobre as interações sociais necessárias para o bom andamento das atividades.

Para Spanevello (2008), a sucessão ainda pode ser entendida como a transferência do controle/gerenciamento do uso do patrimônio da família aos sucessores. Já a transferência legal refere-se à questão da partilha de herança, tanto em termos patrimoniais quanto da terra. Esses processos devem ser entendidos como dinâmicos e concomitantes, e não como pontos isolados e com duração pré-determinada, visto que dependem de fatores legais e culturais.

Gasson e Errington (1993) já indicavam que a sucessão ocorre de variadas formas: quando o filho sucessor reside em estabelecimento/unidade produtiva separada dos pais, ou possui estabelecimento separado, ou quando o filho reside e trabalha com os pais na forma de parceria (aumentando gradualmente suas responsabilidades), ou ainda quando ele apenas trabalha com os pais sem acréscimo de responsabilidades. Para Spavanello (2008), esses padrões sucessórios apresentados não são estáticos e, portanto, podem ser a combinação de um ou mais elementos dos diferentes modelos. Isso porque devem levar em conta as particularidades das famílias, do ambiente econômico e das variações geográficas e temporais.

Além das fases e dos padrões sucessórios, é necessário destacar a grande influência da inserção dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento familiar. O processo sucessório é realizado de forma mais facilitada se ações como o envolvimento dos filhos na gestão da produção familiar (com aprendizado das técnicas de produção e trabalho em parceria) e o desenvolvimento de habilidades forem levados em conta pelos proprietários atuais. Essas ações possibilitam que sucessor assuma gradativamente a unidade familiar.

São considerados pontos importantes para que ocorra a sucessão na agricultura familiar a inserção/socialização dos filhos na atividade agrícola, a identificação e escolha de um sucessor dentre os herdeiros, a preparação para o momento da transferência do controle da unidade e a forma de distribuição do patrimônio da família (se será repartido apenas para o sucessor ou entre todos os herdeiros). Chemin e Ahlert (2010, p. 72) enfatizam com relação a essa questão que:

[...] é importante referir que a família deve se preocupar desde cedo – e não esperar a doença/incapacidade e/ou a morte do sucedido – com um bom planejamento sucessório (quando se dará a sucessão, quais as qualificações necessárias para o

sucessor na gestão da propriedade, as necessidades econômicas dos pais e de outros dependentes, a partilha do patrimônio entre os descendentes etc.), uma vez que isso permite que os negócios e a vida na propriedade rural mantenham continuidade, que é fundamental especialmente para a sobrevivência financeira da Agricultura Familiar e para prevenir conflitos.

A maioria dos filhos dos entrevistados ainda se encontra em tenra idade, todavia, os sujeitos que participaram das expressões narrativas, são filhos de pais agricultores e demonstraram aumentar sua responsabilidade com o passar dos anos. O que se pode perceber com as entrevistas narrativas é que não há como assegurar que as associações/cooperativas tenham, de fato, um processo sucessório coeso.

Nas associações que trabalhavam efetivamente com a terra, como é o caso da Associação de Pombal, a COPAF e a ASPA, a intenção de continuidade das atividades pelos filhos é um desejo que reside no pensamento dos pais entrevistados, porém, a instabilidade política e a inconstância dos projetos sociais atrelada ao forte período de estiagem levam muitos deles a refletir sobre até que ponto as atividades herdadas pelos filhos terão um contexto que os ajude a continuar desenvolver o sertão.

A Ascamar, associação de Bonito de Santa Fé que lida com o processo de reciclagem, é o que mais destoa desta intenção de continuidade. Os catadores querem que seus filhos estudem e enveredem por outros caminhos que não a coleta seletiva, mas entendem que, se eles não conseguirem outras oportunidades, a associação é um caminho possível para a complementação da renda familiar das futuras gerações.

Até pouco tempo eu entendia que meu filho podia viver da terra, que ele não precisaria ir para a cidade para tentar a vida lá, se ele quiser estudar, virar um doutor, eu vou apoiar, mas eu vou dizer pra ele que ele pode criar seus filhos trabalhando aqui. Eu ainda penso assim, mas a situação do governo atual cortando os incentivos para o campo tem me aperreado o juízo sobre nosso futuro. (Solange, presidente da Associação de Pombal).

Tem que ver se essa meninada vai querer continuar nosso trabalho né? Porque hoje com essa tal de internet eu vejo só os jovens querendo outras coisas, são poucos os adolescentes que eu vejo que se interessam no negócio da família. (Naldinha, agricultora em Pombal).

Quero me meus filhos estudem, que busquem trabalhar no que eles gostam, se eles tiverem gosto pelo que eu faço, ótimo, terei como ajudá-los mais ainda. Eu espero que eles queiram continuar com nosso trabalho: a apicultura, a agricultura. Eu vejo que eles podem se sustentar com essa herança. (João do Mel, presidente da ASPA).

Eu prefiro que meu filho queira fazer outras coisas, coletar lixo é muito sofrido. E tem as pessoas que não veem nosso trabalho com bons olhos. Mas se ele não conseguir nada melhor, fazer o que né? É uma atividade que ajuda a tirar um complemento sim. Mas se eu puder, vou orientar ele a fazer outras coisas. (Rita, presidente da Ascamar).

A discussão sobre sucessão familiar não é recente. Silvestro et al. (2011) informavam que havia uma quantidade crescente de unidades produtivas cujo destino e continuidade estavam comprometidas pela falta de sucessores, em que os filhos deixavam o negócio familiar, para conseguir oportunidades mais promissoras de geração de renda, na esmagadora maioria dos casos, fora do meio rural. A situação do contexto investigado mostra, para as gerações produtivas e que participaram da pesquisa, que esta situação tem se modificado. O homem do campo percebia, até o final da era do governo Lula, que havia possibilidades de permanência e desenvolvimento do meio rural familiar.

A questão da continuidade e manutenção das atividades envolve outras questões além das familiares, principalmente financeiras (VARGAS; SPANEVELLO, 2010). Isso porque uma unidade produtiva requer altos custos para implantação e manutenção. Diversos investimentos em equipamentos, mobiliário, adequação das instalações são solicitados aos produtores. No entanto, percebe-se que, para que essas alterações sejam realizadas, são gerados custos que demandam financiamentos os quais, na maioria dos casos, são de longo prazo. Uma unidade familiar sem perspectivas de sucessão e continuidade produtiva dificilmente executa as modificações necessárias, o que acarreta consequências na qualidade da produção, mas sobretudo no desenvolvimento rural das pequenas famílias.

Percebe-se que tais elementos que emergiram da análise do campo empírico configuram mediadores de tensão no desenvolvimento de um empreendedorismo social que se revela muito mais próximo de um contexto de solidariedade do que os modelos previamente postos teoricamente. As categorias postas pelo conceito de Empresa Social ajudaram como ponto de partida. O campo revelou outros elementos que, em conjunto com as categorias de empresa social, direcionam a compreensão do fenômeno de forma mais ampla, levando-nos a encarar sua manifestação mais próximo de uma postura mais solidária que necessita levar em consideração mediadores de tensão que agem de forma plural no fomento ou no recrudescimento de uma postura efetivamente cidadã.

O capítulo a seguir tem o intuito de contribuir teoricamente no sentido de estabelecer uma estrutura de referência que compreenda o fenômeno de um empreendedorismo social, mas que, no contexto investigado, demonstrou-se com uma postura mais próxima de uma perspectiva solidária.

6 DISCUSSÃO TEÓRICA: EMERGÊNCIA DO EMPREENDEORISMO SOLIDÁRIO NO CONTEXTO RURAL

Após o percurso de investigação empírica, em que se estudou as manifestações das categorias do empreendedorismo social no contexto rural, assim como a evidenciação dos elementos que emergiram e não tinham sido identificados previamente na literatura estudada, foi possível delimitar alguns elementos que se configuram como uma contribuição teórica deste trabalho de tese: a proposição de uma estrutura de referência para delinear com maior amplitude o fenômeno do empreendedorismo social no contexto das associações e cooperativas no âmbito da agricultura familiar.

De forma preliminar, foi realizada uma análise cruzada das categorias da pesquisa, em que se buscou identificar elementos comuns às categorias investigadas, assim como peculiaridades em outros estudos empíricos, que, apesar de terem sido evidenciadas em casos isolados, auxiliam no estabelecimento dialógico com outros estudos tangenciais e na compreensão do fenômeno do empreendedorismo social de forma mais ampla.

6.1 ANÁLISE INTEGRADA DOS ACHADOS EMPÍRICOS DA PESQUISA

Esta seção se propõe a fazer uma análise dos contextos investigados em cada uma das categorias previamente propostas na fundamentação teórica. Ao final de cada uma das categorias investigadas, é apresentado um quadro-síntese sobre as principais características expressas a partir do campo.

6.1.1 Consciência cidadã

O *entendimento de cidadania* dos entrevistados mostra uma forte relação com a ideia de participação, de interação com a comunidade, e com as ações da associação/cooperativa. Manter-se ativo nessas organizações é um aspecto relevante para o desenvolvimento de uma postura cidadã, a qual não é obtida apenas com o ato de fazer algo em prol da comunidade, pois tem um poder de alcance mais amplo. Apesar do entendimento comunitário sobre a

cidadania estar voltado para a ação do sujeito, há outros aspectos implícitos nesse agir: as melhores chances de vida, a busca pela garantia de direitos (TELLES, 2009) e o pensamento crítico sobre a realidade (BECK, 1999; DRUCK, 2011).

Na perspectiva de Marshall e Bottomore (2004), a cidadania plena é conseguida quando o sujeito exercita três dimensões do direito: o direito de participação política na comunidade, o direito de ter acesso a direitos sociais e o direito à liberdade civil. As falas dos entrevistados demonstram uma aproximação considerável dessa perspectiva, o que indica que o fenômeno do empreendedorismo social é capaz de fomentar não uma cidadania plena, mas uma *consciência cidadã*, a qual alcança, ainda que parcialmente, os três âmbitos dos direitos da cidadania plena.

Estudos realizados em Medellin, na Colômbia, a respeito do fomento à cidadania por meio da ação social empreendedora fortalecem o vínculo entre os fenômenos. A diferença se dá na conscientização política dos empreendedores solidários participantes da pesquisa, a qual demonstrou ser mais presente nas narrativas do que no contexto aqui investigado, possuindo maior reverberação na comunidade. Todavia, a maior propagação naquele contexto não garante a efetividade das reivindicações, pois, de semelhante modo ao contexto local, vivenciou-se uma política governamental restritiva (ARBOLEDA; ZABALA, 2011).

Em Portugal, pesquisas constataram que os microempreendedores no terceiro setor participam de fóruns e debates para escolha de líderes eleitorais para a escolha dos representantes locais. De acordo com Parente (2016), estas práticas destinam-se a desenvolver consciência democrática e cidadania. Os dois contextos empíricos estrangeiros citados não utilizam as mesmas bases de desdobramento para abordar a cidadania; logo, a discussão é mais difusa e pautada em outras bases teóricas, como a inovação social em Portugal e a cultura cooperativa em Medellin.

O contexto estudado revela uma lógica entendida pelos sujeitos em relação ao seu *papel na sociedade*. Sob a lente teórica proposta por Marshall e Bottomore (2004), o contexto rural estudado neste trabalho de tese apresentou, do ponto de vista civil, forte preocupação em honrar compromissos formais adquiridos no mercado e colocar em prática os recursos recebidos pelas fontes de fomento, ou seja, mostrar que os recursos foram devidamente aplicados na produção/construção estrutural das associações. Os direitos sociais são os mais próximos de um alcance pleno, pois são mais perceptíveis na visão dos beneficiados; melhorias em relação à educação dos filhos, ao bem-estar da família, à estruturação do lar e às fontes alternativas de renda.

O mais frágil dos direitos alcançados está vinculado aos direitos políticos, mas não necessariamente por falta de clareza ou conscientização dos sujeitos, mas por aspectos contextuais limitantes em relação à ação dos associados: a perseguição política velada, a oposição partidária, o coronelismo histórico, os conflitos entre prefeituras e a indução das capacitações que não desenvolvem habilidades de elaboração de projetos junto às comunidades. Sobre a educação no interior de São Paulo, Dermatini (2011, p.181) afirma: “não nos deixa dúvidas quanto ao peso das interferências políticas locais nesse sistema, nem sobre o interesse dos coronéis em usá-los em seu próprio benefício”. Todos esses elementos atuam como limitantes do desenvolvimento dos direitos políticos que vão muito além do voto, mas envolvem uma participação legitimada pelos agentes públicos nas ações de apoio à agricultura familiar.

A partir do contexto investigado, o que parece importar não é necessariamente alcançar plenamente uma cidadania idealizada, mas permitir aos sujeitos um alcance ainda que tangencial, de forma a possibilitar o desenvolvimento de suas famílias e a perenidade da atividade familiar rural. Esta constatação suscita o que Spavanello (2008) disserta sobre a questão da sucessão familiar, destacando que o processo de sucessão está diretamente interligado com a questão da continuidade do estabelecimento/produção da agricultura familiar. Abramovay et al. (1998) ainda vão além ao afirmar que o futuro de certas empresas e famílias está atrelado ao desenvolvimento de boa parte das regiões rurais, já que os investimentos na agricultura familiar têm evitado o êxodo na zona rural, oferecendo novas perspectivas para o homem do campo.

A partir das reflexões sobre o campo, entende-se que o alcance pleno da cidadania seja algo difícil de se alcançar. Entretanto, ela ajuda na construção de esforços aproximativos para a melhoria da sociedade. O benefício das famílias é evidente com estas ações e são nessas pequenas evidências que se pode perceber os avanços em relação ao desenvolvimento do fenômeno social.

A compra de uma geladeira nova, de roupas novas para os filhos, a reforma da cozinha da casa, o ato de colocar o filho em uma escola melhor, de levá-lo a um médico etc. trazem muito mais significados para os sujeitos, pois eles não terminam em si mesmos. A questão não é o objeto obtido, mas o significado de vida que transcende dele: a capacidade de proporcionar mais dignidade aos sujeitos fazendo-os interagir com a sociedade com maior ciência de seu papel. Isso é corroborado por Yunus (2010), já que o autor enfatiza que o consumo consciente, atrelado a outros fatores de ordem social, pode oferecer terreno fértil para que a dignidade se desenvolva, embora não uma dignidade adequada, visto que se vive

em um país de contrastes nos mais diversos âmbitos. Porém, não há como negar a melhoria da condição de vida dos sujeitos e a redução, ainda que mínima, da pobreza nesses locais.

Porém, corroborando com Telles (2009), ainda há muito a se evoluir nesse panorama, visto que a pobreza ainda é usada como moeda de troca nas comunidades visitadas, algo que poderá ser melhor evidenciado na discussão sobre as relações com o Estado. O alcance de uma cidadania plena não foi exitoso, mas não há como negar o fomento à cidadania que os movimentos do empreendedorismo social provocaram nos sujeitos. A conscientização dos indivíduos beneficiados, o senso de coletividade, de atenção à movimentação política local e a noção do dever e do direito foram consequências notórias no contexto rural investigado.

A partir do fenômeno estudado, pode-se entender que a consciência cidadã está vinculada ao que se entende por cidadania, da identificação de papéis de cada um na sociedade, da necessidade das pessoas se conscientizarem não apenas dos benefícios, mas das obrigações que de adquirem junto com eles. O contexto rural apresenta tal preocupação, algo que deve ser replicado em outros cenários, sobretudo nos centros urbanos. O Quadro 25 sintetiza os achados discutidos.

Quadro 25 - Síntese dos achados empíricos na categoria Consciência Cidadã

CATEGORIA TEÓRICA	INDICADORES	Associação Comunitária dos Agropecuaristas da Várzea Comprida dos Oliveiras (Pombal)	COPAF (São Sebastião de Lagoa de Roça)	ASCAMAR (Bonito de Santa Fé)	ASPA (Aparecida)
CONSCIÊNCIA CIDADÃ	Entendimento de cidadania	Participação na comunidade, coesão social	Participação na construção do abatedouro	Participação na conscientização ambiental da comunidade	Participação na política local, melhores chances de sobrevivência
	Papel na sociedade	Desenvolvimento da agricultura familiar Contribuição com o desenvolvimento da agricultura familiar Educação dos filhos Bem-estar da família	Bem-estar da família	Bem-estar das famílias	Melhoria do bem-estar das famílias, desenvolvimento da comunidade, preservação ambiental
	Conscientização dos indivíduos beneficiados	Empoderamento das pessoas do campo Participação nas políticas da prefeitura Interação com a associação,	Busca por recursos no governo do estado, nas feiras de negócio, nas reuniões da cooperativa	Busca por recursos no governo do estado, nas feiras de negócio, nas reuniões da associação	Participação nas capacitações, acompanhamento, mobilização contra as políticas de direita

		capacitação Interação com as outras mulheres da comunidade			
		Participação na comunidade, coesão social		Intimidação do poder legislativo local	

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O desenvolvimento de uma consciência cidadã ainda é um desafio para estas comunidades, uma vez que as ações precisam ser aperfeiçoadas, buscando proporcionar de fato maior pensamento crítico e legítimo a estas comunidades perante as autoridades políticas. Por outro lado, ações têm sido desenvolvidas nesse sentido ainda que de forma não intencional por parte dos agentes públicos. E esta condição faz da consciência cidadã que, juntamente com as demais categorias de empreendedorismo social, possibilita um avanço na compreensão do fenômeno social no contexto estudado, sobretudo em relação ao propósito das ações desenvolvidas junto ao empreendedorismo social.

6.1.2 Propósito social

O propósito social envolve o esforço cognitivo das associações no processo de identificação de valores que norteiem a elaboração de sua missão e de seu planejamento em termos de definições de objetivos e campo de atuação. Os objetivos traçados são acompanhados e vislumbrados pelo alcance tangível dos espaços e pelos equipamentos e estruturas desenvolvidos na comunidade. A área de atuação das associações é o seu entorno imediato, que não se limita à comunidade em si, mas agrega outras comunidades próximas que também beneficiam e são beneficiadas pelas organizações investigadas.

Em geral, o propósito social não está explícito em quadros ou planejamentos formalizados. Na verdade, ele está introjetado nas intenções e no pensamento comunitário, que visa, naturalmente, o bem comum. Este impasse levou à revisão da nomenclatura teórica original, pois, de acordo com Defourny e Nyssens (2010), a Missão Social trata de um contexto empresarial formal, atuante em um cenário urbano ou de mercado, mas que desenvolve ações que visam melhorias à sociedade.

Como o contexto investigado envolveu sujeitos atuantes em associações, não existia uma *declaração de missão* formal a ser analisada. Apenas a COPAF apresentava formalmente

condições de inserção na nomenclatura teoricamente proposta. O formato de Cooperativa apresenta maior estruturação da missão social, pois consegue indicar textualmente uma maior amplitude de valores que deixam claras as intenções do grupo perante à comunidade, o que não significa que as demais associações não trilhem valores semelhantes, já que as narrativas enfatizaram o desenvolvimento de práticas coletivas preocupadas com a sustentabilidade, com o meio ambiente e com o bem-estar coletivo.

De acordo com Frantz (2012), conceitos teóricos normalmente são usados na organização e no funcionamento de cooperativas. Portanto, elas apresentam uma maior estruturação conceitual, e, por isso, uma maior possibilidade da presença de elementos conceituais, como o de missão social.

Por outro lado, as demais associações no campo empírico não apresentaram uma missão social formalizada, o que suscitou a necessidade de realizar adaptação em sua nomenclatura, mas sem modificação na composição dos indicadores que compõem a categoria. Independente do estabelecimento formal ou não da declaração da missão social, essas associações demonstram *valores* associados ao desenvolvimento da comunidade, abordando aspectos ligados ao bem-estar das famílias, à melhoria das fontes de renda e à maior participação da comunidade.

O *alcance dos objetivos* enfatiza elementos tangíveis relacionados, sobretudo, ao espaço comunitário destinado à produção ou ao seu destino: local de conquista, de trabalho conjunto e compartilhamento de saberes, de resolução de conflitos e estímulo motivacional para a continuidade das práticas com maior segurança, comodidade e estruturação. O alcance dos objetivos no contexto estudado vai além da estrutura tangível, pois converge com um importante papel do empreendedor solidário.

Dessa forma, o *campo de atuação* e a estruturação dos espaços comunitários demonstram a capacidade de união e coesão dos grupos sociais inseridos dentro das associações, reforçando os laços instrumentais, e, sobretudo, os laços sociais e afetivos. O espaço comunitário possui grande significado para as associações, pois ele possibilita o desenvolvimento de outras ações. A ideia do espaço social materializado reforça um contexto de fortalecimento da continuidade dos projetos, que sozinho não sustenta a prática empreendedora social, mas que contribui consideravelmente com esta.

Korsgaard, Müller e Tanvig (2015) entendem que o espaço destinado ao empreendedorismo proporciona uma íntima relação com o local, percebida, em um contexto dinamarquês, no cultivo de geleias orgânicas. Naquele local, o empreendedorismo no contexto rural leva a uma identificação econômica, social e cultural: gerando renda,

estreitando laços e valores de solidariedade entre cultivadores e fortalecendo a tradição e a história local.

Apesar da distância geográfica entre o contexto dinamarquês e o contexto paraibano, com suas respectivas peculiaridades históricas, econômicas, climáticas, entre outras, percebe-se que o fenômeno empreendedor no contexto rural possui pontos de diálogo: em ambos os contextos, a prática empreendedora não é vista apenas como oportunidade de negócio e de geração de renda, mas de fortalecimento do propósito que transcende o produtivo e alcança o coletivo, isto é, a melhoria do bem comum da comunidade.

Quadro 26 - Síntese dos achados empíricos na categoria Propósito Social

CATEGORIA	INDICADOR	Associação Comunitária dos Agropecuaristas da Várzea Comprida dos Oliveiras (Pombal)	COPAF (São Sebastião de Lagoa de Roça)	ASCAMAR (Bonito de Santa Fé)	ASPA (Aparecida)
PROPÓSITO SOCIAL	Declaração da missão institucional	Conhecimento do propósito central, mas não das diretrizes detalhadas	Produzir e comercializar frangos e ovos caipiras e outros produtos da agricultura familiar, atendendo às necessidades dos nossos clientes e promovendo o bem-estar social e econômico dos nossos colaboradores e parceiros de forma justa, solidária e sustentável	Despertar entre os associados o sentimento de solidariedade e do objetivo comum. Desenvolver os associados para a satisfação do bem comum. Contribuir para a preservação do meio ambiente	Estimular a produção de mel no município, legitimando o produto do sertão paraibano por meio de uma comunidade ativa e que pensa criticamente sobre sua realidade
	Valores	A partir da reestruturação do campo Profissionalização da atividade rural Melhoria dos produtos cultivados Melhor espaço para trabalhar	Associativismo e Cooperativismo Fidelidade e Confiança Perseverança Flexibilidade e adaptabilidade Sustentabilidade Social e Ambiental	Preservação do meio ambiente	Bem-estar das famílias, colaboração, ativismo social
	Objetivos	Reestruturação da comunidade (eletrificação, abastecimento, armazenamento de água, irrigação, associação, padaria	Abatedouro comunitário, minifábrica de ração, expansão dos mercados, Certificação.	Construção do galpão, parceria com outras organizações para coleta de materiais sólidos	Capacitação dos produtores, melhoria da qualidade do produto. Construção do entreposto de

		comunitária)			mel, construção da casa do mel
	Campo de Atuação	Novas oportunidades de renda Elaboração de novos produtos: bolos, doces e hortaliças	Comercialização dos frangos e ovos nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco	Cidade de Bonito de Santa Fé. Ação com moradores e escolas da cidade	Coleta de mel no alto sertão, transformação da associação em cooperativa, expansão da comercialização

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Apesar de não existir missão social declarada, conforme afirmam Defourny e Nyssens (2010), as práticas revelam que o propósito social das associações é legítimo. Os objetivos estão voltados para a comunidade, nos quais o lucro não é o ponto central, mas um mecanismo de melhoria social que, subordinado a intenções de maior amplitude comunitária, contribui para o bem-estar econômico das famílias, o que corrobora com o entendimento de Barki (2015) sobre tal aspecto, visto a ampliação do objetivo para algo em prol da sociedade.

A atuação das associações demonstra o interesse e a intenção de continuidade. É importante refletir que tal crescimento não ocorre apenas pela vontade da associação, mas pelo oferecimento de condições contextuais adequadas, como o apoio institucional de organizações de fomento e a viabilidade política, seja no nível municipal, estadual ou federal, para a legitimação das atividades desenvolvidas nas associações.

6.1.3 Áreas críticas de atuação

A obtenção de recursos para estas associações tem utilizado critérios, ou seja, razões de escolha, associados à condição de vulnerabilidade econômica e social da comunidade e dos sujeitos que participam das associações. Todavia, apenas a condição de pobreza econômica ou social dos indivíduos não é suficiente para o repasse de recursos públicos, pois é necessária uma mínima organização social desses sujeitos de forma a viabilizar o repasse.

O empreendedorismo social tem o papel de diminuir a vulnerabilidade econômica e social das comunidades. Tal processo se dá pelo esforço conjunto da comunidade e das entidades de fomento, que em conjunto fornecem meios para a melhoria do bem-estar das famílias, diminuindo índices de desnutrição, elevando a expectativa de vida, aumentando os padrões de consumo e o acesso à informação (DESS, 1998; KERLIN, 2006; DEFOURNY; NYSSENS, 2010; BRONZO; TEODÓZIO; ROCHA, 2012; BARSKI, 2015).

As *razões das escolhas* indicam a importância da organização dos ajuntamentos sociais e a formalização da estrutura demonstra ser um dos passos importantes para a captação

de recursos e melhoria das comunidades rurais. A iniciativa de organizar uma associação parte dos líderes da comunidade, os quais conseguem, junto a moradores locais, buscar informações para este fim. Juntamente a este fator, tem-se os fatores contextuais atrelados às necessidades estruturais, comerciais e sociais. As razões não estão isentas do interesse político local, pois também existe a possibilidade de influência local motivada por razões eleitoreiras. Este quadro pode ser nocivo aos interesses genuínos da associação, levando-a a um potencial negativo de desenvolvimento futuro, já que a influência política por si pode distorcer os caminhos da associação.

As *ações desenvolvidas* pelas narrativas estão diretamente relacionadas aos objetivos alcançados da categoria referentes ao propósito social, o que demonstra a convergência do entendimento dessas duas categorias (propósito social e atuação em áreas críticas). A missão social ou o propósito social das associações, formalmente declarados ou não, estão relacionados à minimização de situações de criticidade orgânica e cognitiva dos sujeitos que atuam nas associações. Os sujeitos percebem que tal minimização das insalubridades contextuais estão relacionadas não apenas a melhores condições de vida, como também a avanços no seu aprendizado individual e coletivo. A melhoria material e imaterial apresentada nas narrativas revela caminhos para possíveis transformações sociais nas comunidades investigadas, que são alcançadas concomitantemente à evolução de políticas e de projetos genuinamente sociais que sejam perenes. Reforça-se, desta forma, a capacidade dos agentes públicos e sociais no processo de transformação social das comunidades por meio de práticas associativas e colaborativas ligadas ao empreendedorismo, como a melhoria dos processos de produção, o acesso à capacitação profissional, o incentivo à participação da juventude e a melhoria do bem-estar das famílias.

As *melhorias percebidas* pela comunidade levam a uma maior participação das comunidades no contexto onde estão inseridas, bem como a uma maior participação da mulher na busca do bem-estar familiar, legitimando-as enquanto geradoras de renda complementar para as famílias, entusiastas e provedoras de desenvolvimento social nas comunidades, exercendo papel importante no engajamento das sucessões futuras.

Vários são os estudos que comprovam que o papel da mulher empreendedora tem reconfigurado o seu papel no lar e que reforçam a ação das agricultoras participantes desta pesquisa. Segundo dados do SEBRAE publicados em 2014 pelo anuário Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, em 2013, o total de ocupados no Brasil era de 96,7 milhões, contra 80,8 milhões em 2003, correspondendo a uma taxa de crescimento médio anual de 1,8%. Iniciativas de um ambiente multicontextual têm sido firmadas e ampliadas,

criando condições e ambientes favoráveis para estimular o corpo feminino a dar continuidade a seus projetos pessoais e familiares, legitimando as mulheres enquanto provedoras em seus lares e diminuindo desigualdades socioprofissionais impressas no seu histórico de inserção autônoma no âmbito empreendedor (JONATHAN, 2003; MACHADO, 2003; STROMBINO; TEIXEIRA, 2010; VALE; SERAFIM; TEODOSIO, 2011; MURUGESAN; GOWTHAN, 2016).

O Quadro 27 apresenta os elementos de distinção da categoria:

Quadro 27 - Síntese dos achados empíricos na categoria Áreas Críticas de Atuação

CATEGORIA	INDICADORES	Associação Comunitária dos Agropecuaristas da Várzea Comprida dos Oliveiras (Pombal)	COPAF (São Sebastião de Lagoa de Roça)	ASCAMAR (Bonito de Santa Fé)	ASPA (Aparecida)
ÁREAS CRÍTICA DE ATUAÇÃO	Razões de escolha	A vulnerabilidade econômica, geográfica e climática Dinâmica da comunidade Escassez de água e de recursos Existência de uma associação	Cooperativa formalizada Busca incessante da comunidade por alternativas de obtenção de recursos Campanha eleitoral	Cooperativa formalizada Atuação com o meio ambiente Apoio da prefeitura	Organização formalizada Comunidade de apicultores existentes Complementação para a agricultura familiar
	Ações desenvolvidas	Infraestrutura Produção Eletrificação Abastecimento Armazenamento de água Irrigação, Associação Padaria comunitária	Construção do abatedouro Capacitação na forma de criar avinos Sistematização da gestão	Construção do galpão Capacitação dos associados	Construção do entreposto e da casa de mel Capacitação dos associados
	Melhorias percebidas	Maior atuação das mulheres na comunidade Novas formas de renda, politização da comunidade Aprendizado, liderança, profissionalização Empreendedorismo coletivo, melhores condições de vida Necessidade de continuidade dos projetos	Maior atuação dos avicultores na comunidade Melhorias na captação de renda Aprendizado, liderança, profissionalização Necessidade de continuidade dos projetos Maior atuação das universidades	Melhorias na captação de renda Aprendizado, liderança, profissionalização Necessidade de continuidade dos projetos	Melhorias na captação de renda Profissionalização da atividade, Necessidade de continuidade dos projetos prejudicada pela mudança de governo

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Apesar de ter sido evidenciado apenas na cooperativa, o papel das universidades é de grande importância na redução da vulnerabilidade das comunidades rurais. A atuação da universidade foi relevante para a melhoria nutricional dos produtos agrícolas, e isso tem um impacto considerável inclusive na produção doméstica. As ações de minimização devem estar relacionadas à melhoria no bem-estar das famílias participantes das associações. Muitas dessas medidas são proporcionadas pela atuação do Estado como parceiro nas ações de empreendedorismo social.

6.1.4 Relações com o Estado

As relações com o Estado revelam pontos de tensão que, por um lado, contribuem para o desenvolvimento das associações e, por outro, criam ou fortalecem mecanismos complicadores de ação. É pelo viés público que muitos recursos financeiros chegam a estas comunidades rurais, seja através de bancos públicos, de instituições internacionais como o Misereor (entidade europeia atuante na comunidade de Pombal) ou do Banco Mundial.

Em relação à participação do Estado, o programa Cooperar do Governo da Paraíba aparece como um dos principais protagonistas no desenvolvimento das associações, seja como intermediário ou provedor dos repasses de investimento. Foi por meio desses recursos que as construções dos espaços comunitários evidenciados na pesquisa puderam ser construídos. As comunidades rurais dificilmente possuem condições financeiras para a construção de estruturas de grande porte cujo fim é a produção, capacitação e integração, necessitando de suporte financeiro para estruturação de seus espaços comunitários.

Não se pretende aqui afirmar que tal construção não poderia ser feita por *recursos próprios* da comunidade, mas que o incentivo de fontes de fomento potencializa o desenvolvimento das associações e redireciona investimentos próprios da comunidade para outras finalidades que, em geral, visam o bem-estar comum das famílias e das comunidades. Bronzo (2010) corrobora com tal potencialização, acrescentando ainda que tais medidas amenizam situações de vulnerabilidade que vão além da questão econômica. As políticas públicas que injetam recursos nessas comunidades contribuem para o desenvolvimento do capital humano, sobretudo no que tange ao empoderamento feminino e à redução da vulnerabilidade em diversas dimensões de risco (político, econômico, social, de saúde, de segurança).

Do ponto de vista *técnico*, algumas instituições do poder público foram decisivas para a formalização das associações. Entretanto, tal intervenção pública não se configura como essencial, visto que dois dos quatro contextos investigados não tiveram suporte do poder público no processo de elaboração dos documentos físicos que visaram à formalização das associações.

Independentemente de ter sido o poder público responsável pela elaboração documental, o fato é que tais associações carecem de agentes pontuais para elaborar processos burocráticos. Não se afirma, no entanto, que estas comunidades sejam desprovidas de tal capacidade. Todavia, existe um fator histórico-cultural que as limita nesse aspecto cognitivo, sendo um ponto sobre o qual as comunidades precisam refletir para as gerações futuras. É interessante que também programas de capacitação que tenham este fim façam parte da agenda do Estado, também como forma de dinamizar de fato estas comunidades.

Por outro lado, nem todas entidades do poder público, sobretudo no campo local (municipal), possuem tal interesse. Ao que parece, algumas das prefeituras preferem manter-se como provedoras de tais projetos, mantendo certa relação de dependência com a comunidade beneficiada de forma a manter uma influência considerável sobre as famílias, como se os projetos fossem dádivas concedidas de bom grado para as associações, como sinaliza o contexto de Bonito de Santa Fé e de Pombal.

Em outra perspectiva de estudos, Carvalho (2014) analisa as políticas públicas de fomento à moradia Social. No trabalho empírico do autor, analisa-se o papel dos agentes públicos na formulação dos requisitos técnicos e documentais necessários para a efetividade da política pública. Além disso, ele chama a atenção para o redirecionamento do interesse social para o interesse mobiliário, o que pode gerar um risco da fidedignidade documental necessária para benefícios genuinamente sociais dos programas de acesso à moradia.

O ponto em comum entre os estudos desenvolvidos neste trabalho de tese e o estudo de Carvalho (2014) reside no potencial risco da distorção dos interesses legitimamente sociais, os quais podem ceder espaço para objetivos nebulosos, de motivação individualistas e tão somente economicistas. Por outro lado, é importante salientar que o dinamismo social também pode ocorrer sem o *apoio (incentivo) do poder público local e das políticas públicas*. Como um efeito reverso, tal resistência provocou em alguns contextos (Aparecida e Lagoa de Roça) o maior desenvolvimento da capacidade produtiva, representativa e cognitiva de sujeitos das associações: a criação de outra associação e o aumento da capacidade de liderança em Lagoa de Roça, bem como a diversificação do aprendizado em Aparecida no que

tange aos processos produtivos e políticos na área de apicultura são evidências de superação em meio ao desfavorecimento das prefeituras locais.

Por fim, *as relações de poder* também emergiram em tal categoria de análise. Ainda que implicitamente, perceberam-se as investidas do poder público em diversas frentes de intervenção sobre o empreendedorismo social nos contextos estudados.

Gondim, Fischer e Melo (2006) admitem a difícil e complexa dimensão do poder atrelada à esfera pública, uma vez que se deve tentar levar em conta os interesses, muitas vezes antagônicos, de diversos atores, os quais devem ser discutidos e negociados coletivamente, em grau razoável de consenso.

E é neste campo de análise que traços de um coronelismo histórico se manifestaram, buscando, por um lado, criar uma relação de dependência em que a obrigação implícita da gratidão das famílias sinaliza-se enquanto imperativo social, e, por outro, executar mecanismos de resistência contra o empoderamento das comunidades. A influência coronelista possui raízes profundas no contexto rural. De acordo com Demartini (2011), tal influência se dá pela habilidade dos coronéis em interferir nos sistemas educacionais da comunidade, subjugando o interesse coletivo ao individual.

Um dos desafios do empoderamento social está na redução da intervenção do coronelismo histórico, sobretudo em sua capacidade de fomentar no ator individual ou coletivo a atitude de usar os seus recursos econômicos, sociais e políticos para atuar com responsabilidade no espaço público, na defesa de seus direitos e na tentativa de influenciar as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos (ROMANO, 2002).

Além disso, o empoderamento está relacionado com a geração de capital social (BRONZO, 2010). Segundo Baquero (2001), entende-se que o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão, que pode mudar as relações e intercâmbios sociais para que gerem mais redes de cooperação e solidariedade. O capital social é capaz de gerar participação e organização na comunidade, estabelecendo uma teia invisível de sustentação das relações sociais. As relações com o Estado, desta forma, são fonte potencial para a geração de capital social, entretanto, não estão isentas de problemas sociais. Estas medidas auxiliam a geração de um arranjo institucional que aperfeiçoe mecanismos públicos que visem um Estado de Bem-Estar Social (EBES), tão emergente e necessário para a redução da desigualdade social, quiçá o alcance da equidade social (EMMENDOEFER, 2010). O Quadro 28 a seguir apresenta as principais relações empíricas identificadas na interação das comunidades e o Estado.

Quadro 28 - Síntese dos achados empíricos na categoria relações com o Estado

CATEGORIA	INDICADORES	Associação Comunitária dos Agropecuaristas da Várzea Comprida dos Oliveiras (Pombal)	COPAF (São Sebastião de Lagoa de Roça)	ASCAMAR (Bonito de Santa Fé)	ASPA (Aparecida)
RELAÇÃO COM O ESTADO	Recursos recebidos	Banco Mundial e Cooperar BNDES	Projetos e recursos próprios, mas preponderantemente de outras entidades (Banco Mundial via Cooperar)	Banco Mundial e Cooperar Prefeitura	Banco Mundial e Cooperar BNDES
	Suporte técnico	Documentos da associação	-	Documentos da associação	-
	Incentivos	Complementação da renda familiar Preservação do meio ambiente	Benefícios para a comunidade	Complementação da renda familiar Preservação do meio ambiente	Complementação da renda familiar Preservação do meio ambiente
	Participação nas políticas públicas	Sinalização de um possível Empoderamento da comunidade rural	Reivindicações constantes junto ao governo do Estado	Não há, exceto no que tange a ações de meio ambiente.	Sinalização de um possível Empoderamento da comunidade rural
	Relações de Poder	-	Poder aparente – ajuda à COPAF Poder não aparente – tentativa de boicote à cooperativa cedendo um lixo Poder difuso – capacidade de coesão da comunidade para superar desafios.	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A partir da reflexão sobre as interações desses elementos com a comunidade, estabeleceu-se um novo elemento a ser considerado no estudo do empreendedorismo social no meio rural: os mediadores de tensão, agentes que atuam sobre as associações provocando efeitos positivos e/ou negativos sobre o desenvolvimento rural.

Levando-se em consideração todos os fatores que emergiram na pesquisa (o papel do líder, o espaço comunitário, a questão da sucessão familiar e o papel dos agentes públicos), entende-se que há mediadores de tensão na relação do empreendedorismo social e as famílias no meio rural, e tal interação apenas é positiva quando existem laços de confiança que vão além das relações puramente econômicas, conduzindo a um caminho de transformação social e de laços de solidariedade que apenas se sustentam ao longo do tempo por meio do compromisso público com o bem-estar das comunidades.

Desta forma, o empreendedorismo social no contexto investigado assume uma nova perspectiva, denominada de **empreendedorismo solidário no contexto rural**, o qual é resultante da interação de três perspectivas sobre o empreendedorismo (a empresa social, o empreendedorismo rural e o empreendedorismo solidário) e complementado pelos mediadores de tensão identificados empiricamente. A próxima seção aprofunda essa relação

6.2 O EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO NO CONTEXTO RURAL (ESR)

Os vínculos entre o empreendedorismo rural e o empreendedorismo solidário foram identificados a partir da reflexão empírica do campo como uma alternativa ao diálogo que esse fenômeno estabeleceu. Para entender esse vínculo, discutem-se, em um primeiro momento, alguns estudos empíricos realizados em outros contextos envolvendo o empreendedorismo rural e, em seguida, apresenta-se o cenário teórico do empreendedorismo solidário, ampliando a compreensão do fenômeno e revelando a inovação conceitual e a principal contribuição teórico-empírica desta tese.

6.2.1 Especificidades do empreendedorismo rural para o contexto estudado

Antes de abordar o empreendedorismo solidário no contexto rural, considerou-se pertinente uma reflexão e a busca de estudos empíricos sobre o empreendedorismo rural em nível nacional e internacional, dada a pertinência do tema e a necessidade de refletir sobre ele a partir dos resultados do contexto estudado.

Um estudo britânico sobre o fenômeno no País de Gales apontou para a necessidade de fatores externos para o desenvolvimento das pequenas produções rurais, em decorrência de seu baixo rendimento, focando na criação de novos centros coletivos produtivos, assemelhando-se a uma noção próxima de espaços comunitários (LOVE; MIDMORE; HENLEY, 2006).

Há um conceito geral adotado para definir o empreendedorismo rural, como o descrito por Antunes, Flores e Ries (2006, p.19), que trata da "necessidade de controlar e gerenciar um número cada vez maior de atividades que podem ser desenvolvidas dentro de uma propriedade do setor agropecuário". Autores como Chaves et al. (2010), Cella e Peres (2002), Marques e Silva (2014) vinculam o empreendedorismo rural ao agronegócio, desta forma, tais pesquisas não estão relacionadas ao contexto pesquisado no presente trabalho, já que o cerne deste está na atuação do pequeno produtor rural.

No âmbito rural colombiano, as plantações rurais observadas possuem forte intenção local, sendo construídas em uma perspectiva bairrista, sem pretensões de expansão. O objetivo dos empreendedores rurais era preponderantemente voltado à manutenção e à sustentabilidade dos seus negócios (ARBOLEDA; ZABALA, 2011). Um estudo italiano desenvolvido sobre cooperativas sociais no meio rural indica que a singularidade social da cooperativa está enraizada nos membros, no compromisso de garantir a satisfação das suas necessidades e aspirações, e, acima de tudo, na obrigação de trabalhar visando o longo prazo para o bem-estar da comunidade local (RIVA; GARAVAGLIA, 2016).

Ainda sobre uma perspectiva mais ampliada do empreendedorismo na Europa Central, Lang, Flink e Kliber (2013) indicam que o empreendedorismo rural deve reconhecer as diferentes histórias locais, culturas e normas, bem como as variações nos significados subjetivos. O fenômeno possui um padrão o qual se caracteriza: a) pela identidade com o local e b) pelas normas baseadas em princípios de coletivismo e de solidarismo.

Para Dickes e Robinson (2014), os empreendimentos rurais de pequeno porte possuem uma perspectiva coletiva, em que a vizinhança colabora mutualmente para o desenvolvimento. Além disso, estas formas de organização social merecem apoio institucional para inserção de seus produtos no mercado, tendo em vista a acirrada concorrência dos grandes produtores rurais.

A literatura estrangeira consultada revela pontos em comum com o contexto pesquisado nesta tese, o sertão da Paraíba, em relação ao Empreendedorismo Rural, não quanto a uma perspectiva de similaridade histórica ou econômica, mas quanto aos fatores distintivos do fenômeno: *a) a necessidade de apoio institucional, b) a perspectiva de*

sustentabilidade sem a necessidade de expansão em larga escala, c) o forte vínculo à noção de coletivismo e solidarismo local. Estes pontos comuns são de grande relevância para o estabelecimento dos vínculos com o panorama solidário do fenômeno em tela.

6.2.2 Especificidades do empreendedorismo solidário para o contexto estudado

O conceito de Empreendedorismo solidário leva em consideração diversas experiências econômicas em grupos sociais. Entretanto, estas experiências não se findam no eixo econômico, pois também são geradoras de capital social. Tais experiências caracterizam-se por algum grau de socialização dos meios empregados na atividade econômica, por dispositivos de cooperação no trabalho, pela gestão democrática e participativa e por envolvimento em ações mais amplas, a partir do entorno dos empreendimentos. Desta forma complementa-se aqui o quadro 1 das abordagens teóricas sobre o empreendedorismo social com a manifestação em tela.

Quadro 29 – Complementação das perspectivas teóricas com o ESR.

PERSPECTIVA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL	ABORDAGEM/CARACTERIZAÇÃO	AUTORES PRINCIPAIS
Empreendedorismo social	• Criação de valor social; • Geração de bem-estar para as comunidades; • Transformação social; • Mudança social; • Apoio de grupos, redes, e alianças entre organizações; • Resolução/amenização de problemas sociais.	Galera e Bozarga, 2009; Nassif, Prando e Consentino, 2010; Noruzi, Westover e Rahimi, 2010; Matitz e Schelemm, 2012; Bozarga, Depedri e Galera, 2012; Dees, 1998.
Empresas sociais	• Atuação em áreas críticas na sociedade; • Missão de caráter social; • Grupos de cidadãos; • Diminuição de riscos econômicos; • Novas formas de relacionamento com o Estado.	Dess, 1998; Kerlin, 2006; Defourny e Nyssens, 2010; Bronzo, Teodózio e Rocha, 2012; Barki, 2015.
Negócios sociais	• Venda de produtos/serviços como atividade principal; • Propósito social; • Melhoria das condições de vida na sociedade; • Autossustentados.	Defourny e Nyssens, 2010; Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega, 2010.
Negócios inclusivos	• Ênfase na inclusão social;	Prahalad e Hart, 2002;

	• Acesso ao consumo; • Geração de renda.	Austin, 2002; Reficco, 2011.
Empreendedorismo solidário no contexto rural (ESR)	• práticas de reciprocidade na busca da viabilidade econômica; • articulação associativa com agentes públicos; • convergências entre empreendedorismo e solidarismo; • desenvolvimento de papéis na comunidade.	Gaiger, correa (2011); Lima (2010); Love; Midmore; Henley, (2006); Dickes; Robinson, (2014); Lang; Fink; Kibler, (2014); Korsgaard; Muller; Tanvig, (2015)

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

De acordo com Gaiger e Correa (2011), são traços singulares do empreendedorismo solidário: a) práticas de reciprocidade na busca da viabilidade econômica, b) articulação associativa com agentes públicos, c) convergências entre empreendedorismo e solidarismo, e d) desenvolvimento de papéis na comunidade.

As práticas de reciprocidade envolvem processos conjuntos de geração de renda em que todos os participantes recebem ganhos semelhantes e proporcionais ao esforço despendido nas ações de produção. Neste ponto é recomendado que as associações estabeleçam, coletivamente, limites para que todos os participantes tenham a oportunidade de produzir e comercializar seus produtos.

A articulação associativa com agentes públicos remete-se à parceria genuína com representantes públicos, como as prefeituras, o Estado ou o governo, ou mesmo órgãos vinculados a ele. No campo empírico investigado, estas constatações ficaram evidentes a partir da interação ambígua de agentes públicos em relação com as associações, visto que, se por um lado elas auxiliaram no desenvolvimento social, como em Pombal por exemplo, ainda são limitadoras por não proporcionar capacitações no âmbito da elaboração de projetos.

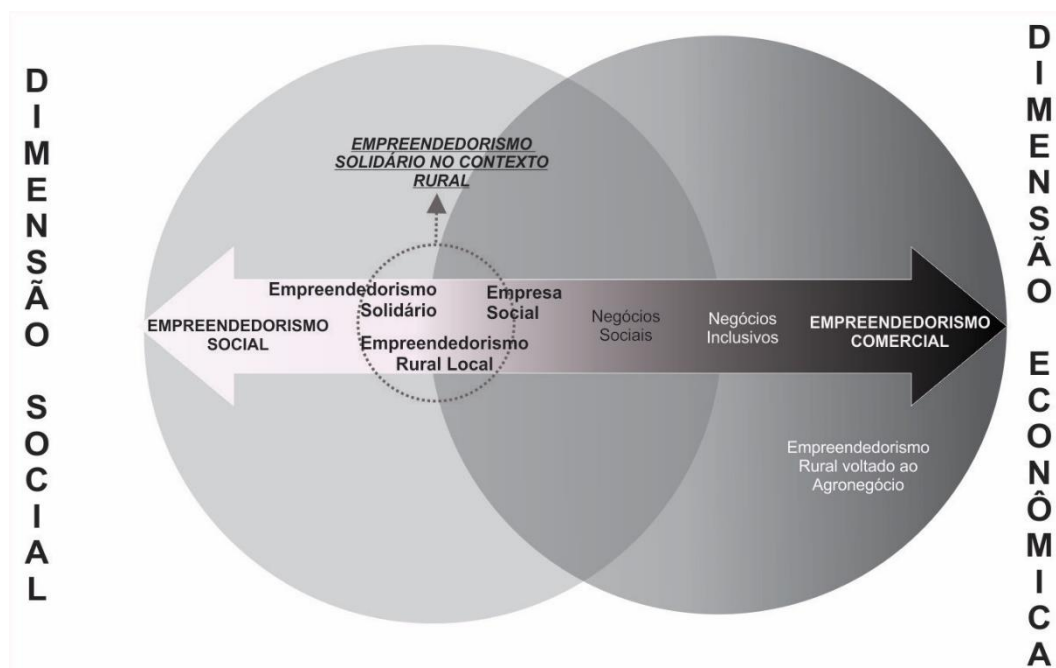
Em uma relação de cooperação entre associação e Estado, ambos oferecem contrapartidas de acordo com suas competências para o desenvolvimento local. O Cooperar, por exemplo, ofereceu recursos financeiros para a construção dos espaços comunitários de produção. As associações, por sua vez, mobilizaram-se para construir os espaços e garantir, dentre outros aspectos, a melhoria da produtividade. A priori, os agentes públicos devem oferecer recursos, estrutura e condições ambientais viáveis para que a associação possa melhorar a produção, a geração de renda e a sua sobrevivência ao longo do tempo. A partir de um maior investimento cognitivo das gerações futuras, a associação terá condições de diminuir os laços de dependência, em busca de uma autogestão. De acordo com Lima (2010), a autogestão deve expressar valores relacionados a um desenvolvimento solidário entre os sujeitos pertencentes à comunidade. A convergência entre empreendedorismo e solidarismo

ocorre pela combinação de quatro elementos distintos: no âmbito do empreendedorismo - eficiência (capacidade produtiva) e viabilidade sustentável; e em relação ao solidarismo - autogestão (participação coletiva) e cooperação social (compromisso social).

Por fim, o desenvolvimento de papéis na comunidade se refere à criação ou aperfeiçoamento do saber produtivo dos sujeitos na comunidade, que participam direta ou indiretamente da associação/cooperativa. Percebe-se que tal organização possui como propósito não apenas o desenvolvimento dos participantes em si, mas indiretamente ela proporciona melhorias para o bem-estar dos indivíduos da comunidade onde está inserida.

Os elementos peculiares do empreendedorismo solidário e do empreendedorismo rural foram percebidos no contexto investigado, seja como características presentes na comunidade ou como aspectos de importância para o desenvolvimento do empreendedorismo social nas comunidades. A Figura 16, já proposta no referencial teórico, a partir da investigação realizada, incorpora o empreendedorismo solidário e o empreendedorismo rural, pois eles complementam o *continuum* sobre o fenômeno estudado.

Figura 6 - *Continuum* do Empreendedorismo inserindo a perspectiva rural e a solidária



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Analisando o *continuum* proposto na fundamentação teórica, e pensando na inserção do empreendedorismo solidário nesta relação, chegou-se ao entendimento de que este fenômeno está mais próximo da dimensão social do que o próprio modelo de empresa social,

visto que a sua peculiaridade solidária traz um novo significado se comparado aos demais elementos da empresa social.

Para que a perspectiva rural do fenômeno em tela fosse inserida no *continuum* elaborado, foi necessária sua divisão em duas perspectivas: a local e a voltada ao agronegócio. Uma delas foi considerada menos próxima à dimensão social, uma vez que a literatura nacional apresenta uma discussão mais capitalista, voltada ao âmbito do agronegócio em larga escala. A outra, com uma perspectiva mais local, se coloca à frente da visão de empresa social, pois há uma literatura estrangeira cuja discussão está pautada em elementos mais próximos de uma produção de caráter solidário (LOVE; MIDMORE; HENLEY, 2006; DICKES; ROBINSON, 2014; LANG; FINK; KIBLER, 2014; KORSGAARD; MULLER; TANVIG, 2015).

Analizando ambas as perspectivas e correlacionando-as com o contexto empírico estudado, percebeu-se a necessidade do estabelecimento de uma terminologia que compatibilizasse todas estas relações teóricas apontadas no estudo. Não se pode apenas intitular o fenômeno estudado como empreendedorismo solidário, ou como empreendedorismo rural (ainda que numa perspectiva local), visto a pertinência das categorias de empresa social no estudo e os mediadores de tensão identificados.

Desta forma, considera-se que o fenômeno em tela pode ser entendido como **Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural (ESR)**, configurando o fenômeno como produto da interação entre outras manifestações do empreendedorismo social.

A partir das reflexões teórico-empíricas do contexto analisado, entende-se o **empreendedorismo solidário no contexto rural** como um fenômeno intermediário entre a empresa social, o empreendedorismo rural e o solidário, mas com traços peculiares das três abordagens teóricas. Sua conceituação depende de uma proposta de ampliação sistêmica do entendimento do fenômeno e suas representações, que são discutidos a seguir.

6.3 PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA DE REFERÊNCIA PARA COMPREENDER O EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO NO CONTEXTO RURAL

O Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural (ERS) proposto leva em consideração: a) os elementos da empresa social representados por quadrantes e suas manifestações no contexto empírico; b) as peculiaridades do empreendedorismo solidário e do empreendedorismo rural numa perspectiva local, posicionados em elo, de forma a manter uma relação com os quadrantes estruturados; c) os mediadores de tensão que podem tanto

potencializar quanto limitar o desenvolvimento do empreendedorismo solidário em contextos rurais.

6.3.1 Conceito e elementos constituintes do Empreendedorismo Solidário no contexto

Rural

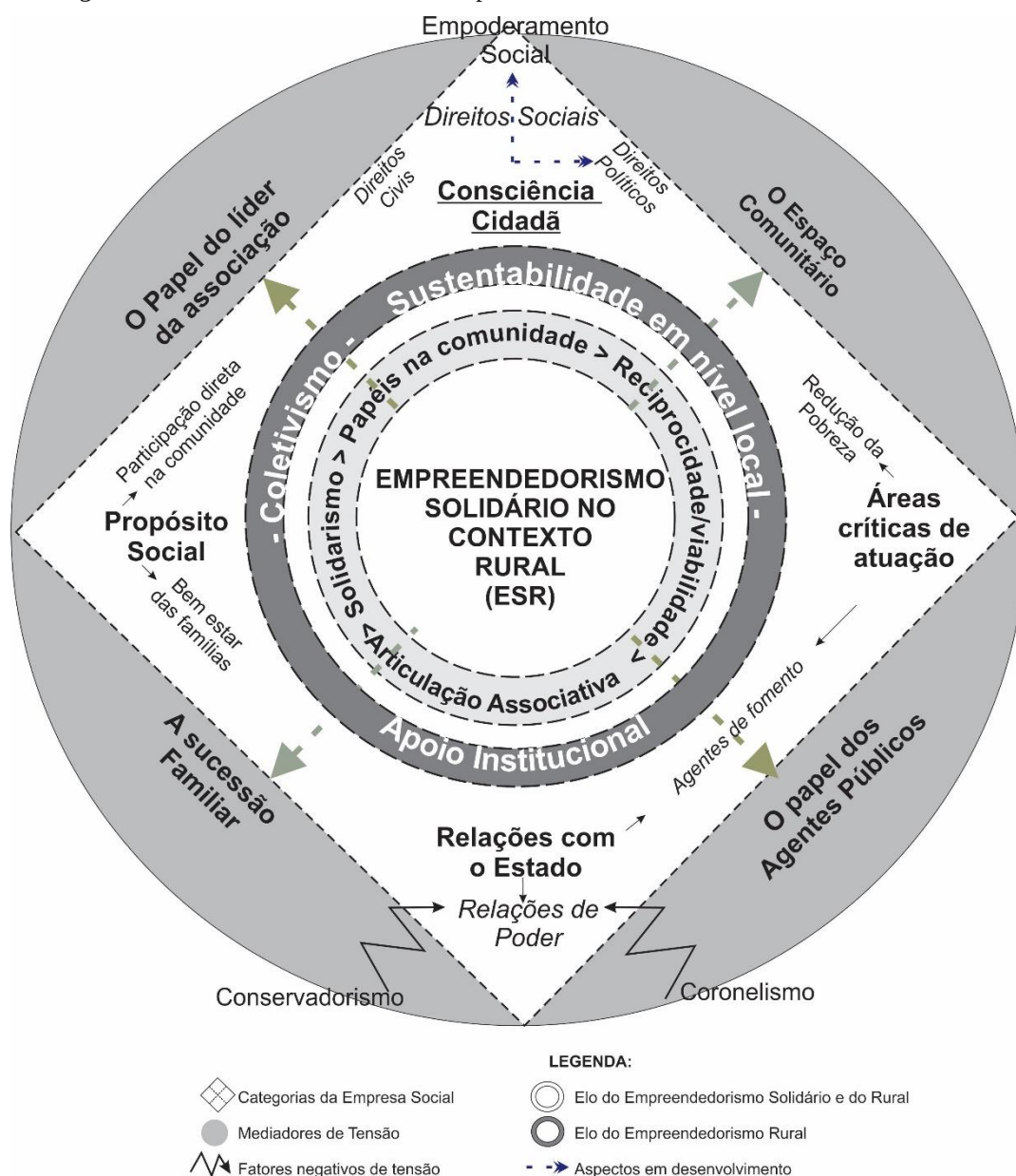
Para estabelecer um conceito sobre empreendedorismo solidário no contexto rural, deve-se levar em consideração que se trata de uma manifestação do empreendedorismo social mais amplo cuja definição envolve a criação de valor social e o fomento ao bem-estar social para as comunidades rurais, capaz de auxiliar na resolução de problemas sociais, considerando que seus membros são coletivamente responsáveis pelo cumprimento dos objetivos da associação. O empreendedorismo social é um fenômeno coletivo, uma rede ou aliança entre organizações, cuja finalidade principal é lidar com problemas sociais (NASSIF; PRANDO; CONSENTINO, 2010; NORUZI; WESTOVER; RAHIMI, 2010; MATITZ; SCHELEMM, 2012; BOZARGA; DEPEDRI; GALERA, 2012).

No contexto rural, o conceito deve envolver elementos peculiares (o solidarismo, o apoio associativo com o Estado, a redução da vulnerabilidade, o bem-estar das famílias, a cidadania), tanto no que se refere à empresa social quanto ao empreendedorismo solidário. O empreendedorismo solidário no contexto Rural (ESR) é entendido como :

Um fenômeno social, que busca desenvolver uma comunidade rural e seu senso de compromisso social, por meio de ações eficientemente produtivas, e objetiva promover o solidarismo, o bem-estar das famílias, a redução da vulnerabilidade econômica e social e o desenvolvimento de uma consciência cidadã, visando o bem comum da comunidade.

Do estabelecimento conceitual do fenômeno, pode-se elaborar uma estrutura de referência (figura 17) que demonstra as relações de todos os elementos que o distinguem campo teórico e empírico.

Figura 7 - Estrutura de Referência do Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

De forma mais imediata, o ESR possui relação com dimensões da empresa social e com as peculiaridades do empreendedorismo solidário e do rural. Os elementos de ambas as perspectivas se tangenciam, de forma a construir uma rede de relações que desenvolvem outras ramificações.

Os elos do empreendedorismo solidário no contexto rural circundam o fenômeno central e estão correlacionados com as categorias de seu entorno. O elo do empreendedorismo rural, inspirado na literatura estrangeira, traz à tona valores importantes como a

sustentabilidade em nível local, a qual não visa crescimento em escala, mas a perenidade do negócio e dos laços familiares, os quais recebem apoio do poder público para seu contínuo desenvolvimento. Eles trazem em si valores de importância para o desenvolvimento e sustentação do ESR. O solidarismo e o coletivismo possuem como ponto central o compromisso social, o qual está diretamente relacionado com a dimensão do Propósito social, que evidenciou as preocupações centrais com o bem-estar das famílias e a participação direta na comunidade.

Como se trata de um sistema solidário e de preocupação com a ação em áreas críticas na sociedade, seu objetivo é reduzir a pobreza local, atribuindo maior sentido de dignidade aos indivíduos nas comunidades atendidas. Este processo não ocorre apenas com os esforços das associações e cooperativas da comunidade, pois necessita sobremaneira da participação de outros agentes para alcançar este objetivo. É mister o envolvimento de entidades de apoio, de projetos sociais, de ONGs, de agentes de fomento que aportem recursos, de competências e saberes para o desenvolvimento das comunidades. E o maior parceiro, nesse sentido, é o Estado, cuja preocupação deve ser eminentemente social para com estas comunidades em situação de risco social e econômico.

As relações com o Estado, desta forma, se configuram como outra dimensão fortemente relacionada ao ESR, devendo possuir caráter associativo, ou seja, de ajuda, apoio e incentivo ao desenvolvimento rural. Os grandes entraves nesse processo estão nas resistências do poder executivo ou do poder legislativo que podem influenciar negativamente ao ESR, seja por via de concepções conservadoras ou, mais especificamente, por ditames de um coronelismo histórico que condiciona a vontade da comunidade aos interesses de uma oligarquia local, comprometendo o desenvolvimento da cidadania.

A cidadania é contemplada pelo ESR na medida em que fortalece desdobramentos dos direitos civis sociais e políticos. Todavia, tal processo não é simples e direto, pois há ramificações que fortalecem e que são prejudicadas nesse processo. Os direitos civis são atendidos ao passo que ações de infraestrutura (que asseguram a mobilidade dos sujeitos aos centros urbanos mais próximos) auxiliam no estabelecimento de garantias em relação ao cumprimento dos contratos comerciais celebrados entre as associações e demais organizações. Os direitos sociais também são privilegiados no ESR, pois elevam a condição humana nessas localidades, melhoram a renda coletiva e o bem-estar dos indivíduos, tornando-os mais ativos nas comunidades em prol do bem comum, de forma a contribuir para um movimento mais amplo de empoderamento social.

O maior comprometimento se dá nos direitos políticos que ainda estão sujeitos a aspectos culturais negativos, como o coronelismo histórico, que limitam e condicionam os sujeitos para o não exercício de um pensamento político mais independente e reivindicador. Entretanto, a tradição rural da preservação e proteção das famílias das comunidades auxilia na mudança de pensamento e de atitude para uma real autonomia dessas comunidades.

Para além das associações entre empresa social e empreendedorismo solidário, o ESR evidencia a necessidade de considerar os mediadores de tensão nesse processo de desenvolvimento solidário no contexto rural: o papel dos líderes, dos espaços comunitários, da sucessão familiar e dos agentes públicos.

6.3.2 Mediadores de tensão no Empreendedorismo Solidário no Contexto Rural

Os *líderes* desempenham um papel relevante no ESR, pois têm a capacidade de mobilizar a associação e a comunidade para a elaboração de atividades produtivas, de capacitação, de planejamento e de organização da associação. Existem alguns traços característicos do perfil do líder: legitimidade e iniciativa na busca por melhorias na comunidade através da associação.

O primeiro traço característico indica que o líder precisa ser legitimado pela comunidade, precisa ser admirado pelos demais membros da associação e pelos demais sujeitos da comunidade, pois o respeito e a admiração são fatores primordiais para que o líder tenha o apoio coletivo necessário. Um líder, com conhecimento e autoridade nesse contexto, não terá o mesmo desempenho daquele que possui o consentimento e a aceitação da comunidade. E parte desta legitimidade e aceitação vem da origem do líder comunitário, de sua tradição agrícola, que o torna igual a todos os demais membros da associação e da comunidade. **Identificar-se** com o líder é fator de grande relevância no ESR.

Entretanto, para se ter um ESR que proporcione um maior impacto na comunidade, não basta ser legitimado pelos demais, é necessário que o líder também se veja como tal. Ele precisa se autoconhecer a tal ponto para tomar a iniciativa necessária na busca de informação e recursos para a associação, superando barreiras e mantendo a perseverança e o pensamento constante no desenvolvimento comunitário. Deve ser inquieto com a situação atual da associação, almejando sempre uma melhoria coletiva continuada para todos por meio de ações interativas com o meio onde atua. Por sua vez, o meio onde o líder atua também apresenta grande impacto para a motivação da comunidade.

O *espaço comunitário* é o local onde o grupo interage, e sua finalidade principal é integrar os processos produtivos da comunidade. Trata-se de um local destinado, a priori, para o desenvolvimento de produtos da comunidade, o planejamento das ações e a organização produtiva. Os processos produtivos têm a capacidade de fortalecer laços inter e intrafamiliares estabelecidos ao longo de décadas, de geração em geração.

Os espaços comunitários também são locais de geração e resolução de conflitos, seja no âmbito produtivo ou familiar, mas que devem ser superados por princípios cunhados, sobretudo, em diretrizes do solidarismo e do apoio mútuo. Nesse contexto, os conflitos não devem ser visualizados como negativos, mas como elementos de tensão que devem ter a preocupação com a melhoria coletiva do grupo.

O espaço também é destinado para o aprendizado coletivo, o qual também é aberto para sujeitos da comunidade que não participam diretamente das associações. Oferecer atividades para a comunidade fortalece a legitimidade da associação no contexto onde está inserida e cria condições para que as gerações descendentes possam se motivar e se envolver com a atividade comunitária. Desta forma, os espaços proporcionam condições favoráveis para o engajamento das gerações mais jovens.

A sucessão familiar também é um fator de tensão decisivo para a continuidade da atividade das associações. Para isso, a associação rural precisa desenvolver ações de capacitação e de envolvimento junto aos jovens da comunidade no intuito de despertar o interesse daqueles que pretendem dar continuidade à atividade dos pais. Além disso, a formação dos jovens pode criar, nos anos vindouros, condições para que as associações adquiram a sustentabilidade em nível local e a capacidade de desenvolver projetos independentes na busca de angariar recursos para a melhoria das associações, já que seus pais não possuem o conhecimento cognitivo devido ao fato de sua trajetória de vida ter sido centrada na atividade produtiva na agricultura.

No contexto de uma associação, um dos desafios é romper o pensamento de muitas famílias em incentivar os filhos a desenvolver outras atividades produtivas, motivados pela possibilidade de os filhos sofrerem menos ou mesmo de terem maiores chances de sucesso profissional. Este pensamento não pode ser totalmente abandonado, pois o ESR não lida com imperativos unilaterais, obrigando as gerações a atuar no contexto agrícola. O processo de continuidade deve ser espontâneo, e o jovem precisa se identificar com o trabalho dos pais, e muito deste processo se dá na forma como os pais veem seu ofício e o apresentam para seus filhos. A identificação e o desejo para que o filho seja um sucessor também depende das condições oferecidas, no âmbito público, para a continuidade dos projetos sociais

desenvolvidos no meio rural. Assim sendo, os agentes públicos também exercem influência no ESR ao promoverem políticas públicas capazes de fomentar não apenas a educação em todos os níveis, mas também criar condições para promover o desenvolvimento regional a partir de uma ação empreendedora.

Apesar de os agentes de fomento da iniciativa privada possuírem grande importância no desenvolvimento do ESR, é na esfera pública que os maiores volumes de recursos são disponibilizados. Grandes espaços comunitários são desenvolvidos a partir de valores disponibilizados pelos projetos de cunho público, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

O papel desses agentes é determinante para a estruturação e modernização do campo, oferecendo equipamentos modernos, ecologicamente corretos, e que possam potencializar a ação das associações. Muitas associações hoje não têm como se desenvolver sem apoio governamental. E tal constatação não pode ser visualizada negativamente, uma vez que a relação de forte dependência é resultado de décadas de subserviência a modelos de gestão conservadores, nos quais o coronelismo histórico se sobressai a políticas de gestão mais abertas ao desenvolvimento.

Portanto, atualmente o apoio se faz mister ao contexto rural e deve ser desenvolvido de tal forma a engajar as gerações futuras para que estas sim possam gerar autonomia das associações na busca independente por recursos e melhorias da geração de renda, devendo atuar sinergicamente. Os mediadores de tensão agem como camadas de um sistema interativo e de retroalimentação, em que um impacta no outro, fortalecendo-o, enfraquecendo-o ou mesmo impondo desafios ao desenvolvimento do ERS. Essas camadas precisam ser fortalecidas isoladamente para que possam, em interação, criar condições para a sustentabilidade do empreendedorismo no campo.

7 CONCLUSÕES

Todo trabalho acadêmico precisa de um momento de reflexão, de conclusão. Em uma tese, este momento não é um fim em si mesmo, mas levanta novas possibilidades de estudos, não desconsiderando as limitações e desafios da pesquisa. Para melhor estruturação do capítulo, este foi estruturado em cinco tópicos: a) principais contribuições teóricas do estudo; b) reflexão sobre os pressupostos e objetivos; c) contribuição para as associações investigadas e para os agentes públicos; d) sugestões para estudos futuros e limitações da pesquisa; e e) reflexão final sobre o estudo vivenciado.

a) Principais contribuições teóricas do estudo

Entende-se que as principais contribuições do estudo envolveram uma ampliação na visão sobre o fenômeno do empreendedorismo social, evidenciando não apenas uma nova manifestação, mas revelando evidências para entender o fenômeno de forma mais holística quanto às suas dimensões e perspectivas teóricas, sobretudo em relação ao *continuum* do Empreendedorismo Social e à estrutura de referência do **Empreendedorismo Solidário no contexto Rural (ESR)**. A primeira evidência pode auxiliar a vislumbrar as nuances entre as diversas variações do empreendedorismo social. Já a segunda propõe uma estrutura que caracteriza o fenômeno pesquisado e suas diversas relações, não apenas com outras perspectivas de empreendedorismo social, mas também revelando a existência de mediadores de tensão, peculiares ao fenômeno estudado. Além disso, indica a necessidade de perceber que o fenômeno não é complexo apenas em suas relações internas, mas também nas interfaces entre as instituições que iniciam alguma atividade cooperativa de fomento ao empreendedorismo social e os principais agentes que contribuem direta ou indiretamente para a sua criação, gestão e sustentabilidade.

Neste estudo, conclui-se que os mediadores de tensão são catalisadores positivos, negativos ou híbridos relevantes para o desenvolvimento do ESR. A associação e, por extensão, a comunidade, deve possuir líderes legitimados e preocupados com o desenvolvimento de seu entorno. Porém, a preocupação não gira em torno do crescimento econômico em larga escala, mas da melhoria do bem-estar das famílias, da estruturação do campo e da participação social nas políticas públicas locais. As associações também devem possuir espaços destinados à integração produtiva e social, uma vez que são nestes locais que as famílias interagem e reforçam os laços de solidariedade, buscando resolver conflitos,

planejar o futuro da associação, bem como capacitar seus membros e demais indivíduos da comunidade que manifestarem interesse pela associação.

Nesse contexto, os jovens exercem papel determinante, pois eles reforçarão as associações no futuro e garantirão a sua sustentabilidade em nível local. A sucessão familiar é um dos principais desafios, além do espaço comunitário, a ação dos líderes e dos agentes públicos. As famílias devem incentivar seus filhos à participação como futuros associados, posicionando-os como agentes de transformação do espaço rural, não apenas na geração de condições que garantam o sustento das famílias, mas também no rompimento de paradigmas em relação à maneira como a juventude e outros estratos da sociedade visualizam o campo. Ou seja, de uma visão de espaço de segregação social para uma visão de espaço de oportunidade e fortalecimento de laços sócio-afetivos em torno da transformação de uma realidade.

Desta forma, objetivos solidários se tornam mais próximos de serem alcançados: o de desenvolver uma consciência cidadã em torno de um propósito social, garantindo direitos civis, políticos e sociais; e o da promoção de um maior alcance ao empoderamento social, por meio da participação direta da comunidade no que tange ao bem-estar das famílias envolvidas no processo associativo.

Na conjuntura atual, o contexto investigado apresenta grande dependência de recursos governamentais para a sustentabilidade dos negócios rurais familiares. E tal constatação não pode ser percebida negativamente. Na verdade, o contexto demonstra relevante proatividade e dinamismo, mas carece de investimentos, os quais vêm sendo supridos em nível estrutural, produtivo e social por diversos agentes de fomento público e privado: o Cooperar, o Banco Mundial, as prefeituras, entre outros. O papel dos agentes públicos é primordial, pois eles têm a capacidade de fornecer recursos, a que, de outro modo, as associações não teriam acesso, ou sua obtenção não seria tão abrangente. Sem os agentes públicos, as ações de desenvolvimento do empreendedorismo nas associações ficam comprometidas pela falta de apoio.

O **empreendedorismo solidário no contexto rural (ESR)**, conceito resultante da análise e da reflexão empreendida neste estudo envolvendo o empreendedorismo social, não pode ser entendido isoladamente, pois sua compreensão depende de uma visão holística, multidimensional, envolvendo não apenas características próprias de outras perspectivas teóricas de empreendedorismo social, como também sua relação com outros fenômenos sociais favoráveis ou desfavoráveis ao seu contexto. Tais relações são comprometidas por fatores que vêm em sua contramão: o coronelismo histórico ou mesmo práticas conservadoras que impedem o desenvolvimento social e político dos indivíduos.

Assim, este estudo tem como principais contribuições: a) a elaboração de um *continuum* do empreendedorismo social, o qual apresenta de forma integrada diversas manifestações do fenômeno e situa o ESR que foi evidenciado a partir dos estudos empíricos desenvolvidos; b) a constatação de que o empreendedorismo solidário no contexto rural dialoga com outras variações do fenômeno central estudado, de forma que podemos entendê-lo como uma combinação de perspectivas a respeito do tema, acrescentando como fatores de distinção teórica a influência dos mediadores de tensão, que exercem papel de grande relevância para o (não) desenvolvimento do ESR; c) a elaboração de uma estrutura de referência para melhor compreensão do fenômeno estudado, o qual apresenta vínculos com elementos de outras perspectivas de empreendedorismo social. Percebe-se o ineditismo teórico também na forma como o fenômeno é apresentado, visto que não foi vislumbrada na literatura sobre o tema. Essa contribuição pode levar ao desenvolvimento de novas estruturas de referência.

b) Reflexão sobre os pressupostos e objetivos da pesquisa

Os estudos desenvolvidos, tanto teoricamente quanto empiricamente, levaram à confirmação do primeiro pressuposto construído na introdução do trabalho. O empreendedorismo não pode ser entendido apenas como um fenômeno vinculado ao fator econômico, de geração de lucro ou de oportunidades de negócio em uma perspectiva *business to business*, ou seja, cuja visão de interação é estritamente empresarial. Trata-se de um fenômeno também influenciado socialmente nos mais diversos níveis de interação, provocando o surgimento de variações e distinções dentro do próprio fenômeno. As evidências teóricas do empreendedorismo social, dos negócios inclusivos, negócios sociais, empresa social e empreendedorismo rural são evidências de que o fenômeno não pode ser entendido de forma unidimensional.

O segundo pressuposto também foi confirmado. Apenas quando o empreendedorismo se insere, essencialmente, na dimensão social, em maior ou menor grau, é que se é possível evidenciar que o fenômeno pode fomentar cidadania. Entretanto, a cidadania também possui amplitude teórica, a qual, na visão aqui adotada, é entendida enquanto fenômeno pleno quando se alcançam as três dimensões do direito: civis, sociais e políticos. O próprio desenvolvimento histórico do Brasil desfavorece o alcance de uma cidadania plena. Entretanto, não há como negar que o fenômeno do empreendedorismo social é capaz de gerar consciência cidadã nos sujeitos pois, ainda que tangencialmente, as três áreas do direito são

tocadas, em muito, pela forte visão de bem-estar comunitário, de ação coletiva em prol do bem comum, em que a condição da lucratividade é coadjuvante ou apenas instrumento para o alcance dos principais objetivos de natureza social. Isso gera, inclusive, um terreno fértil para o desenvolvimento ou alcance de outro fenômeno, o empoderamento social nos sujeitos, como também possíveis questionamentos ao conceito de cidadania corporativa sobre o papel de tais elementos entendidos nesta tese como essenciais à compreensão da cidadania no contexto organizacional.

Quanto ao terceiro pressuposto, seu alcance foi parcial, pois o empreendedorismo no contexto rural não possui apenas uma visão local, de desenvolvimento dos pequenos lotes de terra pertencentes ao agricultor familiar. Nesse contexto, ele possui uma vertente comercial mais ampla, voltada a requisitos de agronegócio, de desenvolvimento dos grandes latifúndios, que seguem uma perspectiva preponderantemente economicista. Todavia, o empreendedorismo rural contempla também a realidade do pequeno produtor, a qual se sustenta por relações cujos valores estão fundamentados no solidarismo entre as famílias, no desenvolvimento sustentável sem crescimentos em larga escala e na interação associativa com o Estado.

Em se tratando dos objetivos da pesquisa, buscou-se, primeiramente, caracterizar o fenômeno do empreendedorismo social no contexto rural, o qual apresenta uma forte perspectiva solidária. Entretanto, o fenômeno também considera categorias de empresa social, devido ao desenvolvimento de uma consciência cidadã, das melhorias produtivas e sociais nas áreas críticas onde estão as comunidades rurais e da relevante participação do Estado nesse processo.

Arelados à caracterização do empreendedorismo não apenas social, mas também solidário, fatores determinantes na configuração do empreendedorismo social emergiram a partir do campo, contemplando o segundo objetivo de pesquisa. O papel dos líderes nas associações é de fundamental importância para a mobilização dos associados e da comunidade, sobretudo na identificação com a função exercida. Por sua vez, a mobilização da associação se desenvolve com maior interação por meio da construção de espaços comunitários, os quais exercem um papel catalisador, ou seja, de maior rapidez no fortalecimento das ações produtivas e dos laços socioafetivos não apenas entre associados, mas entre a associação e a comunidade. Essa constatação faz emergir um desafio: o engajamento e a participação das novas gerações no desenvolvimento de processos de sucessão familiar é crucial nessas associações para a sua perenidade. Entretanto, ainda há a necessidade de repensar o papel dos responsáveis atuais de forma a motivar e não redirecionar

seus descendentes na busca de outras oportunidades profissionais; não se trata de impor, mas evidenciar caminhos possíveis de desenvolvimento e sustentação profissional no campo.

Esses espaços também são capazes de fortalecer laços cognitivos que alcançam uma lógica de consciência cidadã, a qual desenvolve ou enfatiza não apenas o compromisso contratual que já é inerente à ação do homem do campo, mas também promove a percepção de direitos sociais necessários ao bem-estar das famílias e o despertar para o pensamento politizado, levando as associações, e por extensão a comunidade, a se tornarem mais participantes da vida política dos agentes políticos em sua região. Estes, por sua vez, também demonstraram fortes relações de tensão positiva e negativa com as associações, tanto na promoção de recursos voltados a uma melhor estruturação das atividades produtivas no campo e a um melhor preparo profissional dos produtores rurais, como também como agentes limitadores, por meio da criação de mecanismos de maior dependência ou do fortalecimento de práticas culturais restritivas.

O terceiro objetivo de pesquisa buscou apresentar os pontos de convergência entre o empreendedorismo social desenvolvido no meio rural investigado com o empreendedorismo solidário. Nesse ponto, percebe-se que as categorias definidas no empreendedorismo social mais amplo apresentaram maior detalhamento nos aspectos sociais de sua manifestação solidária. O *propósito social* se ramifica em outros valores como o solidarismo e o coletivismo. A *consciência cidadã* leva ao desenvolvimento de papéis na comunidade a partir da noção de direitos introjetada nos sujeitos. Desta forma, há uma maior atuação sobre as vulnerabilidades locais, a partir de ações de reciprocidade e de sustentabilidade local, diminuindo os aspectos negativos das *áreas críticas* nessas comunidades. As *relações com o Estado* devem ser estabelecidas seguindo uma lógica não apenas de apoio institucional, mas sobretudo associativo.

Por fim, buscou-se delimitar os elementos que caracterizam o empreendedorismo solidário no contexto rural, o qual é entendido como relacional, entre outras manifestações sociais mais amplas: a perspectiva da empresa social, do empreendedorismo rural local e do empreendedorismo solidário. Já os mediadores de tensão distinguem o fenômeno em relação aos demais fenômenos com ele vinculados.

c) Contribuição para as associações investigadas e para os agentes públicos

O contexto da Associação Comunitária dos Agropecuaristas da Várzea Comprida dos Oliveiras, em Pombal, foi o primeiro a ser investigado e demonstrou ser um dos mais

desenvolvidos em relação ao ESR, por possuir uma rede vasta de apoio institucional com vistas a uma legitimada interação associativa, em que a reciprocidade entre associação e agente de fomento ocorre sinergicamente. Algo que merece a reflexão dos associados de Pombal gira em torno de envolvimento dos jovens com vistas à sucessão familiar. *Agricultores precisam compreender que o contexto de hoje não é o de ontem, e que o envolvimento dos jovens com a agricultura não trará os mesmos sofrimentos de outrora.* É necessário o incentivo à transformação social a partir dos jovens da comunidade, sobretudo na busca de capacitação na elaboração dos projetos de captação de recursos, tornando, no futuro, associação autônomas nesse processo.

Em seguida, a Ascamar em Bonito de Santa Fé foi o segundo contexto a ser investigado na pesquisa. Lá existe uma relevante *necessidade de identificação* da liderança com o seu papel da associação. Entende-se que deva existir uma reflexão, um processo de autoconhecimento para saber se as competências estão sendo mobilizadas da melhor forma, algo que não depende apenas de uma reflexão isolada da liderança atual, mas de uma reflexão conjunta. Vale salientar que não se quer induzir a uma mudança do pessoal nessa função, mas uma mudança no papel exercido, buscando formas alternativas de desenvolvimento da Ascamar, tão incentivado em 2013 e que hoje não apresenta o mesmo engajamento.

Ainda nesse contexto, é importante repensar as influências dos agentes públicos nesse processo. Apesar do apoio da prefeitura em relação ao desenvolvimento da associação, é importante que haja um esforço *em estabelecer parcerias com prefeituras próximas*, visto que uma das peculiaridades da associação se dá no âmbito da matéria-prima, ou seja, o lixo reciclável. O entrave político com outros municípios no que tange ao acesso ao material reciclado prejudica o bom andamento das atividades. Ainda em relação às divergências políticas, é importante que sempre se reforce o *decoro nas práticas dos vereadores*, de forma a se garantir o respeito ao contraditório e ao estado de democracia política, a qual tem trilhado um caminho tortuoso, sobretudo no âmbito do Congresso Nacional.

O próximo contexto estudado foi o da COPAF, cooperativa em São Sebastião de Lagoa de Roça, a qual também apresenta elevado desenvolvimento em relação ao ESR. O que mais anima em relação a esta investigação empírica é que ela possuiu diversos entraves que vieram a fortalecê-la ao longo do tempo. A começar pelo período em que a COPAF ainda era uma associação que enfrentava problemas internos de coesão da liderança, a qual possuía interesses outros que não coadunavam com o desenvolvimento da associação. A mudança trouxe uma nova perspectiva de crescimento, e mesmo com o pseudoapoio da prefeitura local no que tange à oferta do terreno, a priori inapropriado para a construção de um abatedouro

comunitário, também demonstrou a capacidade de superação da nova gestão associativa, que não desanimou em busca de alternativas.

A busca de incentivos junto ao Cooperar, no desafio de se conseguir valores expressivos, sem os quais seria inviável a construção do espaço comunitário da COPAF, é outro indício do dinamismo, da cooperação e do solidarismo presente na zona rural de Lagoa de Roça. Se existe um detalhe a se considerar em relação à COPAF, pode-se elencar o *perfil da liderança*, que, apesar de conseguir mobilizar eficientemente o conjunto de cooperados, deve repensar sua forma de gerir em *relação às futuras gerações* que assumirão os negócios de seus pais. Por sua vez, os próprios descendentes devem ser cada vez mais engajados na continuidade da atividade rural, como bem demonstrou um dos pesquisados em sua visão de sucessor do negócio dos pais.

Em seguida, analisou-se a associação de apicultores em Aparecida, a ASPA, um contexto que também apresentou problemas com a gestão pública local. Todavia, o nível de superação dos problemas locais ainda não alcança o nível percebido na COPAF. Elenca-se aqui como possíveis entraves: a) a natureza da atividade, visto que a apicultura é uma atividade secundária e, por sua vez, pouco valorizada pela maioria dos produtores locais; b) a forte influência da prefeitura local, mesmo sobre muitos dos associados que ainda silenciam em relação às práticas eleitoreiras contra uma perspectiva genuinamente solidária; c) a necessidade da ASPA em se fortalecer enquanto cooperativa para ampliar as possibilidades de negociação e auxiliar na elevação da atividade de produção secundária para próximo a um patamar de produção primária.

Em relação a estes desafios, o caminho da busca pela mudança *do status de associação para cooperativa* poderá, no caso da ASPA, gerar condições de *melhoria na renda* dos futuros cooperados, *o que poderá auxiliar no processo de conscientização política* dos sujeitos de forma que eles se percebam enquanto protagonistas em seu contexto social, os quais não necessitam de benesses temporárias e de curto prazo para manter suas chances de vida no meio rural. Desta forma, a atividade poderá galgar novos ares na busca de uma maior autonomia e desenvolvimento social, político e econômico.

Para os agentes públicos, a recomendação se sintetiza em: **compromisso social**, sobretudo no contexto das prefeituras locais, que devem libertar-se das amarras do conservadorismo, dos interesses de oligarquias e atuar em prol do desenvolvimento social não apenas nos centros urbanos, mas também nas zonas rurais. O desafio é tornar as organizações sociais rurais existentes cada vez mais independentes e, para isso, é de grande relevância a capacitação das novas gerações no processo de elaboração de projetos, de forma que as

comunidades possam caminhar com suas próprias competências, não apenas produtivas, mas também cognitivas.

Destaca-se ainda o papel das universidades no desenvolvimento e no apoio a esses projetos, configurando-se como outra contribuição às associações estudadas, tanto no que se refere à capacitação na elaboração de projetos voltados à captação de recursos quanto à conscientização dos associados, transformando-os no que tange à percepção de novos contextos sociais na produção rural.

d) Sugestões para estudos futuros e limitações da pesquisa

O empreendedorismo social possui diversas manifestações, demonstrando ser um campo fértil para novos estudos. No campo teórico, vem promovendo a elaboração de estruturas de referência em relação aos já conhecidos ou a novas representações do fenômeno, ampliando as nuances no *continuum* aqui desenvolvido. No campo empírico, vem-se investigando outros contextos rurais ou urbanos do fenômeno e, a partir daí, vem-se analisando-os comparativamente, isto é, quanto às suas aproximações e distanciamentos.

Além do fenômeno propriamente dito, também se evidencia a pertinência de estudos que busquem responder indagações como: qual visão de empreendedorismo está sendo difundida nas universidades? Qual papel delas no desenvolvimento do empreendedorismo social? Ademais, emergem também questões sociais envolvendo estudos mais aprofundados sobre fenômenos sociais como o empreendedorismo solidário, o empoderamento social, o coronelismo histórico e a cidadania.

Por sua vez, o fenômeno do empreendedorismo solidário no contexto rural (ESR) não se esgota em si, sendo produto de uma rede de perspectivas e complementando por mediadores de tensão. O fenômeno oferece diversas possibilidades de ramificações de estudo envolvendo outros atores sociais, como o olhar das entidades de apoio (prefeituras, secretarias, entidades de fomento como o Banco Mundial, o Mesereor, entre outras), a relação do fenômeno do ESR com outras perspectivas teóricas como os negócios sociais, os negócios inclusivos, e o empreendedorismo comercial.

As limitações do estudo estão relacionadas ao não conhecimento, a priori do empreendedorismo solidário e, por sua vez, de sua relevância para o contexto estudado. Isso ocorreu em função das pesquisas bibliográficas em bases de dados, que não contemplavam tal denominação. Essa situação apenas foi revertida após a pesquisa empírica, quando da reflexão

sobre os achados e posterior investigação teórica sobre o termo e, assim, pôde-se relacionar os fenômenos.

Outra limitação foi identificar a forma mais adequada de estudar o fenômeno do ponto de vista metodológico, já que não se conhecia o campo antes da qualificação do projeto de tese, o que poderia estruturar de forma mais ampliada as categorias de pesquisa. A exiguidade de tempo de reconhecimento e investigação no campo, que poderia ampliar as inserções junto a demais agentes que influenciam o desenvolvimento do fenômeno estudado, também se caracteriza como outra dimensão.

Ainda sobre a metodologia, usar a entrevista narrativa foi o caminho mais acertado, uma vez que toda a discussão trazida pelos participantes sempre enfatizaram as histórias vividas e as narrativas foram elementos importantes na compreensão do sentido simbólico e prático no interior das associações, não apenas quanto ao significado emergente que auxiliou na delimitação dos aspectos distintivos do fenômeno, mas também como forma de emergência de conteúdos de resistência e contra-hegemônicos. Senti-me satisfeito ao utilizar a estratégia de coleta de dados, pois ao mesmo tempo que oferece categorias definidas para análise das narrativas, permite abertura o suficiente para ampliar seu campo de alcance.

Reflexão final

O trabalho de tese pode levar a muitos caminhos internos em relação à visão de mundo. Ele pode fortalecer, modificar, ampliar ou transformar uma visão já construída ao longo dos anos no processo de formação do pesquisador.

Minha formação crítica sobre as relações e políticas de trabalho levou-me a um entendimento de que o neoliberalismo tem dominado o cenário social nos centros urbanos. E este trabalho de tese levou-me a perceber que existem formas de resistência social, em que o lucro não é o mais importante, mas a formação e perenidade dos laços sociais e, sobretudo, familiares. Sinto-me satisfeito em perceber o quanto uma ação associativa transforma a vida das pessoas e pode ser uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social, além do fomento à cidadania no contexto rural.

Antes do trabalho de tese, minha visão sobre empreendedorismo girava apenas em torno do fenômeno comercial e sua incapacidade de fomentar cidadania nos sujeitos. Hoje, percebo o quanto minha percepção sobre ele era limitada e foi ampliada e modificada, uma vez que aquilo que eu pensava ser dominante era apenas a ponta de um imenso *iceberg* de possibilidades. Apesar de este cume ser tão influente na sociedade atual, o fenômeno não se

esgota em si mesmo, e possui ramificações em que o social tem prioridade sobre os ganhos de produção. Tal mudança também foi provocada pela percepção dos sentimentos do homem do campo, que ajudou a romper paradigmas, e de evidenciar uma realidade em que o lucro é meio e não fim, de reforçar o entendimento de que as práticas associativas são de fato geradoras da constituição de um homem melhor, mais cidadão, mais solidário.

Descobri uma lente da realidade em que é possível o fomento à cidadania, não em uma perspectiva plena. E quem de fato a exerce plenamente? Tenho minhas dúvidas. De todo modo, a realidade não apresenta tantos tons de cinza como eu imaginava, mas há muita cor nos olhos das pessoas que empreendem ações coletivas para a inclusão social de famílias, que passam não apenas a sonhar, mas a concretizar tais sonhos de forma associativa. Constatei que há fenômenos sociais legítimos, ainda que abafados por ditames capitalistas de maior domínio. É na sutileza dos fenômenos locais que enxerguei novas possibilidades, uma nova visão de mundo em que a solidariedade, o pensamento coletivo e o bem-estar social ainda são prioridade e merecem ser reconhecidos e tomados como exemplos para o alcance de uma sociedade mais solidária e cidadã.

Trabalhar em um extremo do estado, a 380 km da cidade onde resido, e estudar no outro extremo, a 120km, levou-me a muitas horas na poltrona dos ônibus. Em meio ao cansaço, muitas ideias vinham à tona, e graças a Deus apenas aquelas que levaram a um processo de edificação prevaleceram. A pesquisa científica no contexto social tem dessas surpresas; ela muitas vezes começa em prateleiras frias de uma biblioteca ou de um banco de dados virtual, mas, na medida em que vivenciamos e interagimos com os sujeitos, ela nos transforma e nos leva a repensar nossos paradigmas individuais e fortalece o entendimento de que estamos em um processo de aprendizado contínuo; basta nos permitir.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- ABRAMOVICH, V; COURTIS, C. **Direitos sociais são exigíveis**. Dom Quixote: Porto Alegre, 2011.
- ALBRECHT, A. L.; OLCZEWSKI, C. R. 2014 - A dinâmica do cooperativismo no contexto urbano do município de Aratiba (RS): o caso da COPAAL. In: COTRIM, D. (Org.). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**: produção acadêmica da Ascar. Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2014. 623p.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimos a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.
- ALVES, M. A.; BLIKSTEIN, I. Análise de narrativa. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas estratégias e métodos. São Paulo, Saraiva, 2006.
- ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FUNDACENTRO, 2008. Mesa 1. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.
- ANTUNES, L. M.; FLORES, A. W.; RIES, L. R. **Gestão rural**. Porto Alegre: Ed. Dos Autores, 2006.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Fase, 2000.
- _____. **Nordeste, nordestes: que nordeste?** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Observatório do Nordeste, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>>. Acesso em: fevereiro de 2017.
- ARBOLEDA, O. L.; ZABALA, H. Condiciones clave para el éxito y sostenibilidad de los emprendimientos Solidarios de Medellín. **Semestre Económico**, Medellín, Colombia, v. 14, n. 28, p. 77-94, ene./jun. 2011.
- ASA BRASIL - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Ações - P1+2**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- ASA-PB - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO. Folheto informativo, 2015.
- ASSMANN, H. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

AUSTIN, J. **The collaboration challenge**: how nonprofits and businesses succeed through strategic alliances. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2002.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: Same, different or both? **Revista de Administração**, v. 47, n. 3, p. 370-384, jul./ago./set. 2012.

BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo social: reflexões acerca do papel das organizações e do Estado. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 16, p. 112-131, jan./abr. 2013 .

BANCO MUNDIAL. **Missão institucional**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acesso em: 8 set. 2016.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero exclusão e capital social. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 19-49.

BARBOSA, R. N. C. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. (Orgs.). **Trabalho, território, cultura**: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBU, M.; DUNFORD, M.; WEIDONG, L. Employment, entrepreneurship, and citizenship in a globalised economy: the Chinese in Prato. **Environment and Planning A**, v. 45, p. 2420-2441, 2013.

BARSKI, E. et al. Social entrepreneurship and social business: retrospective and prospective research. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 380, 2015.

BARROSO, L. R. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BAVARESCO, P. R.; PAINI, C.; COLETO, M. Desenvolvimento Cooperativista em Âmbito Regionalizado: um estudo da criação da cooperativa A 1 do município de Descanso SC. **Unesco & Ciência - ACSA**, v. 6, p. 187, 2015.

BBC BRASIL. **Desastre ambiental na cidade de Mariana**. 10 nov. 2015. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151106_minasgerais_perguntas_hb>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BECK, U. **World risk society**. Cambridge: Polity Press, 1999.

BELLO, E. Cidadania, alienação e fetichismo constitucional. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - CONPEDI, 18., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2009.

_____. **Política, cidadania e direitos sociais**: um contraponto entre os modelos clássicos e a trajetória da América Latina. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Pós-

Graduação em Direito do Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: EDUSP, 2004.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. In: HARDY, H.; HAUSHEER, R. (Orgs.). **Isaiah Berlin**: estudos sobre a humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BERNARDINO, S.; SANTOS, J. F. Perfil do empreendedor social em Portugal. In: SEMINÁRIO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO. **Anais...** 2014. Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7086/1/Artigo%20Semin%C3%A1rio%20Incubcenter_2014.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativismo é Economia Social**. III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo, 13. Cuiabá, 2004. Disponível na Internet<<http://www.ocb.org.br>>Acesso em: fevereiro de 2017

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 7. ed. São Paulo: Campus, 2004.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORBA, M. L.; HOELTGEBAUM, M.; SILVEIRA, A. A produção científica em empreendedorismo: análise do Academy of Management Meeting: 1954-2005. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 169-206, 2011.

BORGES, M.; MASCHIETTO, R. H. Cidadania e empoderamento local em contextos de consolidação da paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 105, p. 65-84, 2014. Disponível em: < <https://rccs.revues.org/5800>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BORZAGA, C.; DEPEDRI, S.; GALERA, G. Interpreting social enterprises. **Revista de Administração**, São Paulo, v.47, n.3, p.398-409, jul./ago/set. 2012.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRAGA, R. **O desmantelamento do estado de bem-estar social**. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU. 28 set. 2012. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514045-o-desmantelamento-do-estado-de-bem-estar-social-e-o-dna-do-capitalismo-entrevista-especial-com-ruy-braga>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRONZO, C. Políticas públicas de enfrentamento da pobreza: o desafio de conjugar proteção e promoção social. In: FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R. (Org.). **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2011. p. 30-49.

BRONZO, C.; TEODÓSIO, A. S. S.; ROCHA, M. C. G. Tri-sector partnerships in social entrepreneurship: discourse and practice of the actors from the circles of action and reflection. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, p. 446-460, 2012.

BUTTO, A. et al. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. 1. ed. Brasília: MDA, 2014. v. 1. 132p.

CAMPOS, T. M. et al. A produção científica brasileira sobre empreendedorismo social entre 2000 e 2012. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 1, p. 60-89, 2012.

CARVALHO, A. W. B. Da descentralização da política habitacional ao Programa Minha Casa Minha Vida: avanço ou retrocesso? In: FERREIRA, M. A. M. (Org.). **Administração pública, economia solidária e gestão social: limites, desafios e possibilidades**. Viçosa, MG: UFV, 2014.

CARVALHO, F. J. C. Keynes e o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz. 2003.

CELLA, D.; PERES, F. C. Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso do empreendedor rural. **Revista de Administração**, São Paulo, v.37, n.4, p.49-57, out./dez. 2002.

CERVI, E. U. **Sobre filiação partidária, analfabetismo e coronelismo moderno**. Disponível em: <<https://30diarios.wordpress.com/2015/12/22/sobre-filiacao-partidaria-analfabetismo-e-coronelismo-moderno/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

CHANDLER, D. The limits of post-territorial political community. In: ERMAN, E.; BECKMAN, L. (Orgs.). **Territories of citizenship**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

CHAVES, R. Q. et al. Tomada de decisão e empreendedorismo rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.6, n. 3, p.3-21, set./dez. 2010.

CHELL, E. Social enterprise and entrepreneurship: towards a convergent theory of the entrepreneurial process. **International Small Business Journal**, v.25, n.1, p.5-26, 2007.

CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Estudo & Debate (UNIVATES. Impresso)**, v. 17, p. 49-74, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Missão**. 05 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/missao>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

CONSTANT, B. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Discurso pronunciado no Athénée Royal de Paris. 1819. Tradução de Loura Silveira. In: GAUCHET, M. (Org.). **De la Liberté cliez les Modernes**. Paris: Le Livre de Poche, Collection Pluriel, 1980. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

COOPERAR PB. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.cooperar.pb.gov.br/?pg=sobre_o_cooperar>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Carta Consulta Projeto Cooperar**. Documentos internos da instituição. 2014.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 75- 123.

COSTA, A. M. **Convergências, divergências e silêncios**: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios. 2010. Tese (Doutorado em Administração) — Programa de Pós-graduação de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista Administração Contemporânea**, v.15, n. 2, p. 179-97, 2011.

COSTA, M. **Medo do desemprego e relações de trabalho**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

COUSIN, G. **Research learning in higher education**: an introduction to contemporary methods and approaches. New York, NY: Routledge, 2009.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 2, n. 3, dez. 2005.

CRUZ, G. As duas faces do empreendedorismo social. **Revista Eletrônica Mestrado em Administração**, v. 5, p. 9-20, 2012.

DACIN, P. A.; DACIN, T.; MATEAR, M. Social entrepreneurship: why we don't need a new theory and how we move forward from here. **Academy of Management Perspectives**, v. 24, n. 3, p. 37-57, Aug. 2010.

DANTAS, H. Atores fundamentais e funcionamento da democracia em nível local. In: CARNEIRO, J. M. B.; DANTAS, H. (Org.). **Parceria social público-privada**: textos de referência. 1.ed. São Paulo: Oficina Municipal, 2012, v. 1. p. 53-76.

DEES, J. G. Enterprising nonprofits. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 1, p. 5, jan./ fev. 1998.

DEFOURNY J.; NYSENS M. Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: convergences and divergences. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 1, p. 32-53, 2010.

_____. The EMES approach of social enterprise in a comparative perspective. **EMES Working Papers**, 2012. Disponível em: <http://www.emes.net/site/wp-content/uploads/EMES-WP-12-03_Defourny-Nyssens.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2016.

DEJAEGERE, J. Education, skills and citizenship: an emergent model for entrepreneurship in Tanzania. **Comparative Education**, v. 49, n. 4, p. 503–519, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03050068.2013.798514>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

DEMARTINI, Z. B. F. Educação rural: retomando algumas questões. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36, p. 175-189, jul./dez. 2011.

DICKES, L. A.; ROBINSON, K. L. An institutional of rural entrepreneurship. **American Journal of Entrepreneurship**, v. 7, n. 2, Dec. 2014.

DINIZ, E. (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento**: dilemas no Brasil do novo milênio. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____. **O pós-consenso de Washington**: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: **Globalização, Estado e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

DINIZ, F. P.; REISSINGER, S. O direito do idoso após 10 anos do Estatuto e o panorama jurisprudencial da matéria: houve avanços?. In: DINIZ, F. P.; FILIPPO, F. (Org.). **Temas de direito público e privado**. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2014. p. 15-25.

DOLABELA, F. C. **Oficina do empreendedor**: a metodologia do ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRAIBE, S. M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAM, G. et al. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

DRUCK, G. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: 2007. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3165&Itemid=231>. Acesso em: 29 jan. 2016.

EMMENDOERFER, M. L. Desdobramentos da (re)configuração do Estado no Brasil para as políticas sociais. In: FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, Rodrigo.

(Orgs.). **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios**. Viçosa, MG: UFV, 2010.

EMMENDOERFER, M. L.; VALADARES, J. L. Reflexões e perspectivas acerca da construção do conhecimento sobre empreendedorismo interno. **Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)**, v. 13, p. 88-117, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *welfare state*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, Sept. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2016.

FALCON, F.; MOURA, G. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FILION, L. J. **O empreendedorismo como tema de estudos superiores**. Brasília: Universidade formando empreendedores, 1999.

FLORY, H.; ANDREASSI, T.; TEIXEIRA, M. A. C. Políticas públicas de empreendedorismo para a população de baixa renda: transformando necessidades em oportunidades. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 19, n. 62, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C., LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2004. 194 p.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.casa.org.br/pt/sobre-nos/>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

GAIGER, L. I. **As organizações de terceiro setor e a economia popular solidária**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 37, n° 159, p. 103-151, 2001.

GAIGER, L. A dimensão empreendedora da economia solidária – notas para um debate necessário. **Revista Otra Economía**, v. 3, n. 174, p. 58-72, 2008.

GAIGER, L. I.; CORRÊA, A. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, p. 34-43, 2011.

GALERA, G.; BORZAGA, C. Social enterprise: an international overview of its conceptual evolution and legal implementation. **Social Enterprise Journal**, v. 5, n. 3, p.210 – 228, 2009.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório executivo. IBQP – Instituto de Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 2014. Disponível em: http://www.Sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_relato%C3%B3rio%20executivo.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório executivo. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), 2013. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM_2013_Pesquisa_Completa.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

GONÇALVES, H; CRISTÓVÃO, A. Empoderamento de comunidades (em territórios rurais) e ação coletiva nas políticas locais. In: CEBOLO, C.; PEREIRA, J.; LOPES, M. (Coords.). **Intervenção e educação comunitária: democracia, cidadania e participação**. [S. I.]: Intervenção, 2012. p. 297-317.

GONDIM, S.; FICHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em gestão social: um olhar crítico sobre a experiência de pós graduação. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais....** Salvador: 2006.

GORZ, A. **Miséria do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Anablumme, 2004.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real: métodos de pesquisa**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUO, C.; BIELEFELD, W. **Social entrepreneurship: an evidence-based approach to creating social value**. San Francisco, CA: John Wiley and Sons, 2014.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. I e II. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HAUGH, H. A research agenda for social entrepreneurship. **Social Enterprise Journal**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2005.

HERRANZ, J.; COUNCIL, L. R.; MCKAY, B. Tri-value organization as a form of social enterprise. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 5, p. 829-849, Oct. 1, 2011.

HISTORIA DA PARAÍBA. **Atividades econômicas da Paraíba**. Disponível em <http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2010/01/atividades-economicas-da-paraiba.html>. Acessado em fevereiro de 2017

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOROCHOVSKI, R. R. Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: 2006. p. 1-29. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232>. Acesso em: 29 jan. 2016.

IANNI, O. O Estado-nação na época da globalização. **Revista Eletrônica Econômica**, Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF, Niterói, v. 1, n. 1, 2010.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

JANOTTI, M. L. M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1989. 88 p.

JONATHAN, E. Empreendedorismo feminino no setor tecnológico brasileiro: dificuldades e tendências. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: 2003.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 53-72.

KERLIN, J. Social Enterprise in the United States and Europe: Understanding and Learning from the Differences. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 17, n. 3, p. 246-262, 2006.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Editora Atlas, 1992. Título original: General theory of employment, interest and money.

KORSGAARD, S.; MULLER, S.; TANVIG, H. W. Rural entrepreneurship or entrepreneurship in the rural – between place and space. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 21, n. 1, p. 5–26, 2015.

LANDSTROM, H.; BENNER, M. Entrepreneurship research: a history of scholarly migration. In: LANDSTROM, H.; LOHRKE, F. (Orgs). **Historical foundations of entrepreneurship research**. Great Britain: Edward Elgar Publishing, 2010. p. 15-45.

LANDSTRÖM, H; HARIRCHI, G; ASTRÖM, F. Entrepreneurship: exploring the knowledge base. **Research Policy**, v. 41, p. 1154 -1181, 2012.

LANG, R.; FINK, M.; KIBLER, E. Understanding place-based entrepreneurship in rural Central Europe: a comparative institutional analysis. **International Small Business Journal**, v. 32, n. 2, p. 204–227, 2014.

LAVILLE, E. **A empresa verde**. 1. ed. São Paulo: OTE, 2009.

LEAL, L. C. A.; FREITAS, A. A. F.; FONTENELE, E. Criação de valor no empreendedorismo social: evidências a partir da comparação com o empreendedorismo comercial. **RGSA: Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, p. 51-65, 2015.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMOS, A. H. C.; RODRIGUEZ, D. A. Empregabilidade: conquista da autonomia profissional ou nova forma de submissão?. ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2008.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. **Sociologias (UFRGS. Impresso)**, v. 12, p. 158-198, 2010.

LIMA, J. L. S. **Empreendedorismo social**: uma perspectiva de cidadania social e uma alternativa de trabalho e renda nos espaços populares. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LÓPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LISBOA, A. de M. **A socioeconômica solidária diante da grande transformação**, Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 37, n° 159, p. 27-57, 2001.

LOVE, N. F.; MIDMORE, P.; HENLEY, D. T. A. Entrepreneurship and rural economic development: a scenario analysis approach. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 12, n. 5, p. 289–305, 2006.

MACHADO, H.P.V. O processo de criação de empresas por mulheres. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2003.

MALAGUTTI, M. L. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2000.

MAPAS DA PARAÍBA. **Mapas para colorir**. Disponível em <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-paraiba.php>. Acessado em fevereiro de 2017.

MARQUES, A. C. O.; SILVA, R. L. B. R. O camponês, o rural e o agronegócio – diversas abordagens na geografia agrária brasileira. **Interface**, n. 7, p. 38-46, mar. 2014.

MARSHALL, T. H.; BOTTOMORE, T. **Ciudadanía y clase social**. Buenos Aires: Losada, 2004.

MARX, K. **A questão judaica**. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 13-44.

MASON, C.; BROWN, R. Creating good public policy to support high growth firms. **Small Business Economics**, v. 40, n. 2, p. 211-225, 2013.

MATITZ, Q. R. S.; SCHLLEM, M. M. Aplicações do conhecimento em atividades operacionais de gestão de redes: aplicação de um framework de pesquisa no campo de empreendedorismo social. **Revista de Administração da Unimep**, v. 10, p. 110-134, 2012.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research**: a guide to design and interpretation. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MISEREOR. **Sobre nós**. Disponível em: <<http://www.misereor.org/pt/about-us.html>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MURUGESAN, G.; GOWTHAN, R. Problems of rural women entreperneur in Salem District. **Advances in Natural and Applied Sciences**, v. 10, n. 9, 2016.

NASSIF, V. M. J.; PRANDO, R. A.; COSENTINO, H. M. Ações estatais assistencialistas e empreendedorismo social sustentável no Brasil: um estudo exploratório. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 11, p. 316-336, 2010.

NOGUEIRA, M. A. A auto-ajuda e o espírito de nossa época. In: MARTELLI, C.G. (Org.). **Auto-ajuda e gestão de negócios**: uma parceria de sucesso. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

NOGUEIRA, C.; SILVA, I. **Cidadania**: Construção de novas práticas em contexto educativo. Porto: Edições ASA, 2001.

NORUZI, M. R.; WESTOVER, J. H.; RAHIMI, G.R. An exploration of social entrepreneurship in the entrepreneurship era. **Asian Social Science - Canadian Center of Science and Education**, v. 6, n. 6, June 2010.

OLIVEIRA, B. A. M. Significados acerca das cooperativas populares e suas interfaces com a economia solidaria In: EMAPEGS - ENCONTRO MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SOCIAL, 2., 2011, Lavras-MG. **Anais...** Lavras-MG: 2011.

PACHE, A. C.; CHOWDHURY, I. Social entrepreneurs as institutionally embedded entrepreneurs: toward a new model of social entrepreneurship education. **Academy of Management Learning & Education**, v. 11, n. 3, p. 494-510, 2012.

PADILHA, A.; NUNES, T. Acciones innovadoras, cooperativas y sociales: el caso del sistema Crehnor de Cooperativa de Crédito de Brasil promoviendo la inclusión social en la agricultura familiar. CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n.67, p. 97-128, 2010.

PARAIBA TOTAL. **Representante do Banco Mundial destaca desenvolvimento de projetos.** 29 out. 2012. 2012a. Disponível em: <<http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2012/10/29/00605-representante-do-banco-mundial-destaca-desenvolvimento-de-projetos-da-paraiba>>. Acesso em: 11 out. 2016.

PARAIBA TOTAL. **Projeto de reciclagem de Bonito de Santa Fé recebe destaque nacional.** 01 nov. 2012. 2012b. Disponível em: <<http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2012/11/01/64630-projeto-de-reciclagem-de-bonito-de-santa-fe-recebe-destaque-nacional>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PARENTE, C. Social entrepreneurship in Portugal intervention and management models in third sector. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 36, n. 7/8, p. 531–546, 2016.

PARENTE, C. et al. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO, EMPREGO E COESÃO SOCIAL: da crise de regulação à hegemonia da globalização, 14., 2011, Lisboa. **Anais...** Lisboa: 2011.

PARRY, K. Entrepreneurs and citizenship in China. **Problems of Post-Communism**, v. 46, n. 1, p. 43-61, Jan./Feb. 1999.

PASSOS, D. R. **Trabalhador informal**: inserção na política social e econômica de Empreendedorismo Individual – EI. Disponível em: <[http://www.biblioteca.Sebrae.com.br/bds/bds.nsf/be76a0d0f1ecbeff832574b0004bc066/ef0de1f8a377e1eb83257818005aebef/\\$FILE/Trabalhador%20Informal.pdf](http://www.biblioteca.Sebrae.com.br/bds/bds.nsf/be76a0d0f1ecbeff832574b0004bc066/ef0de1f8a377e1eb83257818005aebef/$FILE/Trabalhador%20Informal.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2012.

PENTLAND, B. Building process theory with narrative: from description to explanation. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, 1999.

PFEFFER, J. **Gerir com poder**. Lisboa: Bertrand Editora, 1994.

PIMENTEL, J. Novo tempo com o empreendedor individual. **Folha de São Paulo**, Opinião, São Paulo, 08 set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0809200908.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

PITTA, A. M. F.; COUTINHO, D. M.; ROCHA, C. C. M. Direitos humanos nos Centros de Atenção Psicossocial do Nordeste do Brasil: um estudo avaliativo, tendo como referência o QualityRights - WHO. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 760-771, 2015.

PORTAL BRASIL. Novas iniciativas beneficiam micro e pequenos empresários. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/10/novas-iniciativas-beneficiam-micro-e-pequenos-empresarios>. Acessado em 27 de novembro de 2016.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011.

PRAHALAD, C. K.; HART, S. L. O pote de ouro na base da pirâmide. **HSM Management**, 32, mai./jun. 2002.

PROJETO COOPERAR PARAÍBA-BRASIL. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.cooperar.pb.gov.br/?pg=sobre_o_cooperar>. Acesso em: 08 fev. 2016.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAZETO, L. **Las empresas alternativas**. Montevideo: Editorial Nordan- Comunidad, 1990. 155 p.

RECH, D. **Formação de agentes de comercialização das bases de serviços: cooperativismo e associativismo**. Brasília, DF: Instituto Novas Fronteiras da Cooperação. 2012. Livro 2.

REFICCO, E. As empresas na sociedade: os limites das boas intenções. In: CENTRO RUTH CARDOSO. (Org.). **Políticas sociais: ideias e práticas**. Editora Moderna: São Paulo, 2011.

REIS, E. P. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 1998.

RIBEIRO, I. P. F. **Prática pedagógica e cidadania: uma interpretação crítica baseada na ideia de competência**. 2010. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança) – Universidade do Minho, Portugal, 2010.

RIVA, E.; GARAVAGLIA, E. The sustainability and political agency of social cooperatives in Italy during the great recession. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 36, n. 7/8, p. 435–455, 2016.

ROBERTO, R. F. et al. Participação da sociedade civil na gestão pública municipal. In: FERREIRA, M. A. M. (Org.). **Administração pública, economia solidária e gestão social: limites, desafios e possibilidades**. 1. ed. Viçosa: UFV, 2014, v. 1. p. 28-53.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. *Et al.* **Geografia do Nordeste** – 2. ed. – Natal, RN : EDUFRN, 2010. 332 p.: il.

RODRIGUES, C. L. Principais aspectos do neorrepblicanismo de Philip Pettit. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 06, p. 35-56, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/06/02.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

ROMANO, J. **O empoderamento: enfrentaremos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza**. In: INTERNATIONAL WORKSHOP EMPOWERMENT AND RIGHTS BASED APPROACH IN FIGHTING POVERTY TOGETHER, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da publicação nacional e internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social - RIGS**, v. 3, p. 85-105, 2014.

ROUSSEAU, J. Contrato social: discurso sobre a desigualdade. In: **Obras**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1979.

SAIZ-ALVAREZ, J. M. Socioeconomics of solidarity: a multilateral perspective from the European Union. In: (Ed.). **Socioeconomics of solidarity**: a multilateral perspective from the European Union. [S.I.]: 2016. Chapter 11. p. 192-215.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, 2012. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm. Acesso em: 25 jan. 2017.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANTOS, R. B. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

SANTOS, L. M. L.; GALLELI, B. O ensino de empreendedorismo social nos cursos de Administração das universidades brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 2, p. 43-87, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/482#.Vrk8VgrLIU>. Acesso em: 20 mai. 2013.

SARAIVA, L. A. S. O Túnel no fim da luz: a educação superior em Administração no Brasil e a questão da emancipação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982.

SEBRAE. **Perfil do empreendedor individual**. 2012. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/perfil_MEI_2012.pdf. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. **Empreendedorismo**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/empreendedorismo?codTema=2>. Acesso em: 08 dez. 2015.

SHANE, S. Why encouraging more people to become entrepreneurs is bad public policy. **Small Business Economics**, v. 33, n. 2, p. 141-149, Aug. 2009.

SILVA, G. C. C. **Políticas públicas e desigualdades de gênero**: um estudo do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, M. F.; MOURA, L. R.; JUNQUEIRA, L. A. P. Empreendedorismo social, negócios sociais e redes sociais: singularidades e interfaces. **Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)**, v. 17, p. 121-130, 2015.

SILVA, W. R.; VIEIRA, F. G. D.; BERNARDO – ROCHA, E. E. R. Organizações cooperativas e contexto cultural do espaço público brasileiro: um ensaio teórico sobre processos sociais, universo simbólico e prática social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006 – Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SINGER, P. Direitos sociais: a cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SMITH, W. et al. A paradoxical leadership model for social entrepreneurs: challenges, leadership skills, and pedagogical tools for managing social and commercial demands. **Academy of Management Learning & Education**, v. 11, n. 3, p. 463–478, 2012.

SORJ, B. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SOUSA, D. **Políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no Brasil: uma análise da implementação do PRIME pelo Parque Tecnológico da Paraíba**. 2013. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAM, Gilberto. et al. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPANEVELLO, R. M. **Dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

STROMBINO, M. R. C.; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor da construção civil da cidade de Curitiba. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2010.

TELLES, V. Cidades, trajetórias urbanas, políticas públicas e proteção social: questões em debate. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 1, p. 65- 76, jan./jun. 2009.

_____. **Produção de espaços, formas de controle e conflitos.** Simpósio Direito à Cidade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Tp-ilSqNVQ>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

THORNTON, P. H. The sociology of entrepreneurship. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 19-46, 1999. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.25.1.19>> Acesso em: 20 mai. 2014.

TODOROV, T. **Os gêneros do discurso.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VALE, G.; SERAFIM, A.; TEODOSIO A. S. C. Gênero, imersão e empreendedorismo: sexo frágil, laços fortes? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 631-649, 2011.

VARGAS, L. P.; SPANEVELLO, R. M. Agricultores familiares: caracterização do sistema de integração suinícola e os impasses atuais em torno da continuidade da atividade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sober, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/420.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

YUNUS, M.; MOINGEON, B.; LEHMANN-ORTEGA, L. Building social business models: lessons from the Grameen experience. **Long Range Planning**, v. 43, p. 308-325, 2010.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Íjuí-RN.** 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento

Pesquisa sobre o empreendedorismo social no contexto rural

Nome do Pesquisador: Helltonn Winicius Patrício Maciel.

Nome da Orientador: Prof.^a Dr. Anielson Barbosa da Silva

1. Natureza da pesquisa: o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa de Doutorado que tem como finalidade de analisar o empreendedorismo social e seu fomento à cidadania, com vista a permitir uma maior compreensão sobre o papel das associações e dos pequenos produtores rurais.

2. Participantes da pesquisa: participarão da pesquisa 4 associações abrangendo presidentes, agentes de fomento e pequenos produtores .

3. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador Helltonn Winicius Patrício Maciel tome consciência de sua opinião sobre os assuntos abordados. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador da tese

4. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem a critérios da ética em pesquisa com seres Humanos conforme conselho nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados primários.

6. Benefícios: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a proposta de estudo supracitada, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para o aprimoramento do entendimento sobre o empreendedorismo social, em que o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. Pagamento: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Data: _____

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – O Projeto Cooperar

O contexto da pesquisa esteve relacionado ao projeto Cooperar Paraíba, focado na redução da pobreza rural. Este projeto atua no estado há quase 25 anos. Foi criado pela Lei nº 6.523 de 10 de setembro de 1997, como sucessor do Projeto Nordeste do Estado da Paraíba – PNE/PB criado pela Lei nº 5.760/1993. Constitui-se em uma Unidade Administrativa de natureza autônoma e provisória, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG (PROJETO COOPERAR, 2016).

A proposta do governo do estado da Paraíba foi implantar um projeto de desenvolvimento rural, com objetivos e metas voltadas a solução de problemas socioeconômicos. Para tanto, o Governo do Estado fez parcerias junto ao Banco Mundial – objeto de uma Carta Consulta –, a fim de continuar a parceria técnica e financeira com essa instituição de crédito internacional.

O projeto tem como orientação central aproveitar o potencial econômico da área, para desenvolver, de forma sustentável, pequenos negócios agrícolas e não agrícolas com vistas à geração de renda e de empregos. As intervenções produtivas estarão alinhadas com melhorias na provisão de água, das condições sanitárias domiciliares, e a adoção de práticas de conservação ambiental; e serão complementadas por ações de capacitação e de assessoramento para o fortalecimento dos produtores e das suas organizações (COOPERAR, 2014 p.9).

Os diferentes níveis hierárquicos a serem envolvidos com a implementação do proposto projeto, compreendem:

a) Nível Central – Coordenação e Gestão

b) Nível Regional

c) Nível Municipal • Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) – Instâncias formadas por representantes dos poderes públicos e das entidades representativas dos beneficiários com funções de Consultivos e Deliberativas sobre as atividades do projeto no município, conforme definidas no Manual de Operações do Projeto (MOP).

d) Nível Comunitário

• Associações Comunitárias, Cooperativas e demais entidades, legalmente constituídas como representantes dos beneficiários, serão responsáveis pela execução dos Planos de Investimentos integrantes do Componente 1 e demais responsabilidades previstas nos respectivos convênios para execução do Componente 1.

e) Parcerias Institucionais

As Prefeituras Municipais, as Organizações Não Governamentais (ONGs), SEBRAE, EMATER, EMEPA, INTERPA, EMPREENDER, CDRM, EMPASA, EMBRAPA, dentre outras Entidades da Sociedade Civil organizada, poderão desempenhar atividades complementares, mediante acordos e parcerias celebrados com a Unidade Técnica e os CMDRS (Associações Comunitárias e Cooperativas).

No âmbito do projeto, está prevista a contratação de empresas prestadoras de serviços técnicos especializados para dar suporte à implementação das ações dos projetos.

As Associações Comunitárias, Cooperativas, Núcleos de Integração Rural, Colônias de Pescadores e outras formas de organizações associativas serão as instituições interlocutoras preferenciais do Projeto, que mobilizadas e empenhadas, deverão participar das oficinas para eleger prioridades, definir as necessidades dos

produtores para a execução dos seus planos de negócios. (COOPERAR, 2014, p.25-26)

Percebe-se a pertinência do projeto Cooperar para o desenvolvimento da zona Rural da Paraíba não apenas pelos objetivos propostos como também pela ampla rede de apoio gerada a partir das alianças em diversas dimensões. As associações comunitárias são o núcleo de todo o processo, pois é nelas onde as transformações acontecem, buscando modificar a condição de pobreza na zona rural. Entretanto, a diversidade de alianças apresenta forte potencial para que outras transformações sociais aconteçam, sobretudo em relação à percepção que os agentes de fomento possuem sobre a realidade do campo.

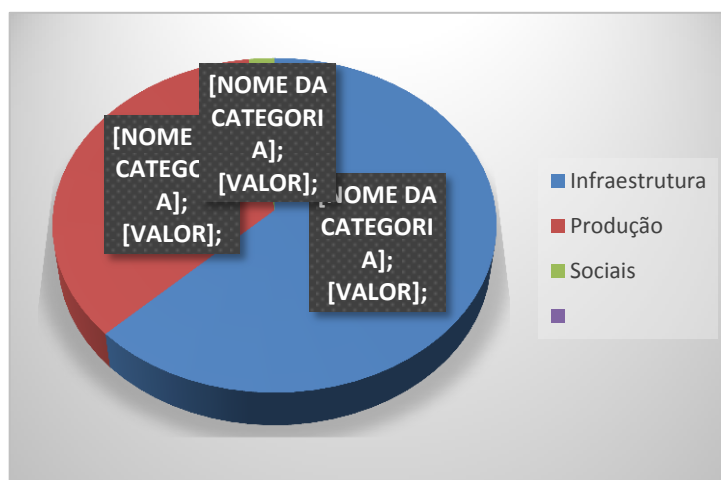
Em sua totalidade, são mais de 400 subprojetos voltados a comunidades rurais de 145 municípios, envolvendo recursos superiores a R\$ 42 milhões. Os subprojetos são divididos em três categorias: Infraestrutura, Produção e Sociais.

Os subprojetos de infraestrutura compreendem investimentos que proporcionem facilidade de acesso a serviços públicos às comunidades: Sistemas de Abastecimento D'Água (singelo e completo), Passagem Molhada, Cisternas, Melhoria de Acesso Rural, Complexo Sanitário Domiciliar, dentre outros.

Já os projetos Produtivos possuem investimentos de natureza produtiva a serem operacionalizados pelas Associações e Cooperativas cuja produção esteja voltada para o mercado: Apoio à Apicultura, Caprinocultura, Piscicultura, Avicultura Alternativa, Agricultura Irrigada, Usina de Beneficiamento de Leite, Produção Artesanal, dentre outros.

Por fim, os projetos sociais apresentam investimentos de uso associativo orientados para a integração social e a melhoria de bem-estar das comunidades: resíduos sólidos, atividades culturais, centro social de inclusão produtiva, produção comunitária, dentre outros.

Gráfico 1 – Subprojetos do Cooperar segundo sua tipologia



Fonte: Cooperar, 2016.

Apesar da tipologia social ser a menor dentre as três apresentadas pelo Cooperar, ela possui missão e classificação voltada aos objetivos propostos da pesquisa. Destes 21 projetos sociais, 11 encontram-se em atividade, pois como ele já vem sendo desenvolvido desde 2014, muitos já foram concluídos

Os que se encontram em atividade são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Relação de subprojetos sociais a serem investigados

Subprojeto	Famílias Benef	Comunidade(s)	Município	Entidade	Valor Aprovado R\$
UNIDADE DE PRODUÇÃO DE POLPA DE FRUTAS	200	CHÃ DO JARDIM, EMANUEL JOAQUIM, GRUTA DE COBRA, MACACOS, MAZAGÃO, MUQUÊM	AREIA	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA COMUNIDADE DA CHA JARDIM	68.900,00
APOIO À APICULTURA	23	ALDEIA CUMARU, ALDEIA FORTE, ALDEIA GALEGO, ALDEIA SÃO FRANCISCO, ALDEIA SÃO MIGUEL	BAÍA DA TRAIÇÃO	ASSOCIACAO PARAIBANA DOS PRODUTORES DE MEL DA BAIA DA TRACAO	81.712,06
RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS	113	POPULARES, JARDIM DAS NEVES, CEAP E ALTO BELO HORIZONTE	BONITO DE SANTA FÉ	ASSOCIACAO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLADO DE BONITO DE SANTA FE	399.832,25
APOIO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ARTESANAL	29	PONTA DE LUCENA	LUCENA	ASSOCIACAO MAOS QUE SE AJUDAM DE ARTESAO E PRODUTORES CASEIROS DE COCADA NA KENGA E MATERIAL DE LIMPEZA	196.550,00
APOIO À AVICULTURA	117	LIMITÃO DE BAIXO/CUPIRAS	MONTEIRO	ASSOCIACAO COMUNITARIA VICENTE DE ASSIS FERREIRA DE AVICULTURA ALTERNATIVA DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO	532.582,83
KIT DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	80	ASSENTAMENTO NOVA VIDA	PITIMBU	COOP AGRIC M DOS PROD RURAIS DO ASSENT NOVA VIDA LTDA	181.334,62
MINI INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	20	VARZEA COMPRIDA DOS OLIVEIRAS	POMBAL	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DE VARZEA COMPRIDA DOS	110.444,44

				OLIVEIRA	
UNIDADE DE PRODUÇÃO DE POLPA DE FRUTAS	15	ASSENTAMENTO SÃO JOÃO	POMBAL	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS AGROPECUARISTAS DO SAO JOAO	157.389,22
APOIO À AVICULTURA	18	SITIO BARRO VERMELHO	RIACHÃO	ASSOCIACAO COMUNITARIA E RESIDENTE DO SITIO BARRO VERMELHO	159.012,16
APOIO À AVICULTURA	97	COPAF	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	COOPERATIVA PARAIBANA DE AVICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR	662.373,20
APOIO À APICULTURA	46	Tres irmaos/ cacimba Velha	TRIUNFO	Associacao dos Apicultores Criadores de abelhas Melíferas Europeias	195.652,17

Fonte: Cooperar PB (2016).

Os subprojetos sociais do Cooperar alcançam as famílias beneficiadas por meio das entidades existentes próximas a elas. Logo, percebe-se um esforço que mobiliza diversos sujeitos nesse processo: diretoria do Cooperar, coordenadores e agentes dos subprojetos, representantes das entidades locais e as famílias beneficiadas. Todo este corpo de indivíduos demonstra potencial de investigação sobre as relações entre o empreendedorismo social e sua intenção de gerar cidadania. Logo, não se poderia desconsiderar sua participação na pesquisa.